



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

AMÉLIA SABACK ALVES NETA

**“A CIÊNCIA DA VERDADE”: HISTÓRIA E ESCRITA DA
HISTÓRIA NA OBRA DE BRAZ HERMENEGILDO DO AMARAL
(1886-1943)**

Salvador

2018

AMÉLIA SABACK ALVES NETA

**“A CIÊNCIA DA VERDADE”: HISTÓRIA E ESCRITA DA
HISTÓRIA NA OBRA DE BRAZ HERMENEGILDO DO AMARAL
(1886-1943)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de doutora em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Zacarias F. de Sena Júnior

Salvador

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alves Neta, Amélia Saback
"A ciência da verdade": História e
escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do
Amaral (1886-1943) / Amélia Saback Alves Neta. --
Salvador, 2018.
259 f.

Orientador: Carlos Zacarias Figueirôa de Sena
Júnior.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
História - PPGH) -- Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA,
2018.

1. Braz do Amaral. 2. História. 3. Historiografia.
4. Documento. 5. Instituições. I. Figueirôa de Sena
Júnior, Carlos Zacarias. II. Título.



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Amélia Saback Alves Neta		214122592	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
"A Ciência da Verdade": História e escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Carlos Zacarias F. de Sena Junior (UFBA) - orientador		457 687 065-34	
Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)		479.896.885-49	
Elciene Rizzato Azevedo (UEFS)		203 532 368-27	
Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA)		341272325-87	
Paulo Santos Silva (UNEB)		219 201 415-53	

ATA

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Amélia Saback Alves Neta, doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Carlos Zacarias F. de Sena Junior, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca considerou o trabalho de qualidade, destacando a relevância do tema e o esforço de pesquisa, e sugere que o trabalho seja publicado sob a forma de artigos em revistas especializadas.

SSA, 20/11/2018: Assinatura da aluna:

SSA, 20/11/2018: Assinatura do orientador:

Para Vera Lúcia, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Há anos eu tenho o apoio de pessoas e instituições sem as quais dificilmente teria avançado. Neste momento, de conclusão de mais uma etapa da vida acadêmica, devo registrar a minha gratidão a todos que contribuíram para que a finalização desta tese fosse possível.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo auxílio financeiro durante os quatro anos de doutorado.

Ao meu orientador Carlos Zacarias de Sena Júnior, a quem admiro, pela inteligência, competência e responsabilidade social. Tudo isso combinado com muita cordialidade, sensibilidade e atenção às pessoas. Professor que conduziu este trabalho com tranquilidade, sem descuidar do rigor teórico. Obrigada pela confiança em mim depositada, pelas sugestões e críticas que enriqueceram a tese.

Ao professor Paulo Santos Silva, com quem divido conquistas teóricas e avanços no conhecimento da historiografia. Da elaboração do projeto às últimas palavras escritas contei com as suas sugestões, as suas críticas, os seus livros. Foi com muita paciência, competência e sabedoria que o professor me ajudou a desenvolver mais este trabalho. Eterna gratidão por tudo que você tem feito por mim desde que iniciei nas “letras históricas”.

Ao professor Antônio Maurício Brito pela leitura do projeto que foi aprovado; a todos os outros professores e colegas que tiveram participação na minha formação, sobretudo, os do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, pelas contribuições para o delineamento do objeto de estudo.

Aos professores Paulo Silva e Elciene Azevedo, pelas contribuições do exame de qualificação.

A Gilvan, secretário do Programa, pela disposição em ajudar sempre que necessário.

Aos funcionários dos arquivos nos quais pesquisei em Salvador, especialmente, a Lindjane e sr. Fernando da biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia pela grande ajuda que me deram.

Ao Sr. João Canna Brasil, bisneto de Braz do Amaral, que carinhosamente e atenciosamente abriu as portas da sua casa, em Cachoeira, permitindo a pesquisa de documentos inéditos. Desta experiência nasceu uma bela amizade que pretendo nutrir sempre.

A Alline Pimentel que me ajudou com o trabalho de pesquisa e coleta de documentos nos arquivos de Salvador. A combinação de responsabilidade e inteligência na jovem estudante foi fundamental para que o trabalho fosse realizado de forma rápida e segura.

Aos familiares que apoiam tudo que faço, especialmente, aos meus irmãos Antônio Carlos Júnior, que sempre apostou em meus sonhos e ajudou como possível, e Antônio Marco, que me faz tão bem ao proporcionar momentos de muitas risadas.

À minha irmã Luciana, meu *alter ego*. Obrigada pelo amor incondicional, pela compreensão, pela linda e verdadeira amizade.

Ao cunhado William que sempre me apoiou e colaborou com os resumos em inglês.

Aos sobrinhos João Pedro, João Vítor e Felipe que colore a minha vida com a magia da infância.

Aos meus pais pelo amor, incentivo e apoio, especialmente, à minha mãe, Vera Lúcia, que me ajudou a chegar até aqui. Exemplo de força, de resignação e de luz... A minha maior inspiração.

Ao meu companheiro, amigo e amor Érico José que tem me ajudado a reinventar maneiras de desfrutar a vida. Esteve sempre ao meu lado e me proporcionou momentos mágicos. Escutou atentamente as minhas narrativas sobre as descobertas teóricas e de pesquisa, exercitando a sua paciência. Foi responsável pela revisão cuidadosa deste texto final. Muito obrigada, meu amor!

À família que conquistei, especialmente, a d. Aída e a Amélia, pelos momentos de descontração e pelas orações fortes.

Aos amigos que torcem por mim e se alegram com as minhas vitórias, especialmente a Luanna e a Bartira.

A todos, meus agradecimentos pela solidariedade, generosidade e consideração!

A posteridade, porém, como a história, é imparcial e fria, severa mas serena. (AMARAL, 1907)

É a história a ciência da verdade e, para nada serviria, se não fosse um ensinamento de moral e de justiça! (AMARAL, 1938)

ALVES NETA, Amélia Saback. “A ciência da verdade”: História e escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943). 259 f. il. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Nesta tese, examina-se a obra do historiador baiano Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949). Busca-se entender o tipo de história que ele produziu e os métodos empregados. O conjunto dos escritos analisados abrange artigos, livros e discursos concebidos sob os parâmetros de instituições comprometidas com a memória nacional e com a história da Bahia, a exemplo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia de Letras da Bahia. Os textos de Braz do Amaral e a sua prática historiográfica revelam seu lugar institucional e sua concepção de história. Ressalta-se a importância do historiador para o estabelecimento de um corpo documental de relevância para a escrita da história, na medida em que criou condições para a divulgação de documentos e serviu como filtro historiográfico em relação aos estudos que se tornaram indispensáveis à historiografia brasileira. Discutem-se os temas de sua obra, destacando sua recorrência. Assim, evidencia-se a perspectiva do historiador ao lidar com os acontecimentos no tempo, salientando os seus critérios de seleção. A sua prática historiográfica também se vinculou às alianças políticas que favoreceram suas pesquisas. Conclui-se que Braz do Amaral contribuiu para instituir um modo de escrita da história na Bahia, conforme as necessidades e as condições de produção historiográfica de seu tempo.

Palavras-chave: Braz do Amaral, história, historiografia, documento, instituições.

ALVES NETA, Amélia Saback. "The science of the truth": History and writing of History in Braz Hermenegildo do Amaral's work (1886-1943). 259 sh. ill. 2018. Dissertation (Ph.D.) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This dissertation examines the work of Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949), a historian from Bahia. It aims to understand what type of history he produced and the methods used. The selected writings analyzed comprehend articles, books and discourses conceived under the parameters of institutions committed to the national memory and the history of Bahia, for example, the Geographical and Historical Institute of Bahia, the Historical and Geographical Brazilian Institute and the Academy of Letters of Bahia. The texts of Braz do Amaral and his historiographical practice reveal his institutional position and his conception of history. It observes how the historian was important for the establishment of a relevant documental body for the writing of history, as he created the conditions for the dissemination of documents and served as a historiographical filter with regard to some works that became essential to the Brazilian historiography. This dissertation studies the subjects of his works, highlighting its recurrence. Accordingly, it evidences how the historian deal with the events in time, highlighting his selection criteria. His historiographical practice was bound to the political alliances that favored his researches. This study concludes that Braz do Amaral contributed for the institution of a writing style of the history of Bahia, according to the needs and conditions of historiographic production of his time.

Keywords: Braz do Amaral, history, historiography, document, institutions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALB	Academia de Letras da Bahia
APJCB	Acervo Pessoal de João Canna Brasil
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CMB	Centro de Memória da Bahia
CRB	Concentração Republicana da Bahia
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FMB	Faculdade de Medicina da Bahia
FPC	Fundação Pedro Calmon
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
OM	Otávio Mangabeira
PRB	Partido Republicano da Bahia
PRD	Partido Republicano Democrata
RALB	Revista da Academia de Letras da Bahia
RIGHB	Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O HISTORIADOR, O HOMEM E SEU TEMPO	28
2.1 O HOMEM E AS INSTITUIÇÕES	31
2.2 A CONFIGURAÇÃO DE UM MODO DE ESCRITA DA HISTÓRIA NA BAHIA	44
2.3 A “MONUMENTALIZAÇÃO” DA OBRA	56
2.3.1 Filtro historiográfico: cartas de Vilhena e memórias de Accioli pela leitura de Braz do Amaral	65
3 O ATELIÊ DE BRAZ DO AMARAL	73
3.1 DOCUMENTO, PROVA E NARRATIVA	75
3.2 IMPARCIALIDADE: A “QUALIDADE EMINENTE DO HISTORIADOR”	87
3.3 OS SUJEITOS DA HISTÓRIA	92
3.4 BIOGRAFIAS PARA A MEMÓRIA	100
4 UM OLHAR SOBRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO	125
4.1 DESCOBRIMENTOS, COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DAS AMÉRICAS	129
4.1.1 Colonização da Bahia	136
4.2 A IDEIA DE REVOLUÇÃO	141
4.2.1 Independência do Brasil na Bahia e a formação da nacionalidade brasileira ..	165
5 TÓPICOS DA REPÚBLICA	175
5.1 RAÇA E MISTIÇAGEM	175
5.2 UM HISTORIADOR ENTRE DOIS REGIMES POLÍTICOS	186
6 DO SUBSOLO AO TERRITÓRIO DA POLÍTICA	212
6.1 BRAZ DO AMARAL NO SUBSOLO DA CAPITAL BAIANA	212
6.2 POLÍTICA DO ESPAÇO: QUESTÕES DE LIMITES DA BAHIA	221
6.3 NO SOLO DA POLÍTICA: RELAÇÃO COM J. J. SEABRA	233
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
REFERÊNCIAS	248

1 INTRODUÇÃO

Esta tese se ocupa da obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949), historiador baiano que escreveu sobre a Bahia e o Brasil, contribuindo para a construção de um modo de escrita da história e um método de pesquisa pautado na busca, coleta, reunião e exposição de documentos como garantia da “verdade histórica”. A sua ampla produção é proporcional aos papéis e aos lugares ocupados em instituições que buscavam forjar uma história para a nação, bem como às alianças políticas firmadas na Bahia, sobretudo, com José Joaquim Seabra (1855-1942), o que propiciou suas pesquisas em diferentes arquivos para assegurar a defesa do território desse estado. Assim, analisamos o tipo de história produzida pelo historiador e as alianças políticas que também favoreceram a sua prática historiográfica.

Filho de militar, educado em uma vida modesta, Braz do Amaral formou-se em medicina, em 1886, mas lecionou por muito tempo disciplinas no campo da História. Vinculou-se a instituições interessadas em modelar uma memória para o estado, a exemplo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Academia de Letras da Bahia (ALB), participando da fundação e do corpo de sócios de ambas. Contribuiu com a elaboração de textos, discursos, breves biografias de falecidos. Apresentou os resultados dos trabalhos desenvolvidos paralelamente aos dessas instituições, a exemplo dos comentários feitos às cartas de Luís dos Santos Vilhena (1744-1814) e às memórias históricas e políticas de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865), assim como as questões de fronteira da Bahia.

O interesse pela obra de Braz do Amaral deve-se à carência de estudos acerca da historiografia baiana, no que diz respeito aos seus integrantes, às características e aos fundamentos dos seus escritos. Justifica-se também pela falta de conhecimento acerca desse intelectual e de sua obra, apesar dos papéis desempenhados tanto como historiador da Bahia quanto como homem político, das recorrentes referências ao seu nome, principalmente, em trabalhos que abordam o tema da Independência Nacional e dos usos de alguns textos seus, a exemplo dos que tratam da Conjuração Baiana ou da proclamação da República, tomados na maioria das vezes pelo viés informativo.

É a “carência de orientação” no pensamento histórico, na perspectiva do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen, que desafia a ciência da história e lança o historiador numa

reflexão específica sobre o passado.¹ No caso desta tese, a lacuna no que diz respeito ao exame da obra de Braz do Amaral motivou o estudo da historiografia como objeto da História. A capacidade autorreflexiva do conhecimento histórico, de olhar para o seu passado, talvez seja o principal elemento de diferenciação da História no campo das ciências humanas. A historicidade desse conhecimento leva o historiador a recuperar a produção anterior e abre a possibilidade de uma “crítica historiográfica”, algo que para alguns foi inaugurado pelo filósofo e historiador italiano Benedetto Croce (1866-1952), ao sugerir que o julgamento da obra histórica devia ser feito por essa sua condição e não pela quantidade e exatidão das informações, ou pelo prazer que proporcionava.²

O trabalho de Benedetto Croce sobre teoria e história da historiografia, de 1917, é considerado uma referência para o campo dos estudos historiográficos. Distinguiu-se dos anteriores, do ponto de vista do conteúdo de análise, não se limitando à listagem de autores e obras. Além disso, incorporou, em sua história da historiografia, os textos de Karl Marx e Friedrich Engels. Croce é reconhecido pela ideia, segundo a qual, toda história é “contemporânea”, na medida que surge como recriação na mente do historiador, ao buscar responder questões do seu presente. O autor também refletiu sobre a necessidade de traçar a linha divisória entre “história” e “história da historiografia”, marcando a especificidade do estudo historiográfico e abrindo o debate com seus antecessores.³

Os estudos historiográficos, ou estudos da história dos escritos, das interpretações e dos métodos históricos, desenvolveram-se no início do século XX como “campo autônomo do conhecimento”. O exemplo da obra de Benedetto Croce insere-se nessa constatação. Contudo, conforme ressaltou Rogério Forastieri da Silva, a preocupação historiográfica, que ele chama de “empenhos historiográficos”, existe antes mesmo desse campo se consolidar. O autor observou que desde a historiografia antiga e medieval havia uma atenção crescente dos historiadores em relação aos trabalhos dos antecessores e dos contemporâneos. Inquietação que não coube a Heródoto e a Tucídides, uma vez que não deixaram reflexões sobre suas práticas, apesar da base oferecida aos historiadores subsequentes, mas afetou Políbio que fez

¹ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1ª reimpressão, 2010, p. 31.

² MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 15-16.

³ SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 61-64.

um balanço sobre o que havia sido produzido chegando a emitir juízos de valor sobre os autores.⁴

A história dos estudos historiográficos mostra a influência das mudanças políticas e ideológicas de cada época na produção histórica e na atenção dispensada aos trabalhos precedentes. Basta considerar, por exemplo, os efeitos da implantação do Cristianismo na história da história ou os impactos do chamado Renascimento e da Reforma Protestante. Na Alemanha os representantes do movimento reformista conferiam importância ao estudo da história para questionar os dogmas da Igreja Católica. Em meio a uma profusão de histórias, fruto ao que parece da “livre interpretação” da Bíblia, era necessário compará-las, apreciá-las. Esse aspecto explica, aos olhos de Rogério Forastieri, o fato de ter dado a Alemanha o ponto de partida para uma “história científica”, momento no qual se estruturaria e se consolidaria a história da historiografia como preocupação e como setor da história como disciplina, o mesmo contexto de desenvolvimento da Escola Histórica Alemã.⁵

A historiografia alimenta-se da contínua revisão da história, sendo ela própria histórica. Para o historiador francês Charles-Olivier Carbonell, ela é a “história do discurso”, aquele dos homens sobre seu passado, ou seja, a história da história.⁶ Jörn Rüsen, por sua vez, observa que a historiografia, orientada pelos princípios da “razão histórica”, é “parte integrante da pesquisa histórica”, enunciada como “saber redigido”. O autor a considera uma escrita dos resultados de pesquisa de forma racional, sem prejuízo do “progresso cognitivo”. Caberia à teoria a função, nesse caso, de racionalizá-la.⁷

Na qualidade de discurso histórico sobre a história ou como a própria história, sendo narrativa da prática histórica, a historiografia pode ser tomada, portanto, como fonte ou objeto, uma vez que ela também tem a sua historicidade. Esse campo da crítica historiográfica tem se expandido no Brasil, mas ainda de forma lenta. No âmbito da produção histórica nacional e, particularmente, baiana poucos trabalhos elegem a historiografia como objeto específico de análise. Embora seja possível datar da segunda metade do século XIX, no processo de consolidação do Estado Nacional, o surgimento de ensaios de natureza historiográfica, no âmbito da história, a exemplo dos ensaios do cearense João Capistrano de

⁴ SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 26-28.

⁵ Ibid., p. 40.

⁶ CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Portugal, Lisboa: Teorema, 1987, p. 6.

⁷ RÜSEN, op. cit., p. 46-47.

Abreu, e, sobretudo, no campo da literatura com Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho, os estudos da história da historiografia são do século XX.⁸

As pesquisas desenvolvidas por José Honório Rodrigues, no final da primeira metade do século XX, figuram entre as pioneiras, depois do trabalho de Nelson Werneck Sodré sobre “o que se deve ler para conhecer o Brasil”, publicado pela primeira vez em 1945, conforme destacou Erivaldo Fagundes Neves, ao refletir sobre a escrita da história na Bahia.⁹ Do final do século XX à primeira década do XXI, o tema da historiografia brasileira tornou-se alvo de novos estudos. Entre os trabalhos publicados merece destaque o de Nilo Odália, *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, no qual ressalta a necessidade de se elaborar uma “história da historiografia” e faz um estudo sobre a produção histórica ou as “formas do pensamento” de Varnhagen e Oliveira Vianna. Nota-se que já se tratava da década de 1990 quando esse autor observou a carência de estudos historiográficos, apesar do surgimento de algumas pesquisas voltadas para esse tema, ou outros a ele indiretamente ligados.

Destacamos, ainda, trabalhos desenvolvidos com base na obra de historiadores que figuram entre os fundadores da historiografia brasileira, como Capistrano de Abreu. Entre os exemplos estão o de Daniel Mesquita, *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil “grandes traços e largas malhas”*, e o de Maria da Glória de Oliveira, *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*.¹⁰ No primeiro caso, o autor observa nos textos examinados a dupla formação da “nacionalidade brasileira” e a do próprio Capistrano como “historiador moderno”, pela “crítica documental” que ele efetuou e pela narrativa organizada dos documentos utilizados. Metodologicamente, Daniel Mesquita põe os textos desse historiador em relação aos seus antecessores, aos contemporâneos e a ele próprio. Servindo esse método como exemplo para desvendar segredos internos e contradições do historiador e de sua obra. No segundo caso, o título do livro de imediato revela o objetivo da autora: mostrar como esse historiador escreveu a história ou praticou o seu ofício. Maria da Glória de Oliveira se propõe a estudar os escritos de Capistrano, algumas obras e a

⁸ SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 88.

⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita da História na Bahia. In: OLIVEIRA, Ana Maria carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. (Orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 95.

¹⁰ MESQUITA, Daniel. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2010.; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

correspondência ativa, como fruto das “determinações” do lugar e das práticas que envolveram a sua elaboração. Isso implicou situá-lo em relação ao debate que se estabeleceu em torno da escrita da história, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Antes do surgimento de trabalhos como os citados, Katia de Queirós Mattoso refletiu sobre a situação da historiografia baiana na introdução do livro *Bahia, século XIX: uma província no império*.¹¹ A autora afirmou que até início dos anos de 1960, Seignobos exercera forte influência sobre os historiadores brasileiros, que apesar de “bem informados” sobre as publicações internacionais, não se mostravam interessados nas novas perspectivas lançadas pelos franceses. Julgou que a historiografia e os historiadores baianos se encontravam em uma situação de atraso. Observou também que a escrita histórica na Bahia era factual e que as monografias se baseavam em acontecimentos, sobretudo do século XVII. A inserção de Katia Mattoso na vida universitária baiana, a partir da década de 1960, foi considerada importante para o desenvolvimento da pesquisa histórica, que ganharia notoriedade em um contexto de mudanças nessa área.

Um dos trabalhos que adotaram a perspectiva de análise da historiografia local foi *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*, de Paulo Santos Silva, publicado em 2000. Nessa obra, o autor investiga a relação entre produção histórica e projeto político de um dos grupos que fizeram oposição ao governo Vargas, a partir dos anos de 1930, a Concentração Autonomista da Bahia. Por meio dessa análise, Paulo Silva demonstrou que os estudos históricos produzidos nesse período por intelectuais com importante inserção política, a exemplo de Wanderley Pinho, Luiz Vianna Filho e Nestor Duarte, estavam vinculados à própria história dos grupos dirigentes locais. Embora a tese do autor se concentre na correspondência entre o projeto político dos autonomistas e a produção do discurso histórico, observa-se que é possível estender essa relação a outros intelectuais que ficaram de fora de sua investigação, em razão do recorte dado. Braz do Amaral, por exemplo, aproximou-se do projeto de J. J. Seabra e essa aliança rendeu-lhe alguns trabalhos. A sua prática como historiador foi favorecida, conforme assinalado, pelas ligações políticas.

Erivaldo Neves observou em artigo cujo título principal é *Perspectivas historiográficas baianas*, que a produção historiográfica da Bahia “evoluiu lentamente” a partir da crescente

¹¹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. Introdução. In: _____. *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 25.

“qualificação dos professores universitários”, da estruturação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, posteriormente, da “interiorização do ensino superior”.¹² Paulo Silva também destacou, em *Historiografia baiana nos últimos 50 anos*, o papel da universidade como “foco irradiador hegemônico” do discurso historiográfico baiano, sobretudo, a partir da criação do referido Programa de Pós-Graduação, em 1969, inicialmente Mestrado em Ciências Humanas, fase na qual se fez notar a segunda das duas “configurações historiográficas” identificadas pelo autor na Bahia, do século XX à primeira década do XXI. Tendo a primeira configuração vigorado nos anos de 1930 e 1940 e se referenciado no IGHB, algumas obras de intelectuais ligados a esse grupo foram retomadas em estudos que surgiram em âmbito acadêmico, a partir dos anos de 1970.¹³ Ainda conforme o autor, a comunidade de historiadores vinculada ao que considera ser a primeira configuração historiográfica da Bahia era composta basicamente por bacharéis em direito e em medicina que pesquisavam e faziam parte de instituições de ensino superior como professores de História.¹⁴

Ao alargar os marcos temporais, vê-se que esse era o caso de Braz do Amaral. Embora com formação médica em fins do século XIX, ele trilhou os campos da história estabelecendo um corpo documental denso e de grande utilidade para a historiografia brasileira.¹⁵ Ao fazer pesquisas e tornar público documentos inéditos da história do Brasil, a exemplo das cartas de Luís Vilhena, das memórias de Inácio Accioli e dos documentos referentes aos limites do estado da Bahia, propôs um modo de escrever a história e atraiu a atenção para a prática de buscas em arquivos, nos moldes utilizados pelos eruditos de outros países. A história da historiografia é repleta de exemplos, desde pelo menos o fim do século XVII, de “empenhos” nessa direção de organização de arquivos, reunião e publicação de documentos e reedição de trabalhos já esquecidos.¹⁶

¹² NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita da História na Bahia. In: OLIVEIRA, Ana Maria carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. (Orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.

¹³ SILVA, Paulo Santos. Historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 85.

¹⁴ Ibid., p. 87.

¹⁵ Escapa ao objetivo desta tese estudar a prática e os trabalhos de Braz do Amaral no âmbito da medicina. Não é da sua competência também investigar detidamente as razões que o levaram a se dedicar às “letras históricas”. O pressuposto explicativo é o de que a Faculdade de Medicina era um ambiente propício à produção de conhecimento social que viabilizava o engajamento de intelectuais pelas questões de história da Bahia.

¹⁶ Sobre os “empenhos historiográficos” em países europeus, na história da historiografia, ver SILVA, Rogério Forastieri da. op. cit., p. 41-43.

Com o olhar direcionado para a produção do historiador em questão, foi possível localizar o texto *Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República*, de Rinaldo Nascimento Leite, publicado nos anais do XXVII Simpósio Nacional de História, em 2013. Nesse caso, percebe-se a centralidade do historiador baiano e de sua obra, ou pelo menos de parte dela. O autor refere-se a Braz do Amaral como “fundador da historiografia moderna na Bahia”.¹⁷ Analisa “duas características” da obra: o uso da história como “objeto de uma função moral” e a dimensão política de seus textos históricos, que reivindicavam posição de destaque para a Bahia na República.¹⁸ Utiliza o termo “evolução” ao caracterizar o trabalho de Braz do Amaral como historiador ao longo dos seus escritos, embora concentre a análise em torno do livro *Ação da Bahia na obra da independência nacional* (1923).

Esse estudo desenvolvido por Rinaldo Leite tem o mérito de abordar um tema negligenciado nas discussões sobre a historiografia baiana, mas cabe explicitar como se efetivou a escrita da história de Braz do Amaral. Discutir a sua perspectiva historiográfica. A parte mais substancial da obra do historiador ainda precisa ser tomada como objeto de estudo. Nela é possível flagrar as contradições de um homem no tempo, as mudanças de posição e de ideias. Lacuna que esta tese pretendeu preencher. O que há de mais concentrado acerca de Braz do Amaral vem do próprio IGHB ou das matérias de jornais nas circunstâncias de sua morte. Entretanto, são discursos laudatórios que se configuram como listagem de suas obras, como reconstituição da sua trajetória pelas instituições e servem para alimentar uma memória dos feitos do historiador, ao apresentar mais dados biográficos do que propriamente análises da sua produção. O Instituto Histórico chegou a promover, em novembro de 2011, um seminário sobre sua vida e obra, reunindo pesquisadores e historiadores, a exemplo do próprio Rinaldo Leite, que utilizam textos de Braz do Amaral em seus trabalhos, ou até se dedicam especificamente a algum tema discutido por ele, sem apresentar, no entanto, um olhar panorâmico e, ao mesmo tempo, aprofundado sobre o conjunto da sua obra.

Um estudo da historiografia baiana, a partir da obra de um de seus integrantes, sujeita-se ao risco, comum aos trabalhos elaborados nesse campo do conhecimento, de se perder em uma narrativa descritiva, ou excessivamente analítica, uma vez que a documentação básica consiste em livros, artigos e discursos históricos. Uma abordagem histórica, no entanto, em

¹⁷ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República*, p.1. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209_ARQUIVO_BrazdoAmaral,ohistoriadordaBahia_TextoXXVIISimp.ANPUH.pdf. Acesso em: 01 de dezembro de 2013.

¹⁸ Ibid., p. 5.

que se consideram os dados temporais, o lugar de fala e as relações políticas, em que se analisa a obra do historiador explorando, sempre que possível, o contraste em relação aos escritos dos seus contemporâneos pode ajudar na elaboração de um texto mais crítico. Foi o que se buscou fazer.

A densa obra historiográfica de Braz do Amaral, que constitui a base documental desta tese, é composta por textos escritos, embora encerre uma dimensão oral, já que muitos deles são originários de discursos pronunciados em instituições de Salvador, a exemplo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e da Faculdade de Medicina. Abrange cerca de treze livros sobre a história política do Brasil e da Bahia, que tratam basicamente do Império e da República, mais ou menos cinquenta artigos e discursos do IGHB e da ALB a respeito de temas variados, com ênfase em fatos políticos e alguns relatórios sobre os limites territoriais do estado. Além desses, outros textos e discursos divulgados em revistas de outras localidades, a exemplo da *Revista Estudos Brasileiros* e da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, desvelam o seu lugar na historiografia baiana e brasileira ao lado de intelectuais importantes. Sua obra serviu como referência fundamental aos estudos relacionados à história da Bahia surgidos ao longo de décadas, sobretudo aqueles dedicados aos fins do século XVIII e início do XIX, fase da qual mais se ocupou.

O período de luta por emancipação política e formação de um Estado nacional e os conflitos decorridos desse episódio foram incansavelmente abordados por Braz do Amaral ao longo das primeiras décadas do século XX, sobretudo, no contexto de comemoração do centenário da independência. Convém ressaltar que, fora dessa cronologia predominante, encontram-se os comentários feitos sobre as referidas cartas de Vilhena, escritas pelo professor de grego no final do século XVIII, mas que se reportam ao processo de povoamento e colonização do Brasil, e sobre as memórias históricas e políticas de Inácio Accioli em torno da história da Bahia, desde o “descobrimento” ao primeiro quarto do século XIX. Para além desses trabalhos, Braz do Amaral aventurou-se em assuntos como a presença jesuítica e a colonização na Bahia, a história das instituições, a exemplo da Faculdade de Medicina e do IGHB, buscando traçar perfis biográficos de seus membros falecidos, a monarquia e a república, os limites do estado da Bahia. Ao aplicar sobre a obra do historiador uma perspectiva de análise horizontal, observou-se que a diversidade dos seus objetos de estudo é bem maior do que a bibliografia que a utiliza faz acreditar, já que concentrada nos temas da história política discutidos por ele.

De outro lado, em uma perspectiva vertical, sustentada pela análise do texto e pela reflexão acerca de seu conteúdo, constatou-se que a dimensão política está presente em todos os escritos, seja pela ênfase dada por Braz do Amaral a temas dessa natureza, por desconsiderar essa faceta em determinados momentos, pelo seu lugar de escrita ou pelas alianças feitas com políticos locais. Essas variáveis explicam, em alguma medida, a recorrência de acontecimentos políticos, a incansável descrição das batalhas e a presença dos militares na condição de sujeitos da sua história. Se houve preferência, entretanto, ela só pode ser em parte explicada pela natureza do objeto de sua história em si. Cabe questionar, por que razão o dado político aparece com força na obra de Braz do Amaral? Seria por escolhas individuais? Por injunção do contexto de produção? Pelas demandas das instituições históricas e políticas? Em função de uma concepção de história? Ou quais os fatores combinados? Ele incorporou a visão de historiadores que antes dele empreenderam a tarefa de interpretar a nação, os seus conflitos políticos, as questões da miscigenação, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen, citado em alguns de seus textos. A influência desse historiador sobre o pensamento de Braz do Amaral pode ser verificada na forma como abordou, por exemplo, as revoltas e a mobilização do povo em torno de algumas causas. A inspiração pode ser percebida também no modo como escreveu a história e tratou os seus temas. Em sua narrativa marcada pela lógica causal, Braz do Amaral serviu-se dos documentos oriundos das instâncias oficiais de poder para “provar” o que dizia. O sentido da “prova” como garantia da verdade histórica é algo recorrente em seus textos, como também é frequente o recurso de narrar o acontecimento como se o houvesse visto.

A associação a instituições interessadas em guardar ou fabricar uma memória para a Bahia e o Brasil também influenciou nas suas escolhas temáticas e no método de abordagem da história. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia buscou criar uma história para o estado e Braz do Amaral foi um colaborador ativo nesse empreendimento, que era parte de um projeto historiográfico nacional. A criação dos institutos históricos nas províncias seguia orientações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, localizado na capital do Império, que, por sua vez, buscava concentrar os conhecimentos sobre o Brasil. O projeto historiográfico dessa instituição se articulava ao objetivo mais amplo de centralização política de meados do século XIX, conforme destacou Manoel Luís Salgado Guimarães. A história seria o instrumento capaz de forjar uma nacionalidade e o instituto o “lugar privilegiado”

onde seria escrita. A partir das pesquisas desenvolvidas nesse centro e em seus congêneres poder-se-ia conhecer o Brasil, o seu território, a sua colonização, os povos que o habitavam.¹⁹

As diretrizes da escrita da história do Brasil foram lançadas com a escolha e a premiação, em 1847, do texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, do alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, publicado na revista do Instituto Histórico Brasileiro, em 1844. O naturalista ressalta a particularidade da história do Brasil e do povo brasileiro, que deveria ser considerada no processo de escrita da história.²⁰ Em sua perspectiva, o mérito do trabalho do historiador estaria na capacidade de mostrar como as três raças constitutivas desse povo se “aperfeiçoaram”. Do ponto de vista da forma que deveria ter a história do Brasil, von Martius lançou os fundamentos de uma história comparativa, na medida em que sugeriu ao historiador explorar as especificidades e generalidades de cada província. Propôs, ainda, a elaboração de uma história, considerada “mestra” do presente e do futuro, que fosse capaz de despertar nos leitores sentimentos pátrios.²¹

Foi esse o modelo adotado pelo IHGB e divulgado pelos institutos regionais, que contribuíam com a elaboração da história nacional, destacando a das suas províncias. Poder-se-ia indagar: em que medida a história escrita por Braz do Amaral, cuja centralidade é a Bahia, pode estar baseada nas diretrizes de von Martius? Braz do Amaral estava integrado a esse projeto não somente porque fazia parte do corpo de sócios da instituição, mas principalmente porque atendia a essas demandas. Como já mencionado, ele escreveu sobre os aborígenes, os sistemas de colonização, as tribos negras importadas, compôs biografias, explorou galerias subterrâneas e fez pesquisas no exterior para demarcar os limites da Bahia. Seguiu os pressupostos levantados por von Martius, décadas antes, em seu projeto para uma história nacional e os passos de historiadores que o antecederam, a exemplo de Francisco Adolfo Varnhagen que: serviu como historiador ao Estado imperial; colocou em prática o programa de von Martius; esteve atento à importância da coleta de fontes primárias no Brasil e no exterior e à intervenção do governo nessa tarefa; discutiu a questão indígena e assessorou o governo de D. Pedro II nas questões de fronteiras do Brasil.²² A semelhança entre os tópicos

¹⁹ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 14 e 16.

²⁰ VON MARTIUS, Karl Friedrich Ph. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. 219, abril-junho de 1953, p. 187.

²¹ VON MARTIUS. op. cit., p. 202-204.

²² Essas indicações dos trabalhos realizados por Varnhagen são dadas por Manoel Salgado Guimarães ao longo do texto aqui utilizado como referência. Cf. GUIMARÃES, op. cit., p. 5-27.

de estudo mostra que se passaram os anos, mas prevaleceu a preocupação com determinados temas da história.

A obra historiográfica de Braz do Amaral será abordada a partir da compreensão de que ela é fruto da relação entre um “lugar”, uma “prática” e uma “escrita”, como recomenda Michel de Certeau, ao propor uma “operação historiográfica”.²³ Isso implica desvendar as “leis do meio” que envolveram a produção dos seus textos. É o que para a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim corresponderia à “natureza coletiva da criação”, ou o que Lukács chama de “visão de mundo” do “criador” do livro, conforme as observações de Maria de Lourdes Monaco Janotti.²⁴ Ou ainda, poderíamos acrescentar, na perspectiva de Marc Ferro, que as condições de produção e natureza das obras históricas se relacionam com os “focos irradiadores” do discurso.²⁵ Algo que José Honório Rodrigues também considerou ao ressaltar que “não existe história sem teoria ou ideologia histórica”, o que pode ser verificado pela constante necessidade de reescrita dela. Esse o desafio do saber histórico, o fato de ser “provisório e relativo”, na medida em que cada época “incorpora a forma e o espírito da sua idade”.²⁶

À luz dessas orientações, considera-se que a vinculação de Braz do Amaral ao IGHB e à Academia de Letras da Bahia oferece pistas acerca das “leis” subjacentes ao seu trabalho. Entretanto, para que esse esforço de compreender o tipo de história que ele produziu, a partir dos “focos irradiadores” do seu discurso, apresentasse bons resultados foi necessário considerar espaços outros nos quais atuou, como o da política, e que repercutiram em sua prática historiográfica. Boa parte dos escritos de Braz do Amaral mais utilizados pela historiografia que discute a história política do Brasil data dos anos em que se comemorou o centenário da independência no país. Aqui vale a reflexão de Rogério Forastieri a respeito dos efeitos da conjuntura política e das mudanças ideológicas sobre a produção histórica e sobre o olhar direcionado a trabalhos precedentes. Algumas perguntas surgem em torno dessa questão: Quais foram as estratégias adotadas por Braz do Amaral para responder às carências da historiografia do seu tempo e apresentar uma explicação racionalizada dos acontecimentos? O que significava escrever a história do Brasil, a partir da Bahia? Pretende-

²³ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 119-143.

²⁵ FERRO, Marc. Prefácio. In: _____. *A história vigiada*. Tradução Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 9.

²⁶ RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1970, p. 153.

se mostrar que ao abordar acontecimentos políticos, a exemplo da independência nacional, o historiador sempre destacava a participação da Bahia no processo. Ainda no caso da independência, propôs uma revisão dos fatos, sobretudo, no âmbito das produções literárias acerca do assunto, ao apresentar uma série de documentos, em pelo menos três obras diferentes, *Ação da Bahia na obra da independência nacional* (1923), *História da Independência na Bahia* (1923) e *Fatos da vida do Brasil* (1941), para expor o processo de luta e os acontecimentos dos quais a Bahia fora palco.

O envolvimento com o governo de J. J. Seabra foi o outro elemento que marcou a sua prática e a sua escrita. Braz do Amaral foi convidado por Seabra, em seu primeiro governo (1912-1916), para pesquisar e debater as questões de fronteira da Bahia com outras províncias, principalmente, Sergipe, Espírito Santo e, posteriormente, Pernambuco, que deram origem aos relatórios apresentados na Conferência de Limites de 1920. Além disso, foi condescendente com o então governador em sua política de remodelação de Salvador. As relações de “clientelismo” ou a “dinâmica de favores” eram comuns na política da Primeira República e J. J. Seabra possuía habilidade para lidar com isso, como destaca Sílvia Noronha Sarmento.²⁷ Buscou-se refletir se Braz do Amaral se inseriu nessa política, que possuía sua lógica própria, marcada pelos favorecimentos e pelo “continuismo”, bem como entender qual a aproximação dele com Seabra e se ela variou com o tempo. Seria possível explicar a sua trajetória com a chave interpretativa apresentada por Sílvia Sarmento? A investigação sobre a atuação política estendeu-se ao período em que foi candidato e eleito para representar a Bahia no Legislativo como deputado federal, entre 1924 e 1929, em duas legislaturas consecutivas, ponto que mereceu atenção pelo fato de ter ele alcançado espaços de poder no momento em que o seabrismo havia declinado, período abordado por Sílvia Noronha Sarmento no referido livro.

Como recurso metodológico, estabeleceu-se contrapontos entre os seus textos e os de outros historiadores que o antecederam ou foram seus contemporâneos, sobretudo com os de José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967). Observou-se o lugar ocupado em relação a historiadores que contribuíram com a instituição de um padrão de escrita da história, ajudando a formar uma ideia de história que foi reproduzida entre eles. Em torno desse aspecto, esta tese tenta mostrar se ele estava de acordo com os historiadores do seu tempo. Se foi Braz do Amaral uma expressão mediada da cultura historiográfica do tempo em que viveu. Ao

²⁷ SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Prefácio de Consuelo Novais Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2011.

comparar abordagens diferentes sobre o mesmo tema foi possível perceber em que a sua obra se diferenciou e se aproximou das demais, sobretudo dos historiadores que o sucederam, mesmo aqueles que o adotaram como referência fundamental. O exercício de comparação foi aplicado aos seus próprios escritos, a fim de flagrar as mudanças de posição e as suas contradições, observando como se serviu, ao longo do tempo, dos esquemas que elaborou. Nessa relação entre o que mudou e o que se repetiu delineou-se, portanto, a sua escrita da história.

Diante da impossibilidade de dar conta da totalidade dos seus escritos, em função do volume disponível, sobretudo no IGHB, operou-se um recorte que privilegiou os livros publicados, os artigos e os discursos do IGHB, que denotam a sua intensa atividade na instituição. Todo o material analisado serviu para o conjunto da tese, de forma transversal. Nesse sentido, livros como *Recordações históricas* (1921), os três volumes de *A Bahia no século XVIII* (1922), *História da Independência na Bahia* (1923), *Ação da Bahia na obra da independência nacional* (1923), *História da Bahia do Império à República* (1923), entre outros, além de discursos e demais textos lançados na forma de brochura, foram utilizados ora como fonte, ora como objeto para as sete seções que serão apresentadas. Ao examinar esses livros e os discursos mais curtos divulgados em revistas históricas, refletiu-se sobre a natureza e as características de cada um deles, em um esforço contínuo de crítica das fontes, o que implicou considerar não somente o lugar onde foi veiculado ou o ano em que foi escrito, mas a sua forma, se mais curto e informativo ou longo e explicativo, se descritivo ou repetido.

Essa estratégia foi adotada, por exemplo, para a análise do livro *Recordações históricas*. Uma coletânea de artigos publicada, em 1921, na cidade do Porto, que reúne alguns textos que haviam sido impressos pelo *Jornal de Notícias* da Bahia, além de dois inéditos enviados aos anais do Congresso Brasileiro de História e do Arquivo Público Nacional. A seleção dos textos foi feita pelo próprio Braz do Amaral, no contexto de pesquisas e trabalhos em torno do centenário da independência. A segunda edição desse livro foi lançada pela Assembleia Legislativa e pela Academia de Letras da Bahia, em 2007, tendo sido prefaciada pela historiadora que à época presidia o IGHB, Consuelo Pondé de Sena. Por essa razão esse livro mereceu um tratamento que levasse em conta as três circunstâncias de que ele é resultado.

Um dos objetivos desta tese é tematizar a obra de Braz do Amaral e destacar uma cronologia interna aos textos examinados, posto que sobre cada objeto ou tema o historiador percorreu mais de uma vez e em períodos diferentes. Ou seja, percebeu-se certa relação dinâmica entre o objeto e o tempo em que havia sido abordado. Apesar disso, o recorte

adotado foi mais temático do que cronológico. Ao se aventurar nessa tarefa, contudo, não se pretendeu esgotar o debate sobre o tema feito pela historiografia baiana ou nacional. A intenção se resume, basicamente, no cuidado de perceber como Braz do Amaral enxergava o movimento da história e como sua visão sobre os acontecimentos poderia ser considerada nesse movimento. Observou-se que as escolhas temáticas de Braz do Amaral e o conteúdo dos seus artigos correspondem a um enquadramento dentro de certa tradição e respondem às questões que se colocavam em cada período para a intelectualidade. Nesse sentido, os temas orientaram a divisão desta tese em sete seções, intituladas, *O historiador, o homem e seu tempo*; *O ateliê de Braz do Amaral*; *Um olhar sobre a Colônia e o Império*; *Tópicos da República* e *Do subsolo ao território da política*, duas das quais, a primeira e a última, correspondem à *Introdução* e às *Considerações Finais*, respectivamente. Essa divisão relaciona o homem, o lugar de onde fala, a sua prática de escrita da história e o seu objeto.

Na segunda seção, *O historiador, o homem e seu tempo*, o objetivo é verificar as condições de produção da historiografia na Bahia. Buscou-se refazer as articulações do homem com as instituições às quais se vinculou a fim de entender como elas demarcaram a sua prática historiográfica. Tentou-se reconstituir a rede de relações formada a partir das associações históricas e dos agrupamentos literários aos quais pertenceu. Ao situá-lo entre historiadores que o antecederam e os seus contemporâneos foi possível reconhecer a configuração de um modo de escrita da história na Bahia, algo que é reforçado nas seções seguintes com a efetiva análise da sua obra. Procurou-se demonstrar como se deu o processo de “monumentalização” da sua obra, pautada principalmente no esforço de se fixar para a posteridade. Nesse sentido, observou-se que serviu como “filtro historiográfico”, oferecendo subsídios para a escrita de uma história nacional, com lugar de destaque para a Bahia.

Na terceira seção, *O ateliê de Braz do Amaral*, discutiram-se os fundamentos do seu trabalho no papel de historiador. Refletiu-se sobre a sua concepção de história, a partir do exame dos seus textos, nenhum deles apresentando uma reflexão específica sobre o ofício de historiador e a escrita da história. O eixo da seção foi o tipo de história que escreveu, e os métodos empregados, ao qual se relacionou a investigação acerca de questões como a noção de documento, narrativa e imparcialidade. Indagou-se, por exemplo, em que consistia a noção de “verdade histórica” de Braz do Amaral? Refletiu-se sobre os sujeitos da história e sobre a importância atribuída aos “homens ilustres”, aos quais dedicou esboços biográficos que se repetiram na forma de um esquema, demonstrando a importância da biografia em seu trabalho historiográfico, embora não seja estruturante dele.

Nas seções intituladas *Um olhar sobre a Colônia e o Império e Tópicos da República* abordaram-se os temas que mais apareceram na sua obra, alguns que deram origem a polêmicas no campo da historiografia baiana, como são os casos da Conjuração Baiana e da Independência Nacional. Mesmo sem desprezar a variedade de objetos estudados, privilegiou-se a discussão dos que estão relacionados com o seu lugar de fala, os institutos históricos. Tendo sido esses objetos também tratados por outros historiadores, investiu-se numa análise comparativa, embora o alvo não tenha sido a comparação em si, mas o que foi possível extrair para delinear a opção historiográfica de Braz do Amaral. A quarta seção, especificamente, sustenta-se no eixo da “descoberta”, da colonização nas Américas e das lutas pela independência nacional. Aborda os temas da história da Colônia e do Império. Na quinta seção, o foco é o período de transição do Império à República em que apareceram ideias sobre raça e mestiçagem.

Na sexta seção contemplou-se o movimento feito por Braz do Amaral, em termos de pesquisa e escrita, do subsolo ao solo, ou seja, das galerias subterrâneas aos limites territoriais do estado, estudo viabilizado pelas alianças feitas no campo da política. Nessa seção discutiram-se as motivações do historiador por temas da Arqueologia e da Geografia, com vistas a engrandecer a história da Bahia. Refletiu-se sobre o desenho de uma regionalidade baiana manifestada pelo historiador em seus escritos, sem, entretanto, pretender redescobrir o regionalismo a partir de sua obra. Consideraram-se os resultados das pesquisas de Braz do Amaral sobre os limites do estado, que deram origem aos relatórios apresentados a quem os tinha solicitado, J. J. Seabra, observando como sua prática historiográfica interferiu nesses trabalhos e vice-versa. No terreno da política partidária, foram investigadas as relações com Seabra e seu partido, observando os rearranjos feitos a partir de novas alianças na década de 1920, quando foi eleito deputado federal pela chapa de oposição a Seabra. Nesta seção foi possível visualizar Braz do Amaral colocando o ofício e a história a serviço do Estado, mas vale perguntar: seria a história, em sua visão, a ciência do Estado preocupada com a formação da Nação ou circunscrita à sua região?

A prática historiográfica de Braz do Amaral não consistiu em investidas teóricas ou historiográficas, já que não travava debates com seus pares, pelo menos não no âmbito da sua obra. Constata-se a importância atribuída à coleta e à exposição de documentos, como recurso para se alcançar algo em que ele acreditava, a “verdade histórica”. Não chega ao que considera ser “a ciência da verdade” por via de uma teoria, mas por meio da prática de pesquisa. Ainda assim, ao apresentar a sua concepção de história, revela a sua visão de

sociedade. Não há como exigir de Braz do Amaral, no entanto, uma prática em desacordo com o seu tempo. Cabe investigar as condições de produção da sua obra e os resultados alcançados.

2 O HISTORIADOR, O HOMEM E SEU TEMPO

Em uma quarta-feira, 2 de fevereiro de 1949, por volta das 23 horas, faleceu Braz Hermenegildo do Amaral, após manifestação de uma moléstia, “neoplasma gástrico”, que o deixara acamado. No dia seguinte, os jornais noticiavam a morte do professor e historiador, reverenciando-o pelas contribuições à cultura e à história da Bahia.²⁸ Entre reportagens de conteúdo econômico, político, religioso, encontravam-se as notas de falecimento, biográficas, bibliográficas e informações das homenagens a ele prestadas pelas instituições das quais fez parte.

Na página 2 do jornal *A Tarde* lia-se, ao lado da notícia sobre a sua morte, a matéria “Uma lição viva de história da Bahia”, tratando do roteiro do “Cortejo dos 4 séculos de História” aprovado por historiadores reunidos no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e que seria parte das comemorações do quarto centenário de Salvador, em fins de março de 1949.²⁹ Braz do Amaral não foi citado entre as figuras destacadas como mais representativas da história da Bahia desde a fundação de Salvador, talvez porque o tempo entre o dia da sua morte e a publicação da matéria fosse curto. Ele que, na coluna ao lado, estava sendo homenageado pela sua importância como historiador, professor e político, referido como a personificação da “quadricentenária capital, como o infatigável cultor da sua história gloriosa”.

Na mesma página, o jornal apresentava duas “lições” para a história, da vida e da morte. As matérias emparelhadas mostravam que a história seguia seu curso e a memória lembraria seus mortos. Embora seu nome não tenha figurado entre os dos historiadores reunidos ou, pelo menos, entre os que escreveram sobre a Bahia e fizeram parte da sua história, Braz do Amaral estava envolvido com os preparativos do quarto centenário e presidia a comissão organizadora do I Congresso de História do estado, que se realizaria entre 19 e 29 de março de 1949.³⁰ O historiador Paulo Santos Silva ressaltou a legitimidade da escolha do nome de Braz do Amaral, dedicado “à defesa e exaltação das ‘glórias’ da Bahia”, ao lado de

²⁸ Certidão de Óbito de Braz Hermenegildo do Amaral, Subdistrito de Sant’Ana, registro n. 3027. APEB, Salvador, Tribunal de Justiça, Seção judiciária, Série inventário, Caixa 2777, f. 132.; “O falecimento do prof. Braz do Amaral – Uma grande perda para a cultura baiana”. *A Tarde*. 3 de fevereiro de 1949, p. 2.; “Faleceu, ontem, o prof. Braz do Amaral: Figura de mestre no trato da História baiana – Consternação geral”. *Diário de Notícias*. 3 de fevereiro de 1949. ALB, Pasta Braz do Amaral.

²⁹ “Uma lição viva de história da Bahia”. *A Tarde*. 3 de fevereiro de 1949, p. 2. ALB, Pasta Braz do Amaral.

³⁰ “I Congresso de História da Bahia – Mais uma dezena de teses – o busto de Anchieta – outras”. *A Tarde*. 19 de janeiro de 1949, p. 2. ALB, Pasta Braz do Amaral.

Bernardino de Souza, que também faleceu às vésperas do Congresso, um mês antes do colega.³¹ O jornal *A Tarde* afirmou, ao homenagear Braz do Amaral, dias após sua morte, que ele trabalhou até a última semana antes de falecer e entregou à secretaria do Congresso as teses, “O federalismo na Bahia (1833-1889)” e “Reação do aborígene contra o estrangeiro invasor (1500-1800)”.³² À frente do IGHB e de um evento como esse não é de estranhar a intensa produção desse historiador até seus últimos dias, algo que se refletiu na forma como a imprensa noticiou a sua morte, rendeu-lhe homenagens e enalteceu seus feitos.

Era um momento de “frêmito comemorativo” do IV Centenário da Cidade do Salvador, ao tempo em que se realizava o I Congresso de História da Bahia. O governo de Otávio Mangabeira uniu-se a instituições históricas para promover as comemorações, financiando os eventos. Apesar do surgimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em 1942, o Instituto Geográfico e Histórico continuava sendo o espaço hegemônico de produção da memória histórica da Bahia. Celebrar o aniversário da cidade significava rememorar o passado de glórias do estado, berço do que se tornaria o Brasil. Tratava-se, na visão de Paulo Silva, de “uma festa de suas elites intelectuais e políticas para homenagear o passado”. A produção do I Congresso, sobretudo as teses apresentadas, remetia a personalidades e episódios ligados aos grupos dirigentes do estado desde os seus primórdios.³³

Durante todo o ano de 1949, o nome de Braz do Amaral foi citado em diversas matérias do jornal *A Tarde*, que trataram de questões da história, a exemplo do referido Congresso. Após a sua morte, seus trabalhos de historiador, suas pesquisas em arquivos portugueses e brasileiros, as suas colaborações aos institutos históricos, por meio das suas teses, foram lembradas e enaltecidas. Desde o seu funeral, foi homenageado pelo governo e por representantes de instituições às quais era associado, como a Academia de Letras da Bahia, a Faculdade de Medicina, o Instituto Geográfico e Histórico, o Colégio da Bahia, a Escola de Belas Artes. Estas instituições enviaram representantes que discursaram destacando a sua dedicação às questões da Bahia.

Da sua casa na Av. Joana Angélica, n.105, até o cemitério do Campo Santo, o féretro foi conduzido por políticos e representantes das instituições citadas. Acompanharam o cortejo, segundo o jornal *A Tarde*, o governador da Bahia, Otávio Mangabeira, o prefeito de Salvador

³¹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 199. e OLIVEIRA, Waldir Freitas. Bernardino de Souza – o historiador. In: Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 170.

³² “Em homenagem ao historiador Braz do Amaral – As deliberações da comissão organizadora do Congresso de História”. *A Tarde*. 5 de fevereiro de 1949, ano 35, p. 2. ALB, Pasta Braz do Amaral.

³³ SILVA, op. cit., p. 197-199 e p. 202.

e também historiador, José Wanderley de Araújo Pinho (1947-1951), o secretário de educação, Anísio Teixeira (1900-1971), o presidente do Tribunal de Apelação, Salvio Martins, e o secretário da fazenda, Dantas Júnior.³⁴ A presença em seu funeral de homens que ocupavam posições de poder, as várias homenagens recebidas, que não se limitaram ao ano de seu falecimento, e a recorrência de matérias nos jornais dedicadas à sua biografia e bibliografia, mostram que Braz do Amaral era um homem público que desfrutava de reconhecimento na sociedade baiana daqueles anos.

Em 1952, por ocasião do II Congresso de História da Bahia, ainda recebia homenagens pelas mesmas razões das reverências anteriores, especialmente, como homem que “sempre honrou o nome das tradições da Bahia”.³⁵ A sua atividade intelectual, a atuação no magistério e o trabalho desenvolvido na condição de historiador, no âmbito da pesquisa histórica, serviram mais uma vez como justificativa para o discurso elogioso que se encerrou com a sugestão de solicitação ao executivo do estado, por parte da mesa do II Congresso, para que fosse dado o seu nome a uma escola da capital baiana. O texto, de junho de 1952, assinado pelo sócio correspondente do IGHB, Deolindo Amorim, embora tenha feito referência às controvérsias e retificações às quais a obra desse historiador poderia dar margem, cumpriu o seu papel como discurso laudatório. Reforçou a imagem esboçada nos elogios do contexto de sua morte.

Ainda naquele período, paralelamente às homenagens, os jornais deram os informes sobre as sessões que discutiam as substituições dele na comissão organizadora do Congresso de História e na Academia de Letras da Bahia. Após sessão ordinária no IGHB, em 9 de março de 1949, Wanderley Pinho, o mesmo que tomou a frente das comemorações do IV Centenário de Salvador, foi indicado para substituir o historiador falecido na organização do evento. A justificativa dada para a escolha reunia “razões intelectuais”. Por ser um dos “historiadores baianos mais acatados” e “uma das maiores expressões culturais” do Instituto, além de prefeito à época.³⁶ Paulo Silva considerou essa uma “oportunidade de se fazer ‘justiça’”, na medida em que Braz do Amaral e Wanderley Pinho rivalizavam em pontos

³⁴ “Os funerais do prof. Braz do Amaral – homenagens do governo e das instituições culturais”. *A Tarde*. 4 de fevereiro de 1949, p.2. Wanderley Pinho além de homem público era historiador e abordou assuntos que também interessavam a Braz do Amaral, como a revolta da sabinada. Escreveu, entre outros, *A Sabinada, Salões e Damas do Segundo Reinado* e *História de um engenho do Recôncavo – 1552-1944*. ALB, Pasta Braz do Amaral.

³⁵ AMORIM, Deolindo. Homenagem a memória do prof. Braz do Amaral. *RIGHB*, n. 77, 1952, p. 48-49.

³⁶ “Primeiro Congresso de História da Bahia – Reuniu-se, ontem, a comissão organizadora – Indicado para presidi-la o prefeito Wanderley Pinho – Dois centenários de nascimentos a comemorar-se”. *A Tarde*. 10 de março de 1949, p. 2. ALB, Pasta Braz do Amaral.

como o apoio à política dita modernizadora de J. J. Seabra. Apesar de dedicado à tradição, Braz do Amaral, comprometido com o referido político, teria endossado as suas ações demolidoras, ao tempo em que Wanderley Pinho se opusera, buscando preservar o “patrimônio histórico baiano”.³⁷

Na Academia de Letras da Bahia, o processo de sucessão iniciado em março de 1949 foi mais demorado, haja vista que dois candidatos disputaram a cadeira de número 4, que era ocupada por Braz do Amaral. Após sucessivas eleições e meses de votação, em setembro daquele ano, o jornal noticiou a eleição de João da Costa Pinto Dantas Júnior para ocupar a referida cadeira.³⁸ Esses homens tinham em comum a liberdade de circulação por essas instituições, embora muitas vezes divergissem no campo da política.

A morte de Braz do Amaral no ano em que se organizavam eventos dedicados à história da Bahia, às vésperas da realização do I Congresso de História no estado, bem como o fato de ter ele participado ativamente dos preparativos iniciais é representativo da repercussão que teve seu falecimento. A ampla divulgação da sua morte pela imprensa da capital baiana, acompanhada das homenagens feitas em nome dos serviços prestados à história da Bahia, das conquistas políticas, sobretudo no âmbito das questões de fronteiras do estado, do engajamento à frente de instituições e eventos organizados em torno da memória da nação, mostrou que este historiador gozava de prestígio nas instituições que reuniam os intelectuais da época. Dessa vinculação a homens e a grupos organizados em torno das instituições o tópico que se segue vai tratar.

2.1 O HOMEM E AS INSTITUIÇÕES

Em um desses informes laudatórios, feito pelo jornal *Diário de Notícias*, Braz do Amaral foi reconhecido como “amigo das letras históricas”, em função dos trabalhos desenvolvidos nessa área, alguns em torno da organização do I Congresso de História da

³⁷ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 200.

³⁸ “Academia de Letras da Bahia – Os candidatos às vagas de Bernardino de Souza e Braz do Amaral – Um novo correspondente”. *A Tarde*. 21 de março de 1949, p. 2 e p. 11.; “Eleições na Academia de Letras – Só uma das vagas pôde ser preenchida”. *A Tarde*. 26 de maio de 1949, p. 2.; “Eleição na Academia de Letras – Preenchida a cadeira de n. 4”. *A Tarde*. 9 de setembro de 1949, p. 8. ALB, Pasta Braz do Amaral.

Bahia.³⁹ Diferentemente das outras matérias que também exaltaram os seus estudos, esta fazia referência a um aspecto importante da biografia do historiador, a atividade de intelectual. Sem um campo específico para atuar, os intelectuais buscavam um “enquadramento profissional” que mais se aproximasse da sua vocação, numa época em que não era possível viver das “letras”. Poucos foram os escritores, no Brasil, que conseguiram se sustentar desse trabalho.⁴⁰ As dificuldades de exercer uma carreira no estado, apesar da formação em Medicina, Direito ou Engenharia e do cultivo das letras, geralmente através dos jornais e de outros periódicos, e o desejo de ascensão social e política por parte dos intelectuais baianos podem ter motivado a “evasão intelectual”, identificada por Paulo Silva, da segunda metade da década de 1920 ao início da de 1930. O autor referiu-se aos que partiram, a exemplo de Pedro Calmon, Anísio Teixeira, Afrânio Coutinho, Jorge Amado e aos que ficaram, como Theodoro Sampaio, Xavier Marques, Bernardino de Souza, Carlos Chiacchio e Braz do Amaral.⁴¹

Por essa época, Braz do Amaral observou as dificuldades encontradas por quem praticava o ofício das letras. Dessa forma, acabava demonstrando o inconveniente de ser historiador na Bahia. Ao se reportar, em 1923, no livro *História da Bahia do Império à República*, à vida e obra do coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, que faleceu (1865) em condições de miséria no Rio De Janeiro, arrematou: “Não é das letras, e, das letras honestas, especialmente, que pode alguém viver no Brasil, ainda hoje, quanto mais nos meados do século 19°. Na Bahia, absolutamente, não é possível, pois não pode ser mais ingrato o meio.”⁴² No caso de Accioli, mesmo tendo sido nomeado cronista mor do Império, ocupava um cargo que parecia para Braz do Amaral honorífico e não remunerativo. Adiante reconheceu, no entanto, uma Bahia dominada por esse mundo: “A Bahia, esta terra dos estadistas do império, era-o também dos seus poetas, oradores e literatos mais ilustres.”⁴³ Duas frentes de atuação e de expressão não necessariamente opostas, a da política e a das letras, mas que rivalizavam e se complementavam na visão do historiador baiano. Fato

³⁹“Faleceu, ontem, o prof. Braz do Amaral: Figura de mestre no trato da História baiana – Consternação geral”. *Diário de Notícias*. 3 de fevereiro de 1949. ALB, Pasta Braz do Amaral.

⁴⁰ MACHADO NETO, Antônio Luiz. A Bahia intelectual (1900-1930). *UNIVERSITAS – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 12/13, maio/dezembro 1972, p. 274. O romancista e político maranhense Coelho Neto foi uma exceção. Este escritor esteve na Bahia, em 1923, e hospedou-se no Palácio da Aclamação, residência do governador J. J. Seabra. Cf. VEIGA, Cláudio. *Prosadores e poetas na Bahia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, p. 53.

⁴¹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 89 e p. 91 e p. 96.

⁴² AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 261. Coleção Especial, Biblioteca, FFCH, UFBA.

⁴³ *Ibid.*, p. 262.

constatado em momentos nos quais ele mesmo questionou a falta de reconhecimento de um ou outro literato sugerindo que isso se dava por não ter tido a necessária participação política.

De fato, a iniciação no mundo das letras na Bahia que, geralmente, se dava pelo jornalismo por via das recomendações, amizades ou filiações políticas, se completava com a admissão nas faculdades de Medicina ou Direito e, posteriormente, na carreira política. O ingresso através do jornalismo ocorria ainda quando cursavam o ensino secundário. Com um processo de formação escolar seletivo era garantida a coesão dos que alcançariam postos de destaque na política local. Na transição da escola secundária para as faculdades, professores e alunos mantinham os laços sociais e afetivos, visto que muitos deles lecionavam em ambos os níveis. Como demonstrou Paulo Silva, a comunidade intelectual baiana concentrava-se em Salvador e era composta, em sua maior parte, por médicos e advogados. Os jovens começavam cedo as suas carreiras, mas poucos conseguiam se dedicar estritamente ao trabalho intelectual revelando a “pobreza” dessa comunidade.⁴⁴

Braz do Amaral teve uma história diferente da de Inácio Accioli, pelo menos no que diz respeito às homenagens nas circunstâncias da sua morte, as quais garantiu certo reconhecimento pela sua obra, no campo das “letras históricas”, mas, embora não tenha morrido na miséria, não dispunha de riquezas, como foi possível verificar em seu testamento, uma vez que faleceu em condições modestas. Com formação médica foi também professor e enveredou pelo campo da história, participando ainda de grupos literários, como apontam os dados biográficos apresentados pela memória em torno do seu nome, seja das instituições históricas baianas ou da imprensa. A diferença entre formação e carreira profissional era comum entre os intelectuais da época, em função das escolas e cursos existentes e da necessidade de subsistência. Formados em Medicina ou Direito, atuavam no serviço público, no magistério público ou privado e nas profissões liberais. Com o passar dos anos, após a consolidação da Faculdade Livre de Direito, fundada em 1891, e da Escola Politécnica, de 1897, os médicos começavam a perder espaço para os bacharéis. Já na década de 1930, os bacharéis passaram a ser hegemônicos entre os formados que ocupavam posições políticas.⁴⁵

Os contemporâneos de Braz do Amaral que, como ele, exerciam o ofício de historiador e ministravam aulas de História eram, em sua maioria, formados em Direito. Assim ocorreu com historiadores reconhecidos, a exemplo de Bernardino de Souza, Francisco Borges de Barros, Francisco Marques de Góes Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho e Nestor

⁴⁴ SILVA, Paulo Santos. op. cit., p. 69-86. Informações retiradas do Capítulo 4 – Formação dos quadros.

⁴⁵ Ibid., 74.

Duarte Guimarães. No caso de Braz do Amaral, se no começo de sua carreira escreveu coisas no terreno da medicina, a exemplo da tese defendida na Faculdade de Medicina da Bahia, no fim foi reconhecido e homenageado pelos trabalhos de historiador e “cultor” das letras históricas, conforme as matérias citadas dos jornais que contribuíram com a elaboração de uma memória do morto.

Braz do Amaral nasceu em Salvador, no dia 2 de fevereiro de 1861. Era filho do capitão do Corpo de Polícia, seu homônimo, e de Josefa Virgínia do Amaral. Em alguns textos referiu-se ao pai como alguém que havia servido nas “tropas da rebeldia em 1837”, no movimento da Sabinada. Em 1866, no entanto, teria sido nomeado pelo imperador “Cavaleiro da Ordem de Cristo”, pelos serviços militares prestados nas batalhas do mesmo ano, que integraram a Guerra do Paraguai.⁴⁶ Casou-se com Maria Thereza Belchior do Amaral, com quem teve duas filhas, Maria Angélica Belchior do Amaral e Luiza Belchior do Amaral, segundo o termo de inventário da sua esposa, de 1897, do qual foi inventariante. Maria Angélica morreu em 7 de março de 1897, com quatro meses e quinze dias de nascida por “febre perniciosa”, logo após a morte da mãe. Braz do Amaral passou a ser herdeiro do que havia sido estabelecido no auto da partilha para sua filha falecida, restando pelo quinhão de herança o sobrado da Ladeira da Poeira, 177. Pelos dados do inventário e até mesmo pelo seu sobrenome observa-se que Maria Thereza não dispunha de muitas posses, nem pertencia a uma família tradicional da Bahia. Ao contrário, há registros de que Braz do Amaral, em março de 1909, quitou a dívida no valor de dez contos de réis de Amélia Pereira Belchior, provavelmente irmã da sua esposa, ao Tenente Coronel José Garcia Pacheco de Aragão Junior, pagando a sua dívida com sete contos, duzentos e cinquenta mil réis em moeda e letra firmada no valor restante de dois contos, setecentos e cinquenta mil réis. A iniciativa e os valores pagos mostram certo poder financeiro de Braz do Amaral.⁴⁷

Aos 80 anos, Braz do Amaral deixou um testamento “cerrado”, feito de forma privada, certamente, no intuito de que não fosse divulgado antes de sua morte. Essa conduta pode explicar a informação do atestado de óbito de que ele não teria deixado esse tipo de documento. Foi onde, entretanto, declarou o seu casamento com Maria Tereza Belchior e

⁴⁶ AMARAL, Braz do. Exploração do esconderijo de uma casa à rua do Castanheda. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 190. IGH, Biblioteca Ruy Barbosa.; Carta de concessão de título dada por D. Pedro II ao pai de Braz Hermenegildo do Amaral. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 29 de novembro de 1866. Documento avulso pertencente ao Acervo Pessoal de João Canna Brasil.

⁴⁷ Inventário de Maria Thereza Belchior do Amaral. Salvador, APEB, Setor Judiciário, Tribunal de apelação e revista. Série inventário, Estante 1, Caixa 24, Maço 25, 1895-1916, folha 32, doc. 8.; Escritura de cessão de débito. Salvador, APEB, Setor judiciário, Cartório 160, Livro 118, 31.03.1909, p. 8V/9.

referiu-se à filha Luiza do Amaral Cana Brasil, que figurava como única filha e herdeira, casada com João Ferreira Cana Brasil. Aludiu, ainda, aos edifícios situados na Av. Joana Angélica, que receberam “melhoramentos importantes”.⁴⁸ Braz do Amaral era proprietário de imóveis e alugava-os, provavelmente, para completar a sua renda. Em maio de 1911, comprou na capital baiana, de José Leite de Oliva, quatro casas e um terreno situados na ladeira dos Galés, freguesia de Nazareth, pela quantia de dez contos de réis, pagos em moeda. Meses depois, em fevereiro de 1912, doaria à D. Maria Peixoto três das casas adquiridas em 1911. Não é possível afirmar qual foi a sua intenção e o acordo feito com as pessoas envolvidas na negociação, mas há de se reconhecer que a quantia mobilizada nessa transação não foi pequena e demonstra certo poder aquisitivo do professor da Faculdade de Medicina, à época. Em 1915, moveu uma ação de despejo contra Maria Anthymia Pinto, locatária de um prédio, na rua Porto dos Mastros, n. 3, em Itapagipe, que deixou de pagar 9 meses de aluguel. Na ausência da ré, o juiz julgou procedente o pedido de despejo, em 30 de novembro de 1915. Pela localização, tratava-se de um imóvel diferente dos que havia adquirido anos antes.⁴⁹ Em 1941, moveria outra ação. Dessa vez contra um Manoel Brito Dantas.

Essas informações dos documentos reunidos no setor judiciário do Arquivo Público do Estado da Bahia servem para demonstrar que, apesar da vida modesta, de profissional liberal, da formação médica e do emprego como professor, Braz do Amaral possuía imóveis de aluguel não vivendo exclusivamente da sua profissão. O ofício no magistério parecia não render o suficiente para o sustento, embora fosse cobiçado e oferecesse vantagens, como meio de acesso aos grupos dirigentes e uma via de manutenção dos contatos, haja vista o fato, destacado por Paulo Silva, de ser um ensino destinado à elite.⁵⁰ Não obstante, Braz do Amaral chegou a ressaltar as dificuldades daí decorrentes ao afirmar em certa ocasião, “[...] sabem todos que o emprego de professor público na Bahia nem sempre é um meio de ter a subsistência diária própria, nem a dos filhos”.⁵¹ Desfrutava de razoável patrimônio imobiliário, como é possível observar nos documentos citados acima e conseguiu acumular um montante em moeda legal, do qual lançou mão ao fazer as negociações. Não chegava a ser um “capitalista”, mas vivia com a renda extra dos aluguéis. Situava-se entre as “três grandes

⁴⁸ APEB, Tribunal de Justiça. Série testamento. Estante 8, Caixa 3254, 1949, Folha 6, doc. 7. Ressalva ao fato de que, no testamento, o sobrenome “Cana” consta escrito com uma letra “n”, mas a família assina atualmente da seguinte forma: “Canna”.

⁴⁹ Escritura de compra e venda. Salvador, APEB, Setor Judiciário, Cartório 171, livro 1211, 23/05/1911, p. 14/15.; Escritura de doação, Salvador, APEB, Setor judiciário, Cartório 176, Livro 1223, 10.02.1912, p. 50/50v. Salvador, APEB, Setor Judiciário. Série despejo, 1915, Estante 241, Caixa 471, doc. 36.

⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 79.

⁵¹ AMARAL, Braz do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto: tipografia Econômica, 1921, p. 60. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

categorias”, “pessoas que viviam de rendas, autônomos e empregados”, que Mário Augusto da Silva Santos distinguiu em relação à população de Salvador, no livro *A República do povo*. Braz do Amaral possuía características das três: era profissional liberal, possuía vínculo empregatício e imóveis para alugar. Vivia numa “zona limítrofe”, ou seja, não era completamente autônomo, porque trabalhava em sua profissão e possuía emprego, mas não era um simples empregado que enfrentava certa invisibilidade como os demais, nem vivia simplesmente de rendas de propriedades.⁵²

Braz do Amaral não pertencia também a nenhum “clã econômico tradicional” da capital baiana e das regiões vizinhas, conforme a caracterização e a divisão do brasilianista Eul Soo Pang. De acordo com o autor, os “clãs” atuavam em quatro principais regiões geoeconômicas do estado, que representavam esferas políticas autônomas. Da capital e do recôncavo teriam surgido os principais nomes da política na Bahia da Primeira República, região dominada pelos Araújo Pinho, os Calmon, os Mangabeira, os Prisco Paraíso, os Costa Pinto, os Tosta, os Moniz, os Aragão e os Vilas Boas.⁵³ Ainda que essa classificação em grupos com características comuns, influenciada pelos “tipos ideais” de Max Weber, seja considerada simplificadora, o estudo sobre as oligarquias baianas e suas lideranças políticas ajudou a situar o historiador baiano em questão fora dos lugares de poder político e econômico. Possuía espaço intelectual, no campo das instituições históricas, no mundo das letras. Nesse sentido, é possível dizer que fazia parte de uma “elite intelectual” de Salvador. Elite cujos vestígios foram identificados por Katia Mattoso ao narrar a sua chegada à Bahia no final da década de 1950, à qual se integrou com seu marido, por formar um casal de brancos, com sobrenome conhecido, que possuía instrução universitária e se associou a uma família baiana tradicional, os Moniz de Aragão. Essa era a senha para fazer parte do grupo dominante naqueles anos, herança de tempos anteriores na Bahia.⁵⁴

Braz do Amaral diplomou-se, em 1886, na Faculdade de Medicina da Bahia e defendeu a tese “Relações entre as moléstias constitucionais e as lesões traumáticas”. Entre 1896 e 1897 trabalhou como voluntário no socorro aos feridos da Guerra de Canudos, ao lado de Afrânio Peixoto, no hospital montado pela Faculdade. Nessa instituição compôs o quadro de professores ainda na fase final do Império. A Faculdade era influente e atraía pessoas de outras regiões do país. Era considerada uma instituição de prestígio no estado e concentrava a

⁵² SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 43-44.

⁵³ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias: a Bahia na primeira república brasileira (1889-1943)*. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 70-71.

⁵⁴ MATTOSO, op. cit., p. 11.

vida intelectual baiana. Nessa época, final do século XIX e começo do XX, Salvador também se configurava como polo de atração, sobretudo do ponto de vista da sua importância no terreno da cultura.⁵⁵ Em 1919, durante uma viagem feita do Rio de Janeiro à Bahia pelo rio São Francisco, Braz do Amaral salientou a efervescência de Salvador ao tecer comparações entre ela e a capital mineira: “À vista da capital mineira, a capital baiana é um centro de grande atividade e animação”.⁵⁶ Apesar dos “bons jardins” e dos parques, da grandiosidade de Belo Horizonte, faltavam a esta cidade o “povo”, a “vida”, o “movimento”, o “comércio” e a “indústria”. Na visão de Braz do Amaral, a capital mineira era tomada por um “tom morno” e “triste”, apesar da forte presença do tesouro federal e dos investimentos na via férrea. Salvador possuía vida aos seus olhos, mesmo sofrendo, como destacou, com o descaso do governo. A Faculdade de Medicina era considerada um centro, embora o historiador, testemunha daqueles tempos, não tenha associado diretamente o sucesso da capital baiana ao papel dessa instituição, no momento da referida comparação.

Thales de Azevedo enfatizou o papel central dessa Faculdade no movimento intelectual baiano no século XIX. Além de tudo que se produzia como conhecimento do social, ela possuía um “rico” acervo bibliográfico, assim como havia nas bibliotecas pública e dos conventos. Naquele espaço era possível ter acesso a obras de Lombroso, Charles Darwin, Haeckel, Tocqueville, Proudhon, Stuart Mill, Sílvio Romero, Bergson, Nietzsche, Le Bon, Adam Smith e de muitos outros pensadores.⁵⁷ Esses são alguns dos nomes que influenciaram os intelectuais baianos do final do século XIX e começo do XX. Quanto à interferência dos pensadores europeus, Thales de Azevedo ressaltou que a Bahia era um grande ponto comercial e mantinha relações com Portugal e outras partes da Europa, algo que se acentuaria a partir de medidas como a abertura dos portos.⁵⁸ A Faculdade de Medicina recebia e refletia essas influências nas produções dos estudantes e formandos. As teses defendidas na instituição eram um termômetro, como demonstrou esse autor, das ideias filosóficas e científicas que orientavam os estudos, a exemplo do positivismo, do monismo, do evolucionismo, da antropologia criminal, da etnografia. Em meados do XIX certos temas apresentados naquele espaço mostraram o interesse pelos “fatores sociais da biologia”.⁵⁹

⁵⁵ MACHADO NETO, op. cit., p. 271-273 e p. 295.

⁵⁶ AMARAL, Braz do. Do Rio à Bahia pelo interior do Brasil – 500 léguas pelos nossos sertões. In: _____. *Cartas e descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924, p. 25. APEB, Biblioteca.

⁵⁷ AZEVEDO, Thales. *As ciências sociais na Bahia: notas para sua história*. Salvador: Universidade da Bahia, Instituto de Ciências Sociais, 1964, p. 43.

⁵⁸ Ibid., p. 39.

⁵⁹ Ibid., p. 39-44.

Nesse ambiente, Braz do Amaral concluiu os seus estudos médicos, ele próprio contribuindo, como reconheceu Thales de Azevedo, com investigações sobre a classificação cultural e linguística das tribos indígenas da Bahia, bem como sobre as tribos negras importadas.⁶⁰ Anos depois de concluir seus estudos, Braz do Amaral, que também estava entre os colaboradores da *Gazeta Médica da Bahia* (1914) ao lado de homens, entre outros, como Prado Valadares, Climério de Oliveira, Afrânio Peixoto, Gonçalo Moniz, discursou sobre essa instituição em pelo menos duas oportunidades destacando a sua importância na história do ensino superior no Brasil, como também demonstrando o espaço por ele alcançado naquele meio, uma vez que falava em solenidades de relevância para a Faculdade, a exemplo da comemoração do centenário do ensino médico no país.⁶¹

No texto de 18 de fevereiro de 1907, intitulado “O centenário do ensino médico no Brasil”, ocasião em que reivindicava a emancipação dos estudos nessa área, narrou em poucas páginas a história de fundação, em 1808, da primeira instituição de ensino médico do Brasil, que, segundo ele, se antecipou em relação a do Rio de Janeiro, de 1813. Atribuiu a fundação dessa Escola, ou o início do ensino médico no país, à vinda de D. João VI. Ainda segundo o seu relato, em 3 de outubro de 1832 foi promulgada a lei que reformou os estudos médicos, passando o antigo instituto a ser chamado de Escola de Medicina, que deu lugar à Faculdade de Medicina, pelo decreto de 28 de abril em 1854. O historiador destacou a paralisia sofrida desde então pelo ensino no campo, até 1882, quando passou por uma “reforma em moldes liberais”, que se ampliavam com dificuldades, de modo que fazia outra para corrigir a anterior. Salientou que os últimos anos do regime imperial foram difíceis para a Faculdade, na medida em que decaiu o seu o prestígio, em virtude do favorecimento da congênere do Rio, beneficiada pelo governo.⁶²

Nessa circunstância, reclamou a necessidade de uma lei que permitisse aos professores e auxiliares de ensino se dedicar exclusivamente ao magistério, para que pudessem passar “a maior parte da vida nas suas salas de trabalho, investigando, estudando, experimentando, tirando provas, constituindo, enfim, a fonte de pesquisas originais, de que hão de sair algum dia uma literatura médica brasileira e uma ciência médica brasileira”.⁶³ Importante destacar desse discurso de Braz do Amaral a relevância dada ao estudo experimental, investigativo,

⁶⁰ Ibid., p. 63 e 64.

⁶¹ O historiador enfeixou alguns discursos feitos nas instituições, IGHB e FMB, em livros lançados na década de 1920. Cf. AMARAL, Braz do. O centenário do ensino médico no Brasil; Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. e p. 85-98. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

⁶² Ibid., p. 82-83.

⁶³ Ibid., p. 84.

pautado em provas para a formação da ciência médica nacional, ponto que remete à sua visão acerca da história. Nos escritos em que trata da história da Bahia e do Brasil afirmou algumas vezes seu compromisso com a “verdade” ao elencar os documentos pesquisados em arquivos, que serviriam como provas para sua narrativa, levando a crer que, em sua perspectiva, caberia à ciência histórica o que aconselhava para a médica. De fato, neste caso, o laboratório médico parece se assemelhar com a oficina da história.

Na condição de professor da Faculdade de Medicina, reconheceu que apesar da marcha ascendente na qual se encontrava a instituição, muita coisa teria de ser feita. Reivindicava a “disciplina escolar, tão deploravelmente caída em todos os institutos superiores do Brasil, sem exceção”, a formação de um acervo que deveria conter peças colhidas nas próprias clínicas e gabinetes anatômicos da Faculdade, a boa organização do ensino e a “mudança de certos hábitos perniciosos, uns administrativos, outros dos próprios professores e alunos”.⁶⁴ No discurso proferido para a Faculdade na ocasião da comemoração do centenário do ensino médico, considerou a Bahia “progenitora da instrução pública superior do Brasil em tão importante ramo dos conhecimentos humanos [...]”, tamanha a importância atribuída pelo historiador à referida instituição.⁶⁵

Apesar dessa efervescência no campo das ciências sociais na Bahia, expressa na Faculdade de Medicina e, após 1891, na Faculdade Livre de Direito, conforme Machado Neto, o sucesso da vida intelectual baiana era compartilhado entre oradores, jornalistas e professores⁶⁶, campo no qual Braz do Amaral atuou e foi reconhecido não só na referida Faculdade. Ele lecionou e foi diretor da Escola de Belas Artes, a segunda escola superior da Bahia e a segunda escola de arte do Brasil. Nessa condição foi responsável pela contratação, em março de 1896, do professor russo Maurício Gram. O contrato tinha duração de um ano podendo ser renovado. A remuneração de dois contos de réis pelas aulas ministradas dá uma ideia dos valores negociados no período naquela instituição. Braz do Amaral ensinou também no Ginásio da Bahia, antigo Instituto Oficial do Ensino Secundário, onde teria sido substituído por Bernardino de Souza. Ministrou “História Universal” e “História do Brasil”, ao lado de Egas Moniz de Aragão (Pethion de Villar), que também pertencia ao corpo

⁶⁴ Ibid., p. 84.

⁶⁵ Ibid., p. 97.

⁶⁶ MACHADO NETO, op. cit., p. 292.

docente, além de ser diretor da revista Grêmio Literário à qual Braz do Amaral estava associado.⁶⁷

Foi membro da Tertúlia das Letras e das Artes, do Grêmio Literário da Bahia e da Nova Cruzada e ainda se elegeu membro correspondente da Academia Portuguesa de História, em novembro de 1948, ocupando a vaga deixada por Afrânio Peixoto. Sócio efetivo e fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1894, também fez parte da Academia de Letras deste estado, onde ocupou a cadeira número 4, cujo patrono é Sebastião da Rocha Pita. Pertenceu também ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).⁶⁸ Evidentemente que Braz do Amaral não empreendeu sozinho as tarefas de fundação e consolidação das sociedades históricas e literárias citadas. Na idealização da “Casa da Bahia”, como era chamado o IGHB, por exemplo, figuravam ao seu lado historiadores como Bernardino de Souza, cujos esforços em torno da efetivação do projeto foram exaltados por seus “biógrafos”. Em outra ocasião, integrou também com Bernardino de Souza e Theodoro Sampaio uma comissão, em maio de 1916, nomeada pelo IGHB para levantar informações sobre a colonização da Bahia. Havia nessas instituições uma rede de intelectuais que dividiam tarefas e muitas vezes se alternavam em algumas posições.⁶⁹

A formação de grupos literários era o meio que os intelectuais baianos encontravam para se organizar e se manter em ação. Esses grupos se organizavam em torno de lideranças intelectuais. Os seus integrantes usavam como estratégia de coesão interna o elogio e os protecionismos. Em sentido contrário, lançavam mão de acusações e perseguições, contra os grupos adversários, especialmente nas ocasiões em que se realizavam os concursos públicos.⁷⁰ Há indícios de que Braz do Amaral vivenciou esse lado dos agrupamentos literários, embora haja algumas controvérsias em torno da participação do historiador baiano. No caso da Nova Cruzada, que agrupava nomes representativos das letras baianas, embora nem todos de escritores, Braz do Amaral figurava como “Cavaleiro de Honra”, ao lado de Xavier Marques, Pethion de Vilar, Aloísio de Carvalho, Borges dos Reis e seu filho Álvaro Reis, Fernando Mangabeira, Pedro Kilkerry, Otávio Mangabeira, entre muitos outros.⁷¹ Por ser uma

⁶⁷ Escritura de Celebração e Contrato. Salvador, APEB, Setor Judiciário, Cartório 34, Livro 1593, 30.03.1896, p. 20. Sobre a direção da revista Grêmio Literário, cf. VEIGA, op. cit., p. 131.

⁶⁸ “As eleições na Academia de Letras – O professor Braz do Amaral na Academia de Lisboa – Outras notas”. *A Tarde*, 30 de novembro de 1948. “O falecimento do prof. Braz do Amaral – Uma grande perda para a cultura bahiana”. *A Tarde*, 03 de fevereiro de 1949, p. 2. ALB, Pasta Braz do Amaral.

⁶⁹ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Bernardino de Souza – o historiador. In: Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 169.; AMARAL, Braz do. Colonização na Bahia. *RIGHB*, outubro de 1916, p. 93.

⁷⁰ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 81.

⁷¹ CAIRO, Vivaldo. *Ponte da Memória*. 2ª ed. 1ª tiragem. Salvador/BA, 1966, p. 22-23.

agremiação diversa, que reuniu escritores, artistas, mestres e discípulos, homens políticos, comerciantes e militares, da Nova Cruzada participaram intelectuais jovens e experimentados. Esse grupo literário, fundado em 1901, se estendeu a 1911 e teve mais de uma fase, tendo sido efêmera a primeira.⁷² Em seu ressurgimento, editou uma revista de mesmo nome, que não possuía uma distribuição regular. Mas foi bem recebida e incentivada por intelectuais como Carlos Chiacchio.⁷³ Segundo Machado Neto, que fez uma sociologia da vida intelectual na Bahia entre 1900 e 1930, a entrada de Braz do Amaral neste grupo foi rejeitada por Álvaro Reis, de quem havia sido professor e com ele se desentendeu em classe.⁷⁴ Esta informação contradiz outras que se referem à vinculação de Braz do Amaral ao grupo, considerado o mais dinâmico movimento intelectual baiano.

Álvaro Reis estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e foi nomeado, em 1905, médico legista, em cuja função ficaria por mais de vinte anos. Escreveu livros de poesia e foi um dos fundadores, além de presidente, da Nova Cruzada. Em sua biografia destaca-se a filiação ao professor e editor Antônio Alexandre Borges dos Reis, deputado estadual, vinculado a Severino Vieira, dono de uma editora, que lançou livros como *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia* e o *Manual de autópsia médico-legal*, de Raimundo Nina Rodrigues.⁷⁵ Esse poeta que possivelmente rivalizou com Braz do Amaral foi um nome importante na Nova Cruzada, uma vez que recepcionou e divulgou o simbolismo francês na Bahia. Ele traduziu poetas franceses e demonstrou em seus versos o chamado “simbolismo das cores”, que associa sentimento ao significado das palavras. O mesmo simbolismo que apareceu, entre 1901 e 1902, no convite da Tertúlia das Letras, em que para cada associado correspondeu uma cor.⁷⁶ Desse grupo, cujo nome remete a um dos convites de jantar oferecidos por Góes Calmon, Braz do Amaral também participou. Uma vez que cada participante teve seu nome precedido de uma das letras do alfabeto e sucedido por uma cor, resultou: Braz do Amaral, esmeralda.⁷⁷

O Grêmio Literário, ao qual também se vinculou, foi fundado em 1860 e possuía mais de quatrocentos sócios. Esta entidade dispunha de uma biblioteca com mais de seis mil

⁷² VEIGA, op. cit., p. 113. Ver também sobre a composição social do grupo, MACHADO NETO, op. cit., p. 263 e p. 286.

⁷³ CAIRO, op. cit., p. 24.

⁷⁴ MACHADO NETO, op. cit., p. 289.

⁷⁵ VEIGA, op. cit., p. 127-129.

⁷⁶ Cláudio Veiga explica como isso aparece nos versos de Álvaro Reis e de outros poetas. Consultar VEIGA, op. cit., p. 103 e 104.

⁷⁷ MACHADO NETO, op. cit., p. 292.

volumes e publicava uma revista.⁷⁸ Como se vê, o historiador associou-se a agrupamentos representativos da vida literária baiana do final do século XIX e começo do XX, embora não tenha sido possível afirmar se era atuante. De todo modo, sabe-se que ele estava ligado a instituições que também reunia os intelectuais, embora com outro propósito. No IGHB, teve participação ativa, desde a abertura da 1ª sessão, em 13 de maio de 1894, ocorrida no salão da sociedade Grêmio Literário. Integrou também a comissão de elaboração dos estatutos da instituição. Na 5ª sessão, de 15 de julho de 1894, Braz do Amaral foi eleito orador oficial, com 62 votos. Posição na qual se manteve até 1913. Entre 1913 e 1914, participou da “Comissão de Estatística, Demografia e História Natural” juntamente com Francisco Marques de Góes Calmon e o conselheiro Botelho Benjamin. Em 1915, assumiu a vice-presidência do Instituto, função que exerceu até 1922.⁷⁹

Braz do Amaral proferiu vários discursos de cunho biográfico sobre os sócios falecidos. Comportou-se como guardião da memória dos membros, memória que se confundia com a do próprio Instituto. Discursou sobre questões da geografia baiana, bem como sobre temas políticos. Em 1915, participou do 1º Congresso Nacional de História com a tese “As tribos negras importadas: estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil – os grandes mercados de escravos”.⁸⁰ Relembrou, na inauguração do novo edifício do Instituto após o incêndio de setembro de 1913, que a iniciativa de fundação de uma “associação científica”, como ele a enxergava, visava guardar coisas do passado e do presente e conservar o que fosse útil para o estudo de um “povo em formação”.⁸¹ A formação do povo brasileiro estava em pauta nas justificativas do historiador.

O balanço feito por Braz do Amaral, no discurso, ao que tudo indica de 1914, em torno dos 20 anos de existência da instituição foi positivo, já que para o historiador, os seus integrantes teriam conseguido cumprir o programa inicial, mantiveram com regularidade uma Revista e publicaram trabalhos “originais”. Foi considerado um “núcleo de animação a estudos”, “um ponto de reunião de homens que cultivavam o espírito”, que buscou evitar a

⁷⁸ VEIGA, op. cit., p. 129.

⁷⁹ *RIGHB*, Ano I, Vol. I, n. 1 e 2, setembro e dezembro de 1894. Edição fac-similar. Salvador, 1998, n° 1 e 2. Sobre a reeleição de Braz do Amaral como orador do IGHB, consultar a partir de *RIGHB*, Ano II, Vol. II, n° 4, junho de 1895. Edição fac-similar. Salvador, 1998, n. 1 e 2. Sobre a vice-presidência conferir *RIGHB*, Ano XXII, n. 41, 1915.

⁸⁰ “As tribos negras importadas – Memória do Dr. Braz do Amaral apresentada ao 1º Congresso de História Nacional”. *RIGHB*. Ano XXII, n. 41, 1915, p. 39-72.

⁸¹ AMARAL, Braz do. Discurso que foi elaborado para ser lido na sessão de inauguração do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, após o incêndio que o destruiu. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto: Tipografia Econômica, 1921, p. 99. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

decadência e o fim das ciências e das letras naquela sociedade.⁸² Ao discursar no lugar do orador ausente, Theodoro Sampaio, Braz do Amaral pediu que esforços fossem reunidos para acumular “documentos”, “provas do passado e do presente”, as “reliquias históricas”, enfim, as coisas perdidas e ocultas, alimento das investigações futuras, ressaltando a necessidade de retomar as explorações, o estudo dos fósseis, dos elementos étnicos, da geografia, dos limites do território, ou seja, de tudo que julgava importante para história da Bahia, pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas.⁸³

Na Academia de Letras da Bahia (ALB) teve participação mais discreta. Entre os poucos discursos feitos e trabalhos apresentados à instituição, o que ganhou notoriedade foi “Luís Vilhena: comunicação feita à Academia de Letras da Bahia”. Trata-se de um comentário acerca das cartas do português Luís dos Santos Vilhena, que viveu no Brasil entre 1787 e 1799, cujo conteúdo retratava a Bahia de fins do século XVIII, em seus aspectos topográficos, socioeconômicos, intelectuais e sanitários. As cartas foram copiadas de um manuscrito da Biblioteca Nacional durante o governo de Antônio Muniz (1916-1920), com o apoio de José Joaquim Seabra, e publicadas em 1922.⁸⁴

Essas duas agremiações, o IGHB e a ALB, foram consideradas as mais “vigorosas e respeitáveis” do começo do século, tendo se destacado a primeira como uma “escola” de pesquisa histórica, de onde saíram “historiógrafos”.⁸⁵ Conforme Aldo José Moraes da Silva, essa instituição foi reconhecida pela sociedade e pelo governo como aquela “responsável pela produção de dados senão oficiais, pelo menos, legitimamente representativos da Bahia.”⁸⁶ Em razão dessa credibilidade, o IGHB e seus membros foram procurados, em diferentes momentos, por setores do governo para realizar pesquisas e apresentar informações sobre determinadas questões. Braz do Amaral figurava entre as personalidades mais solicitadas da instituição.⁸⁷

⁸² AMARAL, Braz do. Discurso que foi elaborado para ser lido na sessão de inauguração do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, após o incêndio que o destruiu. *Ibid.*, p. 100.

⁸³ AMARAL, Braz do. Discurso que foi elaborado para ser lido na sessão de inauguração do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, após o incêndio que o destruiu. *Ibid.*, p. 103.

⁸⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Luiz Vilhena: comunicação feita à Academia de Letras da Bahia, em 24 de out. de 1917. *RALB*, Ano 1, v. 1, n. 1, ago. de 1930, p. 16-21. VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Volume I. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

⁸⁵ MACHADO NETO, op. cit., p. 296.

⁸⁶ SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. p. 237.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 237-239.

Durante o primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916), foi encarregado, juntamente com o ministro Eduardo Espínola, de solucionar os conflitos de fronteira da Bahia com outros estados, principalmente, Sergipe, Espírito Santo e, posteriormente, Pernambuco. O decreto de 12 de agosto de 1912 rendeu-lhe viagens a lugares de fora e de dentro do Brasil, em que realizou pesquisas sobre os limites territoriais do estado. É o que demonstram as cartas escritas e enviadas de Londres, de outubro e novembro de 1912, tratando de questões europeias, em sua maioria para “Aloísio”, provavelmente, Aloísio de Carvalho, que era diretor do *Jornal de Notícias*.⁸⁸ Em 1920, representaria a Bahia na “Conferência de Limites” convocada pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922).⁸⁹ Atuou como deputado federal eleito pela Concentração Republicana, convertido posteriormente em Partido Republicano da Bahia, em duas legislaturas consecutivas (1924-1926/1927-1929). Durante a legislatura, ocupou a vice-presidência da Comissão de Instrução Pública.

Convém ressaltar que a vida dos intelectuais baianos se complementava por uma atividade política, em um mandato legislativo ou executivo.⁹⁰ Com Braz do Amaral não havia de ser diferente, haja vista que era um homem público atuante. A sua intervenção política, entretanto, não se restringiu aos trabalhos na Câmara, uma vez que sua prática historiográfica, expressa em sua obra, demonstra que ela também era uma forma de participar da, se inserir na e discutir a política baiana. Pôs a História a serviço do Estado, seguindo os passos de outros historiadores brasileiros que o antecederam e lançando as bases para os baianos que foram seus contemporâneos ou que apareceram depois. Afinal, entre os intelectuais baianos, os vínculos eram estabelecidos no convívio social, nos papéis desempenhados nas instituições e nos grupos, bem como no âmbito da escolha temática, fazendo sobrepor gerações.⁹¹

2.2 A CONFIGURAÇÃO DE UM MODO DE ESCRITA DA HISTÓRIA NA BAHIA

Braz do Amaral tornou-se uma figura importante para o estabelecimento de determinado corpo documental para a historiografia contemporânea. Publicou, entre outras obras, *Recordações históricas* (1921), *Ação da Bahia na obra da Independência Nacional* (1923), *História da Bahia do Império à República* (1923), *Cartas e Descrições* (1924), *A*

⁸⁸ AMARAL, Braz do. *Cartas e descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924. APEB, Biblioteca.

⁸⁹ “O falecimento do prof. Braz do Amaral – Uma grande perda para a cultura bahiana”. *A Tarde*, 03 de fevereiro de 1949, p. 2. ALB, Pasta Braz do Amaral.

⁹⁰ MACHADO NETO, op. cit., p. 266.

⁹¹ SILVA, Paulo Santos. op. cit., 2011, p. 102.

Conspiração republicana da Bahia de 1798 (1926), *Fatos da vida do Brasil* (1941), além de anotar a compilação *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, de Inácio Accioli, publicada entre 1919 e 1940. Lidar com a sua produção historiográfica implica situá-lo no processo de configuração da historiografia brasileira. Assim, poder-se-ia perceber o sentido e o valor de suas obras e correlacioná-las com outras abordagens que lhes antecederam e sucederam.

Em meados do século XIX a escrita da história do Brasil foi tema de discussão proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) aos intelectuais interessados nessa matéria. Desde o surgimento, em 1838, essa instituição havia se constituído em um espaço no qual se desenvolvia determinado projeto de pesquisa e de escrita da história nacional, momento em que a história se definia como disciplina e começava a buscar o estatuto de ciência. Foi notável a responsabilidade do IHGB na “legitimação do saber historiográfico” no Brasil do século considerado como sendo o da História.⁹² Atendendo ao apelo do Instituto, Karl Friedrich Philipp von Martius ofereceu sua contribuição ao debate, por volta dos anos de 1843, com texto de título expressivo, “Como se deve escrever a história do Brasil”.⁹³ Em sua proposta, destacou a particularidade de uma história que deveria levar em conta a importância do encontro das “três raças”, por “vontade da providência”, para a formação do povo brasileiro.⁹⁴

Nessa proposta de “mescla de raças”, o português foi considerado “o mais poderoso e essencial motor”, uma vez que “descobridor”, “conquistador” e “senhor” dessa história, apesar das forças dos indígenas e dos “negros importados”. O historiador deveria defender em seus escritos os interesses das três raças.⁹⁵ Von Martius resolveu a questão da seguinte forma: “Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia”.⁹⁶ Segundo esse naturalista alemão, o historiador deveria investigar o desenvolvimento dos aborígenes americanos, “a raça cor de cobre”, por meio de pesquisas etnográficas e arqueológicas; estudar o processo de colonização, atentando aos “movimentos do comércio universal”, e

⁹² OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 22 e 25.

⁹³ VON MARTIUS. Karl Friedrich Ph. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. 219, abril-junho de 1953, p. 187-205. A primeira edição desse texto foi publicada na Revista do IHGB, tomo 6, 1844, p. 389-411.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 187 e 189.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 188-190.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 201.

entender os costumes portugueses do século XV, além da legislação portuguesa, das ciências e artes, das letras e da vida militar. As narrações das descobertas feitas do litoral aos sertões seriam um atrativo para o historiador. Quanto à história da “raça africana”, salientou a necessidade de estudar as manifestações dos “negros importados”, tais como costumes, conhecimentos naturais, superstições, entre outras.

Essas premissas apareceram no projeto historiográfico do IHGB. Von Martius, segundo Manoel Salgado Guimarães, recusou-se a desenvolver o seu programa, mas lançou as bases para outros historiadores que empreenderam essa tarefa, a exemplo de Varnhagen. Inseridos numa concepção iluminista da história, os historiadores dessa instituição buscaram conhecimentos arqueológicos, linguísticos e etnográficos para explicar a evolução no caso brasileiro. O conhecimento dos povos diferentes reforçava a argumentação acerca da superioridade dos portugueses.⁹⁷

Ao avaliar a produção historiográfica brasileira, von Martius observou que as obras publicadas sobre as províncias, embora esclarecessem detalhadamente muitos acontecimentos, não atendiam “às exigências da verdadeira historiografia”, porque eram como crônicas. Dada a extensão do território brasileiro, e a fim de evitar que essas histórias ficassem circunscritas a cada província, ele sugeriu que o historiador relacionasse o particular ao geral, primeiro o Brasil com a “mãe pátria”, e depois procurasse as especificidades de suas províncias apresentando o que fosse significativo para sua história.⁹⁸ A história possuía, para von Martius, o dever de despertar e inspirar patriotismo nos leitores brasileiros. Nesse sentido, o historiador deveria assumir compromisso com a história pátria, favorecer a unidade das províncias em torno da monarquia. Por essa perspectiva, ele próprio deveria ser patriótico, “monárquico-constitucional”.⁹⁹

A concepção de história pátria estava presente no pensamento de um de seus contemporâneos que escreveu a *História Geral do Brasil* (1854 e 1857), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), considerado por José Honório Rodrigues, o “historiador incomparável do Brasil”, aquele cujo aparecimento propiciou a “revolução na história brasileira”.¹⁰⁰ Varnhagen teve sua obra aplaudida, segundo José Honório Rodrigues, pelo próprio von Martius. Ele valorizou a colonização portuguesa e defendeu a monarquia. Na

⁹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 11.

⁹⁸ VON MARTIUS, op. cit., p. 202.

⁹⁹ Ibid., p. 204.

¹⁰⁰ RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1970, p. 123 e p. 151.

condição de historiador, Varnhagen trabalhou para órgãos do Estado Imperial, prestou consultas e emitiu pareceres. Manteve, também, contato com o imperador por meio de cartas. A história escrita por Varnhagen é uma defesa dos portugueses, considerados os responsáveis pela obra de unidade e independência do Brasil.¹⁰¹ Ainda de acordo com José Honório Rodrigues, Varnhagen incluiu na sua história pátria temas despercebidos por cronistas que o antecederam. Apesar disso, escreveu uma história “oficial”. A sua narrativa dos fatos civis e políticos levou José Honório Rodrigues a crer que o autor da *História Geral do Brasil* “secularizou a história brasileira”, visto que transformou a história em narrativa de fatos políticos e civis, com base empírica.¹⁰²

A tarefa de dialogar criticamente e talvez de superar Francisco Adolfo Varnhagen na escrita da história do Brasil coube ao cearense João Honório Capistrano de Abreu (1853-1927), que tentou afirmar, entre outras coisas, a sua concepção própria acerca da história pátria.¹⁰³ Capistrano de Abreu acreditava que a história do Brasil deveria ser narrada do “ponto de vista nacional” e que deveria atender às mudanças ocorridas na disciplina histórica, sobretudo as de natureza metodológica, operadas por Leopoldo von Ranke. A busca de “sentido” para a história do Brasil motivou Capistrano de Abreu a tentar superar o seu mestre. Para o historiador cearense, Varnhagen havia escrito num momento em que o “espírito nacional” não estava plenamente formado.¹⁰⁴ Talvez por isso, a questão da “formação da nação” tenha sido fundamental na história que produziria em diálogo com ele. Afinal, já se aproximava o fim do século XIX e, embora o “sentimento de nacionalidade” estivesse formado, era preciso consolidá-lo, constituindo-se a escrita da história em um meio eficaz para alcançar esse objetivo.

A questão nacional e o interesse em escrever uma história pátria marcaram a produção dos historiadores no século XIX, o que se explica pelo contexto de formação dos Estados nacionais e da história como ciência. Na França do século XIX e início do XX, por exemplo, a história possuía lugar de destaque na formação da “identidade nacional”.¹⁰⁵ O historiador possuía uma “missão patriótica”, que se baseava na “sobreposição” entre “consciência nacional” e discurso historiográfico e lhe proporcionava posições de poder. No Brasil do

¹⁰¹ GUIMARÃES, op. cit., p. 15.; RODRIGUES, op. cit., p. 135 e 138.

¹⁰² RODRIGUES, op. cit., p. 150.

¹⁰³ MESQUITA, Daniel. *Descobrimentos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2010, p. 30.

¹⁰⁴ Ibid., p. 31.

¹⁰⁵ DOSSE, François. A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX. In: _____. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 11.

século XIX foram lançados os projetos de nacionalidade, que configuraram um conceito ideal de “nação”. Os historiadores deveriam participar da construção da nação e da nacionalidade, homogeneizando o passado, reescrevendo e harmonizando a história e modelando o futuro.¹⁰⁶ Com o intuito de fortalecer ou melhor definir esses projetos, foram criadas pelo mundo instituições, geralmente, ligadas ao Estado para construir e preservar uma memória e assegurar a formação da identidade nacional. Esse foi o caso dos institutos históricos e geográficos surgidos no Brasil.¹⁰⁷

Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu estavam inseridos nesse contexto, ainda que por meio de postulados teóricos e metodológicos às vezes diferenciados.¹⁰⁸ Ambos foram influenciados por Leopold von Ranke, reconheceram a importância do documento autêntico para a história, embora Capistrano de Abreu tenha avançado, ao perceber que a história não deveria ser confundida com uma coleção de documentos.¹⁰⁹ Essa percepção, entretanto, não altera o fato de que, sobretudo do ponto de vista do método, Capistrano estava de acordo com o seu tempo. O tempo de consolidação da ciência histórica. Empenhava-se na busca de documentos e verificava-lhes a autenticidade, algo bem apropriado ao IHGB, instituição à qual o historiador estava vinculado, ainda que mantendo uma posição ambígua de aproximação e rejeição.¹¹⁰

Como José Honório Rodrigues salienta, Capistrano de Abreu compreendeu que os estudos históricos não seriam dignos de confiança sem “a aplicação daqueles processos críticos adotados na investigação das fontes, na seleção do texto e na publicação dos documentos”.¹¹¹ Curioso que nos *Capítulos de história colonial: 1500-1800* a sua narrativa é bem corrida e sem referências a documentos.¹¹² Nesse contexto em que o cearense Capistrano de Abreu se arvorava a escrever a história do Brasil, o baiano Braz Hermenegildo do Amaral dedicava-se à pesquisa e ao ensino de história. Os seus estudos sobre fatos da Bahia assinalaram, como ressaltou Deolindo Amorim, a “paixão” pelos documentos, uma vez que buscava restabelecer a “verdade histórica”.¹¹³ A sedução de Braz do Amaral pelos

¹⁰⁶ ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen a Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 37-38.

¹⁰⁷ SILVA, op. cit., p. 91.

¹⁰⁸ MESQUITA, op. cit., p. 50-52.

¹⁰⁹ Daniel Mesquita tenta demonstrar um “duplo enredo” na obra de Capistrano de Abreu, o de sua formação como “historiador moderno” e o da história do Brasil. Ibid., p. 31.

¹¹⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 22 e 28.

¹¹¹ RODRIGUES, op. cit., p. 151.

¹¹² ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

¹¹³ AMORIM, Deolindo. Braz do Amaral e sua Obra. *RIGHB*, 1948-1949, n. 75, p. 134.

documentos pode ser explicada pela vinculação ao IGHB, cujos membros foram procurados, em diferentes momentos, por setores do governo para realizar pesquisas e apresentar informações sobre determinadas questões.¹¹⁴ Por outro lado, esse interesse pelos documentos revela que estava afinado com o “fetichismo de documentos” característico do século XIX, que influenciou a produção historiográfica do Brasil.¹¹⁵

Braz do Amaral integrou uma tradição historiográfica – aqui considerada pelas suas fissuras, pelas suas diferenças e não pela homogeneidade, desprovida de pontos de tensão – e ajudou a instituir um modo de escrita da história. O conjunto de procedimentos adotados para essa tarefa, que se repetiu em seus textos, não chegou a configurar, no entanto, um modelo com o sentido de paradigma, e nem há em sua obra historiográfica a intenção explícita de criar algo que fosse reproduzido, como não há uma teorização sobre as questões da história. Contudo, é notável a ideia de que a história para ser verdadeira e legítima deveria ser feita da forma como ele fazia. Do ponto de vista institucional, compartilhou projetos e recursos metodológicos ou temáticos. Os temas por ele tratados, que serão discutidos em seções à parte nesta tese, foram abordados também por seus contemporâneos. Assim ocorreu com a “Conjuração Baiana”, a “Independência Nacional”, a “Sabinada”, os “esboços biográficos” de homens considerados eminentes, entre outros. O exame da sua obra mostra que há nela uma particularidade, a preocupação em garantir à Bahia um papel de protagonista na história nacional, que atende à sugestão dada por von Martius quanto ao estudo da especificidade de cada província sem prejuízo da pretensa unidade em torno da monarquia. Ainda que relativamente distantes quanto à sucessão temporal, o que implica considerar as novas questões que se colocavam a cada produção historiográfica, sobretudo com a passagem da Monarquia à República, vê-se a repetição de elementos levantados pelos historiadores que o antecederam.

Braz do Amaral fez parte, como já foi dito, do grupo de fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), instituição criada na lógica nacional do século XIX. Condição que, conforme Aldo Silva, implicava recusar a filiação ao antigo Instituto Histórico da Bahia (IHB), que vigorou de 1856 a 1877, e identificar-se com o regime republicano.¹¹⁶ De acordo com esse autor, a criação do IGHB constituía-se numa tentativa de “minorar os efeitos

¹¹⁴ SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 237-239.

¹¹⁵ Eduard Carr destaca a existência de dois “fetichismos” do século XIX que se completavam, o dos “fatos” e o dos “documentos”. Cf. CARR, E. Hallet Carr. O historiador e seus fatos. In: _____. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 59.

¹¹⁶ SILVA, op. cit., p. 119-120 e 126.

do enfraquecimento do estado” e de mostrar a sua capacidade de se inserir no projeto nacional de civilização, de modernidade.¹¹⁷ Essa instituição buscava manter em seu núcleo intelectuais ativos e capazes de dar sentido para aquele projeto. Isso explica também a vinculação de Braz do Amaral.

Aldo Silva trata do seu destacado trabalho nessa instituição, o que talvez não pudesse ser diferente, uma vez que, como reconheceu, foi ele “[...] uma das personalidades mais solicitadas no IGHB para fornecer informações de caráter praticamente oficial sobre o estado.”¹¹⁸ Ressalta também o respeito e o prestígio com que Braz do Amaral se mantinha na Bahia da Primeira República, constituindo-se em um dos “ícones” do grupo de intelectuais que se destacaram no IGHB e na vida pública.¹¹⁹ Seguindo a linha dos seus antecessores, e engajado no projeto historiográfico dos institutos históricos, uma vez que membro ativo como sócio efetivo ou colaborador, Braz do Amaral contribuiu com a escrita da história nacional. Por um lado, atendeu às demandas lançadas pelo programa de von Martius, à semelhança de Varnhagen: fez pesquisas de documentos em arquivos no Brasil e no exterior para resolver problemas de fronteira do seu estado, do que resultou a confecção dos relatórios sobre os limites da Bahia; aliou-se à política de J. J. Seabra, colaborando com a edição de obras, como *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* (6 volumes), de Inácio Accioli e *A Bahia no século XVIII* (3 volumes), de Luís Vilhena, que serviriam para as comemorações do centenário da independência; estudou os sistemas de colonização na Bahia, conforme texto publicado na revista do IGHB, em 1917; estudou os aborígenes e as tribos negras importadas, como mostram as teses apresentadas ao congresso de história da Bahia e ao congresso nacional; explorou várias galerias subterrâneas, como aponta uma sequência de textos também publicados nas revistas do IGHB.

Por outro lado, Braz do Amaral demarcou o lugar da Bahia nos acontecimentos políticos nacionais, com base em extensas citações e transcrições de documentos localizados em diferentes arquivos. Nesse sentido, propôs a revisão de fatos da história corrente, como o da independência do Brasil, destacando o papel do seu estado no processo de luta nacional e desqualificando a forma como esses episódios ocorreram em outros lugares. O modo como sobrevalorizou o passado de lutas e “glórias” da Bahia e manifestou descrédito em relação à participação de outros estados nesses feitos, levou Rinaldo César Leite a considerá-lo um

¹¹⁷ Ibid., p. 119.

¹¹⁸ SILVA, Aldo José Moraes. op. cit., p. 239.

¹¹⁹ Ibid., p. 143.

“bairrista empedernido”.¹²⁰ Braz do Amaral coletou documentos para escrever a sua história e esse recorte atravessa o conjunto da sua obra historiográfica na qual a Bahia é sempre o foco. A Bahia sempre aparece nos títulos dos seus textos, não só ao abordar a questão da independência, como também ao tratar do Império e da República, dos jesuítas, ao apresentar suas investigações acerca do seu território, ao escrever biografias de políticos locais, ao abordar as histórias das revoluções ocorridas no estado, e em muitas outras situações. A obra desse historiador, como se vê, é extensa e serviu para delinear um padrão de escrita da história nacional, proposta pelos institutos históricos aos quais estava ligado, com a particularidade de se tratar de uma história da Bahia.

Em uma perspectiva tradicional, a escrita da história na Bahia tem origem, para Katia Mattoso, na carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500, que deu início a uma “longa linhagem”. Essa também era a visão de Braz do Amaral que considerou esse documento o “primeiro capítulo da história do Brasil”.¹²¹ Outros portugueses teriam dado seguimento a essa tarefa, a exemplo de Gabriel Soares de Souza (século XVI), frei Vicente de Salvador e Fernão Cardim (século XVII) e, no século XVIII, Antonil, Sebastião da Rocha Pita, J. A. Caldas e Luiz dos Santos Vilhena, cujos registros sobre a Bahia foram encontrados por Braz do Amaral na Biblioteca Nacional. No século XIX, destacou-se Inácio Accioli que também passou pela revisão de Braz do Amaral. A estes se seguiram os contemporâneos deste historiador, Góes Calmon, Francisco Borges de Barros, Theodoro Sampaio, Frederico Edelweis, Carlos Ott, Afonso Ruy, Luiz Vianna Filho, Wanderley Pinho, Pedro Calmon. Katia Mattoso notou ao chegar à Bahia no fim da década de 1950 que a escrita da história neste estado estava ligada aos acontecimentos e era carente de um aparato teórico. Nesse período, quase uma década após a morte de Braz do Amaral, ainda não havia, segundo relata, interesse por parte dos historiadores pelo movimento geral da historiografia representado nas agitações teóricas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Conforme Katia Mattoso, “os historiadores baianos, como sua cidade, estavam parados no tempo”.¹²²

À parte os exageros da autora, observa-se o delineamento de um modelo de análise historiográfica. Ao passar em revista a produção de historiadores da Bahia contemporâneos de Braz do Amaral, muitos que nasceram depois dele e alguns que faleceram antes, verifica-se o

¹²⁰ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santa: UEFS Editora, 2012, p. 221.

¹²¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª ed. Salvador: Livraria Progresso editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara, n. 19, 1957, p. 59. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção Especial.

¹²² MATTOSO, op. cit., p. 25.

interesse por objetos de estudo semelhantes, pela pesquisa feita em arquivos com a intenção de coletar os documentos necessários para dar prova do que estava sendo narrado e o método comum de reunião desses documentos em rodapés ou no corpo do texto sem a devida crítica. As informações sobre a vida, a formação e a obra de alguns deles são suficientes para demonstrar o quanto as suas trajetórias no âmbito das instituições e no campo da produção histórica, se assemelhavam.

Francisco Marques de Góes Calmon (1874-1931), ao que tudo indica, se inseriu no mundo das letras com a ajuda de Braz do Amaral, que reconheceu nele as qualidades de sociólogo e historiador.¹²³ Com formação em Ciências Sociais e Jurídicas, enveredou pelo campo da história, chegando a lecionar História do Brasil (1895) e História Universal (1918), no Ginásio da Bahia. Entre outras instituições, às quais se filiou, destaca-se o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, onde possivelmente estreitou as relações com Braz do Amaral, o que perduraria por anos, pelo menos até quando recebeu seu apoio durante a candidatura vitoriosa para governador do estado, em 1924. A sua produção historiográfica possui relação com a experiência adquirida em instituições financeiras, na condição de Fiscal Estadual do Banco da Lavoura (1907), Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal (1911), Organizador, Diretor e Presidente do Banco Econômico da Bahia (1910-1918). O livro *Vida econômico-financeira da Bahia – 1808 a 1899* (1925), que reúne dois textos lançados em 1923, mostra a sua preocupação com os aspectos econômicos da história.¹²⁴

A obra é destacada como exposição de ideias do liberalismo econômico e pela importância dada a iniciativas individuais de homens, cujas administrações foram responsáveis pelo progresso do estado. Além de apresentar dados quantitativos, demonstrando um trabalho de pesquisa, o historiador lança mão de fatos políticos para explicar a situação econômica da Bahia. Associa a abertura dos portos, por exemplo, vista como a “carta de alforria econômica”, ao nome de José da Silva Lisboa e a relaciona com os fatos políticos de 1808 e de 1822, da mesma forma feita por Braz do Amaral, que a considerou decisiva para a independência. Aliás, esse historiador também se interessou pelas “finanças” da Bahia e chegou a escrever um texto no qual avaliou os efeitos desfavoráveis da Guerra do Paraguai para a economia baiana.

¹²³ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Francisco Marques de Góes Calmon. In: Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 239.

¹²⁴ As informações sobre a vida e a obra do historiador são retiradas de GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Francisco Marques de Góes Calmon. In: Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 239-246.

Francisco Borges de Barros (1882-1935), apesar da formação em Ciências Jurídicas e Sociais, trilhou caminhos parecidos com os de Braz do Amaral. Além de ter se dedicado à história da Bahia, utilizando documentos disponíveis no Arquivo Público do Estado, do qual foi amanuense e diretor (1915-1935), prestou serviços à administração pública, como funcionário e, posteriormente, auxiliar do gabinete do governador e amigo J. J. Seabra, dando sinais, assim como fez Braz do Amaral, de como o discurso histórico serve ao poder. Chegou a registrar, no livro *Da Amazônia ao Paraná: diário de uma campanha cívica* (1922), parte da campanha de Seabra à Vice-Presidência da República. Em 1931, dedicaria um volume inteiro, em duas edições, à vida e à obra desse político, com o título *Dr. J. J. Seabra: sua vida, sua obra na República*, dizendo apresentar ao leitor um “repositório de documentação para o historiador futuro”.¹²⁵ Havia aí a manifestação explícita da preocupação com os estudos históricos futuros, cujas garantias seriam dadas pela coleção de documentos. Outro indicador da importância atribuída aos volumes de documentos para a escrita da história é o livro *Ilhéus: documentos que interessam à sua história*, de 1933.

No ano de 1922, demonstrou interesse pelo tema da Conjuração Baiana, ao publicar *Os Confederados do Partido da Liberdade*, tendo sido destacado por Affonso Ruy, como o primeiro a escrever com maior dedicação sobre a revolta, já que Braz do Amaral só faria isso em 1926. Escreveu “Memórias”, algumas sob encomenda, sobre municípios do interior, a exemplo de Ilhéus, Belmonte e Maracás, objetivando atender à expectativa dos seus gestores de destacar os fatos notáveis de cada um deles na História do Brasil. Esses textos, divididos entre a narrativa de episódios históricos e a exposição de documentos foram, em sua maioria, publicados pela Imprensa Oficial e datam de 1916 e 1917.¹²⁶

Dedicou-se ainda à história dos bandeirantes baianos e à Casa da Torre de Garcia D’Ávila (1919), tema que também foi discutido por Braz do Amaral. Seguindo os passos desse historiador, ofereceu em um opúsculo, *As fronteiras de Ilhéus: constituição do seu território* (1923), documentos para ajudar na fixação das fronteiras desse município. Entre as décadas de 1920 e 1930, publicou cinco volumes sob o título de *Arquivo Histórico*, resultado do contato com documentos encontrados no seu local de trabalho. Aventurou-se no estudo da arqueologia, ao publicar, por exemplo, *Arqueologia e História* (1928), no qual tratou da expansão colonizadora, dos monumentos nacionais e de outros temas da história colonial, período que seria alvo de uma trilogia intitulada *Documentos para a história colonial* (1931,

¹²⁵ CASTRO, Renato Berbert de. O historiador Francisco Borges de Barros. In: Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 215.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 185-225.

1932, 1933). Mas se tornou referência pelos estudos desenvolvidos acerca das sociedades secretas na Bahia, tendo publicado, em 1932, *A maçonaria na Bahia*. Dois anos depois, lançou o livro *À margem da história da Bahia* (1934), abordando superficialmente vários temas da história desse estado. Como ressaltou Renato Berbert de Castro, envolto em uma vasta documentação no arquivo público, diante de uma variedade de temas sobre os quais pesquisar e escrever, Borges de Barros “preferiu a extensão à profundidade”.¹²⁷ Essa mesma prática caracterizou a obra de Braz do Amaral. No entanto, a imensidão dos acervos, por si, não explica o tipo de história, o método de trabalho e a profusão de temas desses historiadores. Esse comportamento evidencia um método historiográfico compartilhado entre eles, definido a partir das instituições às quais se associavam e da concepção de história adotada.

Bernardino de Souza, sergipano radicado na Bahia, que nasceu dois anos após Borges de Barros, em 1884, e faleceu um mês antes de Braz do Amaral, em janeiro de 1949, é outro exemplo de historiador que compartilhou com os seus pares a mesma ideia de história, embora não tenha, aparentemente, explorado tanto os arquivos. Seu nome está ligado à fundação de instituições históricas, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e a estabelecimentos de ensino, a exemplo do Ginásio Carneiro Ribeiro e do Ginásio da Bahia, onde substituiu Braz do Amaral, em 1915, na regência de História Universal. Professor de História desde o início de sua carreira, logo após completar a sua formação no curso de Direito, foi reconhecido pelo desenvolvimento da Geografia. Participou do I Congresso de Geografia, em 1909, com a memória *Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil*, que, após sucessivas revisões, passou a se intitular *Dicionário da Terra e Gente do Brasil*, no qual estão misturadas informações geográficas e históricas. Tomou parte também em congressos de História. Em 1938, apresentou em um deles o texto *O Pau Brasil na História Nacional*, trabalho que reflete o interesse pela economia de extração. Após a sua morte, foi editada a obra pela qual se tornou mais conhecido, *O ciclo do carro de bois no Brasil* (1958), que, como destacou Waldir Freitas Oliveira, agrega conhecimentos de história, mas também de arqueologia, sociologia e antropologia cultural. Esse livro foi reconhecido pela precisão documental e pelo método empregado, que aliou informações teóricas à memória e à documentação solicitada sobre o assunto, aos amigos de diversos pontos do país, além de um

¹²⁷ CASTRO, op. cit., p. 225.

questionário aplicado a pessoas com conhecimento da vida nas fazendas do interior. Também calçou seu trabalho em documentos e ilustrações encontradas em revistas e livros antigos.¹²⁸

Outro historiador que merece atenção é José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967), reconhecido pela sua vasta produção bibliográfica, pela intensa pesquisa em arquivos e pelos trabalhos de história. O contraponto da sua obra com a de Braz do Amaral revela-se fecundo porque, além da convivência nas mesmas instituições históricas e culturais, das aproximações temáticas, os historiadores se colocaram em lados opostos muitas vezes, principalmente, em relação às opções políticas. Basta dizer que Wanderley Pinho foi exonerado da Promotoria Pública, por razões políticas, no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1914), época em que Braz do Amaral realizava pesquisas e preparava os relatórios sobre as questões de fronteira atendendo ao pedido do governador. Wanderley Pinho também foi crítico direto da política de remodelação de Salvador, chegando a escrever sobre a necessidade de *Proteção dos monumentos públicos e objetos históricos* (1917). Da mesma forma que Braz do Amaral, foi deputado federal pelo Partido Republicano da Bahia, em uma fase de liderança de Góes Calmon, seu sogro. Colocou a história a serviço da política. Os seus livros revelam um interesse pela história do Império que se confundia com a história da sua própria família, já que era neto do Barão de Cotegipe. A constante procura por documentos e a intensa pesquisa em bibliotecas e arquivos, fez alguns de seus biógrafos, como Luiz Viana Filho, destacar a sua infatigável busca pela verdade.¹²⁹

A lista dos textos e discursos publicados nas revistas dos institutos históricos, dos quais fazia parte, mostra um interesse por objetos da história política, demonstrando uma aproximação temática com relação a Braz do Amaral. O percurso do texto e o julgamento do acontecimento, porém, nem sempre foi o mesmo. Sem pretender tomar o todo pela parte lida, observa-se que do ponto de vista da narrativa, não há muita diferença. Ambos lançam mão de vasta documentação e acabam por desenvolver histórias baseadas em fatos políticos. Ressalvas merecem ser feitas aos trabalhos desenvolvidos por Wanderley Pinho que lhe asseguraram reconhecimento como historiador, a exemplo de *Salões e Damas do Segundo reinado* (1942) e *História de um Engenho do Recôncavo* (1949). Um elemento novo da biografia de Wanderley Pinho, no entanto, marca uma diferença em relação a Braz do Amaral, o surgimento da universidade como mais um foco irradiador do discurso histórico. Foi

¹²⁸ Cf. OLIVEIRA, Waldir Freitas. Bernardino de Souza – o historiador. In: Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 172.

¹²⁹ VIANA FILHO, Luiz. *Centenário de Wanderley Pinho*. Bahia. 1990, p. 9. Ver também: SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

professor de História do Brasil da Universidade Federal da Bahia, onde ensinou a prática de investigação em arquivos e em bibliotecas. Embora a escrita da história comesse a passar por mudanças, com a abertura para novos objetos e novos métodos de pesquisa, o modelo disseminado através do IGHB ainda era útil e seguido. Talvez esse dado tivesse levado Katia Mattoso ao diagnóstico de atraso da produção historiográfica na Bahia.

No final da década de quarenta a situação não era muito diferente. As celebrações em torno do IV Centenário da fundação de Salvador, e do I Congresso de História da Bahia, em 1949, originaram, segundo Katia Mattoso, uma série de “[...] monografias cheias de erudição e de análises minuciosas, à maneira dos historiadores alemães do século passado”. Entretanto, como a mesma historiadora reconheceu, constituíam-se em “tesouros” que divulgavam a história da cidade de Salvador. Foram “pontos de partida” para novas interpretações e trabalhos que surgiram depois, como os da própria autora que afirma ter se servido, na sua história social do século XIX, dessa historiografia tradicional, da nova produção histórica baiana e da contribuição norte-americana, inglesa e francesa.¹³⁰ Os institutos de história reuniram boa parte do material publicado pelos historiadores baianos, considerado “indispensável para uma história dos acontecimentos”, destacou Katia Mattoso. A obra de Braz do Amaral é exemplar do tipo de produção desses historiadores, muitos referidos pela autora. Entretanto, esse material não pode ser tratado de forma isolada, uma vez que do cruzamento de escritos e interpretações foi possível compreender o tipo de história de Braz do Amaral e os seus usos por parte de outros historiadores.

2.3 A “MONUMENTALIZAÇÃO” DA OBRA

Em fevereiro de 1949, treze dias após a morte de Braz do Amaral, o jornal *A Tarde* publicou um texto, originário do Rio de Janeiro, cujo autor não foi divulgado, tratando da sua morte e das atividades que desempenhou na Bahia. Como observado em várias outras matérias da mesma natureza publicadas neste jornal, em o “Mestre Braz”, o historiador foi enaltecido pelo amor a sua terra e pelo que a legou, em termos de trabalhos que se ergueram como “monumentos”:

Tinha a probidade do investigador. Conhecia os segredos dos arquivos. Soube penetrar o mistério dos documentos, o mundo empoeirado e morto de papéis esquecidos, os silêncios de um passado que, na sua sensibilidade de

¹³⁰ MATTOSO, op. cit., p. 25-26 e p. 35.

sábio estudante, retumbavam de epopeias sonoras. E escreveu livros que ficam como pedras de monumento, como blocos eternos de construção ciclópica. [...] ¹³¹

Os trabalhos desenvolvidos por Braz do Amaral, que englobam as pesquisas feitas em arquivos, a busca por documentos com o intuito de “provar” o que dizia em seus textos e todo seu esforço em escrever e revisar a história do Brasil, levaram o autor dessa matéria a reconhecer, já em 1949, que a sua obra havia se consolidado como “monumento”. Poucos dias foram suficientes para que Braz do Amaral tivesse seus livros destacados como algo que ficaria para a posteridade, como uma “herança do passado”. ¹³² Essa concepção de monumento, fundamentada no legado da obra do historiador, embora demonstre a importância atribuída aos trabalhos por ele desenvolvidos, o que também assinala a natureza desses textos, apresenta a ideia implícita de que eles estavam estabelecidos e que serviriam aparentemente como um dado imutável no futuro, como “pedras”. Ela não tem compromisso com o conhecimento histórico crítico, mas com a homenagem que estava sendo feita em razão de uma morte.

Uma noção de monumento desse tipo não leva em conta a possibilidade de tomar as produções de Braz do Amaral como documento que poderia ser útil ao futuro, não por estabelecer verdades irretorquíveis, mas por servir como fonte para os historiadores. Perspectiva que não deve ser exigida, contudo, de um texto escrito no final dos anos de 1940, cujo objetivo aparente era enaltecer os feitos do historiador, por meio de um discurso edificante. Na matéria do jornal falou-se a respeito de uma memória oficial da Bahia e daquele que dela tratou em sua obra, narrou seus acontecimentos e enalteceu seus heróis. Por meio dessa obra, considerada monumento, que se cumpria a função de tornar conhecida a história, algo feito para lembrar. Documentar era monumentalizar.

Em outra perspectiva de análise, que difere da elaborada para fins da memória oficial pelo exame crítico do que foi por ele produzido, o documento pode ser considerado monumento, desde que seja abordado, conforme Jacques Le Goff, como “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. ¹³³ Sob este ponto de vista mais recente, considerando que a ideia de monumento tem sua historicidade, qualquer documento pode ser considerado monumento, contanto que se atentem às relações

¹³¹ “Mestre Braz”. *A Tarde*. 15 de fevereiro de 1949, p. 3. ALB, Pasta Braz do Amaral.

¹³² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão...[et. al.]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996, p. 535-536.

¹³³ *Ibid.*, p. 545.

de poder que envolveram a sua produção, que se considere a sociedade na qual foi fabricado. Isso implica dizer, ainda na perspectiva de Jacques Le Goff, que todo documento é resultado de uma “montagem”, que agrega as condições de produção da época, das sociedades e da posteridade, quando continua a ser manipulado.¹³⁴

Na condição de monumento, o documento deve ser “desmontado” pela crítica histórica e não considerado independente das condições históricas de produção. Os livros de Braz do Amaral, nesse sentido, tomados como monumentos, demandam uma análise mais cuidadosa do que o simples reconhecimento de que ficaram para a posteridade, até porque isso não significa dizer, necessariamente, que a obra foi monumentalizada. De fato, a obra historiográfica deste historiador baiano serve como fonte para um considerável número de historiadores que estudam temas por ele abordados ou, simplesmente, citados, como será discutido em um tópico à parte. Braz do Amaral estabeleceu documentos para a história da Bahia e do Brasil, uma vez que trouxe à luz alguns inéditos, bem como propôs a revisão de fatos históricos do Brasil, como é o citado caso da independência.

Boa parte de seus trabalhos foi encomendada pelo governo ou teve apoio dele, entre 1917 e 1922, como elemento das comemorações do centenário da independência. A edição dos resultados alcançados, após pesquisas em arquivos do Brasil e de Portugal, remete ao caráter celebrativo dessas publicações, que serviram ou surgiram para edificar a história da nação. Em discursos específicos, Braz do Amaral salientou a importância das comemorações em torno de uma “nacionalidade já digna de nota no mundo”.¹³⁵ No contexto das “festas do centenário”, chegou a criticar o projeto do senador paulista Adolfo Gordo para restringir a liberdade de imprensa. Em 1922, o senador propôs a restrição para evitar que “algumas verdades” não “sombreassem o brilho” daquelas comemorações. Ao que o historiador baiano respondeu, em setembro do mesmo ano, recorrendo à história da França, no reinado de Carlos X, e da Inglaterra – onde narra a história de Warren Hastings na Índia inglesa –, de fins do século XVIII, para demonstrar o quanto aquilo era reprovável e ultrapassado.¹³⁶ A imprensa seria o veículo de divulgação da produção que contaria a história da Bahia. Divulgaria os resultados das pesquisas feitas pelo historiador baiano. Por meio dela, alguns de seus textos foram tomados como monumentos de uma história de batalhas que se queria contar naquele momento. Eles surgiram com essa característica. Condição de monumento que explica, em

¹³⁴ Ibid., p. 547.

¹³⁵ AMARAL, Braz do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 85. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

¹³⁶ AMARAL, Braz do. As festas do centenário com a asfixia da imprensa, s/d., p. 17 e p. 21. APJCB

alguma medida, a referência que seria feita aos seus livros, anos depois, na matéria do *A Tarde*.

Entre os trabalhos que resultaram das pesquisas em arquivos, por incentivo do governo, destaca-se a edição do livro *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865). Segundo as notas biográficas do tipógrafo Hypólito Cassiano de Miranda, Inácio Accioli foi um português que fixou residência no Pará desde a infância e fez várias excursões pelo interior de algumas províncias colhendo notas para seus trabalhos históricos. Participou do movimento de independência desse estado, entre 1821 e 1823. Compôs o quadro de sócios correspondentes do IHGB e era “encarregado das funções de historiador do ex-Império do Brasil”.¹³⁷

Ao se direcionar ao leitor nas páginas introdutórias dos seus comentários, em texto datado de agosto de 1919, Braz do Amaral explicou que 15 anos antes Hypólito Miranda havia tentado e chegou a publicar o primeiro volume, quando fez a biografia de Accioli, mas faleceu sem concluir o trabalho. Esse novo esforço, com o qual estava contribuindo e que tinha como objetivo “dotar as letras pátrias e o Estado da Bahia”, era do secretário do Interior, Gonçalo Moniz Sodré de Aragão.¹³⁸ Ainda segundo Braz do Amaral, o secretário aproveitou uma disposição existente na lei do orçamento do Estado que autorizava o governo mandar reimprimir os “livros úteis nacionais de edições esgotadas”. Por isso foi encarregado, conforme ofício de 27 de julho de 1917, de fazer anotações,

Que o estado atual dos conhecimentos sobre a história do Brasil tornam indispensáveis para esclarecer e completar as Memórias de Accioli, dando aos leitores delas tudo que da vida passada da Bahia se conhece agora pelos trabalhos de Gabriel Soares, Fr. Vicente do Salvador e Adolfo Varnhagen, os quais Accioli não chegou a ver.¹³⁹

Referiu-se, nas notas ao leitor, ao “grande desejo” das figuras ilustradas da Bahia pela segunda edição daquelas memórias, tarefa que esbarrava na falta de recursos e na despesa de impressão. Do ponto de vista da iniciativa pessoal, as dificuldades pareciam maiores, afinal, ele reclamava, “muito ingrato é o meio para que se abalance alguém a fazer tal esforço como negócio, visto ser este de leitura histórica um gênero que corre o risco de ficar enfusado à

¹³⁷ CERQUEIRA E SILVA, Inácio Accioli de.; AMARAL, Braz do (comentários). *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Vol. I. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. XVIII. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

¹³⁸ Ibid., p. II.

¹³⁹ Ibid., p. II.

falta de consumidores”.¹⁴⁰ A ingratidão do meio das letras foi reclamada pelo historiador baiano em mais de um texto. Como vimos, no livro *História da Bahia do Império à República* também fez referência à importância do trabalho de Accioli para a história da Bahia e à ingratidão da terra, cuja “vida” por ele havia sido escrita, desde a fundação até a independência, com “fidelidade” e “exatidão”, no seu livro mais conhecido, apesar das outras obras, entre as quais uma descrição do rio São Francisco, que apesar de fornecer “informações preciosas” não teria sido capaz de imortalizar seu autor, à semelhança do que aconteceu com suas *Memórias*. Com seu nome conservado perante a posteridade, “quando estará inteiramente perdida a lembrança de todos os poderosos, ignorantes, vadios e ricos do seu tempo”, Accioli receberia para Braz do Amaral uma “prova de compensações”. Essa seria, em sua visão, a única motivação aos homens das letras: “E tal é o único incentivo que podem ter neste país os que laboram e produzem no mundo das letras”.¹⁴¹

Conforme o ofício transcrito por Braz do Amaral, era do objetivo das autoridades que o trabalho fosse indispensável para “o conhecimento completo da vida passada da Bahia”. E para prestar tal serviço ao estado, ainda segundo o texto do secretário, não havia ninguém mais competente do que ele. O historiador, por sua vez, disse que o fazia com o intuito de “deixar neste livro uma documentação que no correr dos tempos venha a servir para consulta aos que tiverem de tratar de assuntos relativos à vida da Bahia”.¹⁴² Esse papel de criar condições para chegar aos documentos, aos arquivos, já que ainda não havia uma tradição heurística, Braz do Amaral desempenhou, contribuindo com a ideia de história “completa” da Bahia. Ao tempo em que fazia pesquisas para as memórias de Accioli, bem como reunia dados e documentos para outros trabalhos, como os de limites do estado, encontrou na Biblioteca Nacional um material contendo vinte e nove cartas do português Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), destinadas a D. João VI e ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho.

O conjunto das vinte primeiras cartas, escrito quando Luís Vilhena estava na Bahia, cujo título original era “Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas”, foi publicado em dois volumes por iniciativa de Braz do Amaral e por incentivo do governo de Antonio Muniz e de J. J. Seabra, entre 1917 e 1922. Esse material também foi editado como parte das comemorações do centenário da independência do Brasil, momento oportuno para a monumentalização desse outro documento que contava a história do Brasil desde o seu

¹⁴⁰ Ibid., p. I.

¹⁴¹ AMARAL, BRAZ do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 261-262. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

¹⁴² Ibid., p. III.

“descobrimento” e, em consequência, ajudava a construir uma memória nacional. A vigésima primeira carta remetida a Rodrigo de Souza Coutinho, ministro que incentivou o professor de grego a completar as descrições, foi publicada em folheto independente, sob o título de *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo* (1935). Ao justificar, em 1935, o motivo pelo qual essa carta não havia sido publicada junto com as demais, Braz do Amaral ressaltou o apoio do então interventor da Bahia, Juraci Magalhães, que mandou imprimir o material faltante, enfeixado em edição posterior, de 1969.¹⁴³

Na medida em que reeditou as memórias de Accioli e editou as cartas de Vilhena, adicionando em ambos os trabalhos notas amplas com acréscimos de informações ou documentos utilizados como “provas”, Braz do Amaral alcançou certo prestígio e contribuiu com a reunião e organização de um material de importância para a memória que se pretendia celebrar. Além disso, passou a servir como filtro dessas obras, de modo que não seria mais possível chegar nelas sem passar por ele, a menos que se fizesse uma nova edição e se desconsiderasse todos os comentários baseados em suas pesquisas. Em ambos os casos imprimiu a sua marca e, sem dúvida, a sua concepção de história.

Por outro lado, é notório o esforço do historiador baiano em se lançar à posteridade, o que não se limitou, entretanto, à reedição de obras que contam a história da Bahia. A palavra “posteridade” apareceu algumas vezes em discursos seus. Com esse objetivo, republicou seus textos em mais de um suporte, nas revistas do IGHB, em livros, na condição de textos principais ou como notas de rodapé. No prólogo do livro *Discursos e Conferências*, de maio de 1921, publicado pela Tipografia Econômica, da cidade do Porto, por exemplo, Braz do Amaral dirigiu-se aos leitores com o intuito de justificar aquela iniciativa de reunir textos antigos resultado de conferências, alguns da mocidade e a maioria publicada nas revistas do Instituto Histórico. Republicou textos de cunho biográfico fruto de sessões comemorativas da instituição, de solenidades que homenageavam os sócios falecidos, ou de algumas comunicações, a exemplo da breve “biografia” de Luiz Vilhena. Acrescentou também os textos sobre o centenário do ensino médico no Brasil, um deles proferido na Faculdade de Medicina da Bahia. O objetivo era evitar que seus escritos se perdessem como alega ter ocorrido com boa parte deles, por descuido ou outras razões não reveladas, provavelmente pelo tempo mesmo. O livro que estava sendo publicado era um dos dois que seriam lançados e que, para o historiador, revelavam a sua inclinação pelos estudos históricos. A apresentação

¹⁴³ Cf. VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Volume I, II e III. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

da coletânea mostrava certa consciência de que ela alcançaria um público maior e diferente do que auferiu quando saiu de maneira fragmentada em forma de discursos em outros meios de circulação:

Sobre a maior parte dos *Discursos e Conferências* já se pronunciou a crítica local, a do meio baiano, em que eles foram feitos. Oxalá que agora, sendo julgados por outros leitores, em mais vasto círculo, muito tenham que emendar aí os competentes, o que será em benefício das letras e da história pátrias.¹⁴⁴

Essa compreensão de Braz do Amaral revela-se em outras publicações nas quais não somente reuniu textos lançados em outros meios com o intuito de republicá-los, como copiou textos ou trechos na íntegra, algumas vezes em nota de rodapé, sem o propósito de criar uma coletânea. A análise da sua obra fez notar que esse recurso se tornou uma prática constante do historiador. O simples fato de ter sido editado em outro local, no caso de *Discursos e Conferências*, em outro país, não poderia assegurar ao autor, todavia, um público leitor mais amplo, diversificado e interessado na história do Brasil. O sucesso dependeria de alguns fatores, a exemplo do meio ou dos círculos sociais dos quais fazia parte em Portugal, dos recursos utilizados para a confecção do livro, que no caso em questão se resumiu a uma publicação simples e sem investimento gráfico, e da sua divulgação. A iniciativa dessa publicação, e das demais de mesma natureza, revelam o desejo do historiador de conquistar outro público leitor e de garantir o seu lugar na posteridade.

Por essa última razão escreveu novamente “ao leitor” no livro *História da Bahia do Império à República*, lançado pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, em 1923, afirmando que nutria a esperança de que um dia alguém faria pelo livro que publicava o que estava fazendo pela obra de Inácio Accioli, *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. O seu objetivo ali era completar, ao anotar e comentar, a descrição da Bahia desde o “descobrimento do Brasil” iniciada por Accioli e incompleta, haja vista o fato de ter ele encerrado no primeiro quarto do século XIX. A “autocomparação” com o autor das *Memórias Históricas* e a expectativa em relação ao futuro revela a pressuposição de que seria lido e comentado. O referido livro é uma amostra da prática de Braz do Amaral de repetir ideias e de copiar trechos inteiros de outros textos lançados nas revistas dos institutos históricos, assim fez quando tratou da proclamação da República no livro em questão.

O fato de Braz do Amaral ter feito anotações à referida obra de Inácio Accioli, sendo responsável, com o auxílio do governo, pela sua reedição em seis volumes, entre 1919 e 1937,

¹⁴⁴ AMARAL, Braz H. do. *Discursos e Conferências*. Porto: Tipografia Econômica, 1921. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

e de ter reunido as citadas cartas de Luís Vilhena e se empenhado para sua edição em alguns volumes, mostra que possuía consciência da importância dessas obras para a história do país, e isso ele diz textualmente, e da necessidade de torná-las públicas. Foram obras publicadas pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Portanto, o historiador baiano sabia a que público leitor interessaria aquelas publicações, quem as leria, os seus pares dos institutos históricos e qualquer pessoa que se interessasse pela história do Brasil e da Bahia. Embora ainda não tenha sido possível fazer uma história das práticas de leitura dos livros de Braz do Amaral, no final do século XIX e primeira metade do século XX na Bahia, o esforço do historiador baiano para editar, reeditar e até publicar suas obras em espaços e contextos diferentes permite refletir sobre a relação entre texto, impressão/edição e sua “legibilidade”, à luz do pensamento de Roger Chartier.

Para o historiador, a relação entre os três polos – texto, objeto que o comunica e ato que o apreende – produz variações e mudanças de significado, criando uma nova “legibilidade” e “um novo horizonte de recepção”.¹⁴⁵ A mudança no formato do livro, no tamanho, no design, pode tornar o material mais acessível a determinadas classes, mais fácil de transportar, atender a um público leitor mais ou menos exigente. Algumas vezes essas modificações vêm acompanhadas de outras, tais como simplificação ou supressão de textos, acréscimos de imagens. Por essa lógica, a impressão tem um papel fundamental e se distingue do texto em si, ou seja, do trabalho escrito, o que leva Chartier a ressaltar: “[...] nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor”.¹⁴⁶ Por isso, ele chama a atenção para as “leis de produção” e para os “mecanismos compulsórios”, que orientam os textos que se transformaram em livros.

Os textos de Braz do Amaral foram publicados em forma de livro pela Imprensa Oficial do Estado, em sua maioria, pela Tipografia Naval, pela Prefeitura do Município de Salvador, pela Imprensa Nacional, pela editora Zélio Valverde, apenas um, pela Tipografia Econômica, da cidade do Porto. Todos com um padrão gráfico simples, sem imagens, mas com muitas notas de rodapé, geralmente contendo transcrições de documentos históricos. O fato de publicar quase todos por editoras oficiais: nacional, do estado ou do município, pode ser justificado pela demanda por parte do estado por estudos ligados à Bahia ou à história do Brasil. Nesse padrão, supõe-se que o público alvo de Braz do Amaral eram os letrados das

¹⁴⁵ CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 220-221.

¹⁴⁶ Ibid., p. 220.

instituições às quais pertencia, embora essa prática de se repetir, reproduzindo em mais de um livro textos inteiros, assinale para seu desejo de firmar as suas palavras, fazer com que elas chegassem a todos os cantos, senão por um livro, por meio de outro. Aspecto que se confirma com a publicação de trabalhos pela editora portuguesa. Além disso, pode sugerir que o historiador pretendia responder às exigências do seu meio quanto à produção intensa e disputada entre outros historiadores.

Recordações históricas é outro exemplo de trabalho publicado pela Tipografia Econômica, do Porto, em 1921. Mantém as mesmas características dos outros, mas o historiador acrescenta a informação sobre o fato de ter deixado sob os cuidados de revisão do “impressor”, em razão da sua necessidade imediata de retornar ao Brasil à época. Ali reuniu matérias escritas para o *Jornal de Notícias* com mais dois artigos, um impresso nos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de História e outro no Arquivo Público Nacional.

O livro *Fatos da Vida do Brasil*, lançado pela tipografia naval, em 1941, engloba a conferência realizada no IGHB, em 25 de junho de 1926, intitulada “Conspiração Republicana da Bahia de 1798”, o texto “O Federalismo”, um outro com algumas modificações que havia sido publicado anos antes no livro *Recordações Históricas*, “Os grandes mercados de escravos africanos. As tribos importadas. Sua distribuição regional”, tese apresentada ao Congresso Internacional de História da América, realizado pelo IHGB, em setembro de 1922. Acrescido do texto “A Sabinada – os princípios liberais do século XIX”, que parece ser o único inédito no livro.

Em *Cartas e descrições*, publicado pela tipografia econômica do Porto, em 1924, reuniu cartas de 1912 e 1913 enviadas à Bahia durante sua viagem à Europa, com comentários acerca de casos e eventos ligados principalmente à Inglaterra. Expôs também as impressões dessas viagens pelo exterior e dentro do Brasil, pelo rio São Francisco, em 1919. Um texto intitulado “O barão de Cotegipe – ensaio crítico”, de novembro de 1915, integra o livro com uma intenção mais pretensiosa. As cartas que poderiam apresentar uma escrita livre e quem sabe tratar da vida pessoal, familiar e de outros que tais, mostram uma preocupação com a imagem do Brasil, com a situação de cidades do seu interior, com os acontecimentos da Europa. São, de maneira geral, preocupações e comparações econômicas e políticas. A seleção e publicação desse material, e não de outras possíveis cartas de conteúdo pessoal, indicam a consciência de Braz do Amaral a respeito da sua imagem pública e a intenção de divulgar o que para ele deveria ficar à posteridade.

É possível afirmar que Braz do Amaral atingiu o seu objetivo. A recepção da sua obra pode ser observada na historiografia brasileira e baiana posterior ao contexto de edição de cada um dos livros elencados, sobretudo nos trabalhos que abordam o período da Colônia e do Império. A importância dela faz recuperar o lugar das memórias de Accioli e das cartas de Vilhena como referência, em alguns casos, obrigatória, para obras e autores de reconhecida importância na comunidade de historiadores. Não há, contudo, como fazer uso desse material sem ter conhecimento do intelectual que o estabeleceu. Braz do Amaral serviu como um filtro historiográfico aos estudos dos cronistas que o antecederam. Dada a relevância do seu trabalho, cabe retomar a discussão em torno da ideia chave deste tópico que perpassa a questão da monumentalização de sua obra.

2.3.1 Filtro historiográfico: cartas de Vilhena e memórias de Accioli pela leitura de Braz do Amaral

São numerosas as referências de livros que citam esses trabalhos diretamente ou na bibliografia. Em alguns casos, aparecem em nome de Braz do Amaral, ao lado de outros livros do historiador. Em outros, são citados com os documentos primários. Às vezes integram a bibliografia geral, mas também a específica. A sua importância para a viabilização das cartas e o filtro historiográfico que promoveu levou o antropólogo e folclorista Edison Carneiro, que se tornou um dos maiores estudiosos das culturas africanas no Brasil, a afirmar na apresentação à segunda edição da obra de Vilhena: “Palpitantes de *bahianidad*, as notas e comentários de Braz do Amaral são hoje inseparáveis do texto de Vilhena”.¹⁴⁷

Como amostra do recorrente uso das crônicas de Vilhena e das obras do seu anotador em trabalhos da historiografia nacional é possível destacar: Gilberto Freire que no clássico *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933) se reportou a Vilhena em diferentes passagens. Utilizou também como “material subsidiário” um estudo de Braz do Amaral apresentado ao Congresso de História Nacional. Affonso Ruy com *A primeira revolução social brasileira: 1798* (1942), livro que lhe conferiu projeção como historiador, também fez uso tanto das cartas do professor de grego quanto do livro de Braz do Amaral que trata do mesmo movimento político baiano.

¹⁴⁷ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Volume I. Salvador: Editora Itapua, 1969.

Suporte semelhante foi tomado por Thales de Azevedo, no livro *Povoamento da cidade do Salvador* (1949), no qual desenvolveu uma história social e demográfica da cidade. Além das cartas de Vilhena, utilizou como referência dois livros de Braz do Amaral, *Recordações históricas* (1921) e *História da Bahia do Império à República* (1923). Edison Carneiro, que foi responsável pela edição do livro publicado pela primeira vez em 1922, na obra *A cidade do salvador, 1549: uma reconstituição histórica* (1954) também laçou mão desse material.

Outro exemplo de notoriedade é o de Katia M. de Queirós Mattoso, que viveu na Bahia e pesquisou incansavelmente em seus arquivos, muito influenciada pela historiografia francesa dos anos de 1930. Na bibliografia do seu livro *Bahia século XIX: uma província no Império* (1978), originário da tese que defendeu na Sorbonne, constam citadas as crônicas de Vilhena, em sua segunda edição, além de cinco livros de Braz do Amaral. A autora destacou que, na segunda metade do século XX, a escrita da história na Bahia ainda era factual e “colonial”, haja vista que as monografias se baseavam em acontecimentos, sobretudo do século XVII, como já foi dito. Também decorrente do impulso nacional pelas comemorações, como ressalta a autora, essa situação foi estimulada pela presença massiva na Bahia de historiadores norte-americanos e ingleses interessados no período colonial.¹⁴⁸ Isso favoreceu a consulta às crônicas de Vilhena, às memórias de Accioli e aos livros de Braz do Amaral.

Ambos, Vilhena e Accioli, são citados também pelo historiador Luís Henrique Dias Tavares, que ocupou lugar de destaque na historiografia baiana, em pelo menos duas de suas obras, *História da sedição intentada na Bahia em 1798: “a Conspiração dos Alfaiates”* (1975) e *História da Bahia* (2001). Além de utilizar vários livros de Braz do Amaral, Luís Henrique Tavares cita os seis volumes das memórias de Accioli. No primeiro caso, o autor corrige, em notas de rodapé, as transcrições de documentos feitas por Braz do Amaral.

Entre os historiadores de outros círculos acadêmicos, as crônicas de Vilhena também serviram como fonte. Exemplo disso é o trabalho de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (1948). Em sua bibliografia, o livro de Vilhena é citado em nome de Braz do Amaral. Carlos Guilherme Mota, em *Ideia de revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento* (1979), não somente cita reiteradamente Luís Vilhena, dando crédito a expressões e ideias suas, como dedica o quarto capítulo à sua forma de pensamento. Quanto a Braz do Amaral, discute questões por ele abordadas, reconhecendo em diferentes notas de rodapé alguns exageros seus. O autor recorre, ainda, a documentos citados na íntegra em *Fatos da vida do Brasil* (1941).

¹⁴⁸ MATTOSO, op. cit., p. 28.

Não resta dúvida que a lista poderia crescer bastante caso fosse possível fazer um levantamento bibliográfico exaustivo, especialmente em torno das obras que trataram do que se convencionou chamar de história colonial, haja vista que a própria ideia de “Brasil colonial” foi invenção do século XIX. Conforme Stuart Schwartz, na década de 1980 a produtividade aumentou e houve uma “sofisticação” dos trabalhos, em torno desse período da história.¹⁴⁹ Entre as razões apontadas por Schwartz, algumas referidas por Katia Mattoso, para esse interesse sobre os “primeiros tempos” do Brasil estão: o “processo de transformação nas ciências sociais”, a forte influência da história cultural, o uso das novas tecnologias e as comemorações dos quintos centenários.¹⁵⁰ De 1930 a 1990 as produções foram redirecionadas para novas abordagens e objetos da “colônia”.

Como já apontado, essa mudança de interesse pela “história dos primeiros tempos” permite explicar a recorrência do uso da obra de Vilhena e de Accioli nos trabalhos citados e justificar o aumento de estudos em torno da escravidão, do atlântico, da religiosidade, da administração da colônia. As suas crônicas foram matéria para esses trabalhos e, nesse sentido, Braz do Amaral cumpriu importante papel. Ao instituir documentos, portanto, ofereceu subsídios para a escrita de uma história nacional. Ele ajudou a edificar uma memória pautada em grandes feitos, buscando garantir também o lugar de reconhecimento para a Bahia no cenário nacional. Ao fazê-lo teve sua obra monumentalizada, por seus contemporâneos ou pela posteridade que a utiliza como documento. Foi o que se verificou com a veiculação e os comentários às cartas de Vilhena ou às memórias de Accioli, cuja importância pode se confirmar ao passar em revista trabalhos de historiadores a exemplo dos elencados nesta tese.

A iniciativa de Braz do Amaral de fazer reparos e comentários às obras dos cronistas que o antecederam, fruto da sua prática de arquivos, mantém relação com uma concepção de história e de documento, mas também pode ser explicada pela vinculação a instituições históricas que divulgavam um projeto de história cujos fundamentos implicavam acumular documentos para a história nacional. As relações com políticos baianos e o consequente apoio aos seus projetos também favoreceram a escolha de Braz do Amaral para a realização de determinadas tarefas, como as pesquisas em Portugal e nos arquivos da capital e da Bahia, cujos resultados renderam relatórios sobre os limites deste estado, textos sobre a história da independência do Brasil e documentos para complementar as referidas crônicas. O próprio

¹⁴⁹ SCHWARTZ, Stuart. Historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das últimas décadas. In: *História: questões & Debates*, Curitiba: Editora da UFPR, n. 50, 2009, p.176. Com essa afirmação, S. Schwartz faz referência à ideia de Laura de Mello e Souza.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p.177.

Braz do Amaral reconheceu que adquiriu suficiente instrução da província, pelo exame e leitura de importantes documentos dos arquivos da capital e pelas pesquisas pessoais feitas no interior. Com isso ele acreditava estar prestando serviço à nação, ao apresentar dos fatos históricos o que fosse de interesse à “estatística geográfica, natural e política” da província, que seria publicada em volumes.¹⁵¹

As memórias de Accioli foram reeditadas por Braz do Amaral com os acréscimos de documentos e comentários ao texto feitos por ele. “Ao leitor”, o historiador justificou os lapsos desse memorialista, em texto datado de agosto de 1919, ao dizer que ele escreveu suas memórias em um momento em que os estudos sobre a história do Brasil estavam atrasados e por isso possuíam falhas, como teriam os de qualquer um que se arriscasse naquela tarefa mesmo em seu tempo. Apesar disso, considerou a obra de Accioli “um repositório tão precioso e importante de dados, elementos de interesse e revelações para a Bahia” que justificava a sua raridade. O livro havia sido impresso na primeira vez por assinatura e teria carecido de auxílio público, adquirindo após a morte do seu autor uma cotação alta. Preciosas também eram, na perspectiva de Braz do Amaral, as cartas de Vilhena.

Como “diamante ainda na mina” considerou o manuscrito de nº 2544 encontrado na Biblioteca Nacional, destacando o valor do material coletado e do autor dele para a história do Brasil. Tratava-se das vinte e nove cartas oferecidas a D. João VI e a D. Rodrigo de Souza Coutinho, e escritas entre 1798 e 1799 por Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), português e professor de grego da cidade de Salvador, que assinava como Amador Veríssimo de Aleteya. Em razão do seu status de professor, dizia reivindicar um lugar para Luís dos Santos Vilhena, não somente pelo que ele fez, como também por “simpatia da classe”.¹⁵²

Na Academia de Letras, em outubro de 1917, ressaltou o “alto valor literário” da obra desse português, como “repositório de esclarecimentos” sobre a Bahia. Assegurou também a legitimidade do texto encontrado, ao dizer que o comparou com outros documentos escritos e assinados pelo português.¹⁵³ Conforme destacou, talvez reafirmando a legitimidade desse trabalho, Capistrano de Abreu também teve conhecimento do material e declarou que era o melhor texto que havia lido sobre a Bahia.

A primeira edição, *Cartas de Vilhena*, foi lançada pela Imprensa Oficial da Bahia, em 1922. A segunda, que está sendo utilizada neste trabalho, intitulada *A Bahia no século XVIII*,

¹⁵¹ CERQUEIRA E SILVA, op. cit., vol. I, p. XXXVI.

¹⁵² VILHENA, op. cit. Volume I, p. 3.

¹⁵³ Ibid., p. 12.

saiu pela Editora Itapuã, em 1969, e possui, além do prefácio de Braz do Amaral, uma apresentação de Edison Carneiro. Em nota explicativa, a editora destacou a “raridade bibliográfica” dessas cartas e ressaltou que com aquela publicação buscava “prestar um serviço à Bahia e aos estudiosos do Brasil”.¹⁵⁴

Luís dos Santos Vilhena viveu e ensinou grego em Salvador entre 1787 e 1799, quando foi jubilado pelo governo colonial com metade de seus vencimentos. Situação que o obrigou a retornar para Portugal. Serviu ao governo português durante trinta e cinco anos, “com armas e letras”, foi militar e professor de grego. Dizia escrever por “satisfação do espírito e desafeição ao ócio”.¹⁵⁵ As cartas endereçadas a Filopono, codinome de D. João VI, por Amador Veríssimo de Aleteya, Luís Vilhena, descreveram a Bahia e outras capitanias do Brasil no período colonial, de forma detalhada, em seus aspectos econômicos, políticos, geográficos, sociais, entre outros. Naquele período falar da Bahia era quase que se referir inteiramente ao Brasil, o que, de certa forma, se modificaria com a chegada da família real, em 1808.

Ao escrever por “obediência ao príncipe”, Vilhena iniciava e concluía as cartas levando o leitor a se questionar se esse material não havia sido realmente solicitado por quem ele reverenciava como “soberano”. Os temas por ele tratados abrangeram o “descobrimento”, a descrição topográfica da cidade, a “ordem política”, a economia local e rural, a composição social, as guarnições e fortalezas, a educação, a justiça, o governo eclesiástico, entre outros. A forma como os abordou, sobretudo o da composição social de Salvador, remete à observação de Edison Carneiro, segundo a qual, a “visão de realidade” de Vilhena era a da “decadência”.¹⁵⁶

Por outro lado, sua forma de abordá-los se relaciona com o modo como compreendia a história e a verdade. Na dedicatória ao príncipe, afirmava que se serviu de algumas obras publicadas, de “manuscritos não vulgares” e de sua observação. Mas ressaltava a raridade de suas interpretações e o seu compromisso com a verdade, comparada a um “mineral tosco” que poderia ser transformado e depois convertido em história.¹⁵⁷ Ao historiador, portanto, caberia finalizar a história, mas a Vilhena explicar as notícias. O professor de grego recuou, entretanto, na tentativa de justificar seus possíveis lapsos e exageros, ao considerar, por

¹⁵⁴ VILHENA, op. cit., Volume I, 1969.

¹⁵⁵ Ibid., p. 18.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid., p. 19.

exemplo, que a reunião das “notícias brasílicas” em si requeria a “exação de um historiador”.¹⁵⁸

Foi como “nosso historiador” que Braz do Amaral se referiu a Luís Vilhena no prefácio à edição de 1922. Entretanto, os seus comentários elogiosos, embora tenham se mantido até a última nota, não impediram que mudasse o tom em direção à crítica. Postura que remete à maneira como compreendeu a própria escrita da história. As notas de Braz do Amaral oscilavam entre os argumentos da “verossimilhança” e da “verdade”. Ora cruzava informações admitindo a perspectiva de possibilidades na história, ora trabalhava com o sentido de “prova” e discutia o assunto como se o que tivesse falando fosse verdadeiro. Ao passo em que avançava nos comentários às cartas referentes à Capitania da Bahia, uma vez que não comentou as relacionadas a outras capitanias, Braz do Amaral recorria à citação de documentos variados fosse para comprovar o que Vilhena havia afirmado, fosse para se contrapor a ele e evidenciar suas “falhas”.

Vilhena não foi o único interlocutor de Braz do Amaral. Ele dirigiu seus comentários aos leitores e estudiosos interessados pelas questões da “pátria”.¹⁵⁹ Nesse exercício e preocupado com o “juízo severo da posteridade”, o historiador baiano transcreveu longos trechos de documentos, a exemplo de cartas, regimentos, certidões, ofícios em geral, localizados em grande parte dos casos no Arquivo Público da Bahia e na Biblioteca Nacional, além do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa citado recorrentemente. Diante, porém, de informações muitas vezes contraditórias, advertia o leitor quanto às dificuldades de se escrever sobre determinados temas. Obstáculos que para ele poderiam ser superados com “repetidas e ulteriores pesquisas”.¹⁶⁰ Trabalho mediante o qual se “provaria” os fatos, expressão reiterada ao longo dos comentários.

Braz do Amaral reuniu esse material com o intuito de torná-lo público. Ao comentar, revisar as informações e confrontá-las com trechos de documentos localizados em arquivos, ajudou a estabelecer um corpo documental de grande utilidade para a historiografia contemporânea. Com essa iniciativa trouxe à luz uma Bahia do século XVIII vista pelos olhos de um português que nela residiu temporariamente, recriando-a no século XX por meio de frequentes comparações com o período em que vivia.

¹⁵⁸ Ibid., p. 17.

¹⁵⁹ VILHENA, op. cit. Volume II, p. 465.

¹⁶⁰ Ibid., p. 535.

Por um lado, os institutos históricos, cuja pretensão em torno da escrita de uma história nacional levava seus membros a adotarem uma postura corretiva em relação a uma história já escrita, que precisava de revisões, inspiraram trabalhos desse tipo. No caso do IHGB, esse “processo de purificação” transformou a instituição em um espaço de orientação da “pesquisa histórica”.¹⁶¹ Por outro lado, a intenção de comentar textos como os de Luís Vilhena faz retomar a observação de Charles-Olivier Carbonell acerca da predominância das notas de pé de páginas nos trabalhos da historiografia universitária francesa da passagem do século XIX ao XX. O próprio Leopoldo von Ranke, na Alemanha, escreveu obras volumosas utilizando esse recurso para fazer referência aos documentos.¹⁶² No caso de Braz do Amaral, o espaço do rodapé foi aproveitado para reparar e completar esses textos, ou seja, por meio das notas o autor acabou se objetivando como historiador.

As notas e comentários escritos, que se concentram ao término de cada carta, além do papel explicativo, assumiram um sentido de “prova”, o que se verifica com a transcrição, conforme mencionado, de fragmentos de documentos. Nos termos de Antoine Prost, que discutiu de forma geral como se escreve a história, as notas de rodapé ao tempo em que permitem a verificação do texto, o que implica reparos, acréscimos e mais omissões, imprimem autoridade ao argumento, assegurando a sua cientificidade.¹⁶³ Citações e notas constituem-se nessa perspectiva um “programa de controle” para o texto do historiador. Elas lhe fornecem o “aparato crítico” de que precisa para se estabelecer.¹⁶⁴ A história da historiografia mostra que essa prática possui raízes gregas. Arnaldo Momigliano observou que a historiografia moderna é um produto grego, porque crítica.¹⁶⁵ Foram os gregos que desenvolveram métodos críticos para separar “fatos” de “fantasias”.

Braz do Amaral em seus livros manifestou preocupação com o rigor documental. É notável a sua atenção ao detalhe e à autenticidade do documento. Tal postura se refletiu no modo como produziu sua obra historiográfica, que inclui artigos que tratam de temas variados, com bastante atenção aos aspectos políticos. Também buscou corrigir, muitas vezes por incentivo do governo, questões e temas consagrados na história, ao reivindicar para a Bahia o pioneirismo em fatos políticos. Por todos os trabalhos desenvolvidos, mas

¹⁶¹ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004, p. 14.

¹⁶² CARBONELL, op. cit., 1987, p. 130-137.

¹⁶³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 240.

¹⁶⁴ Ibid., p. 235-236.

¹⁶⁵ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 40.

principalmente pelos discutidos neste tópico, Braz do Amaral tornou-se uma referência para os historiadores que pretendem estudar a história da Bahia. Chegar até essas narrativas sobre o Brasil, uma vez que falar da Bahia foi por muito tempo falar do Brasil, pressupõe passar por Braz do Amaral e pelo seu “filtro historiográfico”, defrontando-se assim com a sua concepção de história.

3 O ATELÊ DE BRAZ DO AMARAL

Em uma das epígrafes desta tese, transcreveu-se uma declaração de Braz do Amaral que remete à sua concepção de história: “É a história a ciência da verdade e, para nada serviria, se não fosse um ensinamento de moral e de justiça!”¹⁶⁶ Em uma única assertiva agrega duas questões polêmicas que, em seu raciocínio, se complementam: a história aparece como “ciência da verdade” e, em razão disso, como capaz de dar o exemplo de “moral” e “justiça”. Nessa visão, a função instrutiva da história atribui-lhe sentido e finalidade. Com relação ao primeiro aspecto, observa-se que o discurso da “verdade histórica” atravessa a sua obra e está associado à sua noção de documento. Quanto ao segundo, à medida que permeia sua narrativa com nomes próprios, valoriza as iniciativas individuais e elabora discursos de cunho biográfico, é notável a preocupação com as lições da história e o uso da trajetória dos indivíduos como modelo para outros.

A ideia de atribuir à história o papel de “mestra da vida” é antiga. Os romanos a consideravam um ramo da moral.¹⁶⁷ A expressão *historia magistra vitae*, do campo da oratória, assinalava a importância da experiência, da “história como instrução para a vida”. Apesar das oposições a essa máxima acerca do aprendizado a partir da história, até o século XVIII era a fórmula que orientava a maneira como os historiadores a compreendiam. O seu sentido, no entanto, como demonstra Reinhart Koselleck, transformou-se. Uma nova maneira de organizar passado e futuro surgiu, fazendo emergir novos espaços de experiência e diferentes temporalidades, substituindo o passado como exemplo. As alterações do significado de uma história como mestra da vida deveram-se a fatores, entre outros, como, no caso da língua alemã, o “deslocamento lexical” de história que passava de um relato exemplar sobre o acontecido (*Historie*) para o “acontecimento em si”, único, (*Geschichte*) e a emergência da filosofia da história. A consciência sobre a singularidade do tempo e do processo histórico, sobre o qual Ranke se manifestara, a experiência da Revolução Francesa e o olhar para o futuro fizeram perder força, no século XIX, o caráter modelar dos acontecimentos passados, o exemplo particular.¹⁶⁸

¹⁶⁶ AMARAL, Braz do. A Sabinada – os princípios liberais do século XIX. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 228. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

¹⁶⁷ CARBONELL, op. cit., p. 34-35.

¹⁶⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae* – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de

Curioso que na Bahia do final do século XIX e começo do XX a função instrutiva da história ainda era reivindicada pelos historiadores locais. Braz do Amaral era um deles. A história do Brasil e da Bahia, sobretudo no que diz respeito a questões políticas, tinha o que ensinar. Os “homens ilustres” serviam como exemplo a ser seguido. Uma noção de história desse tipo estava associada a uma memória que se pretendia preservar ou resgatar. As chamadas instituições literárias e científicas prestavam, por meio dos seus historiadores, esse serviço. Nesta seção verificar-se-á quais as exigências de Braz do Amaral para a escrita de uma história como “ciência da verdade”. O foco é a sua operação historiográfica e os instrumentos de que dispõe em sua oficina, ou ateliê, da história: as fontes e os métodos utilizados, os personagens escolhidos, a forma da narrativa, elementos que reforçam a sua concepção de história.

Considerar-se-á o seu tempo e o seu lugar de escrita e de fala, o que não deve aprisioná-lo, a ponto de tomá-lo completamente pelos seus contemporâneos. É um desafio refletir e discorrer sobre o tipo de história escrita por alguém que viveu a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, sem correr o risco de cair no lugar comum e tomar a sua produção como algo condicionado pelo seu tempo, e nesse caso, seu tempo histórico e historiográfico. Com isso não se pretende dizer que Braz do Amaral não foi influenciado por teorias e métodos que ventilaram o campo da história, sobretudo no final do século XIX. Não quer dizer, também, que ele não se vinculou a grupos e instituições disseminadoras de um modo de escrita da história que ajudou a instituir. O que se busca demonstrar, como já foi dito no tópico anterior, é a maneira como ele escreveu a história, constituindo um padrão de escrita para a Bahia. Entretanto, ao destacar o que é particular da sua obra, da sua história, será possível ampliar a lente para vê-la no seu conjunto.

Observa-se que a narrativa de Braz do Amaral estrutura-se na noção de causa e consequência da forma como aparecem nas suas explicações históricas. Em alguns momentos foi possível flagrar assertivas que revelam seu entendimento do processo histórico, a exemplo da seguinte conclusão acerca da República: “Os fatos que acabamos de ver foram, como é lógico, consequência ou efeitos de outros e deles também haviam de decorrer por seu turno ainda muitos outros [...]”. O historiador completa: “Um mal de incalculáveis consequências foi a dissolução do partido republicano logo depois da proclamação”.¹⁶⁹

Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 42-43, p. 46-47 e p. 53-55.

¹⁶⁹ AMARAL, Braz do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 43. O mesmo texto com algumas variações encontra-se em AMARAL, Braz do. *História da Bahia*:

Essa compreensão do curso da história leva-o a escolher fatos políticos que demarcam e dão sentido à sua escrita, e, a partir deles, a eleger marcos cronológicos. A cronologia de sua obra pauta-se, portanto, na seleção de fatos políticos do Brasil e da Bahia. Por esses critérios o seu relato acaba ganhando um efeito de algo que não se pode evitar, na medida em que, em razão de um acontecimento, outro se desencadeia. O processo histórico aparece esvaziado daquilo que lhe fundamenta, a contradição e a dialética. A fórmula contrária também é adotada, ou seja, a inexistência de um fato mudaria completamente o rumo da história. Esse raciocínio lhe permitiu ensaiar em alguns momentos uma história “contrafactual”, mas com o intuito de dar sentido a outra versão igualmente inevitável da história. Os documentos selecionados por Braz do Amaral também influenciaram na sua narrativa. Originários das instâncias oficiais do poder e tomados como prova da história que se pretendia contar, esses documentos não permitiam muita coisa além de uma história “factual”.

3.1 DOCUMENTO, PROVA E NARRATIVA

A obra de Braz do Amaral, de modo geral, revela a importância dada ao documento como “prova” necessária à escrita da história. Ele dizia apresentar “esclarecimentos baseados em provas e reflexões de crítica sincera, ilustrada e sã.”¹⁷⁰ Ao discorrer sobre determinado acontecimento e preocupado com o “juízo severo da posteridade”, transcreveu longos trechos de documentos ou os descreveu na íntegra, deixando-os, muitas vezes, falar em seu lugar: “Melhor do que uma exposição feita por mim, compreenderá o leitor todo o assunto, vendo os documentos que abaixo transcrevo [...]”.¹⁷¹ A troca feita entre sua exposição e a transcrição sugere que, para o historiador, o documento falava por si, não precisava ser interpelado, e assegurava uma história incontestável. A própria expressão “documentos” marca um lugar de entendimento daquilo que os historiadores chamariam depois, de forma crítica, de “fontes históricas”.

do Império à República. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 347. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

¹⁷⁰ AMARAL, Braz. Um capítulo da vida da Bahia no período da Regência – Movimentos revolucionários com o fim de estabelecer a federação das províncias – 1831 a 1833. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed., revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007.

¹⁷¹ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 10.

Braz do Amaral fez, diversas vezes, referência aos arquivos nacionais e estrangeiros, a exemplo da Biblioteca Nacional e do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa citados recorrentemente, onde os documentos anexados eram encontrados, remetendo a uma prática intrínseca ao ofício de historiador – a pesquisa em arquivos. O indicativo das pesquisas realizadas era dado ao descrever a referência do documento no arquivo em que havia sido localizado. Para os da Biblioteca Nacional, por exemplo, indicava a lata e o número. Também demonstrou a sua prática nos arquivos ao se referir à dificuldade de encontrar certos vestígios sobre questões específicas. Valorizou, em algumas narrativas, a iniciativa de determinados sujeitos no trabalho de organização desses espaços. Vez por outra apelou às autoridades para que cuidassem dos documentos originais e os expusessem ao público como uma peça de museu, uma relíquia: “Tais peças de valor devem ser cuidadosamente procuradas, a fim de serem com todo o zelo conservadas em lugares onde possam ser vistas sem que lhes toque. Valem bem a pena!”¹⁷²

A importância e a necessidade de buscar e reunir os documentos em arquivos para a escrita da história, prática chamada pelos alemães de *heurística* (*Heuristik*), foi destacada pelos representantes da escola metódica Charles Victor Langlois e Charles Seignobos como “uma das principais partes do trabalho do historiador”.¹⁷³ Para esses autores, sobretudo para Langlois que escreveu a primeira parte do livro *Introdução aos estudos históricos*, do final do século XIX, a qualidade desse trabalho possui relação com o acesso aos documentos públicos. Conforme esses historiadores, o progresso da história dependia, em certa medida, do desenvolvimento dos inventários de documentos históricos. Os documentos constituíam-se a matéria prima da história, de modo que sem eles não seria possível escrevê-la. Daí a máxima: “onde não há documentos não há história”.¹⁷⁴ A concepção de história de Langlois e Seignobos, pelo menos no que diz respeito à compilação de documentos e à ideia de que eles traduzem o “fato”, apareceu nos trabalhos realizados por Braz do Amaral, o que não quer dizer necessariamente que ele leu esses autores. Pelo contrário, mostrou-se alheio aos debates acerca do estatuto científico da história.

O interesse de Braz do Amaral pelas fontes possui relação com o chamado “fetichismo de documentos” do século XIX, como já explicado, que influenciou a produção

¹⁷² AMARAL, Braz do. A Constituição do Império. *RIGHB*. Ano XIV, n. 33, 1907, p. 14.

¹⁷³ LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Editora Renascença S. A., 1946, p. 16.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 23 e p. 15, respectivamente.

historiográfica do Brasil.¹⁷⁵ O seu discurso buscava legitimidade na verdade dos documentos, garantida pelo historiador. São frequentes assertivas do tipo: “É, portanto, fora de dúvida, à vista dos fatos expostos, provados com os respectivos documentos, que houve uma intensa agitação política na província da Bahia em 1831, 1832 e 1833 [...]”.¹⁷⁶ O historiador baiano revelou em diferentes oportunidades a preocupação com a máxima atribuída ao historiador alemão Leopold von Ranke: “mostrar como realmente aconteceu”.

Ressalva merece ser feita em torno desse aforismo, em consideração à crítica historiográfica que vem sendo empreendida acerca das apropriações consideradas indevidas do pensamento de Ranke. Há quem repete a essas interpretações, “desconectadas seja do contexto propriamente textual, seja do histórico”, o título de “mito historiográfico”, construído a partir de outro mito criado no século XX, o da “revolução historiográfica” associada aos *Annales*. Ranke, ocupando lugar de destaque nessa construção, passou a ser invocado como “modelo a perpetuar ou a questionar”. Entre seus contemporâneos já era alvo de críticas: um “historiador comum” para Hegel, “catador de detalhes” para Marx, “dono de uma ‘inteligência covarde’” para Droysen. Ou, ainda, visto como “maior historiador da Alemanha ‘e talvez da Europa’”, como julgou Thiers. Alguém incluso entre os “gênios da arte narrativa” por Dilthey.¹⁷⁷

Diante das críticas não surpreende as apropriações controvertidas do seu pensamento. O problema da “objetividade” sustentou controvérsias que ultrapassaram os limites dos seus contemporâneos. Havia quem reconhecesse nos alemães do tempo de Ranke uma “imparcialidade natural”. A sua objetividade, contudo, possuía relação com a necessidade de manter uma “atitude ascética, um esforço de depuração das paixões que, ao menos em parte do século XIX, ainda podia ser vislumbrado”, o que para a época já era “moralmente inaceitável” passou a ser visto como “impossível” no século XX.¹⁷⁸ Como alguns historiadores lembraram, esse conceito fundamental da reflexão de Ranke, cujo lema era “narrar como as coisas ocorreram”, remetia a Tucídides, que lhe serviu de modelo, com a diferença de que o historiador grego “buscava ir além do fenômeno isolado e vê-lo na perspectiva das leis causais prevaletentes sobre a História”. No caso de Ranke, “[...] mantinha-se no âmbito dos fenômenos históricos, a que o historiador deve manter-se tão fiel

¹⁷⁵ CARR, op. cit., p. 59.

¹⁷⁶ AMARAL, Braz do. A bandeira e o federalismo na Bahia. *RIGHB*, setembro de 1922, p. 23.

¹⁷⁷ MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 187-189 e p. 191-192.

¹⁷⁸ Ibid., p. 197. Sobre a “imparcialidade natural” dos alemães do tempo de Ranke, o autor fez referência a Madame de Staël e a Carlyle.

quanto as fontes o permitam”.¹⁷⁹ A associação do seu nome ao positivismo também causa polêmicas. Para alguns historiadores, com Auguste Comte teria em comum “apenas a busca pela verdade” e o “anseio de fazer da História uma ciência”, preocupação que não faltaria a outras correntes historiográficas.¹⁸⁰

Em que pesem os pontos polêmicos acerca do pensamento de Ranke, sobre os quais o artigo de Estevão Martins e Pedro Caldas é esclarecedor, observa-se a partir do manuscrito “O conceito de história universal”, de 1831, que Ranke não abriu mão do “amor à verdade”, verdade fixada no evento, e da “investigação documental, pormenorizada e aprofundada”, voltada para o fenômeno, como exigências para a pesquisa histórica. A certa altura, ao explicar sobre o que chamou de “fundamentação do nexos causal”, em que considera a relação entre causas e efeitos, chamada de “pragmática”, fez a seguinte consideração:

Primeiramente, deve-se investigar o mais exatamente possível se somos capazes de descobrir as verdadeiras razões nas informações verdadeiras. Mais comumente do que se pensa, isso será possível. Somente então, quando não formos mais capazes de avançar, nos será permitido dar espaço às suposições. Não se deve pensar que com isso estaria prejudicada a liberdade da observação. Não; quanto mais documentada, exata, produtiva a investigação, mais livremente nossa arte se movimenta. Somente no âmbito da verdade imediata, impossível de ser negada, é que tal arte chegará a bom termo!¹⁸¹

Ainda que não seja possível assegurar que a famosa frase atribuída a Ranke era dele mesmo, esse trecho do manuscrito sobre a história universal não deixa dúvida quanto à busca pela verdade histórica documentada. Os estudiosos de sua obra ressaltam a sua importância para a conformação de um modelo historiográfico pautado na investigação metódica e para a institucionalização da História em âmbito universitário e como tarefa do Estado. Ranke foi autorizado a viajar para pesquisar em bibliotecas e arquivos. Dessas pesquisas resultou a primeira publicação sobre a história dos papas.¹⁸² A sua prática historiográfica se reproduziu entre os historiadores de outros países. Pelas suas características não é demais associar a ela a obra de um Braz do Amaral, tais o seu interesse pela verdade histórica comprovada pelos documentos e as pesquisas desenvolvidas em instituições ligadas ao Estado.

¹⁷⁹ MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold von Ranke (1795-1886). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 18.

¹⁸⁰ Ibid., p. 19.

¹⁸¹ RANKE, Leopoldo von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, op. cit., p. 209.

¹⁸² MARTINS; CALDAS, op. cit., p. 16.

O fascínio pelos documentos ainda pode ser explicado pelo envolvimento com os institutos históricos, principalmente, o IGHB. O artigo primeiro dos estatutos desta instituição é direto quanto ao objetivo de “Coligir, verificar, arquivar e publicar as tradições e documentos históricos, que lhe for possível obter ou de que tiver notícia, concernentes não só à Geografia e à História [...] do Brasil e principalmente do Estado da Bahia.”¹⁸³ Além disso, o IGHB possuía o reconhecimento da sociedade e do governo como uma instituição capaz de reunir ampla documentação a respeito desse estado.¹⁸⁴ Comprometida na construção de uma memória para a sociedade baiana, congregou em seus quadros, sobretudo na primeira metade do século XX, historiadores empenhados na pesquisa documental para edificação dessa memória que não somente preservavam, como também idealizava o passado.

Braz do Amaral, portanto, não foi o único. Foi talvez um dos primeiros, na cultura historiográfica baiana a cultuar os documentos acreditando alcançar com eles a “verdade histórica”. Contemporâneos seus, historiadores de gerações diferentes, lançaram-se na busca por documentos e ancoraram seus textos em uma concepção empírica da história, ainda que apresentassem variações quanto aos procedimentos de pesquisa e ao tratamento do material encontrado em um texto histórico. Wanderley Pinho, Luiz Viana Filho e Affonso Ruy trilharam os caminhos percorridos por Braz do Amaral no registro documentado do passado.

Paulo Silva destacou a importância que esses historiadores atribuíam às fontes, demonstrando, no caso de Wanderley Pinho, que ele próprio se considerava um, entre outros, “apologistas dos documentos”, apesar da concessão que fazia à dúvida, ao considerar a ilusão à qual estavam sujeitos.¹⁸⁵ O autor observou a preocupação de Wanderley Pinho de calçar a sua obra, as monografias resultantes das pesquisas, em um corpo definido de fontes. Uma vez que sua concepção de história trazia entre seus objetivos “construir uma memória fundamental para se definir como grupo social, como nação e até mesmo como civilização”, primava pela “exatidão” garantida pelas fontes, o que justificava a descoberta e publicação dos documentos por parte do historiador.¹⁸⁶ Basta a leitura de alguns discursos seus para verificar o apoio buscado nos documentos, preferindo, assim como Braz do Amaral, transcrevê-los a ter que falar por eles.

¹⁸³ ESTATUTOS do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista trimestral do IGHB, Ano I, Vol. I, n. 1, setembro de 1894. In: *Revista do IGHB*. Edição fac-similar, Salvador, 1998, n. 1 e 2, p. 37.

¹⁸⁴ SILVA, Aldo José Moraes. op. cit., p. 237.

¹⁸⁵ SILVA, Paulo Santos. op. cit., p. 133.

¹⁸⁶ Ibid., p. 132.

Ao ser convidado para colaborar com um jornal, em um número especial dedicado ao centenário de D. Pedro II, refletiu sobre a possibilidade de uso da documentação disponível no arquivo do barão de Cotegipe que poderia lhe tirar de algum embaraço ao dar a voz ao próprio imperador: “Se eu tinha a palavra de Pedro II para dizer de si mesmo, não andaria acertado se avocasse a mim o escrever sobre ele.” As cartas e notas localizadas no acervo do seu avô guardavam o “verbo do imperador”, prioridade do discurso de Wanderley Pinho: “Deixar falar D. Pedro II, por intermédio desses manuscritos, era o que de melhor poderia trazer nesta data, como contribuição para as celebrações do seu centenário”.¹⁸⁷ Aí também está subentendida a ilusão de que os documentos em si bastam para explicar os fatos. Os trechos transcritos serviam de “prova” ao que estava sendo exposto. Embora ensaie lançar algumas questões ou reflexões sobre o documento, passa ao largo de uma crítica da fonte.

A atenção dispensada às fontes como garantia da verdade no processo de reconstituição do passado foi também um recurso utilizado, como bem lembra Paulo Silva, por Affonso Ruy, da forma como aparece no livro *A primeira revolução social brasileira: 1798*, e por Luiz Viana Filho, nos moldes do texto *A verdade na biografia*. O primeiro inicia o livro declarando seu compromisso com os “fatos históricos” e assegurando estar sustentado nas “fontes documentais dos arquivos”. Buscava com isso legitimar o seu texto. O segundo discute, como sugere o título, o critério de verdade na biografia e na história, algo que julgava fundamental alcançar mesmo que essa obrigação fosse relativizada no próprio texto. Em ambos os casos, o acesso à verdade por via dos documentos era visto como algo imprescindível. O arquivo era considerado o espaço privilegiado para a realização dessa tarefa, no qual historiadores trabalhavam há algum tempo. Era um dos campos de atuação de Braz do Amaral.

Ao longo dos anos Braz do Amaral manifestou o cuidado em fazer pesquisas e reunir documentos, à medida que desenvolvia os seus estudos históricos. Preocupava-se com as condições dos arquivos da Bahia e com a preservação dos documentos como condição para a escrita de uma história confiável. Não foi por outro motivo que, em 1923, denunciou a “espoliação”, em favor do Rio de Janeiro, dos documentos “antigos e preciosos” referentes à política administrativa do Brasil no período colonial, mediante uma requisição datada, segundo ele, de 27 de dezembro de 1844, momento a partir do qual, para o historiador, os

¹⁸⁷ PINHO, José Wanderley de Araújo. Pedro II e Cotegipe In: *Coletânea de textos históricos*. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990, p. 262.

desvios não diminuiriam.¹⁸⁸ Em outra oportunidade, reivindicou a devolução desses documentos “pertencentes à Bahia” que se encontravam em arquivos espalhados pelo país. Em 1938, o jornal *A Tarde* publicou uma entrevista com o historiador explicando a sua iniciativa em denunciar esse caso dos documentos e a situação dos arquivos do Rio de Janeiro.¹⁸⁹ Exigia a restituição de 17 volumes escritos sobre a fundação de Salvador e dos documentos do início da administração do país, que haviam sido tomados de empréstimo para cópia durante o Império, além dos que haviam sido furtados e vendidos. Documentos que, conforme alegava, nem existiam mais em arquivos importantes de Portugal. O historiador assegurava ter no Arquivo da Bahia as “provas” do pedido de empréstimo feito pelo governo geral à Província. Reivindicações desse tipo foram constantemente feitas por Braz do Amaral, ao narrar as buscas pelos documentos comprobatórios de sua história. Em algumas, dirigiu-se ao governo do estado pedindo providências para restituir à Bahia os originais de documentos que eram de direito dela, onde haviam sido escritos. Estado que, conforme sua reclamação, perdia terras, dinheiro, obras de arte e documentos preciosos para outros do Brasil.¹⁹⁰

Os documentos, cuja devolução Braz do Amaral reclamava, eram em sua visão essenciais para a escrita da história da Bahia. Ao escrever sobre o movimento federalista no estado, por exemplo, apresentou uma série deles localizada no Arquivo Público e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, neste último indevidamente, assegurava ao leitor:

Dos documentos da Bahia que lá se encontram, os livros da importantíssima coleção das *Provisões Reais*, mandadas copiar aqui por D. Fernando José de Portugal, foram levados por ordem do ministro F. Belisiário, em 1886. Eles, aliás, pertenciam a uma repartição geral, a antiga tesouraria de fazenda. Os documentos, porém, da Província da Bahia que aí V. Exa. vai ler, assim como muitas centenas de outros que lá se acham também, me consta que foram comprados pelo governo a particulares que os roubaram nesta capital.¹⁹¹

Completava a denúncia explicando que antes da fundação do Arquivo Público os documentos das repartições públicas eram lançados no pavimento térreo da secretaria do governo da província, de onde muitos foram subtraídos e levados para o Rio de Janeiro. Dizia não conseguir entender como o governo havia comprado esses documentos de particulares

¹⁸⁸ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 166. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

¹⁸⁹ “Os documentos pertencem à Bahia! Uma interessante entrevista com o Sr. Braz do Amaral”. *A Tarde*, 05 de outubro de 1938. ALB, Pasta Braz do Amaral.

¹⁹⁰ AMARAL, Braz. Sobre a data da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro – 1808-1823. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed., revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 145.

¹⁹¹ AMARAL, Braz do. A bandeira e o federalismo na Bahia. *RIGHB*, setembro de 1922, p. 30.

que não tinham direito sobre eles, mas asseverava “o prejuízo grave para o estado da Bahia”. Buscando escrever a sua história da Bahia, fez cópias deles quando esteve no Rio de Janeiro, em 1918. Declarou que pretendia fazer o mesmo com vários outros, quando fosse oportuno, a fim de servir aos seus estudos, como também ao estado, nas ocasiões em que pudessem prestar o seu esforço. Esse desejo que à primeira vista sugere a disputa, no âmbito da História, pelo lugar da Bahia no cenário nacional, ratifica a visão de Braz do Amaral sobre a imprescindibilidade do documento para a sua narrativa, mesmo se fosse preciso copiá-lo e, assim, devolvê-lo ao seu lugar de origem. O historiador não refletiu sobre a manipulação desses documentos. Julgava-se de tal forma compromissado e responsável com a História a ponto de usá-los como se fossem os originais.¹⁹²

A “descrição das competentes provas” era fundamental, conforme assegurava, para “robustecer o que afirma quem escreve alguma coisa de história.”¹⁹³ Em sua grande maioria, os documentos transcritos pertenciam às instâncias oficiais de poder. Em quase todos os textos recorreu a decretos, relatórios, regimentos, portarias, atas e a tantos outros, com o intuito de dar legitimidade à narrativa do acontecimento. Embora predominassem entre os documentos citados por Braz do Amaral aqueles das instituições públicas, em alguns textos ele atentou para a possibilidade de colher informações em cartas, convites, e até mesmo em sepulturas e lápides. Entretanto, e isso vale principalmente para o uso das cartas, esses documentos também eram produzidos nas instâncias do poder. Chegou a considerar a testemunha ocular, com “espírito observador e sensato”, mas não usou o mesmo rigor de referência utilizado no trato com as fontes escritas. Além disso, nem sempre lançava mão desses recursos com o intuito de comprovar seus argumentos, mas com o de preservar uma memória de glórias para o país.

Sob este ponto de vista postulou a importância do documento e do monumento histórico para a sustentação da memória dos “fatos notáveis”.¹⁹⁴ Em um de seus esboços biográficos, referiu-se ao esforço de determinados sujeitos para organizar e fundar o arquivo público, deixando para a posteridade, algo “sólido como as pedras dos monumentos!”¹⁹⁵ Ao tratar de uma de suas pesquisas de “objetos antigos” encontrados nas terras de um antigo engenho,

¹⁹² AMARAL, Braz do. A bandeira e o federalismo na Bahia. *RIGHB*, setembro de 1922, p. 31.

¹⁹³ AMARAL, Braz. AMARAL, Braz. Um capítulo da vida da Bahia no período da Regência – Movimentos revolucionários com o fim de estabelecer a federação das províncias – 1831 a 1833. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 15.

¹⁹⁴ AMARAL, Braz. Velhas armas! Velhas glórias! In: _____. *Recordações históricas...*, p. 213.

¹⁹⁵ AMARAL, Braz H. do. Discursos proferidos em sessões aniversárias do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 37. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

onde, segundo ele, havia se instalado no tempo da guerra da independência um quartel-general e, durante a Sabinada, o exército de investimento da Bahia, ressaltou o cuidado que o país deveria ter com os documentos para com isso preservar as “glórias do seu passado”.¹⁹⁶

A preservação dos documentos para Braz do Amaral era expressão de “civismo” e de “patriotismo”. E um modo de manifestar esse sentimento seria por meio da construção de museus de história. No caso do Brasil, e especificamente da Bahia, porém, isso ainda não havia se desenvolvido. A Bahia, estado tão pobre na sua perspectiva, carecia àquela altura, nos anos de 1911, de “força e ânimo” para cuidar das glórias do seu passado, o que dificultava a construção de instituições com tal objetivo. Embora destacasse essa necessidade, Braz do Amaral mostrava-se esperançoso ao reconhecer que o “civismo” ainda não havia se extinguido das “almas dos baianos”, como mostrava o caso da reforma, ainda que inacabada, do mausoléu que guardava os restos do general Labatut, envolvido na guerra de independência, o qual ele visitava durante a pesquisa, a convite de um antigo discípulo.

“Velhas armas! Velhas glórias!” é o nome do artigo que escreveu para o jornal ao tratar desse assunto, em agosto de 1911. A reforma do mausoléu não se completou por falta de recursos, mas Braz do Amaral alertava: “Entretanto, não deve o pobre professor, que subscreve estas linhas, perder a esperança de poder dar ainda um dia, aos seus discípulos, uma lição ali de História Pátria, diante das provas materiais da luta e em face dos documentos dela.”¹⁹⁷ Deste fragmento é possível explorar dois elementos que ajudam a compreender a concepção de documento e monumento de Braz do Amaral, a ideia de “lição” de “história pátria” que seria dada pelo professor, a partir de “provas materiais da luta”, ou seja, dos seus documentos, sendo este o segundo elemento. Os documentos, e neste caso os objetos da guerra, serviriam para ensinar a história da pátria, uma história de feitos e homens da batalha. Uma história que serviria como exemplo, na medida em que mostraria a luta dos que defenderam o Brasil e a Bahia. A “prova” disso dariam os documentos da guerra, armas de um modo geral, que deveriam ser preservados em um museu, ou ao menos em um mausoléu.

Na mesma ocasião, o historiador baiano cobrou do Estado um investimento na fiscalização da referida obra considerada “nacional” e apelou para os militares, uma vez que os civis não puderam finalizar o que haviam começado:

Não há povo que não estremeça, ao relembrar os feitos notáveis dos seus maiores; não há militar que não sinta o orgulho do sacrifício e do valor demonstrados pela sua classe, em qualquer tempo.

¹⁹⁶ AMARAL, Braz. Velhas armas! Velhas glórias! In: _____. *Recordações históricas...*, p. 214.

¹⁹⁷ Ibid., p. 215-216.

Tal é, em todos os exércitos, o brio da farda, o espírito de confraternização, a honra do soldado, que toma como coisa sua, que se apaixona e defende tudo que tem relação com o que se bateu sob a mesma bandeira e cingiu as mesmas armas.

Seja-me permitido, pois, apelar para a classe militar, hoje tão poderosa entre nós, em favor deste assunto tão genuinamente militar, patriótico e nobre.

A alma civil começou o monumento aos batalhadores da independência, mas não o pôde acabar.

Resta pouco a fazer e é perfeitamente possível à classe militar promover e realizar a terminação do que está tão bem começado e a mais de meio caminho.¹⁹⁸

Nesse sentido, caberia aos militares preservar os vestígios da história que protagonizaram, questão que será discutida mais adiante. A tarefa era considerada nobre e patriótica, na medida do que haviam feito no passado. Como exemplo, os brasileiros deveriam olhar para outras nações, como França e Portugal, e ver coisas como a “obra suntuosa em Waterloo”. A Inglaterra também seria exemplar no modo como se valorizava documentos e monumentos históricos. País onde, e esta observação já seria de 1918, os preceptores possuíam o costume de levar, aos sábados, grupos de colegiais para visitarem monumentos públicos e documentos históricos, com o intuito de tornar conhecidos personagens e fatos notáveis daquele povo; modo de ensino que Braz do Amaral pensava em adotar, não fossem os inconvenientes de várias ordens, como a falta dos meios para que isso pudesse acontecer.¹⁹⁹

Ao escrever, em maio de 1912, sobre o processo de remodelação da cidade de Salvador, Braz do Amaral alertou que a demolição de alguns edifícios antigos deveria ser acompanhada de medidas de conservação de objetos, fotografias, entre outros materiais, embora tenha elogiado a “inteligência e energia” do intendente à época e exaltado o interesse dele pelas coisas do município, num sentido de concordância com as suas recomendações. Na falta de museus de história, como possuíam, na visão do historiador, os “povos cultos”, oferecia o Instituto Histórico, no qual se encontrava uma “coleção de história” que se enriquecia lentamente.²⁰⁰

Devemos fazer um esforço para não cair no inconcebível desleixo de nada guardar destes veneráveis e interessantes fragmentos, testemunhas da nossa existência de outrora, da vida colonial, dos primórdios da nossa civilização e o que estou a pedir é perfeitamente possível, uma vez que o queira o governo

¹⁹⁸ AMARAL, Braz. Velhas armas! Velhas glórias! In: _____. *Recordações históricas...*, p. 216.

¹⁹⁹ AMARAL, Braz. Correios na Bahia – Coisas de agora e coisas de outro tempo. In: _____. *Recordações históricas...* p. 135.

²⁰⁰ AMARAL, Braz. Sobre coisas antigas. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 253.

do município, por conta do qual ocorrerá, naturalmente, este serviço da remodelação da cidade.

Tomo, pois, a liberdade de lembrar ao Exmo. Sr. Intendente a escolha de pessoas de reconhecido critério, e capazes de se interessarem pelos assuntos dos quais venho tratando, as quais, constituindo uma espécie de conselho ou junta, sob a presidência de Sua Exa. tomarão a seu cuidado a separação e a conservação do que for julgado digno de ser conservado, preparando-se para isso local conveniente, que pode ser no *Instituto Histórico*.²⁰¹

Essas ideias de Braz do Amaral eram partilhadas, na forma de protesto, por Wanderley Pinho, que em julho de 1917 apresentou na referida instituição a proposta de formação de uma comissão de proteção dos monumentos públicos e posterior constituição de um museu com elaboração de um catálogo para reunir, classificar e tornar públicas “as preciosidades históricas e artísticas”.²⁰² Wanderley Pinho fez duras críticas às “manias de restaurações”, à “doença das remodelações” que desrespeitavam a “veneração do passado”. A falta de conhecimento do passado justificaria o descaso pelos seus vestígios, pelo que é velho. A mudança de atitude em relação aos monumentos históricos surgiria, em sua visão, através da educação por um “*exército da salvação* dessas páginas soltas da história, da arte e da tradição”, ao que o historiador completa:

E não só por guardar e conservar – também por orientar e ensinar.
É preciso incutir na alma do povo a poesia de seus antecedentes, antes que ela possa ter a ciência dos feitos de sua gente; é preciso despertar na alma da nação o *instinto do passado*, antes que a difusão do alfabeto e da escola consiga ditar-lhe a *consciência da sua história*.²⁰³

É uma visão que Braz do Amaral havia apresentado em textos anteriores, como discutido acima, em relação à necessidade de educar pelos monumentos ou vestígios do passado, citados como documentos. Trata-se de uma história da pátria ensinada pelos materiais que ficaram, alguns reunidos em museus. Uma forma de aproximar os brasileiros do seu passado, expondo-lhes os objetos antigos.

O ineditismo dos documentos foi outro elemento destacado diversas vezes nos escritos de Braz do Amaral. Dessa forma, o historiador buscava demonstrar não só a legitimidade do fato e a seriedade da sua história, como também evidenciar o seu trabalho de busca ao “tesouro” na “mina”. A ausência de documentos, ou a dificuldade de encontrá-los, também foi

²⁰¹ AMARAL, Braz. Sobre coisas antigas. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 254.

²⁰² PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção dos monumentos públicos e objetos históricos. In: _____. *Coletânea de textos históricos*. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990, p. 196. Grifos no original.

²⁰³ Ibid., p. 194. Grifos no original.

considerada e repercutiu na narrativa, de modo que o levava a ponderar acerca do limite que eles impunham às afirmações históricas.²⁰⁴ Elemento que demonstra a maneira como relacionou documento e prova. Não obstante, por vezes, admitiu em sua narrativa dos acontecimentos um campo de possibilidades. Além de lançar mão de expressões que indicam isso, a exemplo de “é provável”, “versões”, “deduz-se”, “conta-se”, entre outras, arriscou-se, em alguns momentos, em conjecturas ou em histórias contrafactuais.²⁰⁵ Se, por um lado, o reconhecimento de “versões” na história demonstra certa clareza com relação ao que escrevia, por outro lado, reforça o peso dado ao documento, cuja inexistência impossibilitaria escrever uma história verdadeira.

Nota-se em seus escritos que arrolava documentos com o intuito de “elucidar” o que afirmava, expressão utilizada pelo historiador em algumas justificativas. O formato de boa parte de seus livros demonstra essa dimensão ilustrativa e comprobatória do documento. *História da independência na Bahia, Ação da Bahia na obra da independência nacional, A Bahia no século XVIII e Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, são exemplos de trabalhos nos quais os documentos aparecem ao fim de cada capítulo ou em notas de rodapé somente para comprovar as afirmações. Documentos que são, boa parte das vezes, transcritos na íntegra. Braz do Amaral também não faz a crítica, nem os interpela, usa-os apenas como “prova”. A sua verdade confunde-se com a de sua fonte, de modo que não há diferença substancial entre o que diz em seus textos e o que se lê nos documentos que elencou, dando a impressão de que apenas descreveu registros históricos.

Além de descrições genéricas de acontecimentos, medidas de governos, leis e decretos, desprovidas de qualquer problematização, Braz do Amaral, em muitos casos, narrou como se tivesse visto ou vivido o que passava a ser objeto de sua história. Escreveu textos de caráter informativo numa velocidade que ultrapassa a das notícias de jornal, ao saltar de uma notícia para outra sem nenhuma reflexão:

Também nesse ano de 1833 se deu uma irrupção da febre amarela.
Tinha sido criada uma cadeira de música na província e o respectivo
concurso se fez em 8 de fevereiro.
Foi também fundada uma companhia de guardas municipais permanentes.²⁰⁶

²⁰⁴ AMARAL, Braz. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 111.

²⁰⁵ AMARAL, Braz. Evacuação da Bahia pelas tropas de Portugal. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 117.

²⁰⁶ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 85. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

Essa característica está presente no livro *História da Bahia: do Império à República*, no qual relatou acontecimentos, concentrou-se nos feitos dos governadores da Bahia e descreveu os dados numéricos de cada assunto tratado, sem recorrer a fontes, embora tenha utilizado também nesse livro o recurso da nota de fim de texto com a cópia de alguns documentos. A precisão numérica contrasta com a falta de referência ao local de origem da informação dada, como se verifica no exemplo a seguir: “No ano de 1873 vacinaram-se na província 5.689 pessoas sendo 3.241 do sexo masculino e 2.448 do feminino, sendo 4.718 livres e 971 escravos.”²⁰⁷ Em outras situações observa-se que ele próprio, por meio das suas memórias, coloca-se como a sua fonte, assim acontece quando escreve sobre a implantação da República, período que vivenciou.

Em contrapartida, Braz do Amaral algumas vezes tentou separar o texto escrito com base em documentos daquele que surgia como comentários e reminiscências, como se depreende do seguinte trecho de uma carta, datada de 2 de julho de 1918, que seria publicada em uma revista, ao que tudo indica na *Bahia Ilustrada*: “É tão forte, meu bom amigo, para quem escreve coisas de história, a necessidade de parar às vezes para um comentário ou reflexão [...]”²⁰⁸ Há implicitamente a manifestação do autor que resolveu opinar e afrouxar o controle de um texto que parece viver independente dele, uma vez que ancorado nos documentos. Essa aspiração, entretanto, não poderia ser, nesta perspectiva, completamente livre de uma “autocensura”, na medida em que também deveria assumir um compromisso com a verdade. Na ocasião em que recordou, por exemplo, dois personagens do passado e narrou as suas histórias Braz do Amaral afirmou: “[...] eu juro que narrei a verdade do que se passou, com plena imparcialidade.”²⁰⁹ Portanto, a sua narrativa memorialística também pretendia ser fiel aos fatos, tal como ocorreram. História e memória padeciam da mesma responsabilidade.

3.2 IMPARCIALIDADE: A “QUALIDADE EMINENTE DO HISTORIADOR”

A outra epígrafe desta tese, “a posteridade, porém, como a história, é imparcial e fria, severa mas serena”, põe em destaque a expectativa de Braz do Amaral em relação ao futuro e

²⁰⁷ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 275. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

²⁰⁸ AMARAL, Braz. Evacuação da Bahia pelas tropas de Portugal. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 119.

²⁰⁹ AMARAL, Braz. Pelos que morreram. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 107.

elucida a sua visão sobre a imparcialidade na história. Com essa assertiva, o historiador apelava para a suposta isenção garantida pelo tempo e pela história em relação ao papel de D. João no Brasil. A “mácula” lançada à memória do soberano que, para o historiador, “preparou” a independência do país e não mediu esforços para o seu progresso, deveria ser reparada. O historiador completou: “E é um dever de justiça raspar das convicções do povo prejuízos e malquerenças que caíram, como pragas, sobre D. João VI”.²¹⁰ Não é objetivo deste tópico discutir os fundamentos dessa defesa de Braz do Amaral ao monarca, o que será feito em outra seção. O foco aqui é a sua convicção de que a injustiça à memória de homens de Estado do tipo de D. João seria reparada pela “imparcialidade” e “frieza” da posteridade e da história.

A “justiça da história” não tardaria em relação aos homens que aos olhos de Braz do Amaral fizeram pelo Brasil e, principalmente, pela Bahia. As “provas indeléveis” de que os seus esforços não teriam sido em vão, mesmo quando mal compreendidos, estariam em benefícios que permitiram à Bahia o pioneirismo em campos como a instrução pública superior no país, o governo constituído e até a sua “grande guerra nacional”. Com o tempo viria, para ele, a “reabilitação”: “É a confissão da posteridade deslumbrante e augusta, como o triunfo da verdade e do bem!”.²¹¹ Bastariam sentenças desse tipo para a conclusão de que, para o historiador em questão, a história é imparcial e dispõe da verdade sobre os acontecimentos, sobretudo em função das “provas” deixadas pelos documentos, dos feitos e até dos acontecimentos. É interessante, no entanto, verificar a recorrência dessa ideia em sua obra para demonstrar que não é algo de ocasião, embasa o seu pensamento.

De fato, a preocupação com a “imparcialidade” por parte do historiador, do que resultaria uma história igualmente “imparcial”, perpassa o conjunto dos textos de Braz do Amaral, aspecto que possui íntima relação com a noção de documento e de prova discutida no tópico anterior. O recurso ao documento ou à prova documental permitiria ao historiador reproduzir os acontecimentos da forma como ocorreram, eis a importância de sua “imparcialidade”. Essa preocupação, entretanto, manifestou-se em sua obra de forma ambígua. Ao tempo em que Braz do Amaral reconhecia no exercício da “imparcialidade” uma

²¹⁰ AMARAL, Braz do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 93-94. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

²¹¹ AMARAL, Braz do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 97. IGHB, Biblioteca Ruy Barbosa.

qualidade intrínseca ao trabalho do historiador, era traído em vários momentos pelo exercício da sua escrita demonstrando que se trata, apenas, de uma forma datada de pensar essa relação.

A sua narrativa indica que por mais esforço que tenha feito para apresentar os fatos tais como ocorreram, compilando documentos para comprová-los, não deixou de narrar a história como se tivesse sido testemunha ocular. A riqueza de detalhes, a atenção às coisas miúdas, às vezes sem fazer referência a nenhuma fonte, dá a impressão de que não possuía um objeto racionalmente concebido. Dessa forma, não escapava ao seu tempo, julgava com as suas lentes. Por vezes, tentou separar aquilo que ficaria para lembrança, simplesmente, em função das incertezas em relação ao fato, dentro do que sobraria à posteridade.²¹² Outras vezes, apelou para a “imparcialidade e justiça” ao julgar, por exemplo, questões como a permanência de paulistas e mineiros no governo republicano ao longo de 33 anos, quando escreveu em 1922.²¹³ A atenção ao que chama de “olhos da posteridade” aparece, recorrentemente, em justificativas e argumentos de Braz do Amaral, sobretudo, ao escrever sobre questões políticas ou sobre os governos da Bahia.

Em momentos diferentes ressaltou a importância do recuo no tempo para “bem julgar os fatos”. Distância temporal necessária, aos seus olhos, à imparcialidade, para que pudessem os historiadores, os homens de modo geral, estudar os acontecimentos “sem ciúmes e sem prevenções”. Por essa lógica, o período colonial, por exemplo, antes apresentado como um período de “obscurantismo e ignorância”, à distância, com “calma”, seria considerado um período de preparação dos “brasileiros ilustres que fizeram a honra da nossa pátria no primeiro quarto do século dezenove”. O tempo favoreceria os acontecimentos e os homens daquela geração, na medida em que permitiria uma leitura mais justa do passado.²¹⁴ Ao finalizar o livro *História da Bahia: do Império à República* (1923) e explicar a diretriz traçada, de tratar da história da Bahia até o final do século XIX e princípio do XX, ressaltou a necessidade do afastamento temporal para a escrita da história: “Ainda é cedo para escrever a história dos contemporâneos!”²¹⁵

Anos antes havia chamado a atenção ao que considerava o “perigo” de se trabalhar com “fatos contemporâneos”. Braz do Amaral havia citado o exemplo de David Hume, “o mais

²¹² AMARAL, Braz do. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940, p. 194.

²¹³ AMARAL, Braz do. As festas do centenário com a asfixia da imprensa, s/d., p. 21-22.

²¹⁴ AMARAL, Braz do. A Constituição do Império. *RIGHB*. Ano XIV, n. 33, 1907, p. 4. Ver também AMARAL, Braz do. A Maioridade. *RIGHB*. Salvador, n. 62, 1936, p. 257.

²¹⁵ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 379. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

imparcial escritor da Inglaterra”, que em sua História da Grã-Bretanha não tratou do período mais importante da monarquia inglesa.²¹⁶ Recorreu ainda à obra de Tácito, *Historiae*, para falar de verdade e imparcialidade, e completou:

Devo porém declarar francamente **que nem pertencço a partidos, nem capítulo com prejuízos vulgares**; e que com a narrativa dos acontecimentos de 1821 a 1823 jamais tive em vista o despertar ideias, felizmente amortecidas, contra quaisquer indivíduos, que, encarando então pela superfície a marcha política de um governo sistemático, praticarem erros de opiniões, sempre perdoáveis: assim, pois, **cumprindo patentear os fatos históricos com a maior verdade e imparcialidade, a ninguém deve chocar a relação dos importantes sucessos daquela época**, os quais, com o volver de mais alguns anos, seriam de difícil aquisição ao futuro historiógrafo, a não os achar reunidos em um corpo metódico, visto que, constando somente até hoje de diversos papéis avulsos então impressos, e havendo desaparecido a maior parte dos registros das peças oficiais mais proeminentes, não foram já diminutos os obstáculos, que agora mesmo superei, para conseguir uma coleção desses impressos.²¹⁷

Neste fragmento fica evidenciada a relação concebida por Braz do Amaral entre imparcialidade e verdade histórica, de modo a assegurar aos seus interlocutores que a ideia de mostrar os “fatos históricos com a maior verdade e imparcialidade”, os “sucessos de uma época” para não se perder no tempo, não significava tomar partido. Por essas palavras, apenas pretendia garantir à posteridade os fatos verdadeiros, que não se achavam reunidos em um “corpo metódico”. O trecho sugere que o historiador, armado com sua imparcialidade, seria capaz de coletar e reunir os acontecimentos importantes de determinada época para garantir uma história verdadeira, ou pelo menos seu uso no futuro. Nessa perspectiva, não considerava “fato histórico” como fruto da seleção feita pelo historiador, como uma escolha influenciada pelo seu tempo e lugar social. A própria consideração do que é história reflete, como ressaltou E. Carr, a posição do historiador no seu tempo.²¹⁸

Em outra circunstância, ao comparar coisas do tempo em que escrevia com o tempo passado, em um texto de janeiro de 1918, em busca do que mudou e do que permaneceu, Braz do Amaral chegou a considerar a “imparcialidade” e a “justiça” as “bases morais da ciência que professamos”.²¹⁹ Nestes mesmos mês e ano, em uma carta que tratava dos “conservadores no primeiro dia da República”, demonstrou certo receio de aborrecer os seus contemporâneos,

²¹⁶ CERQUEIRA E SILVA, Inácio Accioli de.; AMARAL, Braz do (comentários). *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Vol. I. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. XXXVII.

²¹⁷ Ibid., p. XXXVII e XXXVIII. Grifos nossos.

²¹⁸ CARR, E. Hallet Carr. O historiador e seus fatos. In: _____. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 12.

²¹⁹ AMARAL, Braz. Correios na Bahia – coisas de agora e coisas de outro tempo. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 135.

justificando, “[...] mais do que em nossos filhos, imprimimos no que escrevemos o cunho próprio do nosso sentir.”²²⁰ Em outra oportunidade, no mesmo ano de 1918, dessa vez no mês de julho, ao escrever sobre a “evacuação da Bahia pelas tropas de Portugal”, conforme título da carta publicada no *Jornal de Notícias*, Braz do Amaral revelou que por conta do “regime de exceção” que se dava na terra onde a carta seria impressa, não pôde escrever algumas reflexões que desejava.²²¹

A preocupação de Braz do Amaral com a imparcialidade apareceu nos comentários e reparos feitos às obras de Inácio Accioli e Luís Vilhena. Quanto ao primeiro, afirmou nas páginas introdutórias que não era sua intenção publicar naquela hora as memórias, porque além de exigir capacidade e tempo, estavam “compiladas sem digestão”. Com relação às cartas de Vilhena, avaliou a postura desse professor de grego perante fatos da política. Quando, por exemplo, Vilhena tratou cronologicamente dos governos da capitania da Bahia, desde 1549, Braz do Amaral o criticou pela perda da “imparcialidade” e do “juízo crítico” que mantinha em cartas anteriores.²²² Não surpreende a sua exigência se for levado em conta que se tratava de um homem recém-saído do século XIX. Apesar dessa compreensão acerca da história que Vilhena contava, o historiador baiano reconheceu as circunstâncias do tempo que o impediram de ser mais crítico em relação aos governos. Ainda que em sua crítica tenha se referido por algum momento ao fato de que a possível relação de amizade de Vilhena com os governadores tenha influenciado o modo como os tratou nas cartas, Braz do Amaral ao ressaltar a importância da imparcialidade remete aos “princípios de isenção” associados à historiografia rankeana.²²³ Afinal, como observou Sérgio Buarque de Holanda, a partir de Leopold von Ranke desenvolveu-se esse ideal de neutralidade nos estudos históricos, bem como o recurso de pesquisa e de crítica das fontes.²²⁴ Algo que Braz do Amaral colocou em prática.

Em cartas anteriores, ao elogiar a imparcialidade de Vilhena chegou a compará-lo ao “artista” que tinha a capacidade de pintar alguém sem que ele ou ela soubesse que estava servindo de “modelo”.²²⁵ A preocupação com esse elemento do que deveria ser o ofício do

²²⁰ AMARAL, Braz. Os conservadores no primeiro dia da República. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 171.

²²¹ AMARAL, Braz. Evacuação da Bahia pelas tropas de Portugal. In: _____. *Recordações históricas...* p. 122.

²²² VILHENA, op. cit., Volume II, p. 429.

²²³ RANKE, Leopold von, 1795-1886. *Leopold von Ranke: história*. Sérgio Buarque de Holanda (Org.); Tradução de Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979, p. 13.

²²⁴ Ibid., p. 16.

²²⁵ VILHENA, op. cit., Volume I. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 145.

historiador teve centralidade nos comentários de Braz do Amaral e isso ele buscou reconhecer no autor do material que comentava:

[...] não há dúvida que sentiu (Luís Vilhena), e que estudou os males do seu tempo, descobriu-os sem paixão, e comoveu-se com eles, mostrando possuir aquelas **qualidades eminentes do historiador que descreve com imparcialidade**, que discerne com superioridade de vistas o bem do mal e domina pelo espírito os preconceitos do seu tempo.²²⁶

O historiador baiano, entretanto, violou esse princípio no exercício de sua escrita, ao tecer comentários elogiosos ao próprio Vilhena, ao ressaltar os feitos dos governadores citados nas cartas e ao defender um ou outro tema abordado pelo seu autor, mostrando que o historiador não escapa ao seu tempo e às contradições dele. Numerosos exemplos encontrados em sucessivos textos, alguns referidos aqui, serviriam para demonstrar que, embora Braz do Amaral declarasse a importância da “imparcialidade” para o que chamava de ciência, o seu próprio discurso não poderia se furtar à subjetividade e ao tempo de quem o escrevia. Embora tenha evitado, muitas vezes, penetrar em assuntos polêmicos e expressar de modo mais objetivo a sua opinião, o valor atribuído aos fatos, a seleção deles, a busca pela imparcialidade, bem como a escolha dos sujeitos da sua história mostram a incoerência e a impossibilidade dessa tentativa.

3.3 OS SUJEITOS DA HISTÓRIA

Este exame dos escritos de Braz do Amaral tem permitido constatar que a escolha dos personagens de sua história está em consonância com os temas e objetos por ele tratados. Uma vez que sua abordagem se concentra em tópicos da história política do Brasil e da Bahia, é possível justificar a predominância na sua narrativa de estadistas, imperadores, monarquistas e republicanos, mas também, e, sobretudo, de militares. Ao tratar de fatos eminentemente políticos, principalmente das revoltas ocorridas na Bahia, o historiador recheia os textos com nomes próprios. Não raras vezes lançou mão de expressões com adjetivos como “estadistas verdadeiros”, “baiano ilustre”, “homens bons”, entre outras. Como essas expressões sugerem, em alguns textos, nomes são citados e responsabilizados pelos feitos da história do estado e do país. Braz do Amaral atribui a atores específicos a responsabilidade por conquistas de direitos ou decisões de importância para uma história que se explica pela relação de causa e

²²⁶ Ibid., p. 145. Grifos nossos.

consequência, o que significa dizer neste caso que a história se desenrola em função de ações individuais.

Exemplo disso foi a importância atribuída à “ação definitiva” de José da Silva Lisboa, um “ilustre baiano”, na ocasião do decreto de abertura dos portos do Brasil, em 1808. Segundo Braz do Amaral, em um texto escrito no centenário do decreto, no qual destacou o papel do baiano, “O seu grande, o seu imenso mérito é ter feito exposição tão segura, luminosa e eloquente, que arrastou imediatamente o governo a uma solução, que foi a melhor, a que mais serviu ao governo e a que mais útil foi à sua pátria.”²²⁷ Ao narrar o que chamou de “uma página da vida do povo Argentino”, seguiu a mesma linha de raciocínio, ao citar nomes de sujeitos específicos e atribuir a conquista da abertura dos portos daquele país a um homem conhecido como “Dr. Moreno”, à semelhança do que, segundo ele, havia ocorrido na Bahia.²²⁸

Braz do Amaral dedicou-se a textos de natureza biográfica também, nos quais acentuou bastante o interesse pelo homem realizador e ativo. “Administração do conde dos Arcos na Bahia” é outro exemplo de como um personagem ganha centralidade no seu discurso. Neste texto biográfico sobre D. Marcos de Noronha e Britto, 8º Conde dos Arcos, destacou ações e sentimentos desse administrador dando ao seu escrito o seguinte tom: “O conde dos Arcos fez uma administração fecunda, não só pelos progressos materiais que promoveu, introduziu e fomentou, como pelos melhoramentos morais que enchem o período do seu governo.”²²⁹

Os feitos dos militares também possuem destaque na narrativa desse historiador. Em meio a tantos fatos narrados de revoltas e guerras, os militares foram os principais atores. Ele chegou a ressaltar o papel “indispensável” do “elemento militar” nas revoluções, dando como exemplo a guerra da independência e o 15 de novembro.²³⁰ Em um texto de 1912, sobre “1823”, conforme o título, narra a história da expulsão dos portugueses da Bahia da perspectiva dos generais e das esquadras que participaram do conflito.²³¹ Discorrendo sobre o mesmo acontecimento anos depois, em 1918, afirmou que a “evacuação” das tropas de Portugal teria sido “o fato militar de maior importância da guerra da Independência”.²³² Em outros momentos, referiu-se ao julho de 1823 como um período de lutas, um “batismo de fogo

²²⁷ AMARAL, Braz. Sobre a data da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro – 1808-1823. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 147-148.

²²⁸ AMARAL, Braz. Uma página da vida do povo argentino. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 221.

²²⁹ AMARAL, Braz. Administração do conde dos arcos na Bahia. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 197.

²³⁰ AMARAL, Braz. Os conservadores no primeiro dia da República. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 167.

²³¹ AMARAL, Braz. 1823. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 261.

²³² AMARAL, Braz. Evacuação da Bahia pelas tropas de Portugal. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 115.

e sangue” para o povo, do qual a Bahia teria sido palco. Entretanto, embora ele tenha citado o sacrifício dos baianos, as glórias da conquista foram devidas às instituições, como as câmaras municipais, e aos militares.²³³ Ao tratar da proclamação da República, afirmou que:

A Bahia deve a um só homem, à sua decisão, energia e firmeza a República sem sangue, a ordem e a paz.

E quem sabe se sem ele, sem o seu pronunciamento a 16 não teria abortado a própria revolução de 15 de novembro?

Com uma perspicácia que nem todos os militares possuem o coronel Buys tinha a intuição do que é o povo, insolente quando se sente temido, humilde, subserviente até adivinhar as vontades de um senhor quando lhe percebe a mão decidida e forte.²³⁴

Tamanha a importância atribuída ao pronunciamento de um homem cuja ausência faria abortar o movimento republicano, na concepção de Braz do Amaral. Dessa iniciativa teria resultado a implantação de um novo regime sem derramamento de sangue, bem como da consciência de subserviência por parte do “povo”, diante de um “senhor” de “mão decidida e forte”. Em sua perspectiva, o “povo” quando dominado, guiado por um senhor, sabia ser humilde, mas quando temido era desrespeitoso, atrevido, malcriado. Ora revelado na narrativa pela completa indiferença à monarquia, ora lembrado pela ausência no movimento republicano. “Povo” é uma categoria que aparece na obra de Braz do Amaral de forma bastante genérica, frequentemente até trocado pelo pejorativo “populaça”. Em alguns casos, considerado um elemento “poderoso e arriscado”. Em outros, seria o “povo” martirizado por revoltas e moléstias. Quando deveria assumir um papel central, era reconhecido pela desinformação e pela falta de consciência e vontade próprias.

Foi como Braz do Amaral enxergou a ação desse segmento no episódio da “cemiterada”, de 1836, considerada por ele uma revolta do povo a serviço das “irmandades, capelães e armadores dos enterros nas igrejas”.²³⁵ Ele criticou o acontecimento e atribuiu as perdas à falta de informação do “povo baiano”. Considerou como sinal de atraso aquela revolta que, sob seu ponto de vista, atrapalhou o desenvolvimento das condições higiênicas na cidade. Foi enfático, no texto “Velhos defeitos, doenças crônicas”, ao afirmar que algumas doenças crônicas de certos povos serviam para caracterizá-los. É nesse sentido que ressaltou a “indolência”, o “desleixo” e o “desânimo” do povo brasileiro, questionando: “Quantos sóis, porém, serão precisos e que profissionais conseguirão curar esta nossa população da inércia,

²³³ AMARAL, Braz. 2 de julho de 1823. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 192.

²³⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 35.

²³⁵ AMARAL, Braz. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 113.

da passividade, da anemia, da falta de energia e de iniciativa que tanto nos envergonham e prejudicam?”²³⁶

O povo, os populares, a “população”, não têm nome nos textos de Braz do Amaral. Além disso, no momento em que aparecem na sua narrativa é para compor o quadro dos malsucedidos, sem consciência, ou oprimidos pelas “grandiosas” batalhas, maiores ainda nos seus escritos, levadas a efeito pelos “homens ilustres”. Talvez a ideia de opressão do povo justifique o argumento, segundo o qual, a independência no Brasil ocorreu à custa do sangue dos baianos. O povo baiano chegou a ser caracterizado pela expressão “bocas inúteis”, quando o historiador tratou da sua dispersão para o interior, devido ao problema de alimentação decorrente da guerra. Apareceu em sua narrativa, como resistente e sofrido, entre os dois exércitos, português e brasileiro, que se enfrentavam para decidir a luta. Ou ainda, foi valorizado pela sua “constância” em prol da causa nacional.²³⁷

Nesses textos, fica indefinida a composição social dos militares e do que ele considera ser o povo, ora dando a impressão de que fazem parte do mesmo grupo, que reivindicam as mesmas causas, ora estabelecendo diferenças entre eles, quanto aos objetivos e à forma de ação. A perspectiva de classe social não se manifesta nesses escritos, como não é de seu objetivo discutir os conflitos e as contradições de seus interesses. Esse quadro leva à reflexão de como Braz do Amaral interpretava o papel do indivíduo e do coletivo na história, como também lançava luz sobre a dimensão dos seus personagens, considerando a importância atribuída ao que ele chamava de “homens ilustres” na história do país.

“O papel do indivíduo na História” intitula um texto, do começo do século XX, que integra a coletânea *A concepção materialista da História*, de G. V. Plekhanov, considerado o pioneiro do marxismo na Rússia. Plekhanov recuperou o debate suscitado no começo do século XIX pelos historiadores franceses da época da Restauração, após os acontecimentos do fim do século XVIII na França, e posteriormente retomado pelos historiadores alemães, entre eles Karl Lamprecht, que dizia apresentar uma concepção “universal” ao considerar que “as condições históricas gerais são mais poderosas do que as mais fortes personalidades”.²³⁸ Tratava-se de uma oposição, posta no começo do século XIX, entre os que Plekhanov denominou “subjetivistas”, que supervalorizavam o protagonismo do indivíduo na História e desconsideravam as “leis” que regulavam o processo histórico, e os seus adversários,

²³⁶ AMARAL, Braz. Velhos defeitos, doenças crônicas. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 277.

²³⁷ AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 16-17.

²³⁸ PLEKHANOV, Guiorgui. O papel do indivíduo na História. In: *A Concepção Materialista da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 85.

integrantes do que ele chamou de “nova escola histórica”, que pareciam esquecer que a História é feita pelos homens.²³⁹

Era essa uma “tendência”, para o estudioso russo, que declarava a importância do estudo das instituições sociais e das condições econômicas como “tarefa primordial da história” e tinha como representantes, entre outros, Guizot, Mignet e Augustin Thierry, posteriormente, Tocqueville. Essa concepção, que inspiraria o historiador francês Monod e o alemão Lamprecht, já referido, era uma “reação” ao pensamento histórico do século XVIII, dos “subjettivistas”, que “reduziam tudo à **atividade consciente dos indivíduos**”.²⁴⁰ Ao recolocar o debate, tomando como exemplos as histórias da Revolução Francesa e da Guerra dos Sete Anos, Plekhanov buscou equilibrar a importância das particularidades individuais e das condições sociais, concluindo que os indivíduos exercem influência nos destinos da sociedade, mas que ela é determinada pela sua “estrutura interna” e pela relação com outras sociedades. Em outras palavras, a possibilidade do indivíduo influir na sociedade e a proporção da sua influência, “são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação das forças que nela atuam”, ou seja, pelas relações sociais, além da influência das “casualidades”.²⁴¹

Nessa perspectiva, duas condições são necessárias para que um indivíduo que possui “talento”, considerado como alguém que se converte em força social e fruto das relações sociais, possa influenciar o curso da história: “É preciso, em primeiro lugar, que seu talento corresponda melhor que os outros às necessidades sociais de uma época determinada [...]. Em segundo lugar, o regime social vigente não deve alçar obstáculos no caminho do indivíduo dotado de um determinado talento, necessário e útil justamente naquela ocasião.”²⁴² Nesse sentido, os talentos existem, mas precisam de condições sociais favoráveis para se manifestar. A “orientação geral” estaria dada. Variaria de um para outro somente o aspecto individual e isso que imprimiria a dimensão individual dos acontecimentos históricos. O dado “casual” também exerceria sua influência no curso desses acontecimentos, orientado pelo que ele chama de “profundas causas gerais” ou “leis gerais”, que correspondem ao “desenvolvimento das forças produtivas e das relações mútuas entre os homens no processo econômico-social da produção, que aquele determina”. Causas gerais essas desconsideradas pelos homens do

²³⁹ Ibid., p. 83.

²⁴⁰ Ibid., p. 88. Grifos do autor.

²⁴¹ Ibid., p. 97-99.

²⁴² Ibid., p. 104-105.

século XVIII, que concentravam nos “atos conscientes” e nas “paixões” das personalidades históricas”.²⁴³

Embora Plekhanov ressalte a importância das causas gerais associadas às relações econômico-sociais de produção, mostrando a sua vinculação à corrente marxista, viu com reservas a concepção que excluía qualquer importância que pudesse ser atribuída ao indivíduo na história, o que ele considerava um exagero. Daí o caráter “fatalista” dessa teoria, para a qual, a individualidade dos acontecimentos estava relacionada a essas causas gerais independentemente das particularidades das personalidades históricas, de tal forma que, mesmo mudando o indivíduo, nada seria modificado no curso da história. São fundamentos que para Plekhanov não se aplicam à “moderna interpretação materialista da História, na qual cabe também o individual”, serviam para os historiadores da época da Restauração francesa.²⁴⁴ O autor sintetiza seu pensamento da seguinte forma:

Atualmente, é preciso reconhecer que a causa determinante e mais geral do movimento histórico da humanidade é o desenvolvimento das forças produtivas, que condiciona as sucessivas mudanças nas relações sociais dos homens. Ao lado desta causa **geral**, agem causas **particulares**, isto é, a **situação histórica** em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas de um povo determinado e que, por sua vez, e em última instância, foi criada pelo desenvolvimento destas mesmas forças em outros povos, isto é, pela mesma causa geral.

Finalmente, a influência das causas **particulares** é completada pela ação das causas **singulares**, isto é, pela ação das particularidades individuais dos homens públicos e por outras “casualidades” graças às quais os acontecimentos adquirem, afinal, seu aspecto particular.²⁴⁵

A ponderação de Plekhanov visava equilibrar, como já foi dito, as duas concepções que levantavam as discussões, caras ao marxismo, acerca do papel do indivíduo na história, problema cuja necessidade de resolução foi reivindicada pelo historiador ao longo do texto. Não deixou, entretanto, de reconhecer e aceitar, de certa forma, o “grande homem”, aquele provido de particularidades que o permitiam atender às necessidades sociais do seu tempo, fruto da influência das causas gerais e particulares. Reportou-se a Thomas Carlyle para concordar com o sentido da sua expressão “iniciadores”, atribuída aos “grandes homens”, capazes de ver adiante e solucionar os problemas. Nesse sentido, admite a existência do

²⁴³ Ibid., p. 107.

²⁴⁴ PLEKHANOV, op. cit., p. 109.

²⁴⁵ Ibid., p. 109 -110. Grifos do autor.

“herói”, ainda que com características históricas, como um ser social que cria suas relações sociais.²⁴⁶

Há um debate no interior do marxismo, vale ressaltar, que entende que Plekhanov, ao lutar contra as interpretações que relegavam um lugar desfavorável às massas e idolatrava o papel dos ditos “grandes personagens”, representadas pelas correntes idealistas, acabou por, em sentido oposto, dar maior peso às causalidades gerais, em detrimento do papel dos indivíduos e das subjetividades. Essa visão teria dado margem a certa interpretação “esquemática”, que foi levada a efeito por historiadores marxistas que o sucederam, gerando a compreensão de que a história marxista opunha “vida material” e “consciência” e desconsiderava a responsabilidade do indivíduo na história. Na medida em que o marxismo de Plekhanov foi difundido pelo mundo após a ascensão de Stálin, interpretações de outros marxistas como Trotsky, por exemplo, que consideravam as “mediações” entre o mundo real e a consciência, em outras palavras, refletiam sobre o “papel do homem que faz a história”, não tiveram o mesmo espaço. Carlos Zacarias de Sena Júnior observou que para Trotsky o “projeto de insurreição” é “levado às massas” não somente por obra das “condições objetivas”, mas sobretudo pelo “ato de vontade” do partido de vanguarda ou dos dirigentes.²⁴⁷

A leitura do texto de Plekhanov, todavia, mostra que o estudioso russo não despreza completamente a importância do indivíduo no desenrolar da história e chega a fazer concessões aos “grandes homens” de Carlyle. Quando reuniu no volume *Os Heróis* (1841) suas conferências sobre os heróis antigos e modernos, feitas em Londres desde 1837, Carlyle reclamava o esgotamento naquele tempo do culto aos “grandes homens”. Referia-se certamente à atmosfera na qual surgiu o debate que anos depois seria retomado por Plekhanov que opôs os chamados “subjetivistas” e seus adversários. Da Inglaterra, Carlyle considerava os assuntos do heroico “um grande tópico, um tópico ilimitado; tão largo como a própria história universal”, que para ele consistia na “história dos grandes homens que aqui têm laborado”. A partir deles, seria possível, em sua visão, “ter vislumbres da própria medula da história do mundo”.²⁴⁸

Os grandes homens de Carlyle eram ligados a outros homens por uma relação divina. Suas ações, seus pensamentos e sentimentos eram determinados pelo “invisível” e

²⁴⁶ Ibid., p. 110-111.

²⁴⁷ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 46-47. Ver também sobre o assunto: ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História. *Crítica Marxista*. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 15, 2002, p. 38-39.

²⁴⁸ CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Tradução de Antônio Ruas. São Paulo: Edições melhoramentos, s/d, p. 9-10.

“espiritual”. O dado espiritual, alguns dizem que por influência da “Ideia Divina” de J. G. Fichte (1762-1814), emprestava uma dimensão transcendental aos heróis de Carlyle. A sua força surgiu das “mãos de Deus”. Nesse sentido, reconheceu no paganismo, em que o herói era uma divindade, “a mais antiga forma primária de heroísmo”.²⁴⁹ Considerado a raiz principal do paganismo, o “culto dos heróis”, a admiração de um grande homem, perdurou e para ele perduraria sempre, uma vez que o homem sempre adorou os heróis, do paganismo aos tempos modernos. Toda sociedade, para ele, era fundada nesse culto, venerava os heróis e se curvava “submissamente perante os grandes homens”.²⁵⁰

Para Carlyle, em todos os momentos da história da humanidade o grande homem foi o “indispensável salvador da sua época” e a forma como ele era acolhido a caracterizava. Daí a sua assertiva, muito citada entre os historiadores, filósofos e teóricos sociais que se aventuraram no tema e passaram por suas ideias, de que “a história do mundo é a biografia dos grandes homens”, sendo vista como uma “prova de pequenez” a descrença nesses personagens.²⁵¹ Manteve-se em desacordo com quem afirmava ser o homem filho do seu tempo, algo que parecia para ele “melancólico” e não justificava as dificuldades que os povos enfrentavam: “Foi o tempo quem o chamou? Ah, nós temos sabido de tempos que *chamam* bastante alto pelos grandes homens; mas sem os encontrarem quando os chamam!”²⁵² O tempo para Carlyle era importante por tornar o homem ainda maior quando morto, se já era grande quando vivo.

Conforme observou Sidney Hook, em livro da década de 1950, spencerianos, hegelianos e marxistas criticaram a “extravagância” das formulações de Carlyle, mas a substituíram por outra, aplicando ao problema o conceito de “variação” de Darwin: “[...] os grandes homens seriam lançados pelo ‘acaso’ nos processos de variação natural, enquanto o meio social agiria como um agente seletivo, provendo-os das oportunidades para realizarem sua obra”.²⁵³ O americano William James retomaria a ênfase no papel do indivíduo, ainda que desprovido da “fantasia carlyliana” que atribuía ao grande homem a responsabilidade pelas condições de seu aparecimento e de sua efetividade, ainda mais por considerar as “receptividades do momento”.

²⁴⁹ Ibid., p. 11.

²⁵⁰ Ibid., p. 19 e p. 21.

²⁵¹ CARLYLE, op. cit., p. 20 e p. 47.

²⁵² Ibid., p. 19.

²⁵³ HOOK, Sidney. *O herói na história*. Tradução de Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962, p. 20.

Sidney Hook demonstrou que o papel do indivíduo na História não se trata apenas de uma questão prática, mas também “teórica de análise histórica”, cujas sementes do debate foram lançadas por Carlyle. O autor, anos depois, reconheceria o interesse “perene” pelos heróis ao longo de épocas, sobretudo no tempo em que escrevia, caracterizado pela organização e pelo crescimento da “liderança” no cotidiano das pessoas. Para o autor, num contexto de desenvolvimento dos meios de comunicação, “a crença no ‘herói’ é um produto sintético. Quem quer que controle o rádio e a imprensa pode fabricar ou destruir crença da noite para o dia”.²⁵⁴ As razões da atenção dispensada ao problema, ele sugere ao enumerar: “a indispensabilidade da *liderança* em toda vida social”, a educação da juventude que valoriza, em regra, os “grandes indivíduos”, a esperança em um líder que modifique a realidade e resolva seus problemas, os fatores psicológicos.

O poder de decisão dessas lideranças parece justificar, para Sidney Hook, o interesse pelo significado histórico dos homens notáveis. O autor observou que no século XX a maioria dos historiadores estava presa a variedades de determinismo social para compreensão da questão. “Beletristas” e biógrafos profissionais também se dedicaram a essas figuras.²⁵⁵ O espaço aberto por instituições como o IGHB à história dos eminentes da Bahia mostram que Sidney Hook tinha razão. Muito antes de Braz do Amaral esboçar seus personagens históricos, contudo, havia um debate do qual, provavelmente, não tinha conhecimento. Os seus trabalhos estão inseridos nesse contexto. A narrativa do historiador baiano concentra-se nas iniciativas individuais dos homens, condicionando, muitas vezes, o curso da história a elas. Os textos de cunho biográfico, que escreveu no IGHB, desenham de forma mais contundente a importância atribuída aos homens ilustres e aos seus feitos.

3.4 BIOGRAFIAS PARA A MEMÓRIA

Uma das tarefas desempenhadas por Braz do Amaral no IGHB era elaborar “esboços biográficos” sobre sócios e colaboradores falecidos. Em um dos seus discursos, o historiador fez referência à prescrição dos estatutos do Instituto para o orador, de cuja comissão de elaboração participou, em 1894. Disposição que ele dizia não saber se era boa ou ruim, mas

²⁵⁴ Ibid., p. 17.

²⁵⁵ Ibid., p. 24.

que “não era branda para quem representa a sociedade”.²⁵⁶ Logo no capítulo I, artigo primeiro, parágrafo segundo, os estatutos firmam o compromisso da instituição em “Escrever a biografia dos nacionais ou estrangeiros célebres que se assinalaram por serviços prestados à Bahia em qualquer ramo de atividade”. Mas é na sexta seção que descreve entre as competências do orador “fazer o elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano social; sendo-lhe facultativo fazer o discurso fúnebre sobre a sepultura daqueles, a cujo enterro assistir, em comissão e cumprimento do art. 74”. Este artigo prevê que aos enterros dos membros do Instituto deveria comparecer uma comissão presidida pelo orador, ou suplente, para manifestar “em breves palavras” o pesar e a saudade da instituição. A homenagem se completaria, de acordo com o artigo 75, com um voto de pesar na ata e uma “comemoração” do finado “com palavras de condolência e louvor”.²⁵⁷

Por mais de uma vez Braz do Amaral havia assumido a função de orador, desde julho de 1894, períodos nos quais as mesas e comissões que tratavam de história e de biografias eram ocupadas por outros membros. Na sessão de 12 de maio de 1901, por exemplo, a mesa de “Geografia e História” era ocupada por Francisco Marques de Góes Calmon e por Borges dos Reis, além da comissão de “Biografias” da qual Braz do Amaral também não fazia parte. As diretrizes desta comissão conforme o artigo 49, parágrafos primeiro e segundo dos estatutos, entretanto, sugerem os caminhos que deveriam ser tomados pelos membros da casa encarregados de biografias: “escrever a história sucinta” e em “estilo singelo”, contendo “além do nome e sobrenome de família, sua profissão, lugar e ano do nascimento e morte, quando possíveis, os serviços prestados, as obras que publicou e o juízo crítico a respeito dos seus atos”.²⁵⁸ Braz do Amaral participou da comissão de elaboração dos estatutos aprovados nas sessões de 17 de junho e 15 de julho de 1894. Nesse sentido, imprimiu a sua marca naquele texto.²⁵⁹ As orientações dadas apareceriam em seus discursos sobre os falecidos, mas, como foi possível observar, os seus esboços biográficos sugerem mais do que o simples cumprimento das normas estabelecidas.

No seu cargo estrearia, em seu primeiro discurso, datado de março de 1895, com um “elogio fúnebre”, o que o levou a ressaltar o seu “infortúnio”. A morte, no entanto, foi

²⁵⁶ AMARAL, Braz do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 54. APEB/ setor biblioteca.

²⁵⁷ ESTATUTOS do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista trimestral do IGHB, Ano I, Vol. I, n. 1, setembro de 1894. In: *RIGHB*. Edição fac-similar, Salvador, 1998, n. 1 e 2.

²⁵⁸ ESTATUTOS do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista trimestral do IGHB, Ano I, Vol. I, n. 1, setembro de 1894. In: *Revista do IGHB*. Edição fac-similar, Salvador, 1998, n. 1 e 2, p. 51-52.

²⁵⁹ *RIGHB*, Ano I, Vol. I, n. 1, setembro de 1894. In: *Revista trimestral do IGHB*. Ed. fac-similar. Salvador, 1998, n. 1 e 2.

reconhecida pelo historiador em sua “majestade”. Considerada, ao homem moderno, “uma das necessidades da harmonia universal” [...], “preferível à decadência das funções, ao enfraquecimento senil, ao desvario da razão, ao sofrimento das longas doenças e a esse lento morrer vivo que é para alguns um infinito tormento.”²⁶⁰ A celebração dos mortos, por sua vez, foi reivindicada como um costume de quase todos os povos antigos e modernos, dos gregos aos antepassados indígenas da América: “Os povos civilizados levantam em honra dos seus mortos ilustres monumentos de pedra, de ferro e de bronze; os povos que se civilizam só os lamentam com hinos e orações”.²⁶¹

Tal argumento civilizatório justificaria as reuniões naquela instituição que buscava honrar os seus mortos. Os discursos, elaborados em períodos diferentes, apresentam semelhanças quanto à estrutura, às pessoas que se convertiam em objeto das biografias, aos aspectos da vida do biografado e à forma da narrativa, baseada no exemplo e na moral. A descoberta de narrativas ou escritos da mesma natureza preparados para outras circunstâncias e espaços, como em forma de prefácio de obra, leva a crer que mais do que para atender a solicitações da referida instituição, a uma memória institucional, o historiador em questão o fazia como forma de reconhecimento e retribuição do tempo presente aos feitos de alguns homens considerados dignos de rememoração, que se destacaram na sociedade ou, pelo menos, no campo das letras.

Braz do Amaral não foi o único historiador a ressaltar a importância de relembrar e homenagear os homens que prestaram serviços à Bahia. Homens que pelas atividades “heroicas”, na perspectiva dos historiadores, deixaram lições de moral para a história e que geração após geração conformaram “tradições” familiares. Esse o sentido que Wanderley Pinho, por exemplo, imprimiu ao texto histórico ao considerar, pelo aspecto moralizador, que a história não passava de uma “soma de biografias”, em um discurso aos mortos do Instituto, de maio de 1922.²⁶² A sua opção pelo gênero biográfico se relacionava, como demonstrou Paulo Silva, com a sua concepção de história e revelava a “filiação” ao modelo historiográfico de Thomas Carlyle. O estilo da história de Wanderley Pinho, geralmente baseada na narrativa

²⁶⁰ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 55. APEB/ setor biblioteca.

²⁶¹ AMARAL, Braz H. do. Discurso. Revista do IGHB, Ano II, Vol. II, n. 3, 1895. In: Revista do IGHB. Edição fac-similar, Salvador, n. 3,4,5,6, 1998, p. 95. ou AMARAL, Braz H. do. Discursos proferidos em sessões aniversárias do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 34. APEB/ setor biblioteca.

²⁶² PINHO, José Wanderley de Araújo. Discurso. RIGHB. Vol. 48, 1923, p. 253-267. In: _____. *Coletânea de textos históricos*. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990.

em torno de pessoas, a exemplo do barão de Cotegipe, confirma, ainda segundo esse autor, a sua opção.²⁶³

Luiz Viana Filho também lançou mão da escrita biográfica configurando o seu trabalho historiográfico. A biografia que escreveu sobre Ruy Barbosa, assim como a de Wanderley Pinho sobre Cotegipe, merece destaque, na medida em que buscou reconstituir a história política do período de implantação da República e suas primeiras décadas. Embora não tenha se limitado a este trabalho biográfico, a partir dele avançou no debate teórico sobre o gênero. Com o intuito de resgatar um passado de glórias da Bahia e dos familiares, sobretudo no caso de Wanderley Pinho, esses historiadores traçaram os perfis dos notáveis do Império e da República, esboçaram modelos de “grandes homens”, assim surgiram João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, e Ruy Barbosa. A tarefa do historiador era cumprida no trabalho do biógrafo, afinal a história do mundo nessa perspectiva resumia-se na vida das personalidades políticas e das letras.

O historiador cujas “notícias biográficas” estão sendo examinadas não estava sozinho na instituição, embora a recorrência ao seu nome seja maior, em virtude de ter exercido a função de orador por vários anos, entre 1894 e 1913. Contudo, Braz do Amaral não se dedicou detidamente à confecção da biografia de algum homem específico, da mesma forma que os historiadores citados. Fato que leva a crer que a biografia, embora aspecto constitutivo do seu trabalho como historiador, em função do volume de textos de cunho biográfico, da recorrência a nomes “ilustres” e às suas ações individuais, não foi estruturante e definidora do seu trabalho historiográfico. No entanto, os exemplos vão mostrar a repetição de um esquema que se relaciona à instituição de um modo de escrita da história da Bahia, que se replica em outros historiadores. Em um levantamento rápido no índice de títulos, assuntos e autores das revistas do IGHB observa-se o volume de textos e discursos cujos títulos remetem à natureza biográfica deles. Além dos já citados, outros contemporâneos de Braz do Amaral, a exemplo de Bernardino José de Souza e, posteriormente, Pedro Calmon assumiram em algum momento a tarefa de falar dos mortos, fossem eles ligados ao Instituto ou não.²⁶⁴

O interesse pela vida dos envolvidos em instituições históricas remonta, no Brasil, ao projeto de escrita da história posto em prática pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²⁶³ SILVA, Paulo Santos. op. cit., p. 131.

²⁶⁴ Conferir, entre outros, SOUZA, Bernardino José de. Joana Angélica. *RIGHB*. Salvador, v. 48, p. 419-453, il. 1923.; SOUZA, Bernardino José de. Notícia biográfica de Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. *RIGHB*, Salvador, v. 47, p. 1-16, il. 1921-1922.; PINHO, José Wanderley de Araújo. *RIGHB*. Salvador, v. 64, p. 199-220, 1938.; CALMON, Pedro. Um general da Independência Sul Americana. *RIGHB*. Salvador, v. 79, p. 65-71, 1933.; VIANA FILHO, Luiz. Centenário de Wanderley Pinho. *RIGHB*. Salvador, v. 89, p. 17-24, 1991.

Apesar de não constar na monografia de von Martius referência direta ao estudo da vida dos “grandes homens” ou dos “heróis” nacionais, algumas “notícias biográficas” apareceram nas revistas do instituto. Capistrano de Abreu foi um dos que, mesmo sem ter biografias entre os seus principais trabalhos, escreveram vários esboços dessa natureza nas revistas daquela instituição. Entretanto, historiadores que investigaram esse tipo de produção observaram que os “apontamentos” biográficos desse período serviam para “enfeitar” a história geral do Brasil, buscando alcançar objetivos mais amplos. Portanto, no século XIX, embora não fosse central para a escrita da história do Brasil, o texto de cunho biográfico teve seu lugar na medida em que buscou erigir, em um “templo nacional”, modelos de “homens ilustres” do passado para os do presente. Para Benito Schmidt, uma escrita biográfica com essas características estava relacionada ao regime de historicidade da “história mestra da vida”.²⁶⁵

Em um discurso do começo do século XX, durante sessão solene do IGHB, que reunia “fundadores e continuadores da obra magnânima” da instituição, com o intuito de rememorar os feitos dos que haviam partido, Braz do Amaral mostrou-se satisfeito ao cumprir a “homenagem de justiça” aos mortos, naquela solenidade à qual se referiu como “festas da inteligência”.²⁶⁶ Entre os homenageados, poetas, religiosos, juristas, políticos, estava a própria instituição pelo esforço empenhado diante de um “meio detestável” e de dificuldades de toda sorte. A vida da “sociedade literária e científica” contava com a colaboração de cada um de seus memoráveis membros. Como foi visto, os seus estatutos demandavam as saudações aos mortos.

Braz do Amaral pronunciava-se pela instituição, representava o seu pesar. Mencionou, por vezes, que estava a falar em seu nome. Mesmo que não o fizesse, a compreensão de que a visão do homem como indivíduo não se separa da sua visão como membro de uma sociedade, de um grupo, de uma classe, neste caso, de uma instituição, deve orientar as reflexões acerca dos escritos de alguém que se coloca na condição de “biógrafo”. O historiador britânico Edward Carr chama a atenção para o fato de que o historiador é também “produto” da história e da sociedade, daí a necessidade de entender o seu meio histórico e social.²⁶⁷ Não seria diferente com os textos de alguém que se comporta como historiador e, ao mesmo tempo, compõe esboços biográficos em uma instituição que se diz histórica.

²⁶⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 200. Uma das referências do historiador também incorporada nesta tese é ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. Tradução de Dora Rocha. *Estudos históricos*. CPDOC/FGV, 2000 – 25, p. 42.

²⁶⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 123.

²⁶⁷ CARR, Edward Hallet. A sociedade e o indivíduo. In: _____. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 67-90.

Em discursos típicos de solenidades do IGHB, as homenagens eram coletivas e originavam esboços biográficos justapostos. Os aspectos levantados da vida de cada um dos membros daquela instituição se repetiam com algumas variações. Braz do Amaral adotou uma cronologia que abrangia nascimento, carreira, obra e morte do biografado, organizada não necessariamente nesta ordem. No caso desses discursos encomendados pelo Instituto o enfoque maior era no legado literário do morto e nas suas benfeitorias. Assim, por exemplo, ao tratar do poeta Guimarães Cerne, cuja verve irônica lembrava, para o historiador baiano, Gregório de Matos Guerra, reconheceu nos estudos desenvolvidos no campo da história, em forma de monografias e memórias, as contribuições dadas ao Instituto, na condição de “cultor delicado e dedicado da história”, e ao Maranhão, sua terra natal.²⁶⁸

A respeito do frei Francisco da Natividade Carneiro da Cunha, um dos raros sobreviventes do antigo Instituto Histórico, “jornalista e polemista de força”, fundador e colaborador de jornais de “discussão e combate”, destacou como obra mais meritória o “generoso sacrifício” em manter um asilo para educação dos meninos pobres ou desamparados. Mais do que pela dimensão do sagrado ganhou notoriedade pelas obras de caridade e, possivelmente, de catequese.²⁶⁹ Essa atitude filantrópica do frei levou Braz do Amaral a salientar o seu “altruísmo” como qualidade pessoal. Para a história servia como uma “reliquia”, uma vez que era portador de uma memória viva.²⁷⁰ Dados biográficos dessa natureza apontam outra característica dos discursos sobre os mortos do historiador em questão, a referência a categorias de análise ligadas à moral, ao comportamento ou à personalidade.

Em um único discurso, referiu-se a atributos do tipo: “um dos gênios mais curiosos”; “altruísta”; “laborioso, assíduo no trabalho e consciencioso até o escrúpulo, mas um tanto acanhado”; “coerência pundonorosa”; “magistrado probo e professor distinto”, entre outros. Ressalva deve ser feita ao fato de que ao arrolar os falecidos e as informações de suas vidas, em uma perspectiva coletiva, Braz do Amaral não praticava a “prosopografia”, no sentido atribuído pela historiadora Sabina Loriga de uma concepção chamada de “pontilhista”, que reveste as “biografias coletivas” fazendo aparecer, muitas vezes, o seu “caráter antibiográfico”, cuja “variedade do passado é sacrificada em nome das regularidades e em que

²⁶⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 126-127.

²⁶⁹ Armelle Enders observou que na elaboração das “galerias nacionais”, compostas de “brasileiros ilustres”, durante o segundo reinado, a atividade literária e a obra religiosa eram aspectos primordiais para as notícias biográficas lançadas na revista do IHGB, daí a presença de um grande contingente de padres entre os ilustres do império. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. Tradução de Dora Rocha. *Estudos históricos*. CPDOC/FGV, 2000 – 25, p. 51.

²⁷⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 128-129.

os indivíduos parecem completamente submetidos às pressões sociais”. O objetivo era, de acordo com os estudiosos do fenômeno retomados pela autora, encontrar os homens, buscar as regularidades para estabelecer “tipos”, numa espécie de “uniformização das singularidades”.²⁷¹ A intenção de Braz do Amaral era encontrar o “exemplo” e não, propriamente, o “tipo”. Daí a preocupação em salientar características morais e laborais dos seus homens. Os seus discursos de cunho biográfico davam uma lição de moral, eram histórias exemplares.

O altruísmo foi uma qualidade destacada de forma recorrente no discurso de Braz do Amaral. Desse modo, reportou-se ao professor primário Austrícliano Francisco Coelho, um dos fundadores do Instituto e da Academia de Belas Artes, instituição da qual também fez parte como diretor e empenhou esforços nos primeiros decênios de sua fundação (1877) quando o risco de extinção era grande.²⁷² Dos seus trabalhos e serviços prestados, considerou como sendo de “mais nobre altruísmo” a luta abolicionista, “naquela grande e gloriosa luta legal, que é a maior honra da nossa pátria no período imperial”.²⁷³

Pela mesma causa abolicionista destacou-se na história da Bahia, segundo Braz do Amaral, João Batista de Sá e Oliveira, médico que atendia às classes pouco favorecidas. Sujeito que ocupou cargo político, colaborou no jornalismo e escreveu sobre os índios. Aos olhos do historiador baiano, um trabalhador, cuidadoso e um tanto “acanhado”.²⁷⁴ Por esses predicados realçou a capacidade e os talentos de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo revelados desde a juventude, cuja convivência em um engenho do interior de Pernambuco com a escravidão, o permitiu desenvolver “sentimentos piedosos”.²⁷⁵ Na memória de homens como Joaquim Nabuco não havia, para Braz do Amaral, evocação da “guerra”, do “sangue”, da “traição”, nem dos “desvios da fortuna pública”: “Não são esses na realidade os felizes na vida da história?”, questiona o historiador.²⁷⁶

Joaquim Nabuco figura entre os que tomaram parte em “grandes feitos auspiciosos”, em “memoráveis acontecimentos”, dignos de serem lembrados na ocasião de uma referência biográfica. “A luta abolicionista, da qual ele havia sido um dos paladinos, não foi uma luta de

²⁷¹ LORIGA, Sabina. O limiar biográfico. In: _____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 47.

²⁷² Sobre a história da instituição e a participação de Braz do Amaral, cf. <http://www.belasartes.ufba.br/historia/>

²⁷³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 132.

²⁷⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 132-133.

²⁷⁵ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 70. APEB/ setor biblioteca.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 71.

extermínios!”, completou.²⁷⁷ Ao abolicionista referiu-se como “monarquista culto, educado nas maneiras palacianas, tão elegante na Câmara do Império”, “um aristocrata pelas maneiras, como era um ateniense pelo espírito e pelos gostos”.²⁷⁸ Pela mesma razão mereceu destaque entre os biografados de Braz do Amaral o conselheiro Jerônimo Sodré Pereira. Segundo o “biógrafo”, foi ele quem primeiro agitou na Câmara, em 5 de março de 1879, antes mesmo de Joaquim Nabuco, a questão abolicionista, considerada “bela, nobre e generosa” e a “mais importante” da monarquia parlamentar, “que se fez sem auxílio do poder pessoal do imperador, começada pela propaganda popular [...] até sentar-se triunfante no trono com a princesa Isabel”.²⁷⁹

Observe-se que ao salientar o “altruísmo” desses indivíduos acaba reduzindo a causa abolicionista ao voluntarismo de alguns deles, ao tempo em que se posiciona em relação à questão. As categorias morais e comportamentais salientadas nos seus esboços biográficos produzem um efeito de exemplaridade. São sempre homens laboriosos, considerados benfeitores do Instituto, cultores da história ou que serviram a alguma causa nacional. As mulheres não aparecem entre os biografados pelo historiador, o que revela o patriarcalismo da sociedade baiana e das instituições histórico-culturais do estado que não admitiam mulheres entre os seus membros, bem como a visão do “biógrafo” em não reconhecer, talvez, a necessidade de salvar “mulheres ilustres” do esquecimento.

Apesar do recurso a atributos da natureza humana, as narrativas concentram-se no âmbito da esfera pública e não da vida privada. Os objetos dessas biografias são homens envolvidos com a política, que se vincularam a instituições como institutos históricos, arquivos públicos e academias de letras, que trabalharam em jornais e militaram por causas consideradas grandiosas pelo “biógrafo”. Na medida em que, entretanto, ele delineia o seu esboço biográfico se revela aos olhos do leitor e desvela aspectos do contexto em que a biografia foi feita. Ademais, salta aos olhos a forma como julgou e se posicionou em relação a alguns acontecimentos históricos, fosse ao apresentar o contexto simplesmente ou ao endossar uma atividade ou ideia, o que é perceptível em circunstâncias nas quais aborda questões da política nacional e local. Isso foi possível, de certa forma, porque os falecidos sobre os quais discursava, compondo biografias, eram seus contemporâneos, com boa parte dos quais manteve relações amigáveis e compartilhou ideais.

²⁷⁷ Ibid., p. 71.

²⁷⁸ Ibid., p. 72-73.

²⁷⁹ Ibid., p. 74-75.

Exemplar é a narrativa a respeito do conselheiro Diogo Velho Calvacanti de Albuquerque, considerado, em função dos seus títulos, “um dos personagens mais notáveis do segundo reinado”. Filiado ao Partido Conservador, foi um dos poucos que, segundo Braz do Amaral, tiveram “vergonha” de aderir com “desembaraço e rapidez” à República, constituindo-se em “um exemplo de coerência pundonorosa, que se torna cada vez mais rara [...]”.²⁸⁰ Nota-se aqui a presença do contexto na narrativa biográfica, mas como pano de fundo. Ainda que não seja possível assegurar a data exata em que esse discurso foi proferido, o fato de ter sido publicado na revista do Instituto dos anos de 1901 e 1903 indica que foi elaborado entre o final do século XIX e começo do XX, haja vista que a instituição foi fundada em 1894. Havia poucos anos desde a proclamação da República e a adesão de última hora ao novo regime foi alvo de críticas de Braz do Amaral, como é possível verificar em um texto de 1904, que será analisado mais adiante. A acidez com que o historiador baiano se refere aos republicanos de “última hora” sugere uma desilusão com os que abandonaram a causa monárquica e o imperador.

Outra situação em que o contexto aparece no esboço biográfico feito por Braz do Amaral revela sua insatisfação com a ordem das coisas da forma como estava posta no regime republicano. Ao tratar de José Macedo de Aguiar, referiu-se positivamente à oposição feita, pelo biografado, ao governo de Luís Viana, contrariando pessoas e órgãos de publicidade. Em suas reflexões sobre o motivo que levou o “magistrado probo e professor distinto” a ter aquela atitude, apresenta como hipótese o fato de ter ido de encontro à “corrente de vassalagem”, “este temível indício da moléstia que mata as repúblicas”.²⁸¹ O processo sucessório de 1899 para 1900 foi marcado por conflitos das oligarquias pelo poder. No fim do governo de Luís Viana continuava valendo a fórmula oligárquica de interferência do chefe político nas decisões do estado, situação que favoreceu a eleição do candidato a prefeito do chefe do governo e do partido majoritário (PRB) e resultou em protestos contra o resultado da eleição considerada fraudulenta.²⁸²

Os exemplos em que preponderam a comparação e a avaliação do regime monárquico e do republicano se multiplicam à medida que o exame do material avança. O posicionamento do historiador em relação aos regimes políticos que vivenciou no país será retomado em seção específica. Os textos de cunho biográfico apresentam ricos elementos para essa compreensão.

²⁸⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 133-135.

²⁸¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 136.

²⁸² TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008, p. 314-315.

Para a consideração dos aspectos das biografias de Braz do Amaral, no entanto, algumas observações são suficientes para demonstrar que o seu contexto de pronunciamento ou escrita confunde-se com o dos seus biografados e que o dado político possui centralidade nessa narrativa, de tal forma que em alguns momentos desequilibra o esquema proposto pelo “biógrafo”, baseado na descrição do nascimento, da carreira e da morte.

O discurso sobre o falecimento do republicano Cosme Moreira, de setembro de 1896, é elucidativo de como elementos da vida política dominavam algumas narrativas, sobretudo, quando o contexto do “biógrafo” e do biografado era o mesmo. Referiu-se a Cosme Moreira como a um antigo amigo, a um irmão, alguém com quem compartilhou ideias comuns: “Quando há alguns anos nos dias de luta e de esperança sonháramos com a abolição da escravidão e com a liberdade da república e folgávamos, na vida descuidada e estudantesca daqueles tempos, nenhum dos dois previa que seria tão cedo este desfecho.”²⁸³ Demonstrou a articulação em torno de um jornal fluminense, convertido ao jacobinismo, ao completar: “Foram os tempos de luta e de propaganda num jornal em que colaborávamos ambos e de que poucos hoje se lembram, a República Federal”. Em seguida, aparece novamente entre os republicanos, ao afirmar: “Foi por essa época que ele e outros, quase todos estudantes de medicina sulistas, fundaram o clube republicano Federal em uma sala do Grêmio Literário em que nos reuníamos quase todos os dias.”²⁸⁴

Observa-se que o esquema biográfico aplicado na quase totalidade dos discursos de Braz do Amaral, nesse texto, mais precisamente, cede espaço à trama política, da qual o “biógrafo” participou. A figura de Cosme Moreira desaparece em meio aos anseios da coletividade, jovens com ideais comuns. As características da individualidade do republicano objeto da biografia aparecem ligadas ao seu papel patriótico. Cosme Moreira foi o único que, segundo Braz do Amaral, se levantou na Câmara para protestar contra a dissolução do Congresso Nacional e a implantação do estado de sítio pelos decretos do dia 3 de novembro de 1891, assinados por Deodoro da Fonseca. Único que, em sua visão, tinha o “batismo de sangue” de junho e a “legenda dos sacrifícios” pela república, época em que ninguém queria segurar o “barrete frígido”. Homem “corajoso” e sem medo de se arriscar em prol da república e da “idolatria da pátria”.²⁸⁵

²⁸³ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido sobre a sepultura do Dr. Cosme Moreira. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 50. APEB/ setor biblioteca.

²⁸⁴ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido sobre a sepultura do Dr. Cosme Moreira. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 51. APEB/ setor biblioteca.

²⁸⁵ Ibid., p. 52.

Essas breves biografias permitem compreender como esse grupo nucleado no Instituto Histórico enxergava o indivíduo e a sociedade, qual a forma e função que atribuíam a esses discursos feitos para os seus mortos, exercício de compreensão semelhante ao que Peter Burke realizou ao se lançar no estudo da biografia renascentista.²⁸⁶ Em um período no qual o interesse pela escrita e leitura de biografias aumentou, Burke identificou algumas características dessa produção que perduraram por muito tempo e que, de certa forma, são identificadas nos textos de Braz do Amaral aqui examinados. A oração fúnebre de governantes e escritores, a presença do contexto da publicação, as profecias sobre a grandeza futura dos heróis, a noção de exemplaridade, o esquema do texto são aspectos encontrados, na perspectiva do historiador inglês, na biografia renascentista. Boa parte deles remete ao trabalho do historiador baiano.

O indivíduo no IGHB, no fim do século XIX e começo do XX, período de elaboração e publicação dos discursos analisados, deveria ser lembrado, conforme os estatutos, pelos seus feitos, pelo seu nascimento, sua formação e carreira, mas também por algo que aparecia como pano de fundo, o contexto político, embora a sua apresentação tenha aparecido mais nos casos em que o biografado teve algum envolvimento com a política. Dessa forma, ora a narrativa se restringia aos fatos da vida pessoal, ora ao quadro político da época narrada em sua forma simplificada fazendo desaparecer o indivíduo. Desse contraste era possível conhecer mais do “biógrafo” do que do biografado. O fato de haver reproduzidas ideias de outros textos é uma demonstração do quanto havia de quem escrevia as “notícias biográficas” nesses discursos. Ao tratar de Francisco de Paula Oliveira Guimarães seguindo o mesmo esquema das outras biografias (nascimento, formação, casamento, envolvimento político), Braz do Amaral reclama que os filhos da Bahia eram maus, ingratos. Ao contrário do que acontecia no Sul, “os filhos da Bahia não se têm mostrado, em geral, dedicados à sua terra, nem diligentes e esforçados em benefício dela”.²⁸⁷ Essa ideia apareceu algumas vezes em outros textos do historiador.

Décadas depois, em 5 de fevereiro de 1943, Braz do Amaral cumpriria novamente a função de alimentar a memória e deixar para a posteridade o conhecimento de uma figura que, segundo o historiador, fez pela Bahia e pelo Instituto. Falaria nas circunstâncias da morte de J. J. Seabra a convite do Instituto Histórico, precisamente dois meses após. O objetivo era “dar

²⁸⁶ BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Tradução de José Augusto Drummond. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 10, n. 19, 1977, p. 85.

²⁸⁷ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 57. APEB/ setor biblioteca.

uma prova pública de gratidão ao seu benfeitor”. O reconhecimento pelos “favores recebidos” devia-se à confiança e ao apoio do governador, bem como à necessidade da Bahia em dar continuidade aos estudos históricos e ao ensino, como garantia de sobrevivência da própria instituição.²⁸⁸ A convocação de Braz do Amaral para essa tarefa estava além da sua habilidade em homenagear os mortos e reconhecer as suas contribuições. Deveu-se, é possível inferir, à aproximação e à aliança mantida com o político, cujos pormenores serão discutidos mais adiante.

Algumas características das notas biográficas anteriores são mantidas nessa da década de 1940, com a ressalva de aqui se tratar de alguém que não só se arvora biógrafo de J. J. Seabra como mostra ser seu admirador. Nesse sentido, algumas dessas características são bem definidas e revelam a visão de um homem amadurecido, do ponto de vista do tempo transcorrido, que já vivenciou mudanças de governos, crises agudas e guerras mundiais, ascensão e queda de políticos, a exemplo da do próprio biografado. A consciência da conjuntura política na qual o seu discurso estava sendo elaborado levou Braz do Amaral a associar a morte de Seabra ao sentimento de insegurança vivido no momento: “O Dr. Seabra desaparece num período muito grave para todo o país e até para todo o mundo, que se encontra num ponto em que se bifurca o caminho, numa encruzilhada entre o despotismo e a liberdade, a civilização e a barbaria.”²⁸⁹

Nesse sentido, apesar da repetição de elementos como a apresentação de uma cronologia dividida em nascimento, origem e filiação, carreira, neste caso, marcadamente política, e morte, esse discurso apresentou variações, tais como a incidência maior de adjetivos que ressaltam as qualidades morais do biografado: “baiano ilustre”, “lutador de tempera forte”, “democrata”, “mordaz e irônico” ou “cavaleiro de salão fino e educado”, “astro”. Seabra desponta como um homem exemplar para os baianos. Além disso, um ingrediente novo apareceu na narração da vida do político, a previsão sobre a grandeza de um futuro que dava sinais na infância. Algo que pela compreensão de Pierre Bourdieu poderia ser chamado de “ilusão biográfica”.²⁹⁰ Deste modo, a “inteligência privilegiada” de Seabra havia sido reconhecida logo cedo pelos seus mestres que buscaram aproveitar e souberam lhe

²⁸⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 90.

²⁸⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 100.

²⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 184-191.

influenciar. Influências que podiam ser notadas, anos depois, em palavras, gestos, opiniões, juízos críticos. Os professores imprimiram as suas marcas, “[...] do mesmo modo como ficam no barro os sinais dos dedos dos estatuários que lhe deu forma, vida e expressão.”²⁹¹

Talvez por influência dessa “inteligência genuína”, J. J. Seabra tenha sido bem-sucedido, aos olhos de Braz do Amaral, no campo da política. A tentativa de demonstrar a astúcia do político baiano vai desde o relato de situações – a exemplo da que enfrentou o imperador para reivindicar a revisão da prova do concurso, resultando na sua nomeação como substituto para a Faculdade de Direito do Recife, após a verificação de que sua prova “fora a melhor” – até o destaque ao papel de liderança exercido por ele no parlamento. A linearidade da vida do biografado confunde-se com a linearidade da história narrada. Nesse sentido, referiu-se aos feitos de Seabra quando auxiliou Rodrigues Alves, através da pasta da justiça. Braz do Amaral destacou os melhoramentos, as reformas de edifícios públicos, institutos históricos, escolas e faculdades, além da remodelação e saneamento do Rio de Janeiro, com a ajuda do engenheiro Pereira Passos e do Dr. Oswaldo Cruz, respectivamente.²⁹²

Sobre a Bahia, em cuja posse de 29 de maio de 1912 Seabra foi acompanhado pelo engenheiro Arlindo Fragozo, outro “homem de labor e talento”, Braz do Amaral ressaltou a sua iniciativa na renovação da cidade e descreveu as reformas e modificações feitas em Salvador, os melhoramentos no âmbito da higiene pública. Versou, ainda, sobre as lutas travadas por Seabra com o intuito de defender os direitos da Bahia, ocasiões em que enfrentou até o poder central. Pretendendo reforçar uma imagem de democrata, ao mesmo tempo firme, do político baiano ressaltou suas características populistas, ao se referir à forma com que lidou com uma manifestação popular contra a carestia.²⁹³

Os necrológios elaborados por Braz do Amaral, especialmente este que reverencia Seabra, lembra um panegírico, conforme descrito por Luiz Viana Filho no ensaio “A verdade na biografia”, lançado em 1945, como resposta às críticas do jornalista Homero Pires, dois anos após Braz do Amaral falar em homenagem ao político baiano. Para Viana Filho, que se defendia enquanto teorizava sobre biografia, o panegírico reunia em ordem cronológica os

²⁹¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 91.

²⁹² AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 94-95.

²⁹³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 98-100.

feitos capazes de assegurar um “lugar de honra na posteridade” para o biografado, relegando a plano secundário o estudo da sua personalidade, de suas fraquezas e grandezas. Seria essa, em sua perspectiva, “uma figura convencional, muitas vezes em pleno acordo com a legenda histórica, mas profundamente postiça. Era mais estátua do que retrato.”²⁹⁴

O “retrato” de um homem, reconstituído em vários aspectos da sua personalidade, opunha-se, na perspectiva desenvolvida por Luiz Viana Filho, ao seu perfil histórico, ou seja, à narração de seus feitos. Tratava-se, para o autor, de uma diferença entre o que chamou de “biografia moderna”, “romanceada” ou “literária” e de “biografia histórica” ou “antiga”. Esta última seria caracterizada pelo desejo de estudar uma personagem histórica, fazer o elogio de sua obra e dar uma lição de moral. Colocava-se a “serviço da pedagogia” e não da biografia, do compromisso de estudar a vida de um homem. A biografia moderna, ao contrário, buscaria “fixar numa fisionomia”, sem se prender a explicações históricas. Romperia as fronteiras entre vida pública e privada. E com esse objetivo teria que se submeter à verdade e à exatidão, além de revelar a consciência da complexidade da alma humana. Embora Viana Filho relativizasse um pouco ao evocar a personalidade do biógrafo e a sua parcialidade, a influência do tempo, a “precariedade da verdade” que só permitiria a elaboração de um retrato com elementos parciais de uma vida, não faz concessão à falta de honestidade e de fidelidade do biógrafo na procura da verdade.²⁹⁵

Luiz Viana Filho consagrou-se pelas biografias de homens eminentes, de estadistas, a exemplo de Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Rio Branco. Eram homens públicos e do mundo das letras. Em nota à sétima edição do livro *A vida de Ruy Barbosa* (1965), referiu-se ao seu objetivo, à época, de fazer “um honesto retrato do biografado”, algo diferente de uma “apologia”. Nas páginas seguintes construiria a imagem de um Ruy Barbosa abolicionista, reformista, idealista, sem ambição. Reconhecia nele “o maior líder político do país”, um “imenso foco de luz”.²⁹⁶ Inicia o livro indicando em rodapé o Anuário Genealógico Brasileiro apontando o interesse pela origem do biografado. Prosseguiu com uma narrativa referenciada em uma cronologia de vida. Recorreu à infância para marcar a sua inteligência que já dava sinais e se combinava com a “timidez”, a “palidez” e a “tristeza”.²⁹⁷ Narrou extensamente os

²⁹⁴ VIANA FILHO, Luiz. A verdade na biografia. In: _____. *A vida de Ruy Barbosa*. Prefácio Paulo Brossard. Salvador: Assembleia Legislativa do estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, p. 610.

²⁹⁵ VIANA FILHO, Luiz. A verdade na biografia. In: _____. *A vida de Ruy Barbosa*. Prefácio Paulo Brossard. Salvador: Assembleia Legislativa do estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, p. 599, p. 607-608, p. 613 e p. 645.

²⁹⁶ VIANA FILHO, Luiz. Nota do autor à 7ª edição. In: _____. *A vida de Ruy Barbosa*. Prefácio Paulo Brossard. Salvador: Assembleia Legislativa do estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, p. 17-32.

²⁹⁷ Ibid., p. 43-45.

seus feitos, sobretudo, políticos. Possivelmente, da escrita desse texto surgiu a polêmica com o escritor Homero Pires que levou Luiz Viana Filho a escrever “A verdade na biografia”. Apesar de mais longa, não é possível notar muita diferença entre o que o historiador e político baiano praticou e o que julgava não ser interessante praticar, entre biografia antiga e moderna.

Se o discurso sobre a vida de Ruy Barbosa mantém traços de apologia à figura do estadista, a chave para compreensão do seu pensamento deve estar na palavra “verdade” que intitula o seu texto. O dever para com a verdade diferenciaria, então, um texto biográfico do outro, uma ficção biográfica de um gênero biográfico. Esforçou-se em marcar diferenças entre o texto biográfico e o texto literário, ao ponderar acerca da nomenclatura que identificava “biografia moderna, romaneada ou literária”. Ressaltou que apesar dessa expressão usada para retratar o “novo tipo” de biografia, cuja afirmação no campo das letras se deu no fim da década de 1920 e ensejou debates sobre as características ditas “fixas e imutáveis” do gênero pelas décadas seguintes, era imprescindível levar em conta características que não faltam ao texto histórico. A aproximação entre a biografia e o romance se dava pela apropriação por parte daquela de elementos deste, mas que não se restringiam a ele, a exemplo da “graça”, da “leveza”, da “elegância”, da “maneira de apresentar o assunto”. Foi o que, de acordo com o autor, tentaram praticar os teóricos considerados “mestres” da biografia moderna, Strachey, Maurois e Ludwig, sem, entretanto, deixar de submeter o texto à verdade e à exatidão.²⁹⁸

Em março de 1990, durante um discurso feito na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, em sessão comemorativa do centenário do nascimento de Wanderley Pinho, Luiz Viana Filho retomaria o seu ideal de biografia ao descrever de forma elogiosa a busca pela verdade do biografado em torno da vida do seu avô, o Barão de Cotegipe. Transcreveu trecho do prefácio da obra em que Wanderley Pinho critica a “preocupação estética e a curiosidade das hipóteses psicológicas” em detrimento da “exatidão” e da veracidade da narrativa. Essa concepção que pesaria para a finalização do trabalho sobre Cotegipe seria para Viana Filho um “zelo” digno de louvor e estaria relacionada com a sua ideia, segundo a qual, a “História” era uma ciência, “mais do que uma arte”.²⁹⁹

O autor de *Cotegipe e seu tempo* (1937) prezava pela objetividade do texto biográfico. O rigor documental era visto como garantia para a verdade que se pretendia alcançar. Propósito que, como ressaltou Paulo Silva, seria difícil atingir em virtude dos laços pessoais entre biógrafo e biografado. As fontes utilizadas, não só na referida biografia como em outros

²⁹⁸ VIANA FILHO, op. cit., p. 599, p. 607-608, p. 613, p. 599-602.

²⁹⁹ VIANA FILHO, Luiz. *Centenário de Wanderley Pinho*. Bahia: centro gráfico Senado Federal, 1990, p. 9.

textos do mesmo gênero, careciam de interpretação. Paulo Silva chegou a observar que o historiador pretendia deixar os documentos falarem por si. Wanderley Pinho estava interessado em construir de forma exaustiva o perfil do “grande homem” do Império, do homem público, não havendo investimento, entretanto, em aspectos psicológicos da forma como Viana Filho iria propor depois.³⁰⁰

O discurso laudatório de Luiz Viana Filho em celebração ao centenário de Wanderley Pinho salientou características da “invulgar personalidade” do biografado. A narrativa seguiu o mesmo esquema cronológico adotado no texto de Ruy Barbosa. A obra de historiador recebeu bastante ênfase, mais do que a carreira política, embora o “biógrafo” tenha ressaltado no início que lembraria primeiro o “homem encantador”. Ressaltou o perfeccionismo das suas obras e convocou outros historiadores, a exemplo de Luís Henrique Dias Tavares, que reconheceram a importância do seu trabalho para a historiografia nacional abrindo espaço para a história social no Brasil. Buscava com aquele discurso “louvar-lhe a existência exemplar e a obra destinada à perenidade”.³⁰¹ São argumentos que contradizem o sentido dado à “biografia moderna” no texto anterior, remetem ao que chamou de “biografia antiga”.

Pelas diretrizes do seu texto teórico, os esboços de Braz do Amaral poderiam ser associados à “biografia antiga”. Entretanto, as escolhas e os caminhos biográficos, tanto no fim do século XIX e começo do XX, quanto em 1943, indicam que Braz do Amaral era alheio ao debate que Viana Filho levantaria na década de 1940, ao menos não tinha o propósito de explicar isso em seus apontamentos. Em novembro de 1915, dedicou-se a um “ensaio crítico” sobre a conferência, de cunho biográfico, feita por João Ferreira de Araújo Pinho, pai de José Wanderley de Araújo Pinho, em comemoração ao centenário do seu sogro, Barão de Cotegipe. Ao fazer a sua crítica ao discurso de Araújo Pinho, Braz do Amaral acabou explicando o que entendia por biografia:

Atendendo ao dia, um estudo, não podia deixar de ser um estudo, sobre o ilustre Cotegipe, por quem tinha sido seu íntimo, seu parente, seu amigo e homem de talento e de erudição, afigurava-se-me dever ser uma biografia. E uma biografia é uma resenha de toda a vida política, literária ou artística de um personagem de quem se vai comemorar a existência e a ação.

³⁰⁰ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 162-165.

³⁰¹ Sobre o depoimento de Luís Henrique Tavares ver VIANA FILHO, Luiz. *Centenário de Wanderley Pinho*. Bahia: centro gráfico Senado Federal, 1990, p. 14. Sobre o reconhecimento da vida exemplar de Wanderley Pinho ver do mesmo texto a página 15.

Pois não foi isto exatamente o que tivemos, mas apenas uma parte deste trabalho, como se de um momento nos deixassem somente ver um dos lados.³⁰²

As coordenadas do que seria uma biografia se completam ao Braz do Amaral afirmar, “Eu quero ver numa escultura ou num quadro tanto as miudezas e detalhes como o conjunto, e por todos os lados, pois quando tal não se dá, não é perfeita a impressão”.³⁰³ O historiador cobrava do orador a “impressão”, no sentido de “cópia” da vida do biografado. A decepção com o trabalho de Araújo Pinho, pai de Wanderley Pinho, residia no fato de ter ele dado conta somente de um lado da vida política do seu sogro. Em uma oportunidade para “esclarecer as particularidades” daqueles tempos, dispondo, provavelmente, de “provas e documentos numerosos” sobre a vida de Cotegipe, sua resistência ao abolicionismo, a visão sobre a monarquia constitucional, lamentava Braz do Amaral que o biógrafo não tenha tratado dessas questões, que não tenha preferido as anedotas no lugar da leitura de longas cartas que pesavam a exposição oral, servindo mais como documentos comprobatórios³⁰⁴:

E haveríamos tido realmente uma noite agradabilíssima se tivéssemos ouvido uma biografia tão instrutiva como cheia de episódios e anedotas, algumas muito espirituosas e das quais o biógrafo tiraria de certo o melhor partido, pois uma das feições mais atraentes das qualidades literárias do Dr. Araújo Pinho e (sic) a conversação viva, bem pronunciada, temperada de salático, às vezes até com a adição de um outro condimento, a pimenta [...].³⁰⁵

Braz do Amaral sugeriu que a oratória era parte do compromisso do “homem de letras”, assim como a apreciação das obras literárias, do juízo crítico, conforme seu próprio pensamento. Cercou-se de justificativas, ao escrever esse ensaio que considerava ser de “crítica literária”, o que leva a crer que julgava o discurso biográfico como pertencente ao campo das letras ou da literatura:

A crítica não é verberação, como divergir não é brigar. A crítica literária é um gênero que não pode ser tomado como desconsideração e sim como prova de apreço e atento interesse.

Carece de ser desapaixonada, de ser elevada e sóbria, sem exageros, nem insolência ou malícia.

Assim entendida é um meio de apurar o gosto, porque na república literária não há dogmas, nem divindades impecáveis, impalpáveis e intocáveis.

³⁰² AMARAL, Braz do. O Barão de Cotegipe – Ensaio crítico. In: _____. *Cartas e descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924, p. 69. APEB, Biblioteca.

³⁰³ Ibid., p. 69.

³⁰⁴ AMARAL, Braz do. O Barão de Cotegipe – Ensaio crítico. In: _____. *Cartas e descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924, p. 72-73. APEB, Biblioteca.

³⁰⁵ Ibid., p. 69-70.

O homem de letras que não sofreu os embates da crítica é semelhante ao general que nunca fez uma campanha.³⁰⁶

Apesar de lançar esses fundamentos de como deveria ser feito um texto biográfico, o historiador não desenvolveu um método e uma teoria para os escritos dessa natureza, tampouco parecia ser essa sua preocupação. Entretanto, chegou a reafirmar seu compromisso com a “verdade”, com a “investigação”, com a “respeitosa deferência sem exageros” diante do dever de se ocupar de “tantas pessoas notáveis”. Desculpou-se pela necessidade de sacrificar algumas informações, em função da exiguidade do tempo e da dificuldade de reunir documentos e dados, o que o levou a postergar notícias biográficas de alguns sócios.³⁰⁷

A “qualidade científica da verdade” foi considerada por Sabina Loriga, ao recuperar as ideias de Arnaldo Momigliano, a razão da fronteira “incerta e conflituosa” estabelecida entre a história e a biografia, desde os gregos. Tucídides e Políbio criticavam a biografia apostando em uma história universal, exata, que pudesse transmitir uma “verdade objetiva”.³⁰⁸ A “herança” da historiografia grega para a separação entre esses dois campos, lembrada por Arnaldo Momigliano e também retomada por Philippe Levillain, situava a história do lado dos acontecimentos coletivos, da verdade, no plano narrativo e a biografia no plano da descrição da vida do indivíduo, da celebração da natureza humana, do panegírico.³⁰⁹

Apesar de ter sido também reivindicada por biógrafos do tipo de Plutarco e de não ter sido aceita por numerosos pensadores ao longo dos séculos, essa distinção se acentua quando o “pensamento histórico atinge seu apogeu”, em função de três forças destacadas por Sabina Loriga: o “caráter político”, a “filosofia” e a “ciência”. Segundo a historiadora, na medida em que as massas passam a assumir um protagonismo na história, em que o “povo” se afirma como sujeito social, a história biográfica ganha uma “tonalidade elitista”. Da mesma forma, o desenvolvimento da “visão teleológica” da história segundo a qual os indivíduos são considerados “instrumentos da razão que cumprem seus desígnios mesmo sem compreendê-los”, na perspectiva hegeliana, faz a biografia perder sentido. A ciência, por sua vez, criou a ideia de “homem médio” e rejeitou o homem isolado, particular. Direcionando o discurso para explicações no âmbito da raça, os argumentos científicos chegam a concluir que o interesse

³⁰⁶ Ibid., p. 68.

³⁰⁷ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido no IGHb em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 54. APEB/ setor biblioteca.

³⁰⁸ LORIGA, Sabina. O limiar biográfico. In: _____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 33.

³⁰⁹ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 145.

pela biografia era um “fenômeno tribal, típico das primeiras raças históricas”, desdobrando-se no raciocínio de que o “pensamento abstrato, impessoal seria um dos caracteres salientes das civilizações superiores”.³¹⁰

A noção de impessoalidade como critério de cientificidade, que gerava a desconfiança em relação à biografia, desenvolveu-se entre sociólogos e historiadores dos séculos XIX e XX. Eles valorizavam as “forças sociais anônimas”, em contraste com os historiadores defensores da natureza singular da história, numa flagrante oposição entre história social e história política que se acentuou no século XX. Neste período, sobretudo na França, a partir dos *Annales*, a biografia sofreu novas críticas. Passou a ser associada à história tradicional, acusada de privilegiar os acontecimentos e os “grandes homens”, em detrimento das estruturas sociais e das massas.³¹¹ Para o historiador francês Philippe Levillain, o debate acerca da relação entre biografia e História foi posto, verdadeiramente, após a Primeira Guerra Mundial, contexto no qual o papel dos soldados e dos oficiais subalternos foi reconsiderado em sua importância em uma obra de 1923, provocando uma resposta na qual o reconhecimento dos grandes homens era reforçado como “marca dos povos fortes”.³¹² Os fundadores dos *Annales* entrariam em cena seis anos após a defesa do método positivista da biografia feita por André Maurois. A abertura para as ciências sociais favoreceu as massas.

Os anos de 1980 são marcados pela retomada dos estudos da biografia no campo da história. Fenômeno que, para Philippe Levillain, ultrapassou as fronteiras da França, ainda que com um “*status*” impreciso. Nesse país, entretanto, a renovação da biografia histórica deveu-se, ainda segundo esse autor, à crise do marxismo, à “libertação de uma história quantitativa e serial que havia subjugado a história factual” e ao “retorno à história política”. Além disso, o gosto e o desenvolvimento do diário e da autobiografia também deram a sua contribuição, o que se conjugou com a “renovação do individualismo”.³¹³

A reabilitação da biografia havia sido percebida e destacada por Viana Filho na década de 1940. Para ele, após um período de perda de posição desse gênero no campo das letras, em função da pouca preocupação com a verdade e a crítica e da intenção de reservar um lugar de honra ao biografado na posteridade, o que gerava um descrédito em relação ao texto biográfico, a biografia retomou sua antiga posição. Foi alargada em sua definição “ganhando em amplitude e perdendo em exatidão”. Para explicar o quanto era remoto o interesse pela

³¹⁰ LORIGA, op. cit., p. 35-41.

³¹¹ Ibid., p. 42-45.

³¹² LEVILLAIN, op. cit., p. 157.

³¹³ Ibid., p. 162, p. 165 e p. 167.

história da vida dos grandes homens, Viana Filho recorreu à observação de Thomas Carlyle sobre o interesse dos homens pelas biografias, “para quem a história do mundo poderia ser resumida na vida dos grandes homens”.³¹⁴

Observe-se que tanto para Luiz Viana Filho como, muito antes, para Braz do Amaral, verdade e biografia eram coisas indissociáveis. A ideia de biografia deste historiador baiano, um dos biógrafos do Instituto, acompanhava a sua compreensão da história. As duas formas narrativas deveriam ter, em sua visão, compromisso com a “verdade”, com a “investigação”, deveria apresentar “provas”. Esse argumento respaldava os elogios e também as críticas feitas aos seus pares, uma vez que dizia realizar pesquisas sobre o falecido e apresentar a verdade sobre sua vida, sem exageros. Quando tratou de Alfredo Britto, por exemplo, logo no início ressaltou: “A vida do professor e do médico não é tão entremeada de peripécias e não se prende aos acontecimentos notáveis do tempo como a do homem político”.³¹⁵ O elogio ao biografado nesse texto mesclou-se com um tom crítico. Os méritos do professor, sobretudo em torno dos melhoramentos da Faculdade de Medicina, aparecem divididos com outros notáveis, em nome duma biografia “feita sem paixões”, sem os exageros de outros que trataram da individualidade de Alfredo Britto, tendo sido, para Braz do Amaral, um “exagero” dizer que a reconstrução da Faculdade era obra exclusivamente sua. O que o enobrecia, na visão do historiador baiano, era a qualidade moral de não usar dinheiro público indevidamente, em seu benefício particular, mas chegou a ressaltar que no seu tempo havia se fortalecido a “indisciplina escolar, o desabamento das leis do ensino, do que resultou essa desordem que por aí vai neste importantíssimo ramo dos serviços públicos”, elemento que resultava na desmoralização nacional.³¹⁶

Portanto, os textos biográficos de Braz do Amaral têm uma dupla relação com a instituição da qual era porta-voz e com a sua concepção de história que, de certa forma, também estava relacionada a esse mesmo lugar institucional. O discurso do “biógrafo” encontra legitimidade no próprio fato de falar em nome do IGHB. Os seus objetivos estavam ligados ao papel que cumpria naquela instituição, um orador, sócio e colaborador ativo que fazia, através da memória, justiça aos homens ilustres e benfeitores. Por outro lado, discursos

³¹⁴ VIANA FILHO, Luiz. A verdade na biografia. In: _____. *A vida de Ruy Barbosa*. Prefácio Paulo Brossard. Salvador: Assembleia Legislativa do estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, p. 599, p. 607-608, p. 613, p. 593-595.

³¹⁵ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 67. APEB/ setor biblioteca.

³¹⁶ Ibid., p. 68 e p. 70.

elaborados para outros espaços com a mesma intenção biográfica propõem que esse exercício não se limitava ao Instituto, apesar de manter as mesmas características.

Em texto datado de outubro de 1922, reuniu dados biográficos como prefácio ao livro de José Joaquim Landulfo Rocha Medrado, provavelmente, *Os cortesãos e a viagem do Imperador*, de 1860, escrito na ocasião da viagem de Pedro II ao Norte. Braz do Amaral conservou o tom elogioso ao autor e ao livro, típico do que parecia acreditar ser necessário a uma biografia. Exaltou a “grande coragem cívica e de energia”, além do seu espírito liberal. Referiu-se, como de costume, à sua formação jurídica, à dedicação ao mundo político e a vinculação ao partido liberal, à preferência pelo governo republicano e ao vínculo com o jornal *Diário da Bahia*, do qual passou a ser proprietário. O livro, para o historiador, era um “libelo contra os cortesãos e o sistema de falsificação do regime representativo”, que foi acolhido quase como uma “obra revolucionária”, cuja sinceridade e exposição da verdade atestavam, em sua visão, a escolha do autor pelo “espírito livre” ao medo do “Index”.³¹⁷ O historiador deixa escapar no texto a desilusão com a “queda súbita” da monarquia, mas que para ele dava sinais tempos antes.

Edificante e moralizador foi o discurso proferido pelo historiador baiano na ocasião em que seria colocado o retrato de Ernesto Carneiro Ribeiro no Ginásio da Bahia. Tratava-se de uma solenidade escolar para despedida do professor, por efeito da aposentadoria, e início das festas do “sacerdócio da instrução”. Neste caso não bastava o discurso elogioso, buscava-se eternizar a imagem do professor através da sua fotografia emoldurada pelo reconhecimento dos que pretendiam livrá-lo do esquecimento. Braz do Amaral figurava como arauto da instituição.

A biografia de Carneiro Ribeiro seguiu o mesmo movimento das anteriores, do começo ao fim, da ascensão à queda, neste caso, do ingresso no magistério através da filosofia à aposentadoria na cadeira de latim. O cultivo das línguas e da literatura de origem latina por parte do professor despertava, inclusive, a admiração de Braz do Amaral. O trabalho de Carneiro Ribeiro em busca da “pureza da gramática nacional”, o que poderia reduzir, para ele, a inferioridade da Bahia em relação ao Rio de Janeiro no que tange à escrita e à fala, equivalia à missão do mestre em relação à alma dos estudantes: “Não somos nós que vamos modelá-la, dar-lhe as impressões constitutivas do escorço das suas inteligências, das suas vocações como

³¹⁷ AMARAL, Braz do. Texto de outubro de 1922, localizado no Acervo Pessoal de João Canna Brasil (APJCB).

o artista imprime com os dedos no barro o esboço, de que sairá a estátua?”³¹⁸ O discurso do historiador baiano em torno da tarefa do professor apresenta também uma dimensão providencialista. Daí o apelo para que se formassem, com urgência, homens fortes do ponto de vista físico e moral, seguindo o exemplo dos ingleses e americanos, ao que Braz do Amaral, em seguida, pondera: “Não estamos à espera do estrangeiro vitorioso e insolente! Não é para isto que criamos os nossos filhos!”. O sacerdócio do professor, algo por ele destacado no exemplo de Carneiro Ribeiro, era formar cidadãos e construir uma “pátria forte, próspera e feliz!”.³¹⁹

Tantos outros foram os indivíduos citados e reconhecidos por Braz do Amaral em textos e discursos que não tinham como foco elaborar esboços biográficos dos homens que não deveriam ser esquecidos, mas apresentavam um senso de justiça pelo papel que desempenharam na história do país. Tratava-se de figuras que não estavam, necessariamente, vinculadas ao Instituto Histórico. Observa-se que fez elogios, mesmo sem a intenção biográfica, de homens ligados a fatos da história política do Brasil e da Bahia, a exemplo de D. Pedro II. Nos textos em que discutiu a mudança de regime político, apresentou uma visão positiva do imperador e combinou características físicas e morais com comportamentos e atitudes políticas: “Este [o grande corpo] abaulava-se um pouco no alto, ao nível dos ombros, como a tornar-lhe a cabeça mais fácil a se inclinar para atender aos humildes. A bondade da alma estava-lhe no olhar azulado e brando.”³²⁰ Reconheceu os erros por ele cometidos, “alguns grandes”, mas afirmou que contrastavam com “um espírito cultivado como o seu”, culto, típico de um bom leitor. Retratou, ainda, um homem traído pelo espírito do povo, que não esperava uma mudança de governo.

A imagem do general Deodoro da Fonseca, à semelhança da de D. Pedro II, combinava características físicas e morais. Após informações de sua posição política em torno do partido conservador, completou: “Pessoalmente muito bravo, probo, bem-intencionado, pundonoroso em extremo, militar acima de tudo, pôs o espírito da classe adiante dos seus sentimentos íntimos, nesta ocasião. [...] tinha uma presença impressionante, com a sua alta estatura, olhar profundo e dominador e o todo de um homem franco e decidido.”³²¹ Da mesma forma, referiu-se ao visconde de Ouro Preto: “Liberal, filiado à escola inglesa, eloquente, vaidoso e

³¹⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso proferido pelo Dr. Braz Hermenegildo do Amaral por ocasião de ser colocado o retrato do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro no Ginásio da Bahia, p. 12.

³¹⁹ Ibid., p. 15 e p. 17.

³²⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p., p. 456.

³²¹ Ibid., p. 459.

resoluto, leal, incapaz de suspeitar traições, por não ter feitio para as fazer [...]” e prossegue: “Tinha a tez clara, e a cabeça, sempre ereta, desviava-se um pouco para trás.”

Essas descrições demonstram a forma como Braz do Amaral compreendia a política no período e enxergava os atores políticos citados, mas sem dúvida esclarece sobre, como já foi dito, a sua visão do indivíduo na história e a maneira como escrevia suas biografias. Não surpreende observar que historiadores contemporâneos de Braz do Amaral tenham tratado de forma semelhante, com algumas variações, dos mesmos personagens históricos. Wanderley Pinho discursou sobre D. Pedro II na ocasião de celebração do seu centenário, em um texto datado de 1925.³²² A avaliação feita do papel do imperador para a história do Brasil foi bastante positiva. Ao contrário de Braz do Amaral, cuja imagem de homem traído reforça o sentido da decadência do imperador e do seu governo, Wanderley Pinho desenha um sujeito impetuoso, que tinha conhecimento da República e contribuiu com a sua implantação na medida em que legou a unidade nacional conquistada na monarquia.

Nesta visão, Pedro II era um abolicionista, com uma missão libertadora, haja vista o fato de ter colocado “a abolição do tráfico e a emancipação dos nascituros acima dos interesses dinásticos”. Alguém que, ainda para Wanderley Pinho, era um democrata, possuía desapego ao trono e “espírito de renúncia” pelo bem da pátria. A admiração pelo imperador, o enaltecimento do seu caráter faz o historiador ressaltar, ao tentar justificar o projeto que mandava erigir um monumento em sua homenagem:

Desfiar uma resenha biográfica; cantar um panegírico, esmiuçar com friezas de crítico análises de pretensioso historiar, para justificar essa ânsia nacional por homenagens completas a D. Pedro II seria desconchavo a que eu, por menos sensato ou por mais audacioso, não me abalançaria.³²³

Aos olhos de Wanderley Pinho a figura de Pedro II dispensava a apresentação de um esboço biográfico ou um panegírico, tamanhos os feitos e as qualidades do imperador conhecidos de todos. A recusa desse tipo de texto não o impossibilitou, no entanto, de salientar características morais e políticas positivas do estadista. Por outro lado, o fato de se referir, no trecho acima, à possibilidade de fazer um panegírico, ainda que pela sua negativa, remete a uma prática de escrita biográfica do período. Wanderley Pinho, diante dos argumentos que apresentou sobre a moral e as ações do imperador e sobre a dívida dos brasileiros com a sua memória, ponderou:

³²² PINHO, José Wanderley de Araújo. Centenário de Pedro II. In: Coletânea de textos históricos. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990.

³²³ PINHO, op. cit., p. 97.

[...] haveríamos sempre de acudir com uma cerimônia, uma prece, um sacrifício ao culto dos grandes mortos, a religião dos grandes homens. Esse culto tão necessário à alma das Nações exclui como heresia e castiga com anátema a análise perquiridora de fraquezas e delitos na vida dos heróis. O mais transcendente dogma dessa religião é a intangibilidade dos grandes nomes que a tradição consagrou símbolos.³²⁴

O argumento inicial da necessidade de uma cerimônia aos mortos, “grandes mortos” vale ressaltar, remete à ideia de Braz do Amaral, referida no começo deste tópico, segundo a qual, a celebração dos mortos como um costume dos povos antigos e modernos implicava para os “civilizados” edificar monumentos como forma de homenagear os falecidos “ilustres”. Era o que Wanderley Pinho estava tentando fazer à memória do imperador. O crédito dado aos “grandes homens”, o culto ao herói D. Pedro II por parte de Wanderley Pinho sugere que, independentemente das críticas a ele destinadas em função de qualquer que tenham sido seus erros, os atores que quase ganhavam características de divindades e perdiam a dimensão histórica, eram necessários aos povos, representavam as aspirações cívicas da nação. Nesse sentido, o papel que esses sujeitos desempenhavam na sociedade justificava qualquer tipo de homenagem, afinal, como ressaltou Wanderley Pinho: “Os povos hão necessidade de ídolos cívicos.”³²⁵

Abordar as falhas e as fraquezas da vida dos “heróis” era algo reprovado por Wanderley Pinho, que reconhecia a necessidade de cultuá-los. Nessa perspectiva, os “grandes nomes”, consagrados símbolos pela “tradição”, eram “intangíveis”, nos dogmas do que ele considerava ser uma religião. O conjunto dos esboços ou panegíricos feitos por Braz do Amaral mostra que estava em pleno acordo com a forma elogiosa de escrever biografias, ainda que nem todos os objetos de suas notícias tenham ocupado o mesmo lugar que o imperador do Brasil, chegando a ressaltar quando tratou de um certo José Carlos Ferreira: “O nosso ilustre morto não deixa uma dessas reputações universais como as que se fazem no velho continente [...]” já que não se faz, no Brasil, pelo trabalho e pelo estudo “grande nome”.³²⁶

O campo em que se fabricavam os homens de reputação universal acabou sendo demarcado pelo historiador baiano. No âmbito das letras isso não seria possível no Brasil, dada a “ingratidão” de um meio. Cabe questionar quais eram os homens, para ele, com as características “universais”? Seriam os “heróis” referidos por Wanderley Pinho? Os atores

³²⁴ Ibid., p. 105-106.

³²⁵ PINHO, op. cit., p. 106.

³²⁶ AMARAL, Braz H. do. Discursos proferidos em sessões aniversárias do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 35. APEB/ setor biblioteca.

históricos citados em suas narrativas dos fatos políticos do Brasil, cujas participações foram destacadas e decisivas sob seu ponto de vista, poderiam ser considerados os “heróis” da sua história? Essas questões retomam o debate sobre o papel do indivíduo feito no tópico anterior em que se refletiu sobre os personagens da sua história. Sem dúvida, os militares concorrem em sua narrativa ao posto de herói ao lado de homens que adotaram, aos seus olhos, medidas enérgicas que levaram o Brasil ao progresso. D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II estariam entre os exemplos, o que se verifica na abordagem de Braz do Amaral sobre os temas que mais se repetem em sua obra historiográfica.

4 UM OLHAR SOBRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO

Tematizar a obra de um historiador como Braz do Amaral, que ajudou a fundar instituições de prestígio na Bahia, vinculando-se a elas, e que discorreu sobre diversas questões ao longo de sua vida implica cercar os temas de uma problemática, seja pela natureza de cada um deles, pela forma como foram abordados ou pelo lugar ocupado por quem os observou. Por se tratar de um homem que viveu nas metades de dois séculos, convém analisar a sua obra sob algumas perspectivas: investigar a sua ligação com as instituições, refletir sobre a escolha de determinados objetos e observar como isso foi convertido em texto e desenvolvido ao longo do tempo.

Na década de 1970, Michel de Certeau refletiu sobre a particularidade do discurso histórico e do historiador quanto ao lugar e ao domínio de sua investigação e observou que os temas, os documentos, as questões e os métodos são organizados em função dessa singularidade.³²⁷ As reflexões levaram-no a elaborar sentenças que possuem sentido universal e ressaltam a importância das “leis do meio” que envolvem o trabalho do historiador. É categórico ao afirmar: “Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber.”³²⁸ Para este autor, a história deve ser apreendida a partir da relação entre o lugar, a prática e a escrita.³²⁹ Nessa perspectiva, a “instituição” aparece como a palavra chave para compreensão dos segredos internos do discurso histórico, em função da qual ele se organiza. A tese de Michel de Certeau lança luz sobre a pesquisa e o exame da obra do historiador baiano Braz do Amaral. Em direção oposta, com este trabalho empírico a ideia ganha sentido. Não só a escolha dos temas revela a relação com as instituições às quais se associou, como o método e a narrativa apontam, como foi visto, certo modo de fazer história a elas relacionado.

Os dados biográficos mostraram que Braz do Amaral se envolveu com instituições e com grupos ligados à política, à literatura, à arte, aos campos médicos, e, principalmente, à história. Não se limitou, porém, ao estado da Bahia, transitou por outros espaços, colaborou como sócio correspondente do IHGB, chegando a representar o instituto no Congresso de História de Montevidéu, em 1930. À luz da hipótese, segundo a qual, “o estudo histórico é

³²⁷ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65 e p. 67.

³²⁸ Ibid., p. 93-94.

³²⁹ Ibid., p. 67.

produto de um lugar”, utiliza-se como suporte desta e da próxima seção trabalhos originários do seu vínculo com o Instituto Geográfico e Histórico e com a Academia de Letras, que se constituem em narrativas sobre a história da Bahia e do Brasil, além dos livros publicados em decorrência das atividades realizadas no conjunto das instituições que frequentou, inclusive as de fora do estado. Nas *Revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, por exemplo, bem como na *Estudos Brasileiros*, os textos analisados apontam uma forma mais cuidadosa de tratar os mesmos temas abordados nas revistas da Bahia. A publicação de estudos nessas revistas revela que o historiador baiano rompeu o cerco regional, no que diz respeito ao sistema editorial, embora tenha mantido a centralidade da Bahia em seus argumentos.

Nas *Revistas do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*, no entanto, foi possível contabilizar 41 discursos de Braz do Amaral, alguns longos com cerca de sessenta páginas, e outros curtos. Alguns, de fins do século XIX referem-se às pesquisas feitas nos subterrâneos de municípios da Bahia, que resultaram dos seus estudos sobre arquivologia, outros, do começo do século XX, discutem as questões dos limites do estado para demarcação do seu território em relação aos vizinhos. Há também os citados esboços biográficos de homens públicos e políticos ou de notáveis do Império e da República. Trata, ainda, da colonização estrangeira e da presença jesuítica na Bahia. Nota-se a recorrência de textos de cunho político, que abordam as revoluções do século XVIII e XIX, como a Conjuração Baiana (1798), a Independência (1823), a Cemiterada (1836), Guerra dos Farrapos (1835), a maioria de Pedro II, a Sabinada (1837), entre outros. Além desses assuntos, alguns isolados, como o que trata do Centenário do Ensino Médico no Brasil.

Nas *revistas da Academia de Letras da Bahia*, escreveu cerca de 10 textos, contendo os mais longos cerca de doze páginas. Dessa forma, acredita-se que seu envolvimento com essa instituição tenha sido mais tímido, embora tenha assumido a presidência de 1921 a 1941. São textos das décadas de 1930, 1940 e um de 1952, publicado após sua morte. Os seus títulos mostram que, para além dos argumentos e temas históricos, Braz do Amaral também se interessou por estudos da arte.

Embora o seu repertório temático seja amplo, prevalece entre seus escritos o estudo dos acontecimentos políticos, das “revoluções”, devendo ser esse o grande tema da sua história, que, fracionado, gera uma série de outros objetos ou variações em seu interior. De tal modo que é possível considerar o seu livro *História da Independência na Bahia* (1923) o mais completo, aquele no qual se efetivou como historiador. Esse trabalho possui uma narrativa corrida sobre um fato político do Brasil, com começo, meio e fim, fruto de pesquisas

realizadas em Lisboa, no Rio de Janeiro e na Bahia, que apresenta documentação das instâncias oficiais do poder ao fim de cada capítulo, “pela vantagem de ir provando o que vai narrando no texto”, como justificou. Os elementos levantados a respeito da concepção de história de Braz do Amaral estão reunidos nesse trabalho. Ali, desenvolveu a sua tese mais conhecida, segundo a qual, a independência do Brasil teria se dado na Bahia após a evacuação das tropas portuguesas comandadas pelo general Madeira de Melo. Ressalva deve ser feita ao fato de que, do ponto de vista da pesquisa e da divulgação dos seus resultados, como também dos usos entre os historiadores de diferentes gerações, uma vez que serviu como filtro historiográfico, as anotações feitas às cartas de Luís Vilhena e às memórias de Inácio Accioly são dois outros trabalhos que reforçam a imagem de Braz do Amaral historiador, ao menos por indicar uma intensa prática de pesquisa em arquivos e por ser útil aos inúmeros debates surgidos depois sobre os temas da Colônia abordados nos referidos livros que reeditou.

É importante salientar que o seu compromisso com a prática dos arquivos leva-o a refletir sobre aqueles nos quais desenvolveu pesquisas para resolver questões políticas da Bahia, seja de ordem prática, como no caso do levantamento sobre os direitos territoriais do estado, ou teórica como elemento para sua história, a exemplo da viagem feita a Portugal para, entre outras coisas, “entender o que os portugueses diziam da independência”. A iniciativa, além de manter relação com uma concepção de história e de documento, pode ser explicada pela vinculação aos institutos históricos que, como vimos, divulgava um projeto que possuía como um dos fundamentos acumular documentos para a história nacional.

Há certo enquadramento em uma tradição da história que favorece a abordagem desses temas. O exame da obra de Braz do Amaral mostra que seu lugar institucional de fala influenciou nas escolhas temáticas, no método de abordagem da história e na sua narrativa, a sua forma de explicar, narrando. Esse exercício, de relacionar a produção do historiador baiano com as instituições às quais se vinculou, corrobora a funcionalidade da tese de Michel de Certeau e leva a crer que o autor teve razão ao afirmar: “É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição, em função da qual ele se organiza silenciosamente [...]”.³³⁰ Os livros e artigos publicados e comentados por Braz do Amaral assinalam, portanto, a diversidade temática e a relação com o seu lugar de fala. Com algumas exceções, a maioria aborda mais detalhadamente assuntos já discutidos e divulgados em outros meios, como no caso das revistas dos institutos históricos.

³³⁰ DE CERTEAU, op. cit., p. 71

O material enfeixado no livro *Recordações históricas*, selecionado pelo próprio Braz do Amaral no *Jornal de Notícias* onde havia sido impresso, e, anos depois, reeditado pela Assembleia Legislativa da Bahia, mostra como é diversificada a temática abordada. Conquanto alguns assuntos tenham sido tratados sem aprofundamento, outros foram discutidos recorrentemente, consistindo alguns deles em matéria de estudos mais demorados que se converteram em outros livros, como é o caso do supracitado *História da Independência na Bahia*. Braz do Amaral lançou o olhar sobre a “liberdade feminina”, o analfabetismo, os arquivos da Bahia e de outros estados, a mestiçagem, o subterrâneo, os limites da Bahia e a geografia do Brasil, discutindo amplamente os assuntos relacionados aos acontecimentos políticos do país. Os temas políticos dão o tom à sua obra, sobretudo os ligados ao momento de formação do estado-nação. O período que vai do fim do século XVIII e começo do XIX é explorado pelo historiador, que narra em seus textos uma “história-batalha”.

O interesse pelos temas da Colônia manifesta-se nos comentários feitos às cartas de Vilhena e às memórias de Accioli, nos estudos sobre a colonização e o povoamento das Américas e nas referidas narrativas sobre as revoltas do final do século XVIII e começo do XIX. Merecem destaque as considerações sobre a presença e a atividade dos jesuítas na Bahia, a partir de um texto escrito em 1940, e a edição do livro *Os Pan-Americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos* (1943), pelo ineditismo do tema, apesar do contexto de publicação explicar a escolha, haja vista o interesse das elites políticas baianas em estreitar relações com os Estados Unidos. Ademais, a década de 1940 esteve propícia a estudos sobre a origem e formação dos povos americanos, portanto, Braz do Amaral respondia com essas publicações a um estímulo sociológico do período, embora no campo historiográfico fosse diferente.

Quanto ao Império e à República, é esclarecedor o livro *História da Bahia do Império à República*, no qual Braz do Amaral narra episódios da história política do país, desde a independência até os primeiros anos do regime republicano. Além desse trabalho, surge uma profusão de textos nas revistas do IGHB, muitos deles referidos acima. Esse recorte é privilegiado na obra do historiador. Período marcado por dois acontecimentos que possuem centralidade em sua obra, a Independência Nacional e a proclamação da República, além de concentrar uma série de revoltas, crises econômicas e transformações sociais, muitas que ele não viu com bons olhos, ou discordou da forma como ocorreram, como no caso da abolição da escravidão sem a indenização dos proprietários de terras. Significativas são as avaliações

acerca da mudança de regime político. Nelas aparecem a sua visão da sociedade e das questões que estavam na ordem do dia, a exemplo da mestiçagem.

Dada a extensão temática da obra de Braz do Amaral, dividiu-se a discussão nas duas seções que se seguem. Convém ressaltar que a variedade de assuntos abordados demonstra que a obra do historiador ganha em extensão, mas perde em profundidade, em um movimento mais horizontal do que vertical. Essa característica impossibilita a análise de todos os temas de forma mais detalhada, o que obriga a direcionar o olhar para os que mais aparecem na obra. Os assuntos tratados nesta tese são aqueles convertidos em objetos de estudo por vários historiadores que utilizaram a obra do historiador em questão como fonte.

Ao longo deste estudo, o tempo se constituiu em importante elemento para compreensão da escolha do tema, da forma como ele foi tratado e da sua recorrência em escritos diferentes. Por isso a intenção de desvendar uma cronologia interna para cada objeto selecionado, buscando entender como foram apreciados em conjunturas ou contextos diferentes. Não obstante a sucessão temporal dos temas estudados pelo historiador, que se confunde com a da sua trajetória, privilegiou-se nesta e na próxima seção o recorte temático. Assim, o foco desta parte são os escritos da década de 1940 sobre os “descobrimentos” e a colonização nas Américas, bem como sobre a formação da nacionalidade brasileira, representada em seu discurso pelas guerras do final do século XVIII e as de independência do XIX, ou seja, os temas ligados à história da Colônia e do início do Império.

4.1 DESCOBRIMENTOS, COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DAS AMÉRICAS

Braz do Amaral dedicou um livro ao estudo “das origens e da vida política dos países americanos”, conforme o seu subtítulo. Publicado em 1943, pela livraria editora Zélio Valverde, *Os pan-americanos* mostra a visão do historiador sobre o tema, em uma fase que pode ser considerada como madura do ponto de vista dos anos de vida que havia completado.³³¹ Na década de 1940, essa editora alcançou espaço de importância. Surgiu em 1937 como uma pequena livraria dedicada à publicação da história do Brasil e dos clássicos da literatura brasileira, a exemplo de Castro Alves, Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias. Após a fusão com a Schmidt, a produção aumentou e a editora publicou memórias do

³³¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Os pan-americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos*. Rio de Janeiro: Livraria editora Zélio Valverde, 1943.

princípio do século XIX. Em 1943, ano de publicação do livro de Braz do Amaral, reeditava coleções de poesia e lançava novas publicações, além de reimprimir a segunda edição portuguesa da *História do Brasil*, de John Armitage.³³²

Nesse mesmo período, Wanderley Pinho lançava *Salões e damas do Segundo Reinado* (1942) demonstrando um interesse temático bem diferente do de Braz do Amaral. O historiador levantava aspectos da vida social brasileira no recorte temporal adotado, tendo como foco a vida da elite, o seu espaço de encontros e festejos. Os salões eram considerados “politicamente conciliantes e sedativos”, além de musicais e dançantes, servindo como “elemento de cultura e de civilização”. O historiador voltava seu olhar para o que considerava “alegre e frívolo” e defendia seu tema ao ressaltar que o passado não se resumia apenas ao “sério ou trágico, guerreiro ou político, religioso, científico ou econômico”.³³³ Nesse mesmo contexto, Luiz Viana Filho publicava dois trabalhos cuja preocupação central era a biografia: *A vida de Ruy Barbosa*, de 1941 e *A verdade na biografia*, de 1945.

A diferença temática possui relação com as opções historiográficas e de escrita da história de cada um desses historiadores naquele momento. A obra de Wanderley Pinho, que, além do livro citado, inclui *Política e políticos no Império* (1930), *Cotegipe e seu tempo* (1937) e *História de um engenho do Recôncavo* (1946), se confundiu, como observou Paulo Silva, com a história da sua própria família, dos setores dominantes da sociedade baiana. Luiz Viana Filho, também membro das elites, segundo Paulo Silva, pela origem social, pelo meio político ao qual pertencia e pelos objetos de estudo, consagrou-se pelas biografias que escreveu e chegou a travar um debate, como foi visto, sobre a biografia na história.³³⁴ Braz do Amaral, por sua vez, concentrou sua produção na história política do Brasil, com uma abordagem tradicional e uma narrativa linear. Entretanto, ainda que não seja possível desvendar o que motivou cada um deles a escrever sobre o que escreveram, faz-se necessário contextualizar a obra de Braz do Amaral com o intuito de refletir melhor sobre a sua escolha.

O Brasil, nessa conjuntura, a da Segunda Guerra Mundial, passava pelo processo que Antonio Pedro Tota denominou “americanização”, aliada da “Política de Boa Vizinhança”, posta em prática pelo governo de Franklin Delano Roosevelt, que buscava melhorar as relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Conforme o autor, o

³³² HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p. 344.

³³³ PINHO, José Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d, p. 7 e p. 12.

³³⁴ SILVA, Paulo Santos. Historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 3-4.

americanismo foi o processo de implantação de uma ideologia cujo modo de vida americano, cuja democracia liberal e cujo “progressivismo” eram ideais que deveriam ser copiados pelos países em posição de “inferioridade”, segundo a imagem forjada por essa ideologia. Esse projeto era parte de outro maior, sob o título de pan-americanismo, que visava transformar as Américas numa fortaleza frente aos riscos crescentes dos nacionalismos, socialismos e nazifascismos. Para isso, seria necessário penetrar na América Latina por variados meios, sobretudo da imprensa e da cultura, e garantir a consolidação do modelo a ser seguido, os Estados Unidos.³³⁵

Alguns intelectuais brasileiros se envolveram com o projeto, ao menos colaboraram com a revista “Seleções – Do Reader’s Digest” que contribuiu com a difusão do americanismo no Brasil, onde foi lançada na primeira metade de 1942. A revista, com periodicidade mensal, publicava “artigos de interesse permanente”, cujo inimigo era representado pelo Eixo. O nome do baiano Afrânio Coutinho constava como redator-secretário. Outro baiano que trabalhou em Nova York, como tradutor e revisor, na edição em português da revista, por indicação de Afrânio Coutinho foi Otávio Mangabeira. Tendo indicado outros nomes da Bahia, Afrânio Coutinho foi alertado pelo redator-gerente Eduardo Cárdenas da importância de se contratar pessoas de outras regiões do país. Dado que assinala para a predominância de baianos entre os intelectuais que se engajaram no projeto.³³⁶

Os assuntos ligados ao processo de americanização do Brasil e de promoção da aliança entre os países americanos, constituíram-se em preocupação dos intelectuais baianos também por outras vias. O interesse de Braz do Amaral pelo tema do pan-americanismo, convertido em livro, é revelador. Ele lançou mão da história para abordar o assunto. Reportou-se às origens de cada país latino-americano com o intuito de marcar as semelhanças da conquista, da colonização, imprimindo um sentido de coesão entre eles. A visão apresentada no início da obra é de “perda da civilização” por parte dos povos que foram “descobertos” e “colonizados” pelos europeus, fato para ele demonstrado pelas ruínas dos “monumentos de valor” deixados pelos povos, e pelas “narrações, quase sempre, inexatas dos historiadores”, ao que completa: “Os descobridores se tornaram conquistadores e destruíram tudo o que puderam destruir, de

³³⁵ TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19 e p. 46-54.

³³⁶ Ibid., p. 59. Sobre a tentativa de transferência do escritório da revista para o Brasil, bem como sobre outros detalhes relacionados a valores e outros nomes citados, verificar as cartas do segundo exílio de Otávio Mangabeira, pertencentes ao seu acervo localizado no Centro de Memória da Bahia, da Fundação Pedro Calmon. Cf. Carta de Afrânio Coutinho a Otávio Mangabeira. OM 412/ cp 1945.10. 06.; Carta de Eduardo Cárdenas a Otávio Mangabeira. OM 300/ cp 1941.12. 23.

modo que os elementos de cultura existentes ficaram em grande parte desconhecidos ou obscuros para nós.”³³⁷

A narrativa de Braz do Amaral sobre a conquista e a colonização das Américas não faz referência a nenhuma fonte, com exceção dos casos em que cita alguns historiadores a exemplo de George Weber, Vicente Lopez, Carlos Wiesse e Ricardo Levene. O historiador escreveu uma história sem problematizações, que não considera os fatores econômicos, nem políticos desse processo. O “descobrimento” foi tomado como algo natural, sem conflitos e guerras. Ele concentra a narrativa nas viagens, nos feitos e acordos dos europeus, principalmente dos espanhóis na época das “descobertas”, e não na chegada, no processo de adaptação e conquista, embora faça referência à fundação de algumas cidades. Após as narrativas, afirma que os espanhóis repetiam em todos os lugares que chegavam:

[...] atos de abusos, perfídias e crueldades, as mais desumanas, para conseguir o fim que era a dominação desses povos fracos e mal armados. Atentando para estes fatos extraordinários de uma conquista tão fácil, obtida com elementos tão escassos e pouco trabalhosos, apenas pela superioridade do armamento, medo dos cavalos e das armas de fogo, assim como pela mansidão e passividade dos povos, admira como os espanhóis não souberam explorar bem essas regiões, limitando-se a comerciar com os naturais, em vez de lhes tomar o solo como propriedade para seus príncipes que fizeram concessões de terras, nomearam governadores, legalizaram a escravidão, tanto dos pobres nativos, como de outros desgraçados que trouxeram de longe para isso, isto é, tiranizaram a muitos, em proveito de poucos, impondo trabalhos forçados e extorquindo dinheiro a poder de violências.³³⁸

Ao tempo em que menciona a violência dos conquistadores, Braz do Amaral enfatiza a facilidade da conquista e a desvantagem dos povos que habitavam aquelas terras, seja pela “superioridade do armamento” espanhol ou pela “passividade” dos povos conquistados. O desdobramento dessa percepção é ambíguo, na medida em que afirma que apesar de tudo os espanhóis ainda não “souberam explorar”, uma vez que comercializaram com os locais. Adiante retoma o ponto de vista anterior ao observar que “os vice-reis foram assim submetendo estas regiões a um regime de compressão desumana e anticristã”, efeitos minimizados, pelo que se depreende da leitura, pelos trabalhos religiosos.

A perspectiva cristã da colonização é referida em outras ocasiões, sobretudo, quando trata de modo positivo da chegada e dos trabalhos dos missionários ao “Novo Mundo”. Para o

³³⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Os pan-americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos*. Rio de Janeiro: Livraria editora Zélio Valverde, 1943, p. 9. Sobre a ideia de “narrações inexatas” dos historiadores, consultar p. 11.

³³⁸ Ibid., p. 23-24.

historiador, os missionários, de um modo geral, “fizeram vários benefícios em lugares onde somente se haviam visto até más ações e violências.”³³⁹ Prestaram todos, sob seu ponto de vista, “grandes serviços humanitários”, com destaque para a ordem jesuítica que mais defendeu os indígenas da violência dos conquistadores, na América espanhola e no Brasil. Apesar de ressaltar a existência de uma “civilização adiantada”, ao se referir mais à frente aos povos do “novo mundo”, utilizou a expressão “raça primitiva”.³⁴⁰ Também lançou mão da imagem do indígena ingênuo ao citar como exemplo o caso os habitantes da região, hoje conhecida por Bogotá, que supuseram Gonzalo Alonso de Quesada “filho do sol”.

Ao discorrer sobre a independência das colônias espanholas, considerou os fatores que, combinados, favoreceram o desencadeamento do processo fazendo surgir o “sentimento de liberdade”. Entre os destacados por Braz do Amaral, encontram-se: “o desenvolvimento da instrução”, as sementes lançadas pela Revolução Francesa, a oportunidade encontrada pelos “revolucionários que aspiravam fazer a independência de sua pátria do jugo estrangeiro” na dificuldade da metrópole em combater as revoltas, em função da invasão dos exércitos de Napoleão Bonaparte.³⁴¹

Para Braz do Amaral, a nacionalidade desses povos que se encontravam sob o domínio estrangeiro estava em “período de preparação”, o que não era o caso dos Estados Unidos da América do Norte onde já havia sido constituída “a grande nacionalidade”, segundo o historiador.³⁴² Em sua opinião, este país era bem-sucedido também por “professar” e “cumprir” algo que, para ele, se constituía na “essência da liberdade pública”, qual seja, “o princípio da autonomia dos Estados”.³⁴³ As colônias inglesas eram um exemplo que o historiador já tomava há anos, como quando discutiu os fundamentos da federação das províncias, em 1907. Aliás, por essa época, se referia positivamente à união do Brasil com os Estados Unidos, “sob a forma de uma vasta e livre confederação”.³⁴⁴

No capítulo do livro em que se ocupou dos Estados Unidos teceu elogios ao progresso alcançado por este país, apesar dos problemas por ele enfrentados: “Não se deve esconder, relatando as grandes qualidades e a eminente posição deste admirável país, que alguns males vão resvalando na vida nacional, pelo desenvolvimento de uma plutocracia absorvente [...]”. E

³³⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Os pan-americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos*. Rio de Janeiro: Livraria editora Zélio Valverde, 1943, p. 28.

³⁴⁰ Ibid., p. 12.

³⁴¹ Ibid., p. 33-34.

³⁴² Ibid., p. 34.

³⁴³ Ibid., p. 41.

³⁴⁴ AMARAL, Braz do. A Constituição do Império. *RIGHB*. Ano XIV, n. 33, 1907, p. 24.

mais adiante arrematou: “O progresso alcançado pelos Estados Unidos não tem rival no mundo.”³⁴⁵ Esse trecho sugere a adesão ao projeto de fortalecimento dos países da América Latina através do exemplo dos EUA. Revela a inspiração encontrada no “progressivismo”, componente ideológico do americanismo, de acordo com Antonio Pedro Tota.

Na abordagem do processo de independência do México, observou que, “Como em outras nações da América Latina, os chefes das forças armadas apoderaram-se da situação para exercer domínio sobre os povos.”³⁴⁶ Nesse mesmo processo, com relação aos demais países, associou, por mais de uma vez, a implantação dos governos liberais ao estabelecimento das liberdades de imprensa e de reformas sociais. Braz do Amaral não discute as formas de governo, a orientação ideológica de cada um deles, apenas narra os fatos, em sequência, e a sucessão dos governantes e seus governos. Ou seja, são argumentos amarrados nas figuras políticas que ascenderam ou tomaram o poder.

Atenção particular recebeu Simão Bolívar, especialmente quando Braz do Amaral tratou da Venezuela. Personagem, chamado pelo historiador de “o libertador”, envolvido com o processo de independência dos países sul-americanos, que, além disso, conseguiu reunir, nos idos de 1822, alguns países americanos em torno de questões políticas da América, promovendo o primeiro congresso Pan-Americano.³⁴⁷ Bolívar acreditava na união das Américas em torno de um mercado comum, viabilizando o comércio intercontinental e considerava possível a formação de um só continente, forte e unido na luta pela sua independência.³⁴⁸ Foi um personagem da história, para Braz do Amaral, capaz de prever o futuro e a tirania dos que colonizaram a América:

É certo que Bolívar adivinhou o futuro quando predisse que os povos da América seriam vítimas de tiranos vulgares mas forçoso também será reconhecer que os infortúnios dos americanos do sul são os que já experimentaram os povos mais notáveis da Europa, a começar pelo período em que homens de armas tomaram pela força as terras e submeterem à escravidão os que estavam sobre elas, período que é conhecido como o da servidão da gleba, sendo esta a época bárbara da idade média, como alguns países hoje.³⁴⁹

³⁴⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Os pan-americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos*. Rio de Janeiro: Livraria editora Zélio Valverde, 1943, p. 41 e 42, respectivamente.

³⁴⁶ Ibid., p. 53.

³⁴⁷ Ibid., p. 105.

³⁴⁸ TOTA, op. cit., p. 162.

³⁴⁹ AMARAL, op. cit., p. 109.

Nesse trecho, nota-se que Braz do Amaral relativiza os resultados do “descobrimento” e da “colonização”, ao ressaltar que os países da Europa também viveram esse tipo de experiência. Ao mesmo tempo, sublinha as atrocidades cometidas pelos espanhóis, referindo-se à “falta de escrúpulos” deles na conquista das Américas e acaba naturalizando o processo que passou a ser visto como algo inevitável. Assim tinha acontecido na conquista do Peru, de acordo com a abordagem de Braz do Amaral. Um “país civilizado e riquíssimo” sobre o qual os espanhóis obtiveram vantagens em função da “fraqueza militar” dos peruanos, que não conheciam cavalos e armas de fogo.³⁵⁰ Ainda que esse fato tenha favorecido a conquista dos europeus, a narrativa do historiador ressalta que havia sido criado um consenso em torno da ideia de pusilanimidade dos povos latino-americanos, que marcava uma diferença em relação aos estadunidenses. Trata-se de uma imagem que ele próprio aceitou, como se observa no fragmento a seguir:

Esta série de acontecimentos [narrados sobre o processo de colonização e independência do Peru] tem dado origem a opiniões muito desfavoráveis sobre os povos latinos da América, pela falta de energia e passividade com que os povos sofrem os opressores de hoje, como seus antepassados sofreram os opressores estrangeiros no tempo da conquista.

O Dr. Carlos Wiese, historiador peruano, acentua que a expressão dos povos do interior é a de quem se tornou indiferente a tudo.

Um missionário célebre, o padre Aspilcueta Navarro, já dizia, a respeito de certos indígenas do Brasil, que eles mostravam interesse pelas coisas, mas que pouco depois estavam esquecidos de tudo.

Nos Estados Unidos da América do Norte o povo tem consciência de seus direitos e uma grande energia moral, o que forma lá um ambiente de tal maneira elevado que as classes não pretendem se transformar e a ninguém ocorre que possa arriscar a sua dignidade assenhoreando-se do tesouro público.”³⁵¹

Braz do Amaral parece concordar com esse entendimento a ponto de convocar historiadores para dar legitimidade ao argumento da passividade histórica dos latino-americanos. Era essa a linha de pensamento que orientava os estadunidenses engajados na Política de Boa Vizinha, no desejo do homem branco de salvar os povos “inferiores” e encaminhá-los ao progresso e ao capitalismo. A imagem depreciativa da América Latina, como destacou Antonio Pedro Tota, foi forjada pelo americanismo. A união com os povos do Norte serviria na luta contra a vida selvagem. O fragmento acima, retirado do livro de Braz do Amaral, pode ser tomado como uma síntese dessa teoria. Os norte-americanos eram os

³⁵⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Os pan-americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos*. Rio de Janeiro: Livraria editora Zélio Valverde, 1943, p. 118.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 125.

salvadores, com promessas de uma nova era, os espanhóis, os algozes da história da América hispânica, cabe entender como os portugueses eram vistos pelo historiador baiano.

4.1.1 Colonização da Bahia

Do processo de colonização da Bahia, Braz do Amaral destacou o papel da Companhia de Jesus em um artigo intitulado “Os jesuítas na Bahia”, de setembro de 1940, editado pela revista *Estudos Brasileiros*, do Rio de Janeiro. Pelo sumário observa-se que a presença, o papel e o trabalho dessa ordem religiosa se constituíram em eixo temático daquela edição. O texto de Braz do Amaral aparece entre os de intelectuais de projeção nacional, como Pedro Calmon, com “Elogio acadêmico dos Jesuítas”, Alceu Amoroso Lima, com “A Companhia de Jesus e o Brasil”, Affonso de E. Taunay, com “O vinco jesuítico na alma popular”, Helio Vianna, com “Os Jesuítas no Brasil”, Luis da Câmara Cascudo, com “Os Jesuítas no Rio Grande do Norte”, Luiz Vianna Filho, com “Uma carta Jesuítica”, entre outros, de um conjunto de trinta e dois artigos. A publicação de um texto em uma revista de outro estado mostra que o historiador baiano não se restringiu à Bahia, no que diz respeito ao espaço de atuação. Não se sabe a razão da escolha de um objeto da história do Brasil colônia, mas é possível inferir que Braz do Amaral tenha sido convidado a falar dos jesuítas na Bahia, tema de interesse dos outros colaboradores da revista, como também dos organizadores.

O artigo mantém a linha de outros, publicados em revistas dos institutos históricos, ao indicar uma preocupação maior com as “belas letras” do que, propriamente, com a investigação científica. O objeto se delineia nos moldes do IGHB, moldes instituídos pelo próprio Braz do Amaral. A centralidade do texto é a obra de catequese dos jesuítas que lançaram as bases da civilização com o ensino religioso:

Na margem oriental da grande enseada de Todos os Santos foi lançada, com o Cristianismo, a semente da civilização no Brasil.
E entre os que plantaram esta árvore do bem se distinguem os padres jesuítas como os mais esforçados semeadores.
Penso que nada de mais honroso se possa dizer sobre eles.³⁵²

Nesse fragmento o historiador não fez rodeios ao atribuir aos jesuítas o papel civilizatório. A Bahia, em sua perspectiva, cumprindo o seu “destino” seria a primeira sede do

³⁵² AMARAL, Braz do. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940, p. 176.

ensino superior no Brasil, onde as primeiras aulas foram ministradas. Muitos anos antes, em um discurso pronunciado na Faculdade de Medicina, foram reconhecidos como “paladinos e combatentes de uma elevada e santa causa”. As catequese, por sua vez, traduzidas em “[...] expedições heroicas, em que os homens resolutos e desarmados iam arrostar a ferocidade torva, a brutalidade sinistra dos selvagens”.³⁵³ Seria uma questão de justiça aos jesuítas reconhecer, mesmo que tempos depois, a “nobreza” e a “generosidade” dos seus pensamentos, “as mais liberais e as mais honestas que a raça conquistadora mostrou na terra conquistada”. O cristianismo, assim como a ciência, teria, em sua visão, irradiado “luz” e “verdade” em instituições na Bahia, como teria ocorrido no prédio da referida Faculdade, na qual se trabalhava pela instrução há muitos anos.³⁵⁴

Os padres da Companhia de Jesus foram reconhecidos como os primeiros professores, que fundaram o colégio dos jesuítas e as primeiras igrejas. Assim teria feito o padre Manoel da Nóbrega, distinguido como o “apóstolo do país”, como alguém que organizou a catequese em todas as capitanias,

Foi ele quem levantou com as suas mãos a primeira igreja que se edificou no Brasil, quem primeiro nela oficiou e expos a palavra do Evangelho.

Foi Nóbrega quem levou a diversas capitanias a sua laboriosa e radiosa inteligência, iluminando este país com a instituição cristã, organizando, fundando as igrejas, que foram os núcleos do agrupamento das populações, assim como dando a palavra de ordem e ligação com as autoridades civis que se foram estabelecendo no rosto da terra nova. Tal foi a obra insigne Provincial, o primeiro do seu grão nesta terra.

Para eterna glória dos jesuítas podemos invocar, sem receio de erro, terem sido eles os defensores da liberdade dos índios, da liberdade que a natureza concedeu a todos os seres e em sustentação deste sagrado direito humano arcaram com tremendas lutas e sofreram imensos dissabores.³⁵⁵

O referido padre esteve à frente do grupo dos primeiros jesuítas enviados ao Brasil que acompanhou o primeiro governador geral da colônia, Tomé de Souza (1549-1553). Elaborou um plano de catequese propondo a reunião de indígenas de diferentes povoados nativos em aldeias ou povoamentos com o intuito de pôr em prática um novo método de ensinamentos cristãos, haja vista que inicialmente haviam tentado convertê-los por meio da pregação, com um trabalho itinerante nas comunidades e não foram bem-sucedidos. Os “aldeamentos” permitiram um controle maior sobre os indígenas, já que a sedentarização aumentou, e sobre

³⁵³ AMARAL, Braz do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 85.

³⁵⁴ Ibid., p. 86.

³⁵⁵ AMARAL, Braz do. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940, p. 177.

suas práticas culturais, além de viabilizarem um trabalho sistematizado de catequese. Essa estratégia missionária era parte de algo que ficou conhecido como “plano de colonização”, no qual o indígena era um elemento participante do processo. Servia como reserva de mão de obra, isso quando não eram escravizados depois de apanhados nas chamadas “guerras justas”.³⁵⁶

Esses aspectos não são levados em conta no texto da década de 1940 de Braz do Amaral. Os membros da Companhia de Jesus são considerados os defensores que buscavam amenizar o sofrimento dos indígenas escravizados e eram contrários às injustiças dos dominadores. Para o historiador baiano, os jesuítas se dispuseram a conviver com os “selvagens” e a mudar-lhes os “costumes ferozes”, como o de matar e comer o vencido no combate. Impunham as crenças, os valores, as leis do homem branco e cristão, algo que o historiador destacou de modo positivo, como se depreende do trecho a seguir:

Tinham os brancos a crença de que os índios não pertenciam à humanidade. Os jesuítas se levantavam contra tão desnaturadas opiniões e procuravam obter declarações da mais elevada autoridade católica, o papa, bispo de Roma, a fim de poderem invocar as leis portuguesas sobre o homicídio e a violência.

Ao mesmo tempo, no afã de alcançar a conversão dos gentios, foram procurar as tribos longínquas dos sertões, com o objetivo de lhes pregar a lei de Deus, de uma entidade ideal, de misericórdia, de amor, de paz, de perdão e amizade entre todos os seres humanos, o que eles não podiam compreender rapidamente e muito menos seguir os ditames e preceitos.

Serviram-se para isto, porém, dos mais inteligentes e variados meios.³⁵⁷

Os meios aos quais Braz do Amaral faz referência incluem as missões criadas pelos jesuítas com o objetivo, referido acima, de catequizar, ensinar aos povos indígenas, de diversos pontos da Bahia, a fé cristã. Ao fundar uma aldeia, os missionários erguiam uma escola. Com relação aos benefícios desse esforço a partir da criação das “aldeias missionadas”, o historiador é categórico:

Estes são também, ninguém poderá opinar em contrário, os primeiros núcleos da civilização em nossa pátria. [...] São provas reais, evidentes, deste enorme esforço empregado que pode ser algum dia igualado mas não

³⁵⁶ SANTOS, Fabricio Lyrio. Catequese e povos indígenas na Bahia colonial. In: _____ (Org.). *Os índios na história da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 25-26.; SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. *Revista de História* 156, 1º semestre de 2007, p. 110-112.

³⁵⁷ AMARAL, Braz do. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940, p. 179.

excedido e que só representava nesse tempo o interesse da catequese, e a aspiração de conduzir almas para o céu.³⁵⁸

Exemplo destacado pelo historiador baiano desse trabalho dos missionários foi o Colégio Jesuítico da Bahia, de onde saíram alguns “filhos ilustres” que ele elenca: os historiadores Fr. Vicente do Salvador, Rocha Pitta e Francisco de Souza e tantos outros nomes como Anchieta, Fernão Cardim, Antonio Vieira, Gregório de Matos. De tal modo o historiador ressaltou a importância dos “soldados do cristianismo” na Bahia que sublinhou a diferença entre o propósito das “missões” pelo interior do país e o das expedições dos bandeirantes:

Importa não confundir esta expedição (trata-se da que explorou o sertão da Bahia e descobriu Minas Gerais), como vulgarmente se faz, com as denominadas bandeiras, cujo nome não pode manchar a roupeta da Companhia de Jesus, porque estas eram expedições que enveredavam para o sertão com o fim de escravizar os brasileiros, legítimos donos da terra e só comparáveis às dos negreiros, tão mal afamados. Êmulos destes em atrocidades e traficantes de carne humana, apenas desses colegas de classe se distinguem porque os negreiros traziam, para vender, aos africanos, que eram estrangeiros e os bandeirantes traziam os próprios filhos do país, seus patrícios.³⁵⁹

Subentende-se que, na visão do historiador, os bandeirantes por traficar e escravizar os indígenas ainda eram mais cruéis que os negreiros que comercializavam africanos, ou seja, estrangeiros. A escravidão dos bandeirantes diferia para ele do trabalho que os jesuítas desenvolviam ao tentar “salvar almas” e proteger os indígenas das injustiças dos dominadores. Para interlocução convocou Luís dos Santos Vilhena, referido como “historiador do fim do século dezoito”, ao transcrever um trecho do seu livro em que aludiu aos paulistas como “pouco religiosos” porque “cativou” os indígenas e inferiu ainda que os bandeirantes não lembraram que os índios não criaram dificuldades para a doutrinação e abraçaram a fé católica. Sobre o que Braz do Amaral buscou marcar sua posição: “Ora, nem a moral, nem a política, nem a fé católica podem justificar tão horrível mortandade, e ainda menos a escravização de seres humanos por tão repugnantes processos.”³⁶⁰ Nesta passagem trata de forma geral da escravidão, não refletindo sobre a escravidão negra, apesar do argumento controverso transcrito acima acerca das atividades dos bandeirantes e dos negreiros.

³⁵⁸ AMARAL, Braz do. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940, p. 180.

³⁵⁹ Ibid., p. 185.

³⁶⁰ Ibid., p. 185-186.

Em sua visão de 1940, os jesuítas se diferenciavam até dos próprios portugueses, de modo que estes significaram para os povos do Brasil o mesmo que os espanhóis foram para os outros americanos, seus algozes. A “ingênua curiosidade” desses povos, bem como a “superioridade do armamento” e a “capacidade militar” dos portugueses favoreceram os dominadores. Para Braz do Amaral, os jesuítas trouxeram luz para a escuridão do nascente país por meio dos seus esforços: a igreja e o ensino. A ordem foi condenada pelo governo português e expulsa no tempo do ministério do Marques de Pombal. O historiador que considerou a prisão dos jesuítas como “tristes acontecimentos” avaliou o fato, em longo trecho, da seguinte maneira:

No esboço que aí ficou, desde que desembarcaram na Bahia os primeiros jesuítas que vieram à América, até as cenas dramáticas da sua expulsão, se vê que os primeiros padres foram rudes trabalhadores e na sua pobreza fundaram uma grande e bela obra de educação, de direito, de liberdade e de justiça.

E o que, acima de tudo, os dignifica é a proteção que deram aos míseros filhos deste país, perseguidos pelos desalmados bandeirantes e maltratados pelos que a estes os compravam, pois a liberdade é o mais frágil e delicado elemento de felicidade na vida.

A Companhia de Jesus enobreceu a sua autoridade, crescendo também, com o seu prestígio, a sua riqueza.

Isto a comprometeu porque se tornou perigosa, suscitando ciúmes e receios.

Os bens apontados nos sequestros demonstram que, na realidade, não eram pequenas as riquezas acumuladas e são incontestes as desvantagens para as nações de tal fato, quer se trate de classes, quer de ordens religiosas.

Em regra geral a riqueza faz enfraquecer os princípios morais que devem formar a essência das instituições. [...]

Tem importância a alegação de que os bens daqui frutificavam em outros lugares, mantendo escolas, missões, etc., mas faltam dados seguros pelos quais se possa afirmar haver sido somente pela inveja e pela crueldade o que foi praticado contra eles, ficando obscuros muitos dos motivos pelos quais aquilo se fez.

Sem as discussões dos parlamentos, e as de uma imprensa livre permanecem destituídos da clareza precisa muitos atos dos governos absolutos, pois o aplauso incondicional dos que deles vivem e os lisonjeiam não é moeda de valor honesto.³⁶¹

Não surpreende esse ponto de vista de alguém que chegou a se identificar em discurso solene como “professor de história” e “cristão”, o que pode explicar os bons olhos em relação à história dos jesuítas no Brasil.³⁶² A grande riqueza construída ou conquistada pela Companhia de Jesus, ainda que passível de explicação, segundo Braz do Amaral, teria

³⁶¹ AMARAL, Braz do. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940, p. 194.

³⁶² AMARAL, Braz do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 86.

despertado a inveja e justificado a maldade contra a ordem religiosa. Nota-se que somente por esse viés o historiador critica a presença portuguesa na Bahia, pela perseguição aos indígenas e aos que tentavam lhes proteger. Em outros discursos, a imagem dos portugueses, ou melhor, do príncipe regente e dos imperadores, é diferente. É o que se percebe no referido pronunciamento feito na Faculdade de Medicina, no qual o historiador acentua a importância desse povo para os progressos no Brasil, a educação nacional e a constituição da nacionalidade brasileira. Os portugueses aparecem como os fundadores de uma nova pátria na América. O Brasil devia a D. João, no início do século XIX, a independência, a instrução pública e a prosperidade. A sua chegada foi considerada o “acontecimento mais importante” da história do país: “Ponto de formação e de partida de uma nacionalidade, que a expansão da raça portuguesa amalgamava há três séculos, devia raiar na Bahia a aurora da emancipação da pátria, e com ela iniciar-se a instrução nacional”.³⁶³ Nessa perspectiva, esse episódio teria sido condição para a constituição da nacionalidade brasileira, ponto de vista que esvazia o processo histórico de suas contradições e conflitos, das questões de classe e étnico-raciais que o contornam e caracterizam todas as revoltas do final do século XVIII e começo do XX.

4.2 A IDEIA DE REVOLUÇÃO

O tema da “revolução” será abordado na obra de Braz do Amaral a partir da relação de dois aspectos intrínsecos aos seus textos: a predominância de objetos tradicionais da história política e o destaque dado aos militares como sujeitos da história, ponto já discutido que será retomado para compreensão da ideia de revolução do historiador. Também será considerada a correspondência deles com outra questão mais geral, a influência de uma historiografia ou de um modo específico de tratar esse tema na história. Por esses dois ângulos é possível refletir sobre uma ideia de revolução no conjunto de sua obra. Convém observar, até pelos títulos dos textos, a atenção dispensada aos objetos da história política. O historiador baiano dedicou artigos e textos completos à narração de acontecimentos e movimentos políticos, de revoltas e de conjurações, o que leva a crer que a “batalha” é um objeto preponderante. Boa parte desses textos, senão todos, privilegia a perspectiva dos “grandes homens”, de iniciativas individuais, homens de Estado, ministros e generais.

³⁶³ AMARAL, Braz do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 89 e p. 94.

Os militares, de modo geral, com destaque para os generais possuem centralidade na narrativa desses acontecimentos. Ainda que seja indispensável reconhecer a grande participação dessas categorias em movimentos políticos do fim do século XVIII e meados do XIX, período mais abordado por Braz do Amaral, há de se considerar que este historiador discorreu sobre tais eventos valorizando o papel dos militares em cada um deles. Elucidativa dessa questão é a sua declaração sobre o papel fundamental que tiveram nas revoluções, ao se referir ao “15 de Novembro” e ao movimento da independência. Da leitura de um conjunto de textos seus, é possível inferir que sem a presença do elemento militar não seria possível fazer revoluções. Tanto assim que não reconhecia a ocorrência de “revoluções populares” no Brasil, pelo menos é o que se observa em um texto de janeiro de 1918:

Talvez tenhamos revoluções populares mais tarde, quando pelas modernas linhas de tiro os cidadãos estiverem armados e acostumados ao manejo das armas, e, livremente exercitados, talvez o façam melhor do que os profissionais. Provavelmente aí, na massa dos cidadãos, é que os descontentes, os agitadores, os políticos interessados irão procurar apoio para seus desejos, paixões e interesses.³⁶⁴

Percebe-se nesse trecho que, para Braz do Amaral, essas “revoluções” só poderiam ocorrer com o domínio das armas pelo povo que serviria aos “descontentes”, “agitadores” e aos “políticos”, o que, pelo que se depreende, dispensaria a participação dos militares. Nessa perspectiva, a “massa” precisaria de motivação externa aos seus problemas, de interesses de outros sujeitos aos quais deveriam apoiar. Em outro sentido, admite a sua força, uma vez armada e treinada, bem como orientada ou “recrutada” pelos políticos.

Um ano antes, em um texto de 1917, Braz do Amaral havia reconhecido a participação efetiva das camadas populares em movimentos de repercussão em Salvador, mas usando um argumento de desqualificação tanto do episódio quanto dessa atuação. Foi o que aconteceu com o caso da “Cemiterada”. O historiador criticou o movimento e atribuiu os custos dele à falta de informação do povo baiano, que teria se revoltado “a serviço das irmandades, capelães e armadores dos enterros nas igrejas”.³⁶⁵ Segundo ele, a revolta ocorreu em função da permissão dada pela Assembleia Provincial a uma empresa que passaria a fazer os enterramentos nos cemitérios. Mesmo inseguro quanto às vantagens ocasionadas por esse

³⁶⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Os conservadores no primeiro dia da República. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 167.

³⁶⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 113.

novo serviço, e reconhecendo os limites impostos pela ausência de documentos que autorizariam conclusões acerca dos inconvenientes desse fato, considerou um atraso o movimento que atrapalhou a melhoria das condições higiênicas da cidade.

Sobre Francisco de Souza Paraizo, que governava Salvador à época e havia solicitado a revogação da lei de 4 de junho de 1835, de proibição dos enterros nas igrejas, afirmou, “O presidente não cumpriu o seu dever porque a obrigação da autoridade não é pactuar com a desordem e atender a todas as reclamações que lhe fizerem, e sim apenas a aquelas que forem justas”.³⁶⁶ Esse fragmento trata de forma bem simplificada, mas reveladora, de questões complexas como a de “autoridade”, “desordem” e “justiça”. A revolta popular foi associada à desordem e a resolução para esse problema estaria na autoridade do governo, que era capaz de separar o “justo” do não justo.

Essa visão foi comum nas interpretações da Cemiterada que surgiram desde a eclosão do movimento. João José Reis observou que o pai de Castro Alves, Antônio José Alves, cinco anos após testemunhar o levante de 1836, na condição de médico higienista, defendeu uma tese contra os enterros nas igrejas e nos centros urbanos. “Denunciou a ‘superstição’ do povo, a fraqueza do presidente da província, a ganância de padres e irmandades, mas também considerou impróprio o monopólio privado dos enterros”. Em 1862, Antônio Joaquim Damásio diria que o povo havia sido incitado pela desculpa de que a proibição era “anticristã”. Tendo sido essa, para João Reis, umas das principais fontes de Braz do Amaral. No final do século XIX, a visão de Henrique Prager era de “ato de vandalismo, de ignorância, de superstição e estupidez”.³⁶⁷

Braz do Amaral chegou a avaliar que o povo da Bahia tinha usado o seu “direito de reclamação em uma causa má”³⁶⁸, como se as camadas populares tivessem recebido e não conquistado direitos. Isso poderia até fazer sentido se fosse levada em conta a situação repressiva do período, mas considerando que a interpretação do fato ao qual se reporta foi feita em 1917, fica perceptível a forma como ele associava o povo e a conquista por seus direitos. O que Braz do Amaral chamou de “paroxismo popular” fazia perder o equilíbrio e o lado positivo da reclamação. O movimento de 25 de outubro de 1836 foi, para ele, uma

³⁶⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 112.

³⁶⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 18 e p. 19.

³⁶⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p.112.

“exibição” disso. O texto foi iniciado com uma remissão ao comportamento de “meninos mal-educados”, em fase da puberdade, que seria comparado aos de povos “como os nossos”. O historiador prosseguiu com o argumento seguinte sobre o “povo” para, posteriormente, se referir diretamente à Cemiterada:

Trazido de repente do regime de áspera severidade da dominação portuguesa para as agitações, um tanto desordenadas, dos homens criados na escola da revolução francesa, ora roçando na demagogia, ora na proscricção, tem-se visto que o **nosso povo**, quando investido nos poderes da soberania, não se exprime por movimentos razoáveis, por impulsos refletidos e sensatos, nem por causas sempre justas; nem costuma também demorar-se na reclamação de um direito que o não desvirtue, à semelhança do grito da **mulher histérica**, quando interrompe a crise por um espasmo em que a violência ou a fraqueza substituem o lamento.³⁶⁹

O uso do pronome possessivo para se referir ao “nosso povo” e a menção à dominação portuguesa indicam que Braz do Amaral fazia referência, senão aos baianos especificamente, pelo menos ao povo brasileiro, que na sua visão não sabia conter seus impulsos, ordenar seus movimentos ou se concentrar em “causas justas”. A comparação com a imagem de uma “mulher histérica”, ora violenta, ora fraca, além de reforçar uma ideia de “inferioridade feminina”, pretendia descredenciar os movimentos populares, revelando, como observou João Reis, uma “linguagem carregada de elitismo paternalista e patriarcalista”.³⁷⁰

Ao estudar a historiografia do episódio, João Reis percebeu que os autores reconheceram no movimento uma “estreita motivação econômica” e uma “expressão atrasada de religiosidade”. Havia uma perspectiva de disputa entre “civilização” e “barbárie”. Para o historiador, entretanto, o fator econômico deve ser considerado, mas não de forma a atribuir aos opositores do cemitério um “puro pragmatismo material”. O mesmo cuidado vale para o entendimento do fator religioso que não pode ser visto como reflexo de interesses econômicos, sendo também “insuficiente” considerar a manifestação popular como fruto de “falsa religiosidade ou superstição”.³⁷¹ João Reis demonstra em seu livro que a questão é complexa, ao fazer um estudo sobre o modo de vida da população, das hierarquias sociais, da conjuntura econômica, da economia funerária na Bahia e do conflito de mentalidades surgido a partir de uma novidade divulgada no Brasil por meio de uma campanha em torno da opinião dos higienistas.

³⁶⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 109. Grifos nossos.

³⁷⁰ REIS, op. cit., p. 19.

³⁷¹ Ibid., p. 22.

Braz do Amaral reproduziu a visão tradicional sobre o episódio, não considerou questões como as que posteriormente seriam levantadas e apresentou uma solução simplista. Para ele, as massas teriam que ser educadas. A suposta necessidade de orientação e educação das massas foi destacada em outros textos seus como fator importante para o sucesso das revoltas. Ao tratar das particularidades da conspiração baiana de 1798, em um texto lido no IHGB em junho de 1926, afirma que os documentos revelaram “[...] que foram muito poucos os analfabetos que entraram na conspiração, o que é mais um indício da influência que exerce a cultura nas aspirações dos homens para situação política mais perfeita.”³⁷² Ainda segundo o historiador, naquelas circunstâncias, vários “indivíduos conservados em condição servil sabiam ler e escrever”.³⁷³ Nas descrições dos presos feitas por ele, além do nome, da idade e do ofício, destacou se sabiam ler ou escrever, mas não refletiu sobre a composição étnico-racial e as condições jurídicas (escravos, libertos ou livres) dos envolvidos no movimento. Considerou que se somavam à peculiaridade da instrução, as aspirações liberais e o desejo pela independência e pela República dos conjurados.

Informações desse tipo são importantes para compreensão da composição social do movimento, do grau de instrução dos envolvidos, da forma como as ideias circulavam e da recepção e leitura dos livros encontrados entre os sediciosos, caso fosse essa a intenção do autor, mas Braz do Amaral não levou em conta algo que, posteriormente, Luís Henrique Dias Tavares consideraria. Os iletrados da sedição, entre soldados, artesãos, mulatos, escravos e descendentes de escravos, tomariam conhecimento da aspiração do movimento por meio de conversas e frases repetidas, daí a importância dada pelo autor aos versos *Igualdade e Liberdade*, achados na casa de um integrante, que “sintetizavam a mensagem teórica e ideológica do pensamento racionalista, possuindo, também, as consignas políticas da revolução antiabsolutista e democrático-burguesa”. Eram versos que, para o autor, estavam na memória de alguns envolvidos.³⁷⁴

Da importância da comunicação interpessoal ou de grupo, como via pela qual se corporificou a Revolução dos Alfaiates, como também ficou conhecida, ocupou-se Florisvaldo Mattos em seu estudo sobre a comunicação social no período. Esse foi um elemento que, para o autor, escapou aos historiadores que estudaram o assunto. A comunicação oral, que predominava no Brasil do período colonial, haja vista a incapacidade

³⁷² AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 129.

³⁷³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 124.

³⁷⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. *Sedição intentada na Bahia em 1798*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 99-100.

da Coroa portuguesa de transplantar para a Colônia a imprensa, além das restrições da comunicação escrita por causa das distâncias, foi fundamental para os envolvidos na sedição. Para o autor, mesmo com os boletins sediciosos, “a ação revolucionária, viveu e se exauriu em atos de linguagem”.³⁷⁵ Apesar da importância dos manuscritos, as limitações de conhecimento do código da escrita pelos contemporâneos do movimento favoreceram a oralidade. O resultado do trabalho do que chamou de “*comunicadores ideológicos*”, divulgadores das ideias, e “*comunicadores ativos*”, preparadores da rebelião, foi o julgamento e a condenação dos responsáveis pelo movimento, em função dos “comportamentos de comunicação que adotaram”, em sua maioria por contatos orais.³⁷⁶ Esse estudo faz repensar a informação de Braz do Amaral sobre o domínio da escrita e da leitura pela maior parte dos envolvidos.

Braz do Amaral apenas aludiu ao protagonismo dos conjurados de “origem humilde” e de “condição social inferior”, ao contingente de alfaiates, soldados e escravos que tomaram parte no movimento, atraídos pelos ideais de liberdade e igualdade na colônia. Para o historiador, as ideias de “libertação dos escravos”, de liberdade de expressão e de crenças religiosas, e de luta por um governo igualitário, que haviam sido discutidas por filósofos e reformadores do século XVIII, justificaram a adesão de muitos escravos à conjuração.³⁷⁷ Quanto à composição social do movimento, existe um consenso entre os historiadores, desde os contemporâneos de Braz do Amaral até aqueles ligados a outras correntes historiográficas. Antes de Braz do Amaral, Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, e depois, Affonso Ruy, fizeram referência ao ponto. Varnhagen ressaltou que a conspiração não teve um “chefe”. Em sua opinião, deveriam ser consideradas apenas algumas lideranças, a exemplo do alfaiate João de Deus e dos soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens.³⁷⁸ Affonso Ruy, no livro *Primeira Revolução Social Brasileira* (1942), cujo título revela a compreensão do historiador sobre o assunto, ao citar a relação dos presos que foram julgados, descreveu a composição social e mostrou que a predominância era mesmo de escravos, libertos, livres, forros, soldados, alfaiates, entre outros. Ao longo do seu livro usou expressões como “conjuração proletária” e “conjura social” para se referir ao movimento, apesar de ter elencado em páginas anteriores os “revolucionários esquecidos pela justiça” que não foram

³⁷⁵ MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador, Univ. Federal da Bahia, Núcleo de Publicações, 1974, p. 57.

³⁷⁶ Ibid., p. 59 e p. 81.

³⁷⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 136.

³⁷⁸ ODÁLIA, Nilo. (Org.). *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979, p. 139.

punidos por conta das suas “influências poderosas e pelo dinheiro”. Personagens, segundo o autor, revelados anos depois pela História.³⁷⁹

Há, no entanto, algumas variações no que diz respeito, principalmente, à forma como são consideradas as aspirações dos envolvidos, a exemplo dos que consideram a configuração de “dois núcleos revolucionários distintos tanto na sua composição quanto nos seus propósitos”: os que possuíam instrução e recursos, almejam o estabelecimento de uma República, e os que correspondiam à parte mais numerosa e incluía escravos, pretos e pardos livres interessados em uma “política de igualdade”.³⁸⁰ Na mesma direção, Luís Henrique Dias Tavares desenvolveu a ideia sobre as duas fases do movimento: a de 1793 a 1797, na qual um pequeno grupo de brasileiros contrários à exploração colonial e atraídos pelas ideias da França revolucionária conquistou soldados e artesãos que falariam em levante, em 1798, marcando a sua segunda fase.³⁸¹

Affonso Ruy havia observado que o povo fora contagiado pelo entusiasmo dos baianos que traziam ideias de países como a França, sugerindo o movimento em sentido vertical a princípio, dos salões aos engenhos, e, posteriormente, horizontal, a partir da propagação para a cidade pelas oficinas e quartéis. Conforme este autor,

As ideias desceram os salões letrados para os engenhos onde enxameava uma infinidade de crias e libertos inteligentes e ledores, propagaram-se daí para a cidade, irradiaram-se nas oficinas e ganharam artesãos e escravos, insinuaram-se nos quartéis, atraíram oficiais e receberam apoio dos soldados.³⁸²

Ubiratan Castro de Araújo observou um movimento contrário, embora apontando a mesma diferença, ao refletir sobre a propaganda revolucionária dos soldados e alfaiates. Ressaltou o esforço dos iletrados na apropriação de uma linguagem de comunicação capaz de possibilitar o diálogo deles com os “brancos da terra descontentes”, que eram os bem-informados sobre o Iluminismo e o Liberalismo, afinal, somente os mais ricos podiam investir na educação dos filhos em Portugal. Aos “brancos da terra” restavam os postos da burocracia, uma vez que não possuíam meios para alcançar altas posições, tampouco queriam exercer funções voltadas para os “homens de cor”. Estes, que representavam a maioria da população

³⁷⁹ Sobre a relação dos presos ver RUY, op. cit., p. 79-84. A respeito dos revolucionários que não foram julgados pela justiça, consultar o mesmo livro p. 64-66 e quanto às expressões utilizadas pelo autor ao se referir ao movimento, ver p. 103.

³⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 37.

³⁸¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. *Sedição intentada na Bahia em 1798*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 105-106.

³⁸² RUY, op. cit., p. 35.

urbana, pressionavam em busca do desbloqueio das “vias de mobilidade socioprofissionais”. Os negro-mestiços, trabalhadores manuais de vários ofícios e artes, competiam e conviviam com o trabalho escravo. Boa parte deles era recrutada para a força militar, o que tornava o meio um foco de rebelião no começo do século XIX. Ainda que o recrutamento significasse uma prisão, ironicamente, como observou o autor, no interior da instituição encarregada de impor a ordem, surgiu a contestação contra a monarquia absolutista portuguesa na Bahia. A corporação militar tornou-se um espaço institucional em que indivíduos das camadas populares atuaram, convertendo-se em “epicentro” das revoltas. No caso do movimento de 1798, mais do que uma “ideologia revolucionária”, veiculada nos papéis espalhados na cidade, as propostas econômicas demonstravam uma tentativa de solucionar a crise urbana pela qual passava Salvador.³⁸³

Portanto, o movimento ficou conhecido pela sua base social popular. Porém, quando Braz do Amaral enfatizou que todos sabiam ler e escrever, não refletiu sobre a complexidade dessa questão, nem deu pistas de como chegou a essa conclusão. Para o historiador baiano, a educação das massas estava relacionada com a escolarização, neste caso alfabetização, dos envolvidos e não com a consciência política deles. Dessa forma, o povo seria educado simplesmente por saber ler e escrever. Em outro momento do texto, sugeriu que por trás dos que figuraram na conspiração “havia outra gente opulenta e bem colocada”³⁸⁴, levando a crer que “essa gente” dirigia o movimento, marcando uma diferença em relação a outras revoltas citadas por ele.

Seria possível considerar que está nesse trecho a chave para a compreensão do reconhecimento que Braz do Amaral deu a esse movimento? Além das aspirações liberais dos conjurados, da extensão e repressão do movimento, características que ele destacou, pode-se concluir que, para ele, o envolvimento de pessoas de classes elevadas legitimou o movimento perante a história? Com base nos depoimentos, ressaltou que os conjurados pretendiam “ganhar a causa sem combate” mantendo o governador da capitania, D. Fernando José de Portugal, no cargo de “chefe da futura República”. Seria essa a vantagem das massas “educadas” e orientadas por “gente opulenta”? Essa ideia oferece uma pista sobre o modelo de “revolução” de Braz do Amaral: uma vez que educadas, as massas a fariam de modo pacífico, “sem combate”.

³⁸³ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. *Estudos Avançados* 18 (50), 2004, p. 255-257 e p. 262.

³⁸⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 138.

Na visão de Braz do Amaral, a conspiração da Bahia, levada a efeito por pessoas das camadas populares, diferiu da que havia ocorrido em Minas Gerais. Além disso, também destacou que o ideal de “libertação dos escravos” distinguiu o movimento baiano dos demais. Em uma conferência lida em junho de 1926, convertida em texto para a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Braz do Amaral pediu, segundo uma nota de redação da revista, que a publicação do texto fosse precedida de uma ressalva em que:

Ficasse acentuada a circunstância de ter sido a conspiração da nossa Bahia o primeiro movimento em cujo programa se encontra incluído o pensamento de **libertar os escravos**. Na inconfidência mineira não se encontra coisa alguma neste sentido. Esta circunstância merece relevo e deve servir para quem fizer a história do abolicionismo no Brasil.³⁸⁵

Não é possível assegurar se para ele a conjuração baiana teria sido bem-sucedida por causa das suas particularidades, apesar de enfatizar positivamente a inclusão em seu programa da libertação dos escravos. No entanto, ao compará-la com a de Minas Gerais, endossou que era digna de reconhecimento, ao menos por causa do sacrifício dos conjurados:

Estes baianos, cujos corpos cortados em postas, apodreceram nos lugares públicos em que foram colocados como castigo, por terem aspirado um governo livre para o Brasil, merecem tanto a admiração e a gratidão dos filhos deste país como o Tiradentes, e deve ser o seu sacrifício, assim como o martírio que sofreram pela pátria conhecido por todos os brasileiros, como o dele, porque é uma justiça que lhes deve fazer a posteridade. E para isto é que existe a história.³⁸⁶

O sacrifício dos conjurados baianos, cujo reconhecimento deveria, para Braz do Amaral, garantir a inclusão deles nas páginas da história ao lado de Tiradentes, não fora suficiente para impedir o fracasso do movimento. Como destacou, a repressão foi dura e as penas executadas, principalmente, entre os menos favorecidos:

Ou porque sendo homens do povo não tivesse conseguido obter em seu favor os interesses e proteções dos conjurados de Minas, quase todos pessoas de prol, ou porque fosse julgada mais perigosa e mais ameaçadora para a metrópole a tentativa em que haviam tomado parte não foi perdoada a culpa a qualquer deles, nem atenuado o rigor da sentença.³⁸⁷

Embora tenha Braz do Amaral censurado o exagero das sanções, fruto para ele das “paixões políticas”, no texto sobre a Cemiterada, havia criticado a predisposição de agitação

³⁸⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 113.

³⁸⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 142.

³⁸⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 140.

do povo, sobretudo no trecho em que fez referência aos “homens criados na escola da revolução francesa”, mostrando que nem sempre seu julgamento foi favorável aos revoltosos, ficando subentendida a crítica ao radicalismo daquela revolta.³⁸⁸

Essa não foi a única vez em que se referiu à influência da Revolução Francesa em revoltas no Brasil. No texto em questão, sobre a Conjuração Baiana de 1798, assegurou que “o vento da revolução vinha de França, e era tão forte e rijo que abalava tudo e fazia tremer”.³⁸⁹ Muito provavelmente incorporou a ideia difundida entre os historiadores que trataram das influências estrangeiras, americanas e francesas, sobre as “revoluções” brasileiras, com destaque para a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Varnhagen, lido e citado por ele, foi um dos que escreveram sobre as revoluções ocorridas no Brasil, ao destacar os exemplos tomados das colônias americanas e dos franceses. Um dos primeiros a fazer menção aos insucessos da revolta de Minas e à influência radical da conjuração da Bahia³⁹⁰:

As chamas incendiárias da revolução francesa não deixaram, entretanto, de saltar ao Brasil, e chegaram quase a atear, pelas suas labaredas, na Bahia, em agosto de 1798, um incêndio, que foi dias antes prevenido. Se a aspiração de Minas, tão patriótica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgamos que foi um bem que se malograsse, com muito mais razão agradeçamos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra estouta, com tendências mais socialistas que políticas, como arremedo que era das cenas de horror que a França, e principalmente a bela ilha de São Domingos, acabavam de presenciar, sendo, aliás, embalada ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade”.³⁹¹

O trecho da obra de Varnhagen permite conhecer os fundamentos do pensamento de Braz do Amaral sobre as revoltas baianas e suas influências estrangeiras. Notam-se algumas questões que mais tarde reapareceram em sua obra, como a ideia do caráter incendiário da revolução e sua influência no Brasil, a nobreza da revolta de Minas, por conta dos seus participantes e as “tendências socialistas” da revolta na Bahia.

³⁸⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 109.

³⁸⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a independência. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 10 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 15.

³⁹⁰ ODÁLIA, Nilo. (Org.). *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979, p. 132-140. Posteriormente, Affonso Ruy discorreu sobre o ambiente propício em que essas ideias se propagaram aqui na Bahia. Cf. RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira: 1798*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 35.

³⁹¹ ODÁLIA, Ibid., p. 138-139.

Ao propor uma revisão dos episódios da sedição de 1798, a partir de documentos não restritos aos autos das devassas e do diálogo com a historiografia sobre o tema, Luís Henrique Dias Tavares pôs em dúvida versões que acentuam a influência das ideias francesas na conspiração, principalmente, a partir da presença na Bahia do comandante francês Antoine René Larcher. Tavares ressaltou a impossibilidade de provar que Larcher exerceu atividades suspeitas na província, inspirando a organização maçônica Cavalheiros da Luz. A referência feita por Borges de Barros, por Braz do Amaral e por Affonso Ruy à sociedade maçônica pode ter surgido, na visão do autor, de uma memória de 1817 sobre a sua existência. O autor, também apoiado no trabalho de Katia Mattoso sobre as fontes literárias francesas, relativizou a questão,

A face francesa na sedição baiana apresenta-se na perspectiva universal da revolução democrático-burguesa. Eclodira em França, em 1789, mas as suas grandes linhas, seus princípios de igualdade de todos perante a lei, de liberdade de criação, pensamento e palavras, e de fraternidade entre os homens, sem distinção de origem social, homens valendo homens, não eram exclusivamente francesas. Em verdade, pertenciam àquela época de profundas mudanças. Eram universais.³⁹²

Independentemente da possível influência direta ou indireta das obras e dos autores franceses, o importante é verificar, como destacou Katia Mattoso, que a Bahia, no final do século XVIII, estava em meio a “grandes correntes ideológicas do mundo ocidental”, apesar dos esforços da metrópole para mantê-la segura e afastada.³⁹³ A questão colocada anos depois por Luís Henrique Dias Tavares sequer havia sido levantada por Braz do Amaral que, ao discorrer sobre o movimento, como foi visto, levou em conta somente os ventos que sopravam da França revelando mais das influências sofridas do que propriamente das controvérsias consideradas por outros historiadores.

Braz do Amaral tratou com argumentos semelhantes dos movimentos federalistas da Bahia que ocorreram no período da regência – o de 28 de outubro de 1831, o de 20 de fevereiro de 1832, em Cachoeira, o de 26 de maio de 1833, no Forte do Mar e o de 7 de novembro de 1837. Referiu-se, por exemplo, aos “meios puros” da revolta ocorrida em Cachoeira, em relação àquela que explodiu em Salvador, onde os revolucionários teriam se

³⁹² TAVARES, op. cit., p. 95-96.

³⁹³ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia: Editora Itapuã, 1969, p. 15.

envolvido com “maus elementos”, o que teria resultado no bombardeio da cidade.³⁹⁴ O fato de ter ocorrido numa vila do interior, de ter sido deflagrado nas câmaras municipais e de ter constituído um governo provisório, fez do movimento de 20 de fevereiro “o mais perfeito” deles.³⁹⁵

O historiador do IGHB mostrou concordância em relação às ideias federalistas, sobretudo no que dizia respeito às disposições contestatórias do privilégio dos estrangeiros perante os nacionais e o comércio. O programa dos federalistas levou Braz do Amaral a considerar dignos os princípios federalistas, “caracterizadamente populares e liberais”, embora tenha em seguida criticado o entusiasmo dos envolvidos naqueles movimentos e chamado de “senões da redação” as exaltações em torno de pontos como a ordem de fuzilamento do imperador, que, como ressaltou, havia tomado parte no processo de independência e se tornado o ídolo do país.³⁹⁶

Em sua origem, datada por alguns no final do século XVIII, o federalismo buscava uma “aliança sólida e indissolúvel” que resultaria na criação do Estado Federal e na impossibilidade de separação por parte dos estados em relação à federação à qual aderiram, em função de um acordo constitucional. Pelo princípio federalista, os estados gozam de autonomia, ou seja, do poder de se autogovernar, de escolher seus governantes e de agir por “vontade própria”, mas seu exercício é limitado pela Constituição Federal. A cada unidade federada são designadas competências que servem para manter o equilíbrio federativo, de modo que seja preservada a regra da “desconcentração do poder político” e não apenas uma “descentralização administrativa”. Nesse sentido, não há superioridade nem da parte da União, nem dos estados. Os estudiosos dessa forma de Estado mostram, entretanto, que há uma variedade de arranjos possíveis que apontam para as suas ambiguidades, cujos pormenores não cabem nesta tese.³⁹⁷

No caso do Brasil, o federalismo surgiu com a implantação da República e a Constituição de 1891, embora as suas bases tenham sido lançadas no Império, para Braz do Amaral, como parte das pretensões do Partido Liberal. Houve um movimento descentralizador, com a distribuição do poder político entre várias unidades e a manutenção

³⁹⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Um capítulo da vida da Bahia no período da Regência. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 16-17.

³⁹⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O Federalismo. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 86. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

³⁹⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Um capítulo da vida da Bahia no período da Regência. op. cit., p. 52.

³⁹⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Estado Federal*. Série princípios. São Paulo: editora ática, 1986, p. 15-22 e p. 49-59.

do poder central. Forma diversa da que se deu nos Estados Unidos, por exemplo, onde houve um movimento de centralização, em que as treze unidades independentes criaram um poder central preservando as suas individualidades. Outros arranjos poderiam ser considerados levando-se em conta que “o federalismo é um fenômeno político e sociocultural”, o que demonstra, em algumas situações, a sua inviabilidade.³⁹⁸

Considerando o Brasil um país cuja diversidade já se manifestava à época da opção de “aliança entre os Estados”, com fronteiras indefinidas, especialmente no caso da Bahia, vizinha de vários outros estados, vê-se a dificuldade de fazer funcionar o federalismo. As invocadas diferenças sociais e econômicas da Bahia em relação a outros estados teriam se acentuado no período republicano. Dizia-se que muitas delas eram provocadas por fatores regionais e climáticos, a exemplo das secas. Braz do Amaral reclamou, em diferentes textos ou discursos, auxílio e atenção por parte do governo federal que, segundo sua queixa, privilegiava os estados do Sul, embora não tenha questionado o sistema federativo. Ao contrário, mostrou-se adepto das “bem assentadas” ideias federalistas, o que não significava, em função disso, uma adesão completa à República. Talvez por essa razão fizesse questão de ressaltar que José Antônio Saraiva, em conferência convocada pelo imperador, “sustentava a necessidade de promulgar em lei a federação, como um meio de salvar as instituições monárquicas [...]”.³⁹⁹ Ou seja, o federalismo não seria privilégio da República.

As pressões sobre o governo em um período, fim do século XVIII e princípios do XIX, caracterizado, como ele próprio destacou, pelas aspirações de independência e de liberdade, levaram-no, sobretudo após as revoltas em favor da federação que acentuaram as ideias liberais, a atender pelo menos parte daquelas demandas, ao promover uma “reforma moderada” na forma de Ato Adicional à constituição do Império criando as assembleias provinciais.⁴⁰⁰ Em vista disso, Braz do Amaral se questionou: “Era ou não era justa e necessária para o povo brasileiro a federação?” Ao que ele mesmo respondeu: “Neste ponto é incontestável que os revolucionários estavam com os bons princípios, como a lei magna reconheceu tempos depois”.⁴⁰¹

Os “radicalismos” e as “exaltações” nas revoltas não eram bem vistos pelo historiador. Sobre a “quadra revolucionária”, de 1823 a 1840, havia sugerido anteriormente que as

³⁹⁸ Ibid., p. 52 e p. 55, respectivamente.

³⁹⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O Federalismo. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 73. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 87.

⁴⁰¹ Ibid., p. 172.

tentativas revolucionárias concentraram autoridade nos presidentes das províncias, “uma das principais causas da queda do regime monárquico”, cerceando a vida política municipal. Período que, segundo ele, “anarquizou” e “ensanguentou” as províncias, aumentando a centralização.⁴⁰² Portanto, a sua análise dos acontecimentos guarda certa ambivalência. Assim se deu com a sua abordagem de outra revolução ocorrida na Bahia, cujo caráter liberal e separatista foi por ele próprio salientado, a Sabinada, de 1837, completando o quadro de revoltas que rebentaram em diversas regiões contra o poder central, com aspirações federalistas.

Embora concorde com a revolta em sua origem ou princípio, pela crítica ao poder centralizador, às desvantagens da província, aos desrespeitos à constituição, às ilusões do povo, alimentadas pelo uso de expressões como “unidade nacional” e “integridade do império”, o historiador questionou os desdobramentos do que ele considerou como “infame guerra civil” e as suas consequências para a população baiana. Afirmou que o movimento da Bahia, assim como outros diversos que estouraram pelo Brasil, teve como “inteligência” a sede do governo, assegurando que: “A revolução da Bahia parece ter sido primeiro conhecida no Rio, e lá tramada”.⁴⁰³ Sugeriu que tudo tenha se iniciado com o pedido de demissão de Diogo Antônio Feijó da regência, lugar que foi ocupado pelo ministro do império, Pedro de Araújo Lima, configurando a ascensão do partido conservador. Hipótese que Paulo César de Souza, em um exame da historiografia, julgou “fantasiosa” pela incapacidade de Braz do Amaral “produzir provas” a seu respeito.⁴⁰⁴

Naquele tempo de agitações políticas, o despreparo do povo para um regime constitucional, governado por homens ambiciosos, explicava a revolta para Braz do Amaral. Como causas internas, destacou a incompatibilidade do sistema aristocrático e de castas, ancorado na escravidão, com as novas instituições liberais. Fatores dos quais resultou, conforme salientou, “[...] o ciúme dos homens de cor, aspirando os altos postos, o que se percebe em muitas passagens no estudo da revolução baiana de 1837.” Essa “moléstia”, como ele a considerava, que ameaçava o “organismo”, irrompeu no período da menoridade pela

⁴⁰² AMARAL, Braz Hermenegildo do. Revolução da carne sem osso e farinha sem caroço ou revolução dos chilenos ou, ainda, das pedras. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 269.

⁴⁰³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Sabinada – os princípios liberais do século XIX. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 177. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴⁰⁴ SOUZA, Paulo César de. A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 16.

“fraqueza inevitável dos governos transitórios regenciais”.⁴⁰⁵ A situação teria se agravado, nessa linha, pelas “ambições” da classe militar, a indisciplina dos oficiais na guarnição da Bahia e a recusa por ordens de transferências para o Rio Grande do Sul. Da “mistura” de várias razões, como essas, constitui-se para o historiador a “argamassa das revoluções”.

A crítica feita por Braz do Amaral à Sabinada, em função da violência na cidade, do sofrimento da população, da morte de pessoas inocentes é reforçada pelo questionamento sobre o sentido e a importância dessa revolta. O fundamento para as questões lançadas pautou-se no recuo dos revoltosos em relação ao separatismo, negado dias após a divulgação da ata de 7 de novembro de 1837 pela de 11 de novembro do mesmo ano, que passou a estabelecer a separação da província somente no período de menoridade do imperador Pedro II. Além do artigo que tratava da separação, outros estabeleciam apenas vantagens aos promotores do movimento e não manifestavam a intenção de implantar uma república. O historiador questionou nesse “estudo imparcial e refletido dos acontecimentos”, que dizia estar fazendo:

Teve esta revolução um motivo que a justifique?
E foi ele a constituição de uma república?
Não é isto que se pode afirmar diante das atas da Câmara, isto é, o papel que fundamenta a revolução.
E os chefes, os que a fizeram, eram bons, retos, nobres e sinceros? Capazes do sacrifício altruísta pela causa abraçada e pelo povo que envolveram nisto?⁴⁰⁶

Em sua perspectiva, os rebeldes fizeram a revolução por interesses próprios. Resistiram até a destruição da cidade, das famílias, deixando todos em condições precárias. Não capitularam para evitar a tomada de Salvador pela força das armas legalistas, ao contrário, incitaram a população a resistir ao exército restaurador. “A Bahia”, porém, em sua visão, “pagou muito caro esta passividade em submeter-se a tudo”. A afirmativa sugere um tom de concordância com a observação do presidente da província Francisco Paraizo sobre a capacidade de um “grupo de homens, sem grandes posses, nem antecedentes de moralidade, mas um passado de crimes e dívidas”, de impor a sua vontade e seus interesses a toda a população de uma capital de grande província.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ Para as duas citações cf. AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Sabinada – os princípios liberais do século XIX. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 178. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴⁰⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Sabinada – os princípios liberais do século XIX. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 228. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 228.

O líder, Sabino Vieira, considerado por Braz do Amaral “a alma da revolução” foi acusado, já na época, segundo o historiador, de mandar atear fogo na cidade durante a entrada das tropas legais, promovendo mais destruição e mortes de inocentes. Fato que teria sido narrado pelo pai de Braz do Amaral, um dos integrantes das tropas rebeldes juntamente com o seu irmão. Sabino Vieira, cuja sanidade mental foi alvo do historiador, pela quantidade de delitos e crimes atribuídos a ele, assim como outros chefes da revolução, nada fez para reduzir ou impedir o sofrimento da “população inerme”. Havia convocado os “homens de cor” para participar da revolta em troca de postos, atitude que levou Braz do Amaral a questionar o conteúdo racial da Sabinada:

Seria por um nobre espírito de amor à sua raça, porque ele era mestiço, ou porque esperava assim alcançar este desesperado fanatismo do valor baiano, empenhado pelo interesse de um conflito de raças? Provocou uma imensa desgraça, porque foi esta a gente que mais padeceu.⁴⁰⁸

Além de esclarecer sobre a sua visão a respeito dos conflitos raciais na Bahia, o que será melhor analisado em tópico específico, esse trecho leva à reflexão sobre a forma como Braz do Amaral enxergava a composição social do movimento. Não refletiu sobre a possibilidade de a Sabinada traduzir as reivindicações das camadas populares de Salvador ou incorporar as insatisfações de militares, da população pobre e dos homens de cor da capital baiana. Essas camadas aparecem como massa de manobra das lideranças do movimento. Centralizou a narrativa nos homens que julgava “mais notáveis da Sabinada”, a exemplo do médico Sabino Vieira, do oficial, comandante em chefe dos revolucionários, Sérgio José Veloso, entre outros. Ressaltou de um modo geral o envolvimento de muitos militares, de oficiais de artilharia e do batalhão de caçadores, por exemplo. Além dos protagonistas, reconheceu a participação de “homens de cor” e da própria “população”, de forma genérica, que poucas vezes no texto é chamada de “povo”. Do lado legalista, ressaltou os papéis do chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins, que descobriu a conspiração e a denunciou ao presidente da província, do vice-presidente Honorato José de Barros Paim, de um “nobre funcionário”, Manoel José de Almeida Couto, que se retirou da cidade com o dinheiro dos cofres públicos que estavam em seu poder e o levou para Santo Amaro, possibilitando a reação.

A “imparcialidade” que Braz do Amaral dizia estar tendo ao narrar esse “fato da vida do Brasil”, conforme o título do seu livro, parecia encontrar justificativa dentro do seu texto na crítica a um movimento, e no questionamento da sua necessidade, que seu pai havia apoiado.

⁴⁰⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Sabinada – os princípios liberais do século XIX. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 233. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

Em nome da “verdade histórica” afirmou que não podia negar tudo que sabia a respeito da individualidade de Sabino Vieira e da falta de pretensão republicana daquela revolução. Todas essas conclusões, elaboradas, conforme ressaltava, a partir da documentação e do que ele chamou de “tradição popular”, podem ser explicadas pela concepção de revolução do historiador expressa na seguinte passagem: “As revoluções, tendo o lado simpático de serem reivindicações do direito e da liberdade, logo que perdem estes belos ideais desmerecem, porque vêm à tona os interesses dos homens.”⁴⁰⁹

Braz do Amaral considerou que em todas as revoluções há aspectos “repugnantes e sombrios”, crimes, mortes, sofrimento de inocentes. Situação que o levou a completar ao discorrer sobre a Sabinada: “Se há razões às vezes muito justas para os movimentos revolucionários, como neste houve, é fora de dúvida também que eles não se podem fazer com os anjos do céu.”⁴¹⁰ Segundo o historiador, muitos atentam contra o poder constituído, ou contra as leis, por “ambição ou fatalidade” e, em função disso, aliam-se a “maus elementos e recrutam partidários entre indivíduos sem escrúpulos, sem alma nem probidade”. As alianças ou aliados são posteriormente sacrificados pelos “inconvenientes” que causam. O historiador não arriscou dizer textualmente a quais grupos pertencem os “maus elementos”, mas é de supor que, pelo conjunto de suas interpretações sobre as revoltas, encontram-se nas baixas patentes militares e nas classes populares.

Com esse diagnóstico iniciou um texto, cujo tema central é a “revolução da carne sem osso e farinha sem caroço” ou “revolução dos chilenos”, que ocorreu em 1858, em Salvador. Referiu-se ao “tumulto popular” ocasionado pelo caso da Santa Casa da Misericórdia que se somou aos protestos do povo contra a carestia de gêneros alimentícios. Movimento popular que, embora tenha começado com a defesa das moças expulsas da Santa Casa, ganhou uma conotação política contra as medidas de livre concorrência do governo local. Pelo que se depreende da leitura do historiador Affonso Ruy, os conventos, para onde eram levadas as filhas dos senhores, desde o século XVIII convertiam-se em espaços de resistência, de “irreligiosidade e amores pecaminosos”. O autor sugere que, as medidas eclesiásticas não davam conta da rebeldia das moças.⁴¹¹ Essa questão havia sido abordada por Braz do Amaral, para quem a indisciplina e a desobediência às freiras francesas na Santa Casa deram início à revolta.

⁴⁰⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Sabinada – os princípios liberais do século XIX. In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941, p. 187. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴¹⁰ Ibid., p. 188.

⁴¹¹ RUY, Affonso. op. cit., p. 11-12.

Após narrar a repressão militar aos protestos daí decorridos em algumas ruas de Salvador, completou: “Os soldados, vencedores nesse dia, diziam por ironia que o povolêu tivera o que estava a pedir, carne sem osso e farinha sem caroço.”⁴¹² Estes foram os termos usados para tratar dos populares envolvidos nos protestos ao longo do texto, entre outros, como “grupos assaltantes”, “populacho”, “turbulentos”. No conjunto desses textos, o reconhecimento da origem e da participação popular nas revoltas ora aparece associado à descrição de cenas de tumultos, ora é considerado algo digno para a história do país. De tal modo que Braz do Amaral refletiu sobre o assunto, ao se referir à conjuração baiana:

E, com tanta maior satisfação o faço, quanto é certo que várias pessoas de consideração julgaram de modo singular e deprimente para a conjuração de 1798 a origem humilde e condição social inferior dos protagonistas daquele sombrio drama político.

Em todas as partes do mundo não só se recrutam entre as classes elevadas os partidários das reformas, mas pessoas do povo, das classes mais pobres, hão tomado parte em movimentos que aspiram a mudanças, por serem as que mais sofrem e até têm sido dadas designações plebeias, ora por menoscabo, como expressões pejorativas, aos partidários de ideias libertadoras, ora porque grande porção do povo a tais mudanças se liga.⁴¹³

Nessa perspectiva, as classes eram recrutadas para as reformas enquanto algo maior e desconhecido dirigia os movimentos. Como se o povo tomasse partido em movimentos maiores, já em andamento, dirigidos por outros grupos. Não seria possível considerar uma consciência de classe, sob este ponto de vista. Para Braz do Amaral, não era demérito reconhecer a participação do povo nas revoltas, como também não o seria confirmar a de pessoas de “condição social superior”,

A modéstia da origem, porém, não diminui, perante a posteridade, a importância dos feitos, antes os exalta e engrandece aos que por nobres ideais sofreram e morreram.

Alguns dos documentos a que vou me referir demonstram que não era somente na lia da sociedade do Brasil de então, nos pardos, descendentes próximos da raça escrava, que as ideias liberais penetravam e eram cultivadas, conquistavam os espíritos e preparavam o advento de uma era nova, mas também entre muitas outras pessoas de condição social superior à dos principais implicados no processo da tentativa revolucionária de 1798. No meu entender, aliás, o elemento popular dignifica o país e dá uma ideia nobre da gente que o habita.⁴¹⁴

⁴¹² AMARAL, Braz Hermenegildo do. Revolução da carne sem osso e farinha sem caroço ou revolução dos chilenos ou, ainda, das pedras. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 274.

⁴¹³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a independência. Conferência realizada no IHGB, 10 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 4.

⁴¹⁴ Ibid., p. 4-5.

Embora tenha sugerido que as camadas populares dignificam a história do país, como se verifica no trecho acima, antes de chegar a este raciocínio, feito com base em episódios da independência por ele considerados notáveis, e ainda no mesmo texto, Braz do Amaral afirma:

O público, a massa da população foi, como de ordinário, indiferente no princípio, pois poucos se arriscam pelas mudanças, de maneira que o sacrifício recaiu sobre um número restrito de indivíduos. Os que formam a minoria nesses momentos são denominados mártires das grandes causas e os que formam, no futuro, as figuras de relevo das revoluções, o que é a justiça da história.⁴¹⁵

A justiça da história, à qual se refere, talvez seja a mesma que elegeu Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira. Um alferes das tropas da capitania que figurava na conspiração entre as “pessoas graduadas e conceituadas”, às quais fez referência. O que para ele justificava, seguindo a orientação de Varnhagen, a notoriedade da revolta, haja vista a “qualidade das pessoas nela envolvidas”.⁴¹⁶ Tiradentes, ao que parece, foi o personagem “dotado de ação” referido por Braz do Amaral no texto escrito para o centenário da câmara dos deputados, em 1926. Aquele que se destacou entre os “homens de inteligência” envolvidos na Inconfidência, cuja tentativa revolucionária teria sido “puramente teórica” e “sem preparo algum no povo”.⁴¹⁷ Sobre esse militar, entretanto, salientou:

O interesse nacional, a simpatia que a sua bravura e a sua sorte inspiram, a confraternidade enfim mais absoluta e completa com os princípios pelos quais morreu Silva Xavier, não nos podem porém fazer esquecer que, entrando para uma conspiração que se urdia contra a ordem constituída e o governo ele não atendeu à fidelidade ao juramento militar que é a base da disciplina, e a linha indicadora do dever à bandeira que está acima de tudo na consciência do soldado.⁴¹⁸

Apesar de destacar a “bravura” de Tiradentes, Braz do Amaral ressalta a sua indisciplina, o descumprimento da ordem. De herói do movimento de Minas, esse personagem passou a militar infiel.

⁴¹⁵ Ibid., p. 3.

⁴¹⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Inconfidência Mineira. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 326.

⁴¹⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Aspirações liberais no Brasil. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 138. APJCB

⁴¹⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Inconfidência Mineira. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 327.

Para Braz do Amaral, as tentativas revolucionárias no Brasil, como as que ocorreram em Minas, na Bahia e em Pernambuco (1817), representaram o caminho para um “regime político livre”, baseado nos “princípios liberais”. Na Bahia, a participação das camadas populares seria um indicativo do sentimento de nacionalidade que se formava. Foi no que viu “generalizado o desejo de revolução”. Em Pernambuco, onde teria acontecido um dos movimentos mais notáveis de busca por emancipação, centenas de pessoas se envolveram e foram presas.⁴¹⁹ Esses movimentos foram considerados pelo historiador do IGHB “pródornos” da independência do país, marcada por “sangue e sofrimento”, principalmente para os baianos.⁴²⁰ Assim como o foram as revoluções constitucionalistas da Bahia (1821), influenciadas pela do Porto (1820), e a do Rio de Janeiro, motivada pela baiana, cuja aspiração era do povo e cujo apoio da força armada.⁴²¹

Ao narrar cada um desses acontecimentos, Braz do Amaral ressaltou, como já foi dito, a participação ou o propósito dos militares, assinalando, entretanto, uma diferença entre brasileiros e portugueses. A respeito do processo de implantação do regime constitucional, por exemplo, após concluir que os oficiais portugueses constituíam “o nervo de todos os movimentos revolucionários”, completou: “Não queriam ficar em pé de igualdade com os militares brasileiros, considerados inferiores, como filhos de uma raça degenerada e fraca”.⁴²² Essa diferença marcada pela ideia de raça aparece superficialmente nos argumentos de Braz do Amaral que privilegia a questão quando discute os movimentos que antecederam o da independência, levando o leitor a acreditar que ela se acentuou quando os interesses dos brasileiros e dos portugueses passaram a divergir, caminhando para a separação do Brasil com a metrópole. Até então, havia, para ele, a união de “nacionalidades” em torno de objetivos comuns, como o combate ao “inimigo” estrangeiro.⁴²³

A partir dessa percepção, e de maneira encadeada, intensificou a narrativa dos conflitos que desembocariam na separação do Brasil com Portugal. Ao narrar as circunstâncias da guerra pela independência, destacou qualidades e defeitos de D. Pedro I, considerado a “maior figura” do episódio. Personagem que foi reconhecido ainda pelo papel de “formador de uma nacionalidade nova” e de dirigente da revolução que salvaria o país:

⁴¹⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Aspirações liberais no Brasil*. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 138-139. APJCB

⁴²⁰ Ibid., p. 139.

⁴²¹ Ibid., p. 141.

⁴²² Ibid., p. 148.

⁴²³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Como expirou o poder holandês no Brasil*. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 131.

A fim de abater o poderio da metrópole, o príncipe regente, passando do serviço que esta lhe havia confiado ao da revolução, de posse da autoridade de que fora investido pela sua pátria, dirigiu a revolta contra ela, tomou ministros dedicados à causa da emancipação e mandou executar todas as disposições e providências precisas para realizar a separação de Portugal, tendo para isto ao seu dispor todos os elementos que têm nas suas mãos os governos.⁴²⁴

Apesar de se referir ao príncipe desta maneira, não atribuiu grande importância à declaração de “independência ou morte”. Salientou o papel do povo baiano, categoria apresentada de forma genérica, das câmaras municipais e das cidades do recôncavo nesse processo de luta contra a metrópole. Esse episódio ganhou em alguns textos um aspecto quase teatral, como mostra o fragmento a seguir: “Tinha-se chegado assim na Bahia a uma destas situações que só pela espada se resolvem. Desembainhada no formoso recôncavo da antiga metrópole da administração do Brasil, ela não devia voltar ao cinto dos guerreiros, senão depois de realizada a independência da pátria!”⁴²⁵ Trechos como este, e outros em que se refere à quantidade de combatentes, aos horrores da guerra de independência, remetem à discussão da concepção de revolução de Braz do Amaral. Pelo que foi exposto, percebe-se que para ele, mais do que qualquer polêmica acerca da participação popular, grandes homens sempre tomam em suas mãos os rumos das revoltas, das revoluções. Tiradentes e D. Pedro I foram os exemplos.

O autor de *História da Independência na Bahia* sugere que não havia um conflito de classes bem delineado, uma vez que o inimigo era a metrópole e a causa da luta era algo maior, a libertação do Brasil. O povo aparece novamente em episódios nos quais destacou o tumulto e a ineficácia dos movimentos e os militares surgem como os líderes de batalhas que surtiram efeito. Não leva em conta o papel da aristocracia do açúcar como possível liderança na luta contra as tropas portuguesas, tampouco reflete sobre os diferentes projetos de país independente, relacionados a questões étnico-raciais e de classe, reunidos nessa luta comum. No entanto, mesmo esvaziando sua narrativa dos conflitos sociais que marcaram a Bahia no final do século XVIII e ao longo do XIX, deixa entrever os problemas que ensejaram os movimentos e as revoltas ocorridas nesse período. Em uma época, segunda década do século XX, em que o mundo também se convulsionava em guerras de grandes proporções.

⁴²⁴ AMARAL, Braz do. Aspiraões liberais no Brasil. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 173. Sobre a ideia de D. Pedro I como “formador de uma nacionalidade nova”, consultar: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 155. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴²⁵ AMARAL. Aspiraões liberais no Brasil. op. cit., p. 158.

Os exemplos mostram que é preciso pensar como a ideia de revolução se modificou ao longo do tempo na visão de Braz do Amaral. Quais os movimentos que ele considerou revolucionários? Em que sentido empregou o termo “revolução”? Ao discorrer sobre a história do conceito, Reinhart Koselleck ressaltou que tal exercício lembra que “a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”, daí a necessidade de entender o que significou em cada período histórico e de relacioná-lo com a possibilidade de transformação da sociedade.⁴²⁶ Do ponto de vista linguístico, há, segundo o autor, variações quanto ao uso e à extensão do termo. Ele possui um “campo semântico amplo” e uma “imprecisão conceitual”, de modo que, a depender do momento histórico e político específico, pode significar desde movimentos sangrentos ou golpes políticos até inovações científicas. Nesse sentido, trata-se de um “conceito geral” com variações em seu significado. Para Koselleck, um “produto linguístico da modernidade”.⁴²⁷

A princípio, ao significado de “revolução” imprimiram um movimento cíclico e natural, que desconsiderava a possibilidade de mudança. Qualquer alteração da forma de governo não seria capaz de mudar as coisas no âmbito político. Assim como o ciclo das estrelas e as estações do ano, mesmo com alterações, a vida coletiva voltava ao ponto de partida. Esse movimento guardava a consciência de “retrocesso”, de “restauração”. O conceito passou a ser aplicado a acontecimentos de longo prazo, ganhando uma perspectiva de futuro. Passou a incorporar elementos de uma “guerra civil” que, até o século XVII, remetia a uma situação de lutas, com derramamento de sangue, mas não se igualava a revolução, do ponto de vista conceitual. Ao longo do século XVIII, época do Iluminismo, a perspectiva da transformação ganhou força e “revolução” passou a fazer parte do cotidiano, a penetrar várias esferas da vida humana, embora a oposição à ideia de “guerra civil” reaparecesse. A revolução poderia viabilizar novos horizontes, mas esperava-se que fosse sem terror e derramamento de sangue, a exemplo da Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra.

Após 1789, “revolução” passa a significar a possibilidade de conhecer e dominar um futuro, despoja-se da ideia de retorno a situações políticas anteriores. Transformou-se, conforme Koselleck, em um “coletivo singular”, ao concentrar em si todas as revoluções particulares. Houve uma mudança em relação à experiência do tempo. Do horizonte “natural” da história passou-se à “aceleração do tempo”. Em decorrência, a perspectiva quanto ao

⁴²⁶ KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 77.

⁴²⁷ Ibid., p. 61-62.

passado também foi alterada e as diferentes fases da Revolução de 1789 foram tomadas como referência. Outra distinção importante se deu no âmbito do “trajeto”, da “passagem da revolução política à revolução social”, cujo grau de coincidência e interdependência tornou-se, para Koselleck, uma das questões fundamentais da história moderna. Em benefício da humanidade, as variações modernas do termo “revolução” visavam uma abrangência “universal”, de modo “permanente”. Porém, além de “universal” e “permanente”, a revolução deveria ser legítima e esse elemento fez retomar a lógica da guerra civil. Independentemente dos meios disponíveis no processo de luta, o revolucionário tinha uma meta global a alcançar, a extinção de todas as formas de dominação. Essa seria, para o autor, a contribuição do leninismo, que, ao defender a guerra civil, alterou seu sentido e valor para a filosofia da história.⁴²⁸

Difícil e inútil seria tentar encaixar a ideia de revolução de Braz do Amaral nessa história do conceito apresentada por Koselleck. A generalização e a experiência histórica de uma região específica não comportam as peculiaridades políticas, sociais e econômicas de cada localidade. Por outro lado, o conhecimento do vocabulário político moderno e do conteúdo semântico do termo vale para situar o historiador baiano em um contexto mais geral de uso da expressão, bem como para acentuar a ambiguidade da sua visão sobre o fato.

Há quem considere que no Brasil “nunca houve uma Revolução”. É o caso de José Honório Rodrigues, para quem predominaram os “exemplos de conciliação”, apesar da alternância no processo histórico do país do que chama de “história cruenta e incruenta”. Em sua visão, “[...] a violência não é o elemento histórico fundamental da vida brasileira, como o foi em outras partes [...]”, uma vez que prevaleceram “as aspirações de tolerância” e a “mestiçagem abrandou as relações sociais”.⁴²⁹ A “conciliação”, segundo o autor, tem raízes no período de colonização, remonta à “dicotomia terrorismo-amansamento que os brancos europeus tiveram que enfrentar aos primeiros contatos com os índios e negros, e das transigências aos antagonismos coloniais.”⁴³⁰ Daí em diante, as minorias dominantes fizeram de tudo para tirar das multidões seus direitos, evitando as reformas econômicas e sociais, mas sem perder o controle sobre elas, o que não impediu as lutas sociais, o derramamento de sangue, o inconformismo do povo, o radicalismo da liderança popular e a violenta repressão pela minoria dominante. Esse aspecto terminaria por invalidar “a tese da tradição política

⁴²⁸ As características do campo semântico do termo, depois de 1789, encontram-se no texto do historiador alemão. Cf. Ibid., p. 69-77.

⁴²⁹ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 110.

⁴³⁰ Ibid., p. 57.

pacífica”, sobretudo no que diz respeito ao período colonial, que se pauta nos poucos exemplos de lutas, em relação a outros países, e na conciliação cotidiana das relações humanas, apesar das manifestações de inconformidades no âmbito das relações políticas e sociais.⁴³¹

A “conciliação”, que, na visão de José Honório Rodrigues, domina a política brasileira no século XIX e a lentidão das reformas, pequenas e moderadas, serviram mais para acalmar as divergências dos grupos dominantes do que propriamente beneficiar o povo, que não se manifestou com “a brutalidade e a imaturidade de outros povos” e teve suas aspirações derrotadas. Dessa forma, de acordo com José Honório Rodrigues, nenhum movimento armado no Brasil foi, de fato, uma Revolução, porque embora o movimento armado de 1930 tenha sido vitorioso, não representava as “novas forças do país, nem pretendia fazer alterações profundas.” Toda Revolução, para ele, “é uma tentativa de salto no processo histórico e é mais ou menos violenta, e tanto mais quanto mais retardada for. [...] Ela sempre se refere a um momento anterior, e não ocorreria se não houvesse sempre o jogo prévio de forças ideológicas.”⁴³² Os nomes usados no Brasil para caracterizar um tipo de comportamento exaltado dos grupos variavam entre “rebelião”, “revolta”, “revolução”, “insurreição”, “golpe de Estado”, tendo “revolução” um sentido positivo, por causa dos supostos ideais, e sendo a “insurreição” desqualificada, considerada de “negros e escravos”.⁴³³

Foi possível conferir que para Braz do Amaral termos como “revolução” e “revoltas” aparecem como sinônimos, quase sempre quando aludiu ao papel dos militares. Por vezes, quando se referiu a movimentos em que o povo teria participado, utilizou-se de expressões em tom de desqualificação, como “turbulentos”, “revoltosos”, entre outros. O sentido atribuído à “revolução” também foi diverso, não possuía relação direta com os seus resultados e com as mudanças que poderia significar. Para Braz do Amaral, os movimentos de fins do século XVIII, que possuíam “intuítos libertários” e estouraram em várias regiões do país, a exemplo de Minas, Bahia e Pernambuco, estavam conectados por uma só “causa determinante”, “mudar a forma do governo”. O ano 1823 era a finalidade desses movimentos considerados sintomas de determinado “estado político e social”.⁴³⁴ A independência do Brasil seria, nessa perspectiva, a grande revolução na qual desembocariam todas as outras que a antecederam. A importância de cada uma delas estava ligada ao que representaram para a luta final. As outras

⁴³¹ Ibid., p. 36.

⁴³² Ibid., p. 112.

⁴³³ Ibid., p. 111.

⁴³⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1789. *RIGHB*, n. 52, p. 114.

revoltas que surgiram depois, a exemplo da Cemiterada, por não possuírem um propósito como esse, perdeu importância em sua narrativa, sendo desqualificadas em alguns momentos.

Os seus argumentos, entretanto, indicam que esse modo de considerar as revoluções corresponde a uma ideia presente no pensamento de outros historiadores e intérpretes do Brasil, de gerações passadas ou seguintes a dele, a exemplo dos citados Francisco Adolfo de Varnhagen e Affonso Ruy. Do que é possível concluir que a concepção de revolução estava relacionada com um modo de pensar e escrever a história. Nessa perspectiva, explica-se a recorrência de objetos da história política nos textos de Braz do Amaral, bem como o interesse pelo período da história do Brasil em que se buscava consolidar o Estado-nação. É uma “história-batalha” que narra extensamente revoltas e conspirações. O propósito do que ele chama de “revoluções” era a independência em relação ao reino de Portugal, com a formação de uma “nacionalidade”, pontos que serão discutidos no tópico a seguir.

4.2.1 Independência do Brasil na Bahia e a formação da nacionalidade brasileira

A independência do Brasil significou para Braz do Amaral o momento de constituição de uma nacionalidade que já dava sinais no “espírito” dos brasileiros de “todas as classes”, das pessoas mais graduadas às do povo.⁴³⁵ As “sementes da liberdade” teriam sido lançadas pelos movimentos ocorridos no final do século XVIII e começo do XIX contra o domínio da metrópole. Entretanto, esse sentimento ou ideia, que é o de uma “pátria”, só se firmaria no dia em que os portugueses deixaram o Brasil, em 2 de julho de 1823.⁴³⁶ Este foi, em sua visão da história, um episódio inevitável. Uma vez criada uma “brecha no sistema absolutista”, a partir da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, a independência estava marcada para acontecer.⁴³⁷ Ainda que, à época, as pessoas não tivessem se dado conta do que isso significaria para o Brasil, alertou que esse acontecimento revelaria sua importância e sua

⁴³⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 10. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção Especial.

⁴³⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Como expirou o poder holandês no Brasil. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 131. Sobre a ideia de “sementes da liberdade”, consultar: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 11.

⁴³⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Sobre a data da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro – 1808-1823. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 145.

“força própria” anos depois. Daí, talvez, a importância da história que ele se interessou em contar no período de comemoração do centenário daquela data capaz de legitimar a força do fato histórico. Ao reconhecer as causas imediatas e remotas da independência, assegurou: “A abertura dos portos ao comércio estrangeiro equivaleu a um decreto de separação.”⁴³⁸ Obra atribuída por Braz do Amaral ao economista baiano, José da Silva Lisboa, cuja consequência imediata, a independência, se expressaria como uma fórmula matemática:

A questão da independência foi depois dela, uma questão de tempo apenas, mas era fatal e lógica, como uma **equação matemática**, porque não dependia o problema então do povo brasileiro só, mas entrava no realizá-lo o interesse de nações e governos mais poderosos do que o de Portugal.⁴³⁹

Certamente Braz do Amaral fazia referência ao interesse e à participação da Inglaterra nesse processo, afinal é conhecida a história da presença de um Lord inglês (Cochrane) na resistência às tropas portuguesas. Esse país foi beneficiado com a abertura dos portos e os tratados de 1810 e possuía interesse no comércio com o Brasil, em função das exigências do estágio de desenvolvimento industrial. Seria mais vantajoso manter o comércio com o Brasil do que as boas relações com a monarquia portuguesa. À transferência da Corte, considerada o “golpe decisivo” no antigo sistema colonial, seguiram-se medidas que favoreceram a produção e o comércio, mas não foram capazes de modificar totalmente o sistema, uma vez que esbarravam no interesse dos portugueses. Dessa forma, ao tempo em que tomava medidas de caráter liberal, D. João criava outras, restritivas e de caráter monopolista, para proteger os interesses dos portugueses, aprofundando os antagonismos.⁴⁴⁰

Braz do Amaral não discute, nem avalia a participação dos ingleses no movimento, tampouco considera as ambiguidades geradas pelas medidas adotadas. A sua explicação sobre as crescentes oposições e lutas entre brasileiros e portugueses apela à lógica do “ciúme” e das “rivalidades” existentes entre eles, em detrimento, por exemplo, da consideração sobre a possível tomada de consciência dos brasileiros em relação à política das cortes portuguesas.⁴⁴¹ Concentra sua narrativa no papel do monarca. Em sua visão, a chegada de D. João ao Brasil

⁴³⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 9. Sobre a “força própria” desse acontecimento, ver p. 10. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁴³⁹ AMARAL, Braz do. Discurso que foi elaborado para ser lido na sessão de inauguração do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, após o incêndio que o destruiu. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto: Tipografia Econômica, 1921, p. 107. Grifo nosso.

⁴⁴⁰ CAVALCANTI, ZÉLIA. O Processo de Independência na Bahia. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 248 e p. 234-235.

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 241.

significou a “substituição” das questões “acanhadas” da colônia por “grandes ideias”, do que resultaram a constituição da nacionalidade e da educação nacional. O monarca teria “guiado o país pelas mãos”, ao preparar a prosperidade da pátria, cujo “corolário lógico foi a sua independência da metrópole”.⁴⁴² Tamanha a importância atribuída à vinda da família real, considerada o “acontecimento mais importante da nossa história”, que Braz do Amaral chegou a declarar, em 1907:

Foi ele quem fez pulsar neste vasto território o coração de um povo, quem lhe despertou interesses, necessidades, ambições que não tinha e lhe deu a consciência de um vigor que ele mesmo não conhecia. Sente-se que pulsa no seio do novo império, que ele prometera à Europa criar e que realmente criou, o sangue de uma nacionalidade a acrescentar na geografia do mundo.⁴⁴³

O período de 1808 a 1822, da chegada da família real à instituição do Império, foi considerado por alguns historiadores um período preparatório, que seria seguido de uma fase de transição até 7 de abril de 1831, com a abdicação de D. Pedro I, momento em que o “estado nacional” se consolidaria. A transferência da Corte significou, para alguns, a “abolição” do regime de colônia no Brasil, provocando mudanças econômicas, políticas e até no modo de vida, que poderiam significar uma independência brasileira. Nessa perspectiva, a transformação econômica, que começou a ocorrer em meados do século XVII, foi a base para a emancipação política do país.⁴⁴⁴ Esse processo, que teve como resultado a independência do Brasil, se diferenciou do ocorrido em outras colônias americanas, nas quais o rompimento com as metrópoles havia sido violento. No caso brasileiro, o governo metropolitano teria lançado as bases de sua autonomia, principalmente com a transferência da Corte portuguesa. Fato que singularizou, para alguns, esse processo histórico.⁴⁴⁵ A ênfase nesse aspecto, no entanto, pode favorecer o entendimento da independência brasileira como uma “dádiva portuguesa”. José Honório Rodrigues chama a atenção ao fato de que, a despeito do derramamento de sangue, a historiografia latino-americana e a norte-americana não falam da Guerra de Independência ocorrida no país, sobretudo na Bahia, onde as tropas brasileiras somaram 11.000 homens, em abril de 1823, dos quais boa parte foi comandada por Pedro Labatut na batalha de Pirajá. Para o autor, os combates na Bahia, o caso de Joana Angélica, a

⁴⁴² AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido na Faculdade de Medicina da Bahia por ocasião do Centenário do Ensino Médico no Brasil. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto: Tipografia Econômica, 1921, p. 88 e p. 93-94.

⁴⁴³ Ibid., p. 94. O texto original é da revista do IGHB e data de 1907.

⁴⁴⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política de Brasil: colônia e império*. 16ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1987, p. 9, p. 44, p. 47 e p. 59.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 45.

mortandade em Itaparica, entre outros, demonstram que a independência foi marcada por lutas que valeram sangue e não só pela conciliação.⁴⁴⁶

Braz do Amaral ressaltou, em 1923, o sacrifício do povo baiano, contestou a ideia, segundo a qual, a independência teria se realizado amistosamente e rejeitou a suposta passividade dos brasileiros, bem como a traição dos portugueses ao seu país. Entretanto, chegou a argumentar, em 1926, que “apesar de todos os seus defeitos, (o regime colonial) deixou o povo preparar-se para as aspirações liberais que se revelaram pela independência [...]”.⁴⁴⁷ Esse raciocínio é explicado pelas considerações feitas acerca de causas econômicas. Ainda que em uma perspectiva de análise da história diferente da de autores posteriores, como por exemplo, a de Caio Prado Júnior, Braz do Amaral havia levado em conta as mudanças econômicas desencadeadas com a chegada da família real ao Brasil. Por essas razões, sobretudo, pela necessidade de criar uma “receita” o decreto de abertura dos portos foi baixado, configurando em importante passo para as mudanças que ocorreriam no Brasil. Dada a inevitabilidade desse acontecimento, contudo, a única coisa que poderia ter mantido, para ele, a sujeição do Brasil a Portugal era a implantação de uma “habilíssima política liberal”, que muito provavelmente nenhum português teria sido capaz de realizar.⁴⁴⁸

Esses dois acontecimentos, o decreto de abertura dos portos e a evacuação da Bahia das tropas de Portugal, configuraram para Braz do Amaral o início e o fim da “grande transformação política” pela qual passou o país. O 2 de julho de 1823 aparece na sua narrativa como o fato de grande importância para a história nacional e dos baianos:

Têm os baianos real motivo para se orgulharem da sua data de 2 de julho, porque ela foi o primeiro fato de grande valor da nossa vida nacional, como prova de poder; e porque terminou aqui, no batismo de fogo e de sangue da guerra da Independência, a emancipação do país, que também se havia preparado aqui pelo ato da abertura dos portos do Brasil.⁴⁴⁹

A Bahia, por essa perspectiva, teve papel fundamental para a constituição da nacionalidade brasileira, porque foi palco dos acontecimentos que decidiram a vitória sobre a

⁴⁴⁶ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 42.

⁴⁴⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 9.; AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Aspirações liberais no Brasil*. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 183. APJCB

⁴⁴⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. 2 de julho de 1823. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 191.

⁴⁴⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. 2 de julho de 1823. *Ibid.*, p. 194.

metrópole. Essa nacionalidade encontrava sua força e sua nobreza na união e nas “qualidades de resistência” do povo.⁴⁵⁰ Sobre elas comentou:

Estas qualidades heroicas, no tempo da nossa emancipação política, só o povo da Bahia teve ocasião de as mostrar e as revelou, com uma superioridade, um denodo e uma bravura que são as coisas que se podem citar como generosas e nobres daquela época, de modo que podemos hoje dizer, sem que possa quem quer que seja titubear uma contestação, que para ter este país a sua liberdade, ninguém sacrificou nem lutou como os baianos!⁴⁵¹

O historiador reivindicava a participação do estado nesses acontecimentos, na ocasião de comemoração do centenário da independência. Uma festividade, para ele, de “cunho demasiado particularista”, em que as atenções se voltavam para Rio de Janeiro e São Paulo, como se a independência fosse uma “propriedade patriótica” dessas localidades.⁴⁵² Nesse sentido, criticou as produções literárias surgidas nesse contexto, que apagavam, em sua visão, o sacrifício de outras províncias que deram sua contribuição para a libertação do Brasil. Havia, para ele, “desvios numerosos na exatidão precisa da história nacional, assim como omissões injustas, porque houve no Brasil um lugar em que a independência custou sangue e sério esforço e foi conquistada de um modo que honra o povo brasileiro.”⁴⁵³ Ao tempo em que reivindicou a centralidade dessa província e dos baianos nos acontecimentos da independência, Braz do Amaral buscou reduzir a importância dada aos fatos que envolveram D. Pedro I, ocorridos no Rio de Janeiro: “Tirem da independência a campanha da Bahia e ela ficará reduzida a um arranjo familiar e muito burguês, com a intervenção de Sir Carlos Stuart [...]”⁴⁵⁴

Em torno do que ele chamou de “campanha da Bahia” uniram-se câmaras, milícias e o povo, ao governo do príncipe regente, fazendo os acontecimentos avançar para uma “solução violenta”, que tinha que ocorrer “fatalmente” e ocorreu. Este caminho embora curto, em sua perspectiva, não foi considerado o melhor por ele.⁴⁵⁵ Salvador sofria com a escassez de

⁴⁵⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Sobre a data de abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro – 1808-1823. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 149.

⁴⁵¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 61. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção Especial.

⁴⁵² AMARAL, Braz do. Ação da Bahia na obra da independência nacional. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 9.

⁴⁵³ Ibid., p. 9.

⁴⁵⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 60. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção Especial.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 172.

gêneros alimentícios, com a violência e a carestia, o que aumentava o êxodo para o interior do estado. A falta de alimento foi considerada por Braz do Amaral o “pior e mais sinistro” aspecto da guerra.⁴⁵⁶ Com o desenrolar dos acontecimentos e o isolamento da guarnição de Portugal, o acesso aos produtos que abasteciam a capital ficou restrito. A falta de víveres, conforme destacou, foi “causa determinante” da evacuação da Bahia das tropas portuguesas, resultando na vitória dos brasileiros com a retirada do general Madeira de Mello e de sua guarnição que era a mais importante e fiel a Portugal ainda no Brasil.⁴⁵⁷

As vilas do recôncavo tiveram uma participação importante. De forma “majestosa”, para Braz do Amaral, os “homens ilustres” de Cachoeira chegaram a constituir um governo interino.⁴⁵⁸ A importância atribuída à organização dessas cidades, o levou a comparar esse episódio com outros da história de outros países:

A sublevação das vilas do Recôncavo, a sua organização em corpos políticos beligerantes, a formação daquele conselho de representantes delas, dirigindo a guerra e governando, é uma coisa tão perfeita e admirável como o comitê de salvação pública da revolução francesa, ou o parlamento de Inglaterra, ou o Congresso dos americanos, lutando contra os ingleses, parecendo que foi este o modelo que pretenderam eles seguir, o que conseguiram com perfeito êxito.⁴⁵⁹

Como destacou, as câmaras municipais das cidades do Recôncavo, a exemplo de Santo Amaro e Cachoeira, com o apoio das milícias, dirigiram o movimento em prol da “causa nacional” dando início à revolução. Essas instituições foram reconhecidas em seus textos como: “Organização plebeia, e refúgio das liberdades públicas, nos países em que ela se enraizou, foram as Câmaras na península ibérica os alicerces das instituições liberais.”⁴⁶⁰ O povo baiano por meio delas, e a elas unido, também se mobilizou, fazendo-o, porém, com despreparo e sem conhecimento da causa. Ainda que ressalte o “batismo de sangue” a que foram lançados os baianos, que faça recorrentemente referência às suas lutas neste processo, eles aparecem como coadjuvantes de uma história que seguia seu curso. Estando eles próprios acompanhando a marcha da história:

⁴⁵⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. 2 de julho de 1823. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 187. Conferir ainda: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957.

⁴⁵⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A entrada do exército pacificador na Bahia. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 291.

⁴⁵⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 7. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção Especial.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 7.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 177-178.

O povo, a massa numerosa e dirigível, não sabia o que se estava armando, nem previa as consequências dos acontecimentos em que era principal fator. Seguiu despreocupado o seu destino, com este instinto das multidões que as leva para diante, sem que percebam a razão do que estão a fazer.⁴⁶¹

Ao tratar das forças que se organizavam para lutar contra a possibilidade de “recolonização” do Brasil, figurando entre elas brasileiros e portugueses, Braz do Amaral ressaltou a ausência de um centro ou poder que pudesse dirigir a guerra e orientar os envolvidos. Pelo que se depreende da leitura dos seus textos, conforme foi discutido no tópico anterior, caberia aos militares organizá-las:

Urgia, porém, dar uma forma militar segura, uma organização sólida a estas forças sem disciplina e muito bisonhas e por isto foi equipada no Rio de Janeiro a esquadra composta da fragata **União**, das corvetas **Maria da Glória** e **Liberal** e do bergantim **Reino Unido** [...].⁴⁶²

Quando narrou detalhadamente as circunstâncias do acontecimento, como se tivesse sido testemunha ocular dele e agora registrasse as suas memórias, o fez de uma perspectiva dos generais, como se eles tivessem decidido a história e a sorte do povo. O norte do país é reverenciado “viveiro dos soldados do Brasil”.⁴⁶³ A Bahia e os seus militares mostraram, para Braz do Amaral, sua força e seu patriotismo ao resistir corajosamente à possibilidade de “recolonização” do Brasil. A cidade de Salvador por ter sido o lugar onde havia começado a vida administrativa do país foi reconhecida pelo seu valor histórico e pela sua tradição. As vilas do recôncavo pela sua bravura e pela importância das câmaras. Esses fatores decidiram a vitória dos brasileiros sobre a metrópole, com a evacuação da Bahia pelas tropas portuguesas, marcando o último acontecimento antes da independência do país, da sua “libertação política”.

Não foi dessa forma que historiadores trataram anos depois da independência nacional. Ao contrário de Braz do Amaral, referiram-se à correlação de forças que deu o tom a esse processo, desde a vinda da família real, depois com o estabelecimento de um regime constitucional e o posterior movimento pela independência, até o surgimento de um estado nacional e as “revoluções da menoridade” (1831-1840). Caio Prado Júnior, por exemplo, analisou esse período na perspectiva do marxismo com atenção às classes sociais e às disputas

⁴⁶¹ Ibid., p. 178.

⁴⁶² AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. 2ª edição. Salvador: Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. n. 19, 1957, p. 186. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção Especial. Grifos no original.

⁴⁶³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. A entrada do exército pacificador na Bahia. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 292-294.

entre elas. Ele explica quais eram as classes e os seus interesses. Interpretou a posição das “forças reacionárias”, que desejavam a recolonização do Brasil, das “classes superiores”, representadas no partido brasileiro, compostas por grandes proprietários rurais e aliados, e das “forças populares”, que para ele não possuíam maturidade política nem condições objetivas para conquistar a liberdade econômica e social que almejavam.⁴⁶⁴ Conforme esse autor, o segundo grupo foi o responsável pela independência. As classes populares mantiveram uma posição radical, buscaram transformações e igualdade sociais, mas sem base econômica e social os projetos não eram postos em prática.

Uma vez que a luta pela independência se desenrolou em torno do príncipe regente, constituiu-se em uma “simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro”. E sem a participação direta das massas, as classes superiores absorveram o poder, do que Caio Prado Jr. concluiu, “Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto.”⁴⁶⁵ Este autor concentrou sua análise, como foi possível verificar, nos acontecimentos ligados à sede do Império e ao príncipe regente. Foi uma visão mais geral do fato.

Braz do Amaral que, antes dele, discutiu os termos da independência, salientando a participação da Bahia nesse processo, assegurou que a independência do Brasil foi conquistada nesse estado, após derramamento de sangue. Talvez o recorte dado, no âmbito da Bahia, tenha contribuído para a forma da narrativa. Outros historiadores estavam afinados com essa história contada sobre a independência. A respeito do tema, Wanderley Pinho falou, a partir de Ladislau dos Santos Titara, ao transcrever o poema “Paraguaçu”, publicado na Bahia, em 1835. Trata-se de uma narrativa da Guerra da Independência, considerada pelo historiador “uma história verdadeira de que foi o autor testemunha”. Os episódios são narrados em ordem cronológica e se concentram nos atos dos militares, sem qualquer problematização.⁴⁶⁶ Ao optar por esse caminho, de descrição dos fatos, o historiador mostra a filiação a determinado modo de escrita da história, além de endossar a narrativa sobre o assunto de historiadores como Braz do Amaral.

⁴⁶⁴ PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 50.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 52-53.

⁴⁶⁶ PINHO, José Wanderley de Araújo. A Guerra da Independência – crônica de toda a campanha. In: _____. *Coletânea de textos históricos*. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990, p. 35-86.

Luís Henrique Dias Tavares ao narrar também a história da independência do Brasil na Bahia, conforme título do seu livro, seguiu os passos de Braz do Amaral, cujos textos foram utilizados como referência pelo autor. Sua narrativa também se concentrou no desenrolar dos acontecimentos, sobretudo na ação dos militares. Ocupou-se da história do general português Madeira de Mello e de muitos outros militares portugueses. Narrou a luta nas vilas do recôncavo, bem como a chegada e saída das tropas portuguesas da Bahia.⁴⁶⁷ À semelhança de Braz do Amaral, Luís Henrique Tavares buscou mostrar as singularidades do processo de independência da Bahia em relação ao Rio de Janeiro.

A historiografia sobre o processo de emancipação política do Brasil foi caracterizada, por algum tempo, por essas versões e interpretações tradicionais dos acontecimentos. Os historiadores que se limitaram à descrição detalhada, em ordem cronológica, com a reprodução dos documentos, caracterizaram os estudos nos quais se basearia a produção subsequente. Braz do Amaral foi tomado como exemplo mais expressivo dos estudos dedicados à descrição dos episódios de 1821 a 1823, uma vez que, ao transcrever integralmente e parafrasear uma série de documentos foi reconhecido pela contribuição significativa dada ao estudo do tema.⁴⁶⁸ Portanto, a impressão que se tem é a de que a crítica feita por Braz do Amaral à memória histórica surgida no contexto de comemorações do centenário da independência apenas deslocou a história para a Bahia sem promover, ao que tudo indica, alterações profundas, afinal, na sua abordagem prevaleceram as classes militares e os “homens ilustres” do Recôncavo, ainda que tenha se falado do “batismo de sangue” ao qual foi submetido o povo.

A recorrência a nomes e fatos militares, entretanto, pode ser em parte justificada pela forma como a história se desenrolou na Bahia, haja vista a particularidade em relação à capital. Mas não é somente esse o aspecto que diferencia os textos de Braz do Amaral sobre a independência. Além de tratar de forma genérica certas categorias como “povo”, esvazia a sua narrativa dos conflitos sociais existentes, das disputas das classes ou grupos sociais. Ignora-se o fato de que a independência foi realizada pelos grupos dominantes da sociedade, sem alteração da estrutura econômica, social e política. A base agrícola da economia e o trabalho escravo foram mantidos e as classes dominantes continuaram representando a província diante

⁴⁶⁷ TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

⁴⁶⁸ CAVALCANTI, ZÉLIA. O Processo de Independência na Bahia. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 231-232.

do poder monárquico.⁴⁶⁹ Os personagens centrais são militares que ocupavam postos elevados, sendo impossível identificar os baianos do ponto de vista da posição ou função que exerciam na sociedade, se eram negros libertos ou escravos, se eram proprietários de terra ou comerciantes. Essas não pareciam ser questões importantes para Braz do Amaral.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 249.

5 TÓPICOS DA REPÚBLICA

Na seção anterior foi possível verificar como Braz do Amaral tratou de temas da Colônia e do Império com um olhar da República. Na década de 1940, manifestou interesse pela história dos “descobrimentos” e da colonização nas Américas. Nos anos de 1920, e um pouco antes, julgou interessante estudar os movimentos do final do século XVIII que fizeram parte do processo de independência do país, em um contexto de comemoração do centenário da data oficial. Ao deslocar o olhar para a transição da monarquia à república, como testemunha dos acontecimentos, abordou questões, a exemplo da mestiçagem, que estavam na ordem do dia, embora os militares continuassem no centro da sua narrativa pelo papel desempenhado no novo regime. Nesta seção, discutir-se-á a visão do historiador baiano sobre o período que viveu e, não somente, narrou em forma de história.

5.1 RAÇA E MESTIÇAGEM

Em 1914, por ocasião do I Congresso Nacional de História, Braz do Amaral inscreveu a tese “As tribos negras importadas – Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil: os grandes mercados de escravos”, para a seção de História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, demonstrando o interesse pela composição racial do povo brasileiro. A relevância dada à questão também se manifestou, de forma direta, no discurso feito na sessão de inauguração do novo edifício do IGHB, após o incêndio de setembro de 1913. Aos votos por uma nova era, “fecunda em observações e estudos”, seguiu-se a recomendação de estudos acerca dos “elementos étnicos, constituintes do nosso povo, o estudo das raças de que ele deriva”. Braz do Amaral explicou a importância de estudos sobre esse tema, ao lado de outros como as pesquisas sobre fósseis, sobre a geografia e o território baiano, demonstrando com que ordem de questões estava preocupado naqueles anos e justificando a sua escolha temática:

Este objeto tem sido ligeiramente afluído, pode dizer-se, em romances, mas tais novelas não constituem o trabalho sério a que os homens de ciência da nação brasileira se devem dedicar, porque um povo não pode ser indiferente às origens, aos princípios da sua raça e ao estudo e perfeita investigação de

bem conhecer de onde veio, a fim de poder bem formar a sua resolução e a fim de saber para onde vai.⁴⁷⁰

O estudo das origens, das raças, era, em sua visão, condição para o conhecimento do caminho a ser trilhado pelos povos. O tema sugerido no referido discurso e abordado no Congresso Nacional de História estava de acordo com outros trabalhos e teóricos que trataram da escravidão, do pós-abolição e da presença e contribuição negra no Brasil. O evento de caráter nacional havia sido organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dizia firmar compromisso com a “pátria” e com a “verdade” e aceitava trabalhos inéditos que se referissem à história brasileira.⁴⁷¹ Os organizadores enviaram uma circular aos governadores dos estados, solicitando apoio ao Congresso, uma vez que o secretário geral do evento havia ressaltado a conveniência de se encaminhar convites a pessoas de outras localidades, que se ocupavam de estudos históricos, para participar como delegados da comissão executiva em cada estado.⁴⁷²

Braz do Amaral foi nomeado delegado representando o estado da Bahia, ao lado de Theodoro Sampaio. Nas atas reunidas na revista de tomo especial, verifica-se que os delegados eleitos para a comissão executiva de cada estado, além de submeterem as suas teses, empenhavam-se em divulgar o Congresso, principalmente na imprensa. Feito isso, comunicavam à mesa diretora os seus trabalhos de publicidade. Após agradecimento pela nomeação de delegado da Bahia, do pagamento da parcela de adesão e de assegurar o apoio do estado em nome do secretário Arlindo Fragoso, Braz do Amaral encaminhou a sua tese, com o título acima mencionado. As atas também indicam as adesões, na Bahia, de Theodoro Sampaio, que contribuiu com discussões sobre a geografia, e de J. J. Seabra.⁴⁷³

Tão logo inicia o estudo, Braz do Amaral demonstra o quanto comungava com esse comportamento que se pretendia científico, cuja honestidade era para ele “tão necessária à

⁴⁷⁰ AMARAL, Braz do. Discurso que foi elaborado para ser lido na sessão de inauguração do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, após o incêndio que o destruiu. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 103. APEB, Biblioteca.

⁴⁷¹ Ata da sessão de 11 de julho de 1913. In: *RIHGB*. Tomo Especial – Consagrado ao primeiro congresso de história nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1915, p. 9. (APJCB) e XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre... [et al]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 104.

⁴⁷² Atas de 19 e 27 de junho de 1913. In: *RIHGB*. Tomo Especial – Consagrado ao primeiro congresso de história nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1915, p. 6 e 8. APJCB

⁴⁷³ Atas de 14 de agosto, 6 e 28 de setembro de 1913. In: *RIHGB*. Tomo Especial – Consagrado ao primeiro congresso de história nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1915, p. 12, 15 e 17. APJCB

cultura e à história dos povos”.⁴⁷⁴ Ressaltava a dificuldade de precisão informativa em sua tentativa de expor, classificar e separar, como era de seu objetivo, as “tribos” ou “raças africanas” que foram escravizadas no país. Em sua tese, também é bastante enfático ao associar a ideia de prova à de documento. Entretanto, na falta dos papéis e dos documentos das repartições do estado, valeu-se dos testemunhos de pessoas idosas e de ex-escravos.

Braz do Amaral foi um homem de dois séculos e nessa condição comportou-se como um guardião da memória e da história, revelando as marcas do tempo em sua escrita e deixando os vestígios dela no tempo. Diplomou-se, como já mencionado, na Faculdade de Medicina da Bahia (1886), tendo sido orador da turma. No discurso de colação de grau, referiu-se às três raças que compunham a nação e lançou uma imagem positiva da escravidão, na medida em que foi vista como garantia de “progresso”.⁴⁷⁵ Comportou-se como “homem de ciência” e isso se manifestou tanto pela sua formação médica, quanto por sua atividade como “historiador da Bahia”, preocupado com o rigor documental como prática científica.⁴⁷⁶ A partir da sua biografia é possível supor as “leis” subjacentes aos seus trabalhos, e não se admirar com o conteúdo de sua tese enviada ao Congresso de História, na qual aparecem desenvolvidas ideias como as de raça e mestiçagem, que estavam no centro das preocupações de alguns de seus contemporâneos.

Ao se aventurar no tema da importação dos escravos africanos, Braz do Amaral fez uso de expressões como “desgraçados transportados”, “miseros pretos”, que acabavam vitimizando e inferiorizando os negros em relação aos índios. Anos antes, em 1886, no discurso como orador da turma de medicina, havia ressaltado a infelicidade e “má sorte” dos africanos. Na ocasião, salientou também a “inferioridade” africana manifesta em sua descendência, conforme o trecho a seguir:

Raça dos duros trabalhadores africanos, a descendência chuchita, infeliz e maldita, que derrama resignada seu sangue no campo de seus senhores, mas que não teve a heroica grandeza de derramá-lo nos seus areais em prol da sua liberdade e que passeia sob a vergasta o seu infortúnio pela América,

⁴⁷⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Contribuição para o estudo das questões de que trata a tese 6ª da Seção de História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas e que tem por enunciado: As tribos negras importadas – Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil: os grandes mercados de escravos. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 365.

⁴⁷⁵ *Discurso proferido pelo Dr. Braz do Amaral, em 18 de dezembro de 1886, no ato de colação de grau dos doutorandos em medicina na Faculdade da Bahia*. 5pgs datilografadas com anotações feitas à mão. Acervo pessoal de João Canna Brasil - APJCB

⁴⁷⁶ Aqui se faz referência ao estudo de Lilia Schwarcz acerca da disputa, ao longo do século XIX, entre os profissionais que se diziam da “ciência”, sobretudo por estarem vinculados a instituições científicas, e os das “letras”, alheios, como diziam, aos problemas políticos e sociais do seu tempo. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 49-51.

mas que castiga os seus algozes ensinando-lhes seus ritos grosseiros inoculando-lhes na descendência a sua inferioridade e má sorte.⁴⁷⁷

A “inferioridade” dos descendentes de africanos, manifesta em “ritos grosseiros”, aparece nesse trecho quase como um “castigo” aos senhores responsáveis pelos infortúnios dos escravos, ainda que o sofrimento tenha sido considerado heroico. A mestiçagem aparece aí como uma marca por meio da qual os senhores acertariam as contas com o passado.

Tempos depois, na comparação dos índios com os negros, na referida tese enviada ao Congresso, Braz do Amaral prosseguiu no raciocínio ao destacar os negros somente como força de trabalho, como um negócio rentável, incapazes que eram, como propunha, de despertar a “piedade” e a “curiosidade” das pessoas nos “primeiros tempos”.⁴⁷⁸ Lançou mão também de binômios, tomados como sinônimos, do tipo “bárbaros” e “selvagens”, que pressupunham a contraposição com a “civilização” e, no limite, com o Brasil. Empenhado na identificação e na caracterização de cerca de dez “tribos negras importadas”, bem como, buscando explicar a distribuição regional desses grupos, Braz do Amaral reforçou essa linha de raciocínio e a complementou acionando um vasto repertório de palavras e ideias, que diferenciariam as “tribos” umas das outras e os africanos de seus descendentes, assim ocorreria com expressões como “fetichistas”, “abatimento intelectual”, “brancos”, “brutos”, “inferiores”, “bons escravos”.

Nesses termos, os “iorubanos” destacavam-se entre os africanos e eram considerados “intelectuais da raça”, embora fossem também indivíduos em “estado bárbaro”, com certo “abatimento intelectual”. Dividiam-se entre o “maometismo” e o “fetichismo”. Fetichistas também, nessa classificação, eram os “krumanos”, “próprios para os trabalhos e serviços muito pesados e inferiores”. Os “gêgis” possuíam características de “indolência”, “embriaguez”, “fetichismo” e “língua pobre”, ao que acreditava terem derivado destes e dos angolas “os maiores defeitos dos mestiços e crioulos”. Os “timinis” eram “bons escravos, inteligentes e fortes”, davam origem a descendentes, “mulatos claros, de formas muito belas e fisionomia agradável, porque neles a face não tinha a saliência molar comum nos africanos nem o nariz achatado”.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ Discurso proferido pelo Dr. Braz do Amaral, em 18 de dezembro de 1886, no ato de colação de grau dos doutorandos em medicina na Faculdade da Bahia. 5pgs datilografadas com anotações feitas à mão. Acervo pessoal de João Canna Brasil APJCB

⁴⁷⁸ AMARAL, Braz. op. cit., p. 366-368.

⁴⁷⁹ Pela ordem de citações, consultar AMARAL, Braz. op. cit., p. 383, p. 387 e p. 384.

Com esse tom prosseguiu na tentativa explícita de classificar esses povos, conforme seus traços físicos e comportamentais, as suas origens e a capacidade intelectual de cada grupo, indicando sua familiaridade com as ideias racialistas de seu tempo. De fato, até o que ele apresenta como tese ao Congresso de História remete à proposta do livro *Africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, que buscou hierarquias entre os grupos africanos a partir de um “inventário” dos negros residentes no país. A primeira edição dessa obra só foi lançada em 1933, apesar de ter sido iniciada, em 1906, antes da morte do seu autor.⁴⁸⁰ Thales de Azevedo chegou a afirmar, ao se referir a esse “ensaio” de Braz do Amaral tratando da origem dos escravos africanos, que “foi um valioso complemento histórico às investigações etnográficas que Nina Rodrigues inaugurara”, a quem atribuiu a fundação das investigações científicas sobre o negro no Brasil.⁴⁸¹

Não é possível afirmar que Braz do Amaral era um leitor de Nina Rodrigues, embora seja seguro apontar elementos de seu discurso e de sua tese que remetem ao pensamento dele. Um exemplo que se revela polêmico e complexo é a forma como enxergou a mestiçagem. Se, em 1886, ressaltou a “inferioridade” dos africanos, em 1914 destacou a “superioridade” deles em relação aos “crioulos ou pretos nacionais” quanto ao que chamava de “qualidades morais”. Do ponto de vista das características físicas, para o historiador da Bahia, os descendentes haviam “degenerado”.

Além de laboriosos os africanos eram exatos cumpridores dos seus deveres e obrigações; não parecem ter herdado deles os hábitos de desleixo, relaxação de deveres e falta de cumprimento das obrigações contraídas, que são tão frequentes nos crioulos e mestiços seus descendentes.

Estes são mais ágeis, espertos e ativos, mesmo mais inteligentes ou antes têm a imaginação mais viva do que os africanos; mas, em geral lhes são inferiores no amor ao trabalho, na perseverança e em outras qualidades morais.

Por causas que devem ser estudadas, os descendentes degeneraram também em vigor físico; uma das características do africano era a robustez e é incontroverso que os crioulos, mulatos e caibras descendentes deles apresentam tipos magros, franzinos, dos quais os mais robustos não atingem o vigor da média dos africanos, seus descendentes.⁴⁸²

Observa-se no fragmento acima que a superioridade do africano destacada por Braz do Amaral restringia-se ao “vigor físico” associado ao labor. Ou seja, como força para o trabalho, como bons “cumpridores dos seus deveres e obrigações”, os africanos superavam os mestiços.

⁴⁸⁰ Lilia Schwarcz especula acerca do mistério que envolveu a edição deste livro de Nina Rodrigues. Cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 273 e p. 348.

⁴⁸¹ AZEVEDO, Thales de. *As ciências sociais na Bahia: notas para sua história*. Universidade da Bahia – Instituto de Ciências Sociais. Salvador, BA: 1964, p. 64 e 47, respectivamente.

⁴⁸² AMARAL, Braz. Op. Cit., p. 377.

Daí a valorização da sua “robustez” e da sua “perseverança”. Quanto aos mestiços eram “mais inteligentes”, “ágeis”, e até imaginativos, apesar de desleixados.

Comparando essa parte com a outra na qual ele se refere aos mestiços descendentes dos “timinis”, transcrita mais acima, percebe-se que, em sua visão, além de viabilizar a inteligência, a mestiçagem era válida pela “beleza” que proporcionava, pela “aparência agradável”, ainda que de um modo geral, originando um tipo magro e franzino. A “degeneração” ocorria, portanto, em função do “vigor físico”, mas em outro sentido se revelaria, aos seus olhos, uma saída. O que é aparentemente contraditório se explica da seguinte forma, tanto em seu discurso do século XIX, quanto no seu texto do século XX, a mestiçagem aparece no sentido da inferiorização ou “degeneração”. Com a diferença de que, se antes africanos e descendentes eram inferiores e “marcariam” a sociedade, em 1914, Braz do Amaral passava a enxergar algo de bom naqueles negros misturados com brancos, pelo menos no plano da aparência e da inteligência, numa espécie de “branqueamento”.

O historiador não desenvolveu na tese a sua ideia de mestiçagem, mas a partir desses trechos e até pelo vocabulário que utilizou se observam nitidamente as aproximações com as doutrinas racialistas do final do século XIX e início do XX. A mestiçagem, pelo que se depreende, era algo ruim e continuou sendo, de modo que inferior ao africano legítimo pelo menos no campo do trabalho. Por outro lado, pelas mudanças que proporcionava no plano das características fenotípicas, mostrava seu potencial.

Na condição de objeto ou problema de investigação, a mestiçagem, como assegura Larissa Viana, é um tema que, no pensamento social brasileiro, remonta ao século XIX. Ressalte-se que foi a sociologia que inaugurou e sistematizou o debate das relações raciais, o que só apareceria na história a partir das discussões de “liberdade”. No primeiro momento, a mestiçagem foi frequentemente “encarada como sinônimo de degeneração e inferioridade”.⁴⁸³ Disso resultaram duas interpretações para a questão, a inviabilidade do país mestiço ou a saída por via do “branqueamento”. O debate racial brasileiro recebeu influência dos modelos evolucionistas e darwinistas sociais europeus e estadunidenses. Visando ao progresso e a um rumo para a nação, palco de mudanças formais e conflitos reais, as elites intelectuais e políticas apropriaram-se do ideário científico e adotaram o caminho racial de análise social. Além de “tardia”, uma vez que já em descrédito na Europa, a apropriação e aplicação das teorias raciais revelaram um paradoxo em relação à realidade mestiça do Brasil. Conclusão

⁴⁸³ VIANA, Larissa. A mestiçagem como problema de investigação: algumas considerações. In: _____. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. São Paulo: Editora Unicamp, p. 21.

que permitiu a Lilia Schwarcz assinalar a “elasticidade” das doutrinas evolucionistas e a “originalidade” da cópia no país.⁴⁸⁴

A postura teórica do pernambucano Silvio Romero foi exemplar dessa tentativa de aplicação das teorias raciais às questões locais. Apesar de bastante influenciado pelo determinismo evolucionista, acreditava que a mestiçagem, como possibilidade de branqueamento, tornaria a nação viável. Conforme Lilia Schwarcz, Silvio Romero “elegia o mestiço como o produto final de uma raça em formação”.⁴⁸⁵ Posição que seria alterada na virada do século, quando passou a ressaltar os malefícios da mestiçagem, ainda que reconhecendo a sua inevitabilidade.⁴⁸⁶ Entretanto, do francês Gobineau, que introduziu a ideia de degeneração da “raça”, passando por Nina Rodrigues, adepto dessa noção de degeneração e do perigo da mestiçagem, por Silvio Romero, que combinou pressupostos racistas e evolucionistas para apostar na vitória do homem branco sobre negros e mestiços, até chegar ao ideal eugenista de Oliveira Vianna, é o argumento racial que prevalece.

Paralelamente ao desenvolvimento das disciplinas no campo das ciências ainda é preciso levar em conta os sistemas políticos que vigoravam no país entre os séculos XIX e XX. A participação do Estado na tentativa de forjar uma identidade nacional conferiu a ele próprio um papel atuante. Exerceu também função importante no processo de racialização das ideias, uma vez que se organizou, criou leis e interveio na sociedade, sobretudo no pós-abolição, a partir de critérios raciais.⁴⁸⁷

“Dissimulação” e “sabotagem” são as expressões utilizadas por Wlamyra R. de Albuquerque ao se referir às estratégias do Conselho de Estado Brasileiro, que numa conjuntura de mudanças políticas, com o fim da escravidão e da monarquia, acionou uma legislação defasada e racista para controlar e impedir a imigração negra no país. Esse controle, que encobria os critérios raciais dando uma falsa impressão de “harmonia” social, era mantido sob o signo da “emancipação nacional”.⁴⁸⁸ Em nome de um projeto nacional e diante da dificuldade de reconhecer a cidadania dos emancipados, o Estado reforçava as diferenças e hierarquias raciais, como também as tornava legítimas. Embora a sua atuação, sobretudo por via da justiça, não tenha sido central nesta tese, foi imprescindível considerar o

⁴⁸⁴ SCHWARCZ, op. cit., p. 46 e p. 55.

⁴⁸⁵ SCHWARCZ, op. cit., p. 202.

⁴⁸⁶ VIANA, op. cit., p. 24.

⁴⁸⁷ O termo “racialização” é utilizado neste texto com a mesma intenção de Wlamyra Albuquerque de fazer entender o discurso racial como algo “sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar”. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 35.

⁴⁸⁸ Consultar especialmente o capítulo 1. Ibid., p. 45-93.

seu papel na legitimação dessas hierarquias. Possivelmente, o Estado brasileiro encontrou respaldo nas doutrinas raciais que eram pensadas e divulgadas a partir das instituições nacionais e vice-versa.

Nesse contexto e também sob a possível influência dos teóricos brasileiros da raça Braz do Amaral se formou e passou a atuar, seja nos campos médicos, ou na condição de historiador da Bahia que pretendia ser. Há quem conjecture acerca da sua influência sobre Oliveira Vianna, sobretudo no que concerne à variedade do “tipo negro”. Oliveira Vianna promoveu a separação do que chamava de “mulato inferior” e “mulato superior”, para justificar a dominação dos últimos sobre os primeiros. Entendia a miscigenação como um meio de atingir a “pureza étnica”. Nesse sentido, tentou promover os paulistas e os açorianos em sua “ação eugênica” no povoamento do Rio Grande do Sul.⁴⁸⁹ O discurso da eugenia serviria como alternativa para uma situação considerada sem saída, a da “degeneração” dos mestiços. Possuía uma perspectiva redentora que visava o “saneamento” das raças. Com este objetivo, os adeptos dessa teoria, muitos da Faculdade de Medicina da Bahia, apresentavam soluções para a mestiçagem que incluíam hábitos higiênicos, educação física e até, numa perspectiva mais radical, o controle da população.⁴⁹⁰

Não foi possível esclarecer a adesão de Braz do Amaral ao projeto eugênico especificamente, algo que demandaria uma investigação mais acurada sobre possíveis trabalhos escritos no âmbito dos estudos médicos, mas, sem dúvida, o ambiente das instituições pelas quais circulou contribuiu para formar certa ideia, o que se verificou na tese enviada ao Congresso Nacional de História. A Faculdade de Medicina da Bahia foi um foco de produção e difusão dessas doutrinas. De modo geral, no final do século XIX, a medicina projetava uma imagem de “tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir”.⁴⁹¹ A missão era curar os males provocados pela mistura. Os estudos médicos foram capazes de associar a doença à raça. Justificavam, com isso, a diferença racial e condenavam a mestiçagem. A partir da década de 1890, com a consolidação da medicina legal a criminalidade também passou a ser explicada a partir de critérios raciais.

Outras instituições também elaboraram e divulgaram o discurso racial, a exemplo dos institutos históricos. Neles, Braz do Amaral, vale lembrar, teve trânsito livre como membro efetivo ou correspondente. Criados com o dever de sistematizar uma história nacional e

⁴⁸⁹ XAVIER, op. cit., p. 110-111.

⁴⁹⁰ SCHWARCZ, op. cit., p. 280-284.

⁴⁹¹ Ibid., p. 265.

gloriosa, os institutos também enfrentaram a questão da mestiçagem. Afinal, construir uma história do Brasil, ainda que fosse oficial, implicava considerar o contingente negro e mestiço no país. Embora a questão racial tenha passado para o centro de interesse dessas instituições somente a partir do final do século XIX, no começo desse século o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) já elegia um projeto que explicava como a história do Brasil deveria ser escrita, cujo autor era o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius.⁴⁹²

Aquele que se arriscasse a escrever a história do Brasil deveria levar em conta o seu caráter particular, proporcionado pelos elementos que concorriam para o “desenvolvimento do homem”. A história dessa nação seria a das três “raças” que a compunham, nessa fórmula, hierarquizadas, porque biologicamente desiguais, e em processo de aperfeiçoamento. Von Martius sentenciou:

Com quanto mais calor e viveza ele (o historiador) defender em seus escritos os interesses dessas por tantos modos desamparadas raças, tanto maior será o mérito que imprimirá à sua obra, a qual terá igualmente o cunho daquela filantropia nobre, que em nosso século com justiça se exige do historiador. Um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas.⁴⁹³

O ideal de “perfectibilidade” pressupunha o encaminhamento das raças rumo à “civilização”, ou pelo menos das “raças civilizáveis”. Esse projeto que atribuía ao português a ação civilizatória, conquistadora, ao índio a chance de civilizar-se e ao negro a responsabilidade pelo atraso da nação, vigoraria ao longo do século e inspiraria teorias como a da “boa mestiçagem” de Silvio Romero.⁴⁹⁴ De modo geral, como observou Lilia Schwarcz, “os diferentes institutos persistiam na interpretação positiva da realidade”, ou seja, no “branqueamento” por via da mestiçagem como forma de “salvar o país”.

No caso da Bahia, a criação do Instituto Geográfico e Histórico (1894) pretendia inserir o estado no processo de modernização do país, o que também implicou o uso de argumentos racialistas por parte dos seus integrantes em diferentes oportunidades. Braz do Amaral, um dos mais ativos da instituição e na condição de orador oficial do Instituto, ajudou a legitimar essas ideias. Como bem observou Aldo Silva, o historiador justificou a presença estrangeira na exploração do território nacional, num artigo sobre as “explorações no município do Prado”, com a falta de preparo dos jovens brasileiros. Despreparo que era de natureza racial e,

⁴⁹² VON MARTIUS, op. cit., p. 187-205.

⁴⁹³ Ibid., p. 189-190.

⁴⁹⁴ SCHWARCZ, op. cit., p. 180. O debate sobre o ideal de “perfectibilidade” aparece no segundo capítulo deste livro, p. 57-86.

consequentemente, intelectual. Após examinar a referida tese de Braz do Amaral encaminhada ao Congresso de História, o autor concluiu que as suas ideias se aproximavam do pensamento de Nina Rodrigues.⁴⁹⁵ De fato, o historiador baiano lançou mão de explicações contundentes acerca da questão racial.

A partir desses textos de Braz do Amaral, e de outros de seus contemporâneos, Aldo Silva confirmou que as ideias racistas eram incorporadas pelo Instituto geralmente por iniciativas individuais que imprimiam essa marca na entidade. Pelo cargo que ele ocupava e pelo prestígio que possuía nesse meio não é possível discordar do autor. Foi uma das personalidades mais solicitadas para fornecer dados oficiais da Bahia, publicando, entre 1894 e 1940, cerca de quarenta textos nas revistas do Instituto, sobre temas políticos e geográficos, de modo geral. Entretanto, com a exceção do discurso feito na Faculdade de Medicina e da referida tese, não foi localizado nenhum outro trabalho em que fizesse referência direta ao tema da raça e da mestiçagem. Por outro lado, de forma indireta, ao discorrer sobre a passagem da Monarquia à República, abordou com alguma frequência o tema da escravidão, bem como refletiu sobre a abolição demonstrando o que estava na ordem de suas preocupações naquela conjuntura política e reforçando a vinculação com as ideias do seu tempo.

Entre os argumentos de Braz do Amaral prevalece a visão, segundo a qual, o tráfico de africanos e a escravidão eram um “negócio indigno”, contudo, o historiador ressaltou os prejuízos e as “humilhações” sofridas pelo Estado. No livro *História da Bahia do Império à República* manifestou várias vezes essa ideia, sendo possível flagrar a sua ambivalência:

Havia a lei de 14 de outubro de 1850 desferido mais um golpe no tráfico de africanos.

Chegava a seu fim o horrível comércio, mas tinha custado ao Estado humilhações e grandes somas.

Em contraposição, alguns particulares tinham feito grandes fortunas.

Um singular acontecimento, pareceu pesar sobre estas riquezas acumuladas, à custa da injustiça e do sofrimento.

Elas desapareceram quase todas, em pouco tempo, levando a má sorte nos negócios, que tantas vezes persegue os comerciantes, o que haviam, com tanta usura e ganância, juntado no negócio indigno da escravidão.⁴⁹⁶

A dubiedade é mais notável em trechos nos quais argumentou que apesar de “altamente nobre e igualitária”, a abolição da escravidão “atirou o país ao caminho de graves aventuras”,

⁴⁹⁵ SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 208-209.

⁴⁹⁶ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 198-199. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

pelo modo “precipitado e imprudente” como foi realizada.⁴⁹⁷ Por essa lógica, a monarquia teria perdido o apoio do que ele chamou de “classe dos agricultores”, o que explicaria as hesitações de D. Pedro II em relação a essa questão. Esse foi considerado um aspecto do que Emília Viotti da Costa chamou de versão tradicional da historiografia da República. Ao tentar repará-la, a historiadora observou que essa ideia era só em parte verdadeira, uma vez que a abolição atacou uma estrutura colonial de produção que já não se sustentava, desde 1850. Em sua perspectiva, a classe senhorial não foi capaz de se adaptar às exigências de modernização da economia. Dessa forma, a abolição não foi a causa da República, mas foram, ambas, “sintomas de uma mesma realidade”, as mudanças da base econômica que destruíram os “esquemas tradicionais”. Além disso, para a autora, os setores afetados foram os que ainda dependiam do trabalho escravo, que representavam a “parcela menos dinâmica” do país.⁴⁹⁸

É necessário considerar, porém, outro aspecto ao qual se ligou a abolição na visão de Braz do Amaral, a presença dos colonos europeus. Para o historiador, o fim da escravidão desferiu um “golpe de morte” em colônias, a exemplo da Leopoldina, composta de suíços e alemães, que se desenvolvia no município de Viçosa, com poucos trabalhadores livres, provocando a sua desorganização e o seu desaparecimento, em função da dispersão dos ex-escravos. No referido livro, *História da Bahia*, havia explicado: “Tendo se organizado a colônia (Leopoldina) com o trabalho escravo, logo que se fez a abolição, abandonaram os ex-escravos as plantações, morrendo imediatamente toda a prosperidade.” Além dessa ideia, sugeriu outra que mais tarde seria desenvolvida por outros intérpretes do Brasil, ao diferenciar os senhores brasileiros dos europeus nos termos da crueldade: “É preciso convir ainda que este infortúnio se deu, porque os senhores europeus eram muito mais cruéis para os escravos do que os brasileiros, provavelmente pelo grande desprezo que votavam à raça negra.”⁴⁹⁹

Braz do Amaral tentava entender as mudanças ocorridas no país e mostrava-se preocupado com o futuro. Resultava das suas inquietações a reivindicação do estudo das raças como condição para o progresso. Não há dúvida de que compartilhou com os teóricos da raça o descrédito em relação à mestiçagem. Da mesma forma, não há como negar que o historiador compreendia o tema sob a ótica da degeneração. Quanto ao trabalho escravo, o considerava injusto, só não se sabe se mais do que o modo como se deu, em sua visão, a abolição, causa

⁴⁹⁷ AMARAL, Braz do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 6.

⁴⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 456-457.

⁴⁹⁹ AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 56.

dos prejuízos do Estado e da derrocada dos senhores que deveriam ter sido indenizados. O seu ponto de vista sobre a escravidão se relaciona, sem dúvidas, com a complexa imagem construída sobre a Monarquia e a República, que é matéria de discussão do próximo tópico.

5.2 UM HISTORIADOR ENTRE DOIS REGIMES POLÍTICOS

Em 3 de maio de 1904, Braz do Amaral leu em uma sessão magna do IGHB o texto intitulado “Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia”, no qual se refere a uma República mal organizada, sem base popular e precipitada. Ao longo dos anos de 1920, abordaria esse tema novamente de uma perspectiva mais geral, ao escrever e publicar outros textos que versavam sobre o tema, a exemplo de *História da Bahia do Império à República*, datado pelo autor no tópico “Ao leitor” em março de 1923 e publicado pela imprensa oficial do estado no mesmo ano, além de “O imperador e a proclamação da República”, de 1925, lançado no ano de 1927 pela revista do IHGB. Textos escritos em duas conjunturas diferentes que mostram a simpatia alimentada pelo Império, ou ao menos pelo imperador, e a avaliação rigorosa da República, principalmente, na década de 1920.

Esses discursos do historiador, que são os mais citados pela historiografia que estuda o período de consolidação da República na Bahia, não dão conta, entretanto, da ambiguidade do seu pensamento em relação ao novo regime. É necessário confrontá-los com trechos de outros textos em que é possível perceber a sinuosidade das suas ideias. São fragmentos de trabalhos cujo foco não era político, a exemplo dos esboços biográficos nos quais o historiador, ao discursar sobre a vida do biografado, geralmente seu contemporâneo, acabava se referindo ao contexto político, ao Império ou à República. A diferença é que nestes, Braz do Amaral, sem a preocupação e a exigência dos outros, deixa escapar informações que não apareceriam anos depois e se referiam, na maioria dos casos, à sua participação no movimento republicano.

Desse modo, ao discursar sobre o republicano e general Frederico Solon Sampaio Ribeiro, considerou a existência, em todo o país, de uma propaganda, “a cada momento mais arrojada e veemente”, inspirada no “triunfo próximo da propaganda abolicionista” da qual faziam parte “toda a mocidade que saia das escolas e muitos militares”.⁵⁰⁰ A visão da propaganda se modificará com o tempo. Referiu-se à proclamação como um golpe, no qual teria prevalecido a “vingança do espírito conservador”, retroagindo em seguida: “Ainda é

⁵⁰⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 138.

cedo para julgar a revolução, apesar das misérias do presente.”⁵⁰¹ Avaliou, ainda, o absolutismo que imperava naquela época e se situou entre os que alimentavam um sonho republicano distorcido em alguns anos pela realidade do novo regime:

Naquele tempo já havia uma desastrosa e real fraqueza em cima, e o poder, apesar de moderado nas leis, era sempre, de fato, absoluto no fundo; mas, os que governavam, não sabiam, não queriam, ou tinham pejo de fazer dos parlamentos estes escravos dóceis, acorrentados a seus pés!

A tirania já era mesquinha, e os abusos que ela produz pesavam sobre a nação; mas, todos nós que alimentáramos o sonho querido da República, não pensávamos em coisa pior: na amargura dos maus dias, dos dias das orgias do encilhamento e das orgias da degola.⁵⁰²

A memória do sonho distante da República apareceu também em um discurso seu sobre o republicano Cosme Moreira, com quem diz ter compartilhado ideias comuns e colaborado em um jornal fluminense, *República Federal*, que tomou o rumo, segundo o historiador, do jacobinismo. Em uma sala do *Grêmio Literário*, local onde, segundo afirmou, foi fundado o Clube Republicano Federal, reunia-se “quase todos os dias” com Cosme Moreira e estudantes de medicina e sulistas. Ao avaliar o papel dos militares na queda do visconde de Ouro Preto, considerou a “crescente e altiva irritação” da classe que já havia se apoderado da “fraqueza do governo imperial”, do seu esmorecimento. Afirmou que, após a proclamação da República, os militares começaram a cobrar vantagens do regime em função do papel que desempenharam na sua formação. Aos quais se contrapuseram os “elementos vindos das forças dos antigos partidos políticos do império”. Dessa luta de interesses teria resultado o “Clube Militar”, “foco de ação política e de atividade, no sentido de apoiar candidaturas, de orientar para a construção de um edifício que devia ser dedicado ao regime novo.”⁵⁰³

A República, nessa perspectiva, carecia “incontestavelmente de gente, de homens preparados que a governem, que a organizem, que estudem as suas leis, que operem a reforma da nação quase ainda por fazer, e que preparem as gerações vindouras para bem a compreenderem e gozarem.”⁵⁰⁴ Desenvolveu a ideia de que os mais “hábeis e, talvez os mais honestos”, ainda que poucos, teriam se incompatibilizado com o novo regime “por escrúpulos ou por causa dos ferimentos sofridos na luta política”, e se retiraram “envoltos no sonho de uma utopia ou nos lamentos de uma saudade”, os outros, medalhões, interesseiros,

⁵⁰¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 139.

⁵⁰² AMARAL, Braz Hermenegildo do. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 139.

⁵⁰³ Para os dois trechos Cf. AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido no IGHB em honra dos sócios falecidos. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 55. APEB, Biblioteca.

⁵⁰⁴ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido em honra do Dr. Tranquilino Torres, 1º presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia após o seu falecimento. *Ibid.*, p. 45.

“denunciaram ou renegaram o passado” para manter suas posições.⁵⁰⁵ Mas, para o historiador, o império havia falhado também. Não soube “instruir”, organizar “boas leis”. Nesses comentários soltos, Braz do Amaral figurou mais diretamente ao lado dos republicanos do que nos textos em que se dedicaria ao tema da república anos depois.

No discurso de 1904, quase quinze anos após o estabelecimento do regime republicano, fez uma avaliação da proclamação da República na Bahia, na forma de uma “memória histórica”. O texto sugere que a República, desde que surgiu como ideia, era frágil, sobretudo após a repressão ao movimento de 1837 e em razão da “hábil” política do segundo reinado e da falta de organização e propaganda dos republicanos. Embora parecesse “morta”, para Braz do Amaral, a “árvore da República Brasileira”, até por volta de 1888, ele observa: “Não era, porém, completamente seca a planta nem extinta toda a vida. Havia propriamente torpor e para os velhos que ainda se lembravam de 1837, reminiscências atemorizadoras e amargas.”⁵⁰⁶

Ao fazer referência a Frederico Lisboa e Henrique Alvares dos Santos, figuras que provavelmente se juntariam aos nomes, entre outros, de Virgílio Damásio, Lelis Piedade, Virgílio de Lemos, Cosme Moreira e Deocleciano Ramos, testemunhou que “poucos professavam princípios republicanos”. A advertência acerca do “torpor” do movimento explica na narrativa em questão a sua debilidade, os desacertos dos seus propugnadores e o medo alimentado pela memória. Versão que não leva em conta, porém, o papel das classes conservadoras ameaçadas pelas ideias republicanas, pela iminente perda de prestígio político e pelo agravamento da crise econômica que abatia a oligarquia açucareira. A “elite política” e a “burguesia agro-comercial” buscaram impedir a expansão do movimento. De acordo com Consuelo Novais Sampaio, ao contrário do que aconteceu em estados do Centro-Sul, na capital da Bahia, o Partido Republicano seria organizado meses antes da proclamação, em janeiro de 1889.⁵⁰⁷

A Bahia republicana é conhecida por alguns historiadores pela resistência da “elite política” ao novo regime. Liberais e conservadores uniram-se contra a sua implantação e para jurar fidelidade à monarquia e ao imperador. Para Luís Henrique Dias Tavares, historiador

⁵⁰⁵ AMARAL, Braz H. do. Discurso proferido em honra do Dr. Tranquilino Torres, 1º presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia após o seu falecimento. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 45.

⁵⁰⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 3.

⁵⁰⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 29-30.

que escreveu na década de 1950, antes, portanto, de Consuelo Sampaio e depois de Braz do Amaral, não houve a menor resistência à queda do regime monárquico, porque “os grupos oligárquicos dominantes se transferiram para a nova situação”.⁵⁰⁸ Apesar das diferentes linhas argumentativas, ambas sugerem que esses grupos dominantes se mantiveram no poder após rearticulações e novas alianças políticas.

Para Braz do Amaral, que diferentemente dos outros vivenciou a queda da monarquia do lugar de quem participou dos acontecimentos da época, a resistência à implantação da República, por ele chamada de forças da “contrarrevolução”, reuniu líderes políticos do império, a exemplo de José Luiz de Almeida Couto presidente da província à época, e pessoas ligadas à Associação Comercial. Manteve-se restrita ao discurso, principalmente aos manifestos, apesar de se cogitar a “organização de uma força policial” e a “formação de uma brigada com voluntários do Recôncavo”.⁵⁰⁹ O historiador baiano mostrou-se admirado com a incoerência de alguns monarquistas que, dias depois, passaram a solicitar posições que ocupavam anteriormente, aceitando coisas que haviam repellido “com tão fingida cólera”. Observou que o mesmo conselho municipal que quarenta e oito horas antes havia resolvido apoiar o império, resistindo, proclamou a República e lhe jurou fidelidade.⁵¹⁰

Ainda segundo Braz do Amaral, desde o manifesto de 1870 que também não vingou, “esmorecera de todo”, os signatários passaram a desfrutar de posições nos conselhos da coroa. A fundação de um clube republicano na Bahia, em abril de 1876, em decorrência das articulações ocorridas em outras províncias, não foi adiante, segundo esse historiador, em função do desinteresse das pessoas e da perseguição das autoridades, apesar do clube ter apresentado candidato às eleições da cidade no mesmo ano.⁵¹¹

Agremiações republicanas, entretanto, ressurgiram na capital e se propagariam pelo interior, em uma “marcha acelerada” da propaganda, algo reconhecido pelo próprio historiador, que atribuiu essa expansão ao enfraquecimento do poder monárquico, devido à questão abolicionista e à corrupção dos partidos do império.⁵¹² A passagem pela Bahia de Silva Jardim, propagandista da República, na mesma viagem feita pelo conde D’Eu, ao norte do país, favoreceu o movimento republicano e a respeito disso escreveu, “[...] Das duas

⁵⁰⁸ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11 ed. ver. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008, p. 300 e p. 302.

⁵⁰⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 23-24.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p. 37.

⁵¹¹ *Ibid.*, p. 4-5.

⁵¹² *Ibid.*, p. 11.

imprudências (a apresentação do “futuro príncipe” e a propaganda republicana) devia resultar aqui na Bahia lamentável intercorrência.”⁵¹³

O trecho indica que a propagação das ideias republicanas e o surgimento do Clube Republicano Federal, que acentuaria a propaganda no interior, foram vistos por Braz do Amaral como “imprudências” que originaram uma “lamentável intercorrência”. As ideias republicanas foram avivadas por jovens, como destaca o historiador, boa parte estudantes de medicina e sulistas. De um grupo deles, que reunia alguns dos futuros homens da política, a exemplo de Landulpho Machado, de Carlos Afonso, de Leandro Brandão, Virgílio de Lemos, Cosme Moreira e outros, surgiria a iniciativa de fundar o referido Clube Republicano Federal, em 24 de maio de 1888, à semelhança dos que estavam se organizando no Sul. A inauguração teria ocorrido em 10 de junho do mesmo ano, na sala de sessões do Grêmio Literário.

Apesar de o historiador ter reconhecido o crescimento do movimento republicano na Bahia, desenvolveu uma argumentação que, embora com o intuito de demonstrar uma contradição ao afirmar que o grupo constituído não representava uma ameaça capaz de alterar a “ordem das coisas”, acabou marcando a sua fragilidade e incapacidade de tratar as questões liberais como deveria:

O povo, a imprensa e as autoridades foram de todo indiferentes a este clube perfeitamente inocente e impotente para alterar a ordem das coisas. Das pessoas interessadas nos partidos monárquicos só uma apareceu no ato da inauguração, – o Dr. Manoel Victorino. Ou porque fossem estudantes os organizadores do clube, ou mais poderosamente ainda pelo pendor do seu gênio que se inclinava a tudo que saía do meio banal em que vivia e que era novo. Fizeram-se naturalmente discursos em que coisas do presente e principalmente o partido liberal, herdeiro das tradições adiantadas da geração anterior e que tal mal as conservava, não foram muito bem tratados.⁵¹⁴

Acrescentou que Manoel Victorino defendeu o partido no qual militava, posição sustentada também nas páginas do jornal *Diário da Bahia*, e considerou “desnecessária e inoportuna” a propaganda republicana.⁵¹⁵ O partido ao qual se refere é o liberal, para o qual este político foi escolhido, em 1885, secretário do diretório. Manoel Victorino Pereira considerava-se liberal federalista, não republicano, mas admirador do regime presidencialista norte-americano.⁵¹⁶ A referência à figura do também médico e professor da Escola de

⁵¹³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 7.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 8.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p. 8.

⁵¹⁶ Cf. TAVARES, op. cit., p. 301.

Medicina é recorrente ao longo do texto de Braz do Amaral. Ao descrever as cenas que mostram a articulação dele com outros liberais às vésperas da proclamação, o historiador da “memória histórica” aparece como personagem ao lado deste político em algumas circunstâncias, o que revela o seu posicionamento à época:

[...] quando chegaram ao forte de S. Pedro, o Dr. Manuel Victorino declarou que ainda precisava entender-se com o Cons. Couto, dirigindo-se para a Vitoria com o Dr. Braz do Amaral. Ali se achavam no grande salão do andar térreo os srs. Carneiro da Rocha, Monteiro de Carvalho, Araponga e muitas outras pessoas, quase tudo o que havia de mais importante ou interessado no partido liberal.⁵¹⁷

Braz do Amaral era testemunha e narrador dos acontecimentos. Além disso, mantinha relação com alguns republicanos, a exemplo de Virgílio Damásio a quem chegou a advertir sobre a possibilidade de motins dos monarquistas. Não tendo sido ouvido, enfatizou que o aviso não fora em vão e apresentou a seguinte visão dos fatos:

A propaganda republicana não chegara a ser popular, e após os fatores de 15 de junho não era raro ouvir entre o povo baixo explosões de ódio e chacota referentes a *estes sujeitos dos canos*, o que não deve admirar ao refletir que se tratava de um meio em que é difícil encontrar discernimento e razão pelo próprio raciocínio, como o hão de confessar todos os que o conhecem e quiserem falar dele sem o pretenderem explorar ou lisonjear. Açulados uma vez contra os republicanos haviam-se habituado muitos da arraia miúda a julgá-los sempre como caça fácil e boa para a voracidade, em que seria objeto de galhofa e gozo ir dando de vez em quando algumas dentadas.⁵¹⁸

O historiador explicou o “ódio” dos opositores aos republicanos pela crença de que a lei de 13 de maio seria revogada, os libertos “reescravizados” e os “homens de cor” perderiam posições ou postos civis e militares. O 15 de junho, que intitula um tópico de sua “memória histórica”, refere-se ao dia da chegada de Silva Jardim na Bahia para fazer uma conferência pública no Clube Republicano e à hostilidade com que monarquistas aliados a “vagabundos” e “desocupados” atacaram os clubistas. Essa situação indicava para o historiador que aquele “ataque” havia sido encomendado: “Sem o medo da polícia as más paixões, os grosseiros impulsos de uma plebe feroz, tão próxima de povos selvagens, como o africano e o índio, irromperam com fúria e ultrapassaram em breve as instruções da encomenda que lhes fora

⁵¹⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 29.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p. 30. Grifos no original.

feita.”⁵¹⁹ Usa expressões como “turba”, “multidão esfarrapada”, “povoléu” para se referir ao grupo que depredava e queria invadir a Faculdade de Medicina para entrar em confronto com os republicanos.

O vocabulário utilizado por Braz do Amaral para se referir aos grupos que perseguiram os republicanos indica a posição dele contrária aos ataques da forma como ocorreram, além de retomar as questões, já discutidas, a respeito da sua visão das classes populares. Ademais, a maneira como descreveu o episódio revela a sua interpretação dos fatos. Ele interpreta descrevendo. Por outro lado, observa-se já no texto lido em 1904 que o seu ponto de vista a respeito da mudança de regime político é ambivalente, característica que, de certa forma, se esvai nos textos escritos na década de 1920, na medida em que o descrédito em relação à República é mais aparente.

A propósito das versões surgidas em torno do novo regime logo nos primeiros anos em que foi proclamada, período no qual em alguma medida se enquadra esse texto de Braz do Amaral, Emília Viotti da Costa identifica duas linhas interpretativas dos acontecimentos, a dos vencedores, os republicanos, e a dos vencidos, os monarquistas. A primeira retira a responsabilidade dos militares, ao atribuí-la a homens idealistas que teriam levado a efeito a vontade popular. Critica, grosso modo, o estado monárquico em aspectos como centralização, vitaliciedade do Senado, fraude eleitoral, entre outros. A segunda versão enfatiza, em linhas gerais, que foi um levante militar, alheio ao povo. Em contrapartida defende o Império como forma de “conservação e progresso”, que manteve por muito tempo a ordem e a liberdade e ainda aboliu a escravidão.⁵²⁰

Seria possível incluir, a partir dos textos aqui discutidos, a narrativa de Braz do Amaral na versão identificada pela autora como sendo simplesmente a dos monarquistas, uma vez que a sua avaliação do movimento republicano evidencia falhas quanto à propaganda e ressalta a responsabilidade dos militares na implantação do novo regime. Entretanto, ainda que seja notável a sua simpatia ao Império, a própria narrativa revela as contradições de um sujeito no tempo. Como mostram trechos similares ao transcrito acima, Braz do Amaral manteve articulações com os republicanos, ou com os que assumiram a República mesmo sem reivindicar o título de republicano, a exemplo de Manoel Victorino, e aderiria ao regime anos depois, pelo menos quando se tornou deputado federal pela Concentração Republicana e pelo

⁵¹⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 16.

⁵²⁰ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 387-397.

Partido Republicano da Bahia. Utilizou, como foi visto, um vocabulário de desqualificação dos que partiram para o embate contra os republicanos, embora tenha atribuído a responsabilidade aos oportunistas, à “plebe”, inclinados ao tumulto, e não propriamente aos monarquistas.

Ao descrever as circunstâncias da proclamação da República no estado, acentuou a incerteza sobre quem assumiria a administração. Virgílio Damásio acabou ascendendo interinamente ao governo, conforme orientação dada por Ruy Barbosa através de telegrama, até que Manoel Victorino decidisse tomar posse do “lugar para qual foi nomeado”. Segundo Braz do Amaral, essa situação desagradou aqueles que reivindicavam para si o título de “republicanos históricos”, em distinção aos que haviam aderido à República “vinte e quatro horas antes”.⁵²¹ De fato, meses depois da referida crítica feita por Manoel Victorino aos propagandistas do novo regime, este político chegaria ao governo do estado, por determinação de Ruy Barbosa, ministro da fazenda do governo provisório à época. O ocorrido, que revelava as contradições do período, frustrou as expectativas dos republicanos ditos históricos e de oficiais do exército, que um dia antes haviam se reunido para proclamar a República, colocando Virgílio Damásio como chefe do governo na Bahia, após convocação do coronel Frederico Christiano Buys. Em 17 de novembro a República seria “re-proclamada”.⁵²²

De acordo com Braz do Amaral, o povo assistiu a tudo “mudo e indiferente, como se não fossem os seus destinos que se mudavam”. Foi às ruas apenas para ver a passeata militar, não protestou ou bradou, tampouco “enrouqueceu” ou “gastou suas forças” como faz aos gritos no carnaval, evidenciando, para ele, “um contraste que pode servir para medida do estado do seu espírito pelo que diz respeito às coisas sérias e graves”.⁵²³ Era uma República sem popularidade. À energia e firmeza de “um só homem”, o coronel Buys, devia a Bahia uma República “sem sangue, de ordem e paz”. E completou: “Com uma perspicácia que nem todos os militares possuem o coronel Buys tinha a intuição do que é o povo, insolente quando se sente temido, humilde, subserviente até adivinhar as vontades de um senhor quando lhe percebe a mão decidida e forte.”⁵²⁴

Ainda sobre o episódio da proclamação, Braz do Amaral, que observou e criticou a efemeridade do partido republicano dissolvido logo em seguida, admirava-se com o fato de

⁵²¹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 40.

⁵²² Cf. SAMPAIO, op. cit., p. 28.

⁵²³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *Revista do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 35.

⁵²⁴ *Ibid.*, p. 35.

“uma doutrina nova ir pedir a pessoas fora do seu grêmio que a dirigissem”.⁵²⁵ Reiterou a precipitação do movimento, a falta de confiança entre os republicanos, a insuficiência da propaganda, mas demonstrou ao narrar a cerimônia de posse de Manoel Victorino ocorrida na Câmara Municipal que a expectativa em torno deste ato era grande:

[...] O governador pelo seu peregrino talento, pelas ideias avançadas que professava na vanguarda do partido liberal, signatário, com o sr. Ruy Barbosa, do célebre voto em separado, apresentado no congresso daquele partido, do qual andava há tempos divorciado em muitos assuntos, parecia à boa parte dos cidadãos o homem fadado para dirigir a Bahia na vida nova em que enveredava.⁵²⁶

Na visão de Braz do Amaral, a administração republicana não foi capaz de resolver questões postas desde a anterior. Em alguns setores houve, para o historiador, um atraso em relação ao Império. Ao criticar as administrações curtas do período imperial, em texto de 1923, endossaria tal argumentação ao considerar que a responsabilidade que havia nos homens públicos no tempo do Império, garantia de administrações mais econômicas e honestas, desapareceria totalmente na República. O respeito ao imperador e a fiscalização do governo, embora não fosse segura e constante, impediam abusos das autoridades e amedrontavam os partidos.⁵²⁷ Quanto à federação, não se discutiu questões dos “impostos municipais, federais e provinciais, nem a dualidade da justiça, nem a instrução trifronte, nem os empecilhos que a nova vida municipal devia trazer ao transporte e livre trânsito das mercadorias e produtos”, afirma. Tampouco foi possível perceber “vantagens práticas e liberais para o país” na separação entre Igreja e Estado.⁵²⁸

No campo da educação, considera que não se fez professores nacionais capazes de levar o Brasil ao seu “destino grandioso”. Na classe média do país, a que, segundo Braz do Amaral, mais lia e progredia, não se estudou, entretanto, a administração das repúblicas, do seu mecanismo, impossibilitando o “desenvolvimento material e prático” que deveria ser objetivo da “nova era nacional”. Com relação à instrução, ainda segundo o historiador, “só levaram em conta a instrução literária”, deixando de lado o que ele chama de “renovação prática e profissional”. Até em âmbito doméstico e religioso a educação decaiu, haja vista, conforme

⁵²⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 43-44.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 42.

⁵²⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 242. UFBA, FFCH, Biblioteca, Coleção especial.

⁵²⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 46.

ressaltado pelo historiador, o avanço dos insultos dos discentes aos seus mestres na República.⁵²⁹

Como se observa, já em 1904, o historiador não via com bons olhos os decretos baixados pelo Governo Provisório e chegou a reconhecer o atraso em alguns setores em relação ao Império. Em novembro de 1910, no texto intitulado “O 24 de Novembro”, ao narrar a repercussão na Bahia do episódio que ficou conhecido como “Revolta da Armada”, em decorrência da dissolução do Congresso, a 3 de novembro de 1891, pelo presidente general Deodoro, considerou a decadência da Bahia para um “Estado de 2ª ordem”, ao perder a primeira posição que tinha no Império. Refere-se à acumulação de dívidas, em função dos empréstimos tomados para cobrir despesas com os serviços essenciais. O historiador completa: “De modo que esses portadores da sabedoria política têm sido, na realidade, os condutores da nossa desgraça, os diretores da nossa miséria e decadência.”⁵³⁰ A essa altura dizia enxergar nas poucas conquistas, nas “migalhas” recebidas pela Bahia, em comparação aos melhoramentos e progressos que o novo regime tinha operado nos outros estados, o esforço de “poucos baianos”.

A crítica à República se acentuava na medida em que Braz do Amaral sofisticava seus argumentos sobre o descaso do governo em relação à Bahia, como fez em janeiro de 1919 e repetiu nos escritos de 1922. Como resultado de uma viagem que fez pelo rio São Francisco, por ele chamado de “Nilo do Brasil”, observou as diferenças entre as cidades de cada estado, ao tempo em que descrevia a região, a natureza e até os hábitos de pessoas que encontrava pelo caminho. Nesse percurso, diz ter se deparado com incoerências do tipo: cercas que custaram uma fortuna, escola de “aprendizes de marinheiros” instalada em Pirapora, no alto sertão, protecionismo do governo federal sobre empresa de viação no São Francisco para favorecer o Rio de Janeiro, em contrapartida da seca no Norte, das moléstias do sertão, da falta de iluminação e sinalização em trechos do rio, da falta de comunicação no nordeste da Bahia. Vale ressaltar que o argumento da seca, e de todas as calamidades associadas, tornou-se central nos discursos dos representantes políticos dos estados do Norte desde 1877, com a chamada “grande seca” (1877-79), constituindo-se em “arma política” do discurso regionalista nortista, que possibilitou colocar os interesses dessa região como pauta nacional. Esse problema chamou a atenção do Sul do país para o Norte, passando a ser o traço definidor

⁵²⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memória histórica: sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Ano XI, n. 30, 1904, p. 47, p. 48 e p. 49, respectivamente.

⁵³⁰ AMARAL, Braz do. O 24 de Novembro. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed., revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007.

de uma região em relação a outra, momento no qual o meio e a raça eram considerados “fatores determinantes da organização social”.⁵³¹ Já na década de 1920, quando Norte e Nordeste ainda eram citados como sinônimos, Braz do Amaral também se servia do argumento, ao tempo em que o desdobrava ao marcar as diferenças entre as regiões. O contato, na referida viagem, com as extravagâncias e as obras inacabadas, dispendiosas e concentradas, sobretudo, no estado de Minas Gerais, em detrimento da Bahia, permitiu a Braz do Amaral narrar as diferenças entre os lugares recônditos e alimentar certa revolta: “Diante destes dispêndios tão insensatos, tão doidos, deste perdularismo nos estados do Sul, à custa de toda a federação, confrontado com o que se dá nos estados do norte, chega a sentir-se uma revolta legítima.”⁵³²

Ressaltou o “‘dilúvio de ouro’ derramado pelo tesouro federal sobre Minas”. A aplicação do “tesouro nacional” e a proteção, por parte do governo, a Minas Gerais, como também a São Paulo, deixava a Bahia em situação desfavorável em relação às concorrentes do Sul. Fato que contribuía, segundo Braz do Amaral, para a emigração dos baianos, que formavam colônias em outros estados, despovoando os sertões. Sem trabalho, sem estradas, fábricas e “culturas” o baiano acabava transferindo para outra região a atividade e o trabalho, cuja falta provocaria a desgraça da Pátria.⁵³³ O historiador reclamava da indiferença aos problemas da Bahia e relembra que todos os estados deveriam ter o mesmo direito em um modelo de federação. Nesta, entretanto, havia “estados morgados e filhos segundos”, “estados filhos legítimos e os que eram espúrios”. A associação à pátria da figura materna ou paterna e dos filhos ou irmãos que a compunham foi um recurso utilizado algumas vezes pelo historiador em textos que versavam sobre a República e, neste caso, estava organizada da seguinte forma:

A ideia de Federação exprime a fraternidade, igualdade de direito sincera amizade reconhecimento recíproco de necessidades socorro a elas.
Mas se uma federação distribui desigualmente as suas preferências é como um pai que dá todos os carinhos a um filho e maltrata e despreza a outros.⁵³⁴

A solução para essa injustiça que, na perspectiva de Braz do Amaral, não poderia ser mais admitida estava na redistribuição igualitária do esforço da união capaz de fomentar o

⁵³¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. Recife, FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999, p. 58-59, p. 68 e p. 70.

⁵³² AMARAL, Braz do. Do Rio à Bahia pelo interior do Brasil – 500 léguas pelos nossos sertões. In: _____. *Cartas e Descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924, p. 30. APEB, Biblioteca.

⁵³³ Ibid., p. 25-28.

⁵³⁴ Ibid., p. 31-32.

progresso material dos estados, bem como no empenho e na energia dos homens públicos das unidades da federação atrasadas. No caso da Bahia, apesar de considerar as suas “povoações superiores às mineiras”, alertou para a necessidade de construção de duas vias férreas e de ampliação da navegação do rio. Providências, entre outras, que o governo deveria tomar, sem as quais “o progresso da Bahia” seria uma “utopia”.⁵³⁵

As décadas de 1910 e 1920 foram marcadas, na perspectiva de Rinaldo Cesar Nascimento Leite, pelo “sentimento de decadência das elites baianas” e pela disputa do poder político e do “monopólio simbólico da nacionalidade” entre as regiões do país. Sobre a Bahia foram lançados argumentos relacionados aos seus “tempos de glória”, nos quais era reconhecida a sua hegemonia econômica e política, sobretudo, no segundo reinado, e os de “infortúnios”, associados ao período republicano. Em novembro de 1925, ressaltou o autor, o historiador Wanderley Pinho que partilhava desse sentimento em relação ao passado e, de certa forma, ao presente, chegou a anunciar um projeto na Câmara Federal para erigir um monumento a D. Pedro II, alegando pretender preservar a memória do imperador. Seria, conforme o próprio discurso de Wanderley Pinho, uma forma de quitar parte da dívida do Brasil com o monarca, que já havia sido reconhecida pelo Governo Provisório e reforçada pela Constituinte. Além da construção de um túmulo para colocar os restos mortais do imperador, que, após o repatriamento – decreto legislativo de 3 de setembro de 1920 – ficavam nos desvãos de uma igreja, seria comemorado o centenário do seu aniversário.⁵³⁶

De acordo com a explicação de Rinaldo Leite, os discursos das elites baianas, que abrangiam os setores dominantes do ponto de vista social, econômico e político, como também os que possuíam um “patrimônio intelectual”, indicavam certo saudosismo em relação à monarquia, o que não significava necessariamente um desejo de restauração. Os indicativos da saudade nutrida pelo regime monárquico, revelada em uma série de discursos do período analisados pelo autor, vislumbravam uma tentativa de forjar uma “identidade baiana” combinada com o desejo de reerguer o estado em plano nacional.⁵³⁷ Foi um período, aos olhos do autor citado, em que se sobressaíram preconceitos e “sentimentos regionalistas”. Braz do Amaral, considerado um “bairrista empedernido”, teria manifestado “rancor” em

⁵³⁵ AMARAL, Braz do. Do Rio à Bahia pelo interior do Brasil – 500 léguas pelos nossos sertões. In: _____. *Cartas e Descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924, p. 47-50. APEB, Biblioteca.

⁵³⁶ PINHO, José Wanderley de Araújo. Centenário de Pedro II. In: _____. *Coletânea de textos históricos*. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990, p. 94-95.

⁵³⁷ Sobre a explicação dada ao conceito de “elites” Cf. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 21. Com relação ao projeto de Wanderley Pinho, conferir a página 253. A respeito do saudosismo desses grupos verificar na mesma referência a página 265.

relação a outras unidades da federação.⁵³⁸ Além de ser notória, nos textos do historiador baiano, a reivindicação do protagonismo da Bahia em acontecimentos políticos decisivos no país, a exemplo da independência, e o descrédito em relação aos episódios ocorridos nas regiões do centro-sul do Brasil, reclama o espaço perdido pelo estado na República e faz referência ao “ódio” alimentado sobre ele. Nesse sentido, há que se considerar a importância do discurso histórico nessa tentativa de recuperação de espaço, ou pelo menos da atenção àquilo que já foi hegemônico no tempo do Império. No período republicano marcado pelas disputas políticas de antigos chefes locais, pela ascensão de outras regiões e pela perda de prestígio, a Bahia haveria de declinar.

A decadência foi percebida por Braz do Amaral em vários planos, um deles foi o territorial, desde quando surgiu a tentativa de outros estados brasileiros, como alegou, de “despojar” a Bahia de parte do seu território. Em 1917, ao entregar ao governo de Antonio Ferrão Moniz de Aragão o segundo volume sobre os limites do estado com o Espírito Santo, Braz do Amaral ressaltou em uma nota, reportando-se a um documento apresentado no primeiro volume, como era “intenso” o desejo de diminuir a Bahia, mesmo sendo os seus direitos mais bem fundamentados do que os dos outros com os quais estava em litígio. Do momento em que a contenda em torno dos limites com o Espírito Santo havia começado, segundo ele durante a Guerra da Independência, até a ocasião em que passava a estudar o caso, observou:

Nota-se agora como era velha a intenção de fazer à Bahia todo o mal possível, ajeitando-se um meio injusto para apoucar-lhe a importância e os recursos, plano que ultimamente se tem tornado tão claro pelos múltiplos entraves opostos à expansão do comércio e da viação como a todo o desenvolvimento deste estado, que não é possível mais esconder que na família brasileira a antiga metrópole é vista e tratada como irmã bastarda.⁵³⁹

Se os insultos ao estado se iniciaram, em sua visão, com os ataques ao seu território, desde os tempos em que se preocupou em lutar pela liberdade de todo o país, às custas do seu “sangue”, da sua “prosperidade” e da sua “paz”, com a República os aviltamentos não diminuiram.⁵⁴⁰ O estado sofria com a decadência também no campo financeiro. Em agosto de 1922, por ocasião de uma tentativa golpista surgida sob alegação da crise financeira, recuou no tempo, à Guerra do Paraguai, para explicar a origem e o desequilíbrio das finanças da

⁵³⁸ Ibid., p. 218-221.

⁵³⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Espírito Santo*. V. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 47.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 46.

Bahia e assegurar, possivelmente, a incoerência do golpe e o erro do conflito na América do Sul. A explicação do historiador é simples e invariável: o regime de déficit da Bahia iniciou-se com a guerra do Paraguai que arregimentou cerca de 18000 soldados desequilibrando a produção na lavoura, que perdeu cerca de 38000 mil braços em fase de boa produção, o que implicou redução da exportação. Situação decorrente do “ingênuo sentimentalismo patriótico” associado “com a má vontade, ou mais propriamente com o mau querer que mostram aos baianos pela sua pobreza [...]”.⁵⁴¹ Aos “delírios patrióticos pela dignidade e defesa do Brasil” somaram-se despesas com a construção de estradas de ferro, com negócios de navegação, os empréstimos contraídos pelos sucessivos governos, e o resultado foi a crise nas finanças da Bahia.

A situação agravou-se, na visão de Braz do Amaral, com a implantação do novo regime, no qual, para ele, “a Bahia não tem sido mais feliz”. As administrações locais foram consideradas mais uma vez incompetentes no quesito economia e finanças, jamais tendo conseguido um equilíbrio orçamentário. Fosse no governo de Luiz Vianna, de Severino Vieira, de José Marcellino, de Araújo Pinho ou de J. J. Seabra, o que se constatou foram atrasos de pagamentos, mais empréstimos e o estabelecimento de uma “dívida flutuante”.⁵⁴² O historiador parece relativizar, no entanto, ao sugerir que esses problemas derivavam de um regime político que havia esquecido a Bahia e não necessariamente de uma administração específica:

Por outro lado o governo da Bahia há cerca de 20 anos tem permanecido em oposição ao da república, o que unido ao ódio, mais ou menos disfarçado, porém, persistente, que há contra a Bahia neste país tem privado o estado das vantagens de muitas obras de utilidade, próprias a fomentar a produção, de que S. Paulo, Minas Gerais, Rio Grande e outros têm largamente aproveitado.⁵⁴³

Braz do Amaral escreveu uma nota para ressaltar que não havia exagero na afirmação acima e declarar que os próprios baianos se comportavam como “inimigos” da Bahia e maltratavam-na, à semelhança dos “filhos desnaturados” e, neste caso, “desprovidos de respeito e amor pelo torrão natal”.⁵⁴⁴ A ingratidão dos filhos da terra combina-se em seu discurso com o descaso do governo republicano pelos problemas do estado, exemplificada na

⁵⁴¹ AMARAL, Braz. Sobre as finanças da Bahia. In: *Assuntos de atualidade sobre finanças da Bahia e festas do centenário*. Bahia, 1922, p. 1-2. APJCB

⁵⁴² Ibid., p. 5.

⁵⁴³ Ibid., p. 5-6.

⁵⁴⁴ Ibid., 1922, p. 6.

falta de auxílio em situações de emergência como a das enchentes de 1914, com os problemas partidários internos, que resultam numa Bahia sempre dividida e com a pouca importância dada às necessidades do estado pelos deputados baianos depois de conquistarem uma cadeira na Câmara.⁵⁴⁵ Os “remédios” para essa situação não seriam dados pelas ilusórias promessas dos “homens de partido”, nem pela alternância deles no poder, mas pelo abandono por parte do governo federal da “insensata má vontade e a inqualificável e injusta prevenção que mostra pela Bahia” ao fazer “uma política larga, boa e honesta”, como fazia com outros estados. Deveria haver, em sua visão, um equilíbrio entre os interesses do estado e da união. Aos governos baianos caberia a abnegação.⁵⁴⁶

Em 1923, no livro *História da Bahia do Império à República*, retomou as críticas à Guerra do Paraguai, associando-as às origens das mazelas e do desprestígio do estado. A “febre” ou o “delírio de patriotismo” de grande parte da população produtiva mais a “susceptibilidade nervosa do público”, teria freado o progresso da província: “A glória militar é efêmera em toda a parte e aqui a glória da Bahia ainda o foi mais, porque o grande esforço dos baianos comprometeu o futuro da Bahia, deixou-a na miséria e no luto [...]”. Tudo em nome, para Braz do Amaral, de uma “deplorável vaidade” de fazer figurar a Bahia entre os estados que mais se dedicavam ao Brasil. Sacrificaram os interesses da região para atender aos da nação e o resultado não se traduziu em compensações e melhoramentos aos sacrifícios feitos. Essa argumentação sugere que, para o historiador, não era apropriado o esforço em prol da nação se fosse para colocar em risco a integridade da Bahia.⁵⁴⁷

Ao se dedicar em outros capítulos do mesmo livro aos acontecimentos ligados à proclamação e à administração dos primeiros governos do novo regime, Braz do Amaral seguiu a linha do texto de 1904, mas acrescentou pouca coisa em relação a ele, como demonstra a reprodução de trechos inteiros, com alguns cortes ou acréscimos, a exemplo dos tópicos intitulados “Os dias 16, 17 e 18” e “Proclamação”. Uma característica, no entanto, marcou essa última abordagem feita pelo historiador: foi incisivo ao julgar questões centrais acerca das mudanças ocorridas no país, a exemplo da abolição, com isso emitiu sua opinião, apareceu no texto e reforçou a imagem positiva do imperador, algo que se acentuaria nos escritos de 1925.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 7.

⁵⁴⁶ AMARAL, Braz. Sobre as finanças da Bahia. In: *Assuntos de atualidade sobre finanças da Bahia e festas do centenário*. Bahia, 1922, p. 9-10.

⁵⁴⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 249-250.

Ao se referir aos grupos envolvidos com a propaganda, basicamente estudantes das faculdades, acrescentou, “Um ou outro homem de certo valor se juntava a ela, mas foram raríssimos estes exemplos.”⁵⁴⁸ Essa visão da propaganda republicana de Braz do Amaral somada a outros argumentos e conclusões assinala que o tom da crítica ao regime ficou acentuado com o passar dos anos. A explicação que havia sido dada a respeito da perda de interesse dos proprietários de escravos pela monarquia em função do prejuízo que tiveram com a abolição, nesse texto encontrou a concordância do historiador. Considerou compreensível a falta de interesse dos senhores pelo antigo regime e enfatizou: “A abolição devia ter sido feita com a respectiva indenização”.⁵⁴⁹

A reconhecida popularidade da princesa Isabel e a “adoração” do país aos soberanos levavam Braz do Amaral a crer que até os republicanos temiam mais o terceiro reinado do que pretendiam derrubar o imperador, fatores que não foram suficientes, em sua opinião, para decidir a vitória da monarquia sobre a república em um país no qual as “opiniões políticas não eram sólidas”. Em seu ponto de vista, o general Deodoro da Fonseca parecia ter como objetivo somente a deposição do gabinete do visconde de Ouro Preto. Os republicanos, nessa visão, teriam se aproveitado das circunstâncias e arrastado o general. Dessa forma, esse elemento mais a “falta de vigor da nação para se interessar e lutar por qualquer causa” favoreceram a rápida queda da monarquia, algo que, segundo ele, ninguém esperava.⁵⁵⁰

Em texto de cunho biográfico, de outubro de 1922, elaborado como prefácio ao livro de José Joaquim Landulfo Rocha Medrado, escrito na ocasião da viagem de D. Pedro II ao Norte, fez referência aos esforços do governo, entre outras coisas, produzindo festas oficiais, para que em toda parte a comitiva imperial fosse recebida sob aplausos. O historiador, no entanto, completou: “Ora, o povo neste país, no fundo, completamente indiferente à monarquia e talvez até a quem o governa.”⁵⁵¹ Deu razão ao autor de *Os cortesãos e a viagem do Imperador* (1860) ao afirmar que a “verdade exposta” no livro se consagrou com a queda súbita da monarquia, evidenciando que a “dedicação ao sistema imperial era uma ‘fantasmagoria’ e que em nenhuma parte havia neste país quem arriscasse uma hora de sofrimento para sustentar o regime.”⁵⁵²

⁵⁴⁸ Ibid., p. 315.

⁵⁴⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 316.

⁵⁵⁰ Ibid., p. 316-318.

⁵⁵¹ AMARAL, Braz do. Prefácio. In: MEDRADO, Landulfo, s/t, outubro de 1922, p. IV. APJCB

⁵⁵² Ibid., p. IV-V. APJCB

O discurso salientou características morais do imperador, tais como “justo”, “honesto”, “honrado”, bem como ressaltou a falta de vigor do que chama genericamente de “nação”, que o deixou partir em exílio sem qualquer “gesto de defesa” ou “sinal de protesto” e “simpatia”. Ao fazê-lo, no entanto, revelava mais a sua visão dos acontecimentos do que propriamente de Pedro II. O apoio dos baianos ao monarca e ao seu governo é um ponto de controvérsia no referido texto. Braz do Amaral aludiu, como o fez em 1904, ao “medo” que os homens mais velhos tinham das ideias republicanas, em função da experiência com o período regencial, mas aqui ele explicou que não era só por comodismo que temiam a nova forma de governo, e acrescentou “sabemo-lo hoje muito bem”, mas porque acreditavam que a monarquia constitucional era mais de acordo com o país e seu povo. Adiante acentuou a controvérsia ao declarar que “não era forte o sentimento monárquico”, mas asseverou que “se o navio em que seguia para o exílio o imperador, assim como a princesa Isabel, aqui tivesse aportado, a república não teria vingado no Brasil.” Para ele, os “elementos de resistência” se entregaram à mudança por falta de orientação, apoio ou chefes.⁵⁵³

Outro elemento que merece destaque no texto de 1923 é o fato de Braz do Amaral se revelar na história e se identificar com o personagem. Utilizou a expressão “pelo autor deste livro” passando a fazer parte como sujeito da história. Como foi visto, ao narrar na memória de 1904 episódios em que ele estaria em cena, referia-se a “Braz do Amaral” como se fosse um personagem qualquer. Essa mudança de atitude aparentemente despretensiosa sinaliza uma possível tentativa de se distanciar dos acontecimentos em 1904, quando a República ainda era marcada por incertezas, e as tensões, revoltas ou conflitos rebentavam com frequência; e uma desenvoltura maior em 1923 quando o novo regime estava estabelecido, embora ainda despertasse controvérsias e desenganos.⁵⁵⁴

A década de 1920 foi marcada pelo desencanto com a República, o que favoreceu o surgimento de algumas publicações sobre o assunto. Transformações econômicas e sociais fizeram emergir novos grupos que se esboçavam no período da proclamação da República. As possibilidades de participação política estimularam as reivindicações, sobretudo, dos setores que se diziam prejudicados pela hegemonia das oligarquias paulista e mineira. O exército passou a assumir uma posição para qual convergiam as aspirações revolucionárias, reforçada pela ideia de “salvação nacional”. Os levantes militares aumentaram a rivalidade entre o que

⁵⁵³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 320-321.

⁵⁵⁴ Emília Viotti da Costa faz referência aos primeiros anos de agitação da República nos quais as ações das classes armadas se sobressaíam. Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 404.

Emília Viotti chama de “civilistas” e “militaristas”, duas linhas de interpretação surgidas entre os historiadores e cronistas de inclinações republicanas que reivindicavam para os civis ou militares, respectivamente, as “glórias” do movimento. Esses pontos permitiram nos anos de 1920 a revisão da história tornando perceptíveis os problemas da República e favorecendo a idealização da monarquia. Seria, na perspectiva da autora, o fortalecimento da “velha tradição monarquista”.⁵⁵⁵

Algumas características dessa nova versão monarquista aparecem no texto de 1923 de Braz do Amaral, pela referência positiva feita à monarquia parlamentar, da ideia de que Deodoro da Fonseca foi assediado e levado a proclamar a República, além das características bondosas do imperador. No discurso de 1925, cujo foco passou a ser o imperador e o Governo Provisório, Braz do Amaral manifestaria inconformidade ainda maior com os acontecimentos de 1889. Curiosamente, essa era a época em que ocupava o legislativo federal representando a Bahia pela Concentração Republicana. Da mesma forma que no outro texto, nesse, ressaltou que a proclamação da República tal como ocorreu foi um “fato inesperado”, circunscrito ao campo teórico, e sem participação popular, obra somente da força armada.⁵⁵⁶ Essas ideias divulgadas para um público mais amplo, já que publicadas na revista do Instituto Histórico Brasileiro, abordaram de forma geral os acontecimentos sem apresentar diferenças entre o que se passou no Rio de Janeiro e nas províncias, a exemplo da Bahia. A capital do Brasil havia sido palco, talvez por ser o eixo político e administrativo, das mudanças ocorridas no país tornando-se o centro das atenções. Passava por um momento de glória e ampliava as expectativas de renovação e participação política.⁵⁵⁷ Apesar das diferenças entre as duas abordagens feitas sobre o mesmo tema, percebe-se que suas ideias se completam.

Também aí Braz do Amaral reconheceu que surgiram no país propagandas favoráveis ao governo republicano, organizadas em torno de “clubes”, que buscavam instruir o povo, embora fossem iniciativas de jovens que não possuíam representatividade nacional. Fator que não impediu a previsão por parte de homens públicos, como Ruy Barbosa e o barão de Cotegipe, de que as mudanças eram certas e estavam próximas, o que fez Braz do Amaral ponderar a respeito do lugar de fala dos políticos oradores: “Esta era, porém, a palavra dos

⁵⁵⁵ Ibid., p. 406-408 e p. 427-428.

⁵⁵⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 455, p. 471 e p. 473.

⁵⁵⁷ Sobre a renovação da expectativa política e a visibilidade alcançada pela capital, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 22.

pensadores, cujo espírito pairava acima do vulgo. [...] Da República, não é exagero dizer que poucos cuidavam atendendo à massa da população do país.”⁵⁵⁸

A explicação da novidade que teria significado a proclamação da República justificava-se pelo fato de que até a tarde do dia 15, os “revoltosos” ainda não haviam decidido pela mudança da forma de governo. Com o pronunciamento que intimava a retirada do poder do ministério Ouro Preto, falava-se da organização de um poder provisório, que deveria consultar a Nação sobre a forma de governo e estava encarregado de “manter a ordem, a liberdade e garantir à Nação a livre manifestação da sua vontade soberana”.⁵⁵⁹ Segundo Braz do Amaral, o manifesto inaugural também não falava em República, nem da sua proclamação. Em sua perspectiva, o general Manoel Deodoro da Fonseca, não convicto dos seus ideais republicanos, foi levado a conspirar e a se tornar chefe da revolta. Era ligado ao partido conservador e próximo ao imperador, pela estima e por não ter um “feitio” de republicano, ponto controvertido da história para Braz do Amaral, mas que ele explicou da seguinte forma: “Não há dúvida que ele foi levado a ser conspirador e caudilho por causa da classe, que julgava afrontada, o que entendia também ferir o seu brio militar.”⁵⁶⁰

Ainda de acordo com Braz do Amaral, Deodoro da Fonseca se destacava entre os generais e era reconhecido como defensor da sua classe. Nos últimos anos do Império a “classe militar” estava descontente e em conflito com o governo. A indisciplina entre os generais, o que não ocorria entre os soldados, foi outro elemento por ele destacado. Apesar dos esforços do ministério iniciado em 7 de junho para tornar a guarda nacional uma força, entre os membros das classes armadas difundia-se a ideia de que o governo os humilhava e perseguia. A perda de apoio das classes armadas serviu para abalar ainda mais o poder do imperador, que, para Braz do Amaral, já sofria com a abolição. D. Pedro II estava fora da capital e dizia não ter recebido os telegramas que o colocariam ciente da sublevação da guarnição do Rio, embora soubesse que o descontentamento dos militares com o governo crescia diariamente, ao menos após as informações levadas pelo visconde de Ouro Preto. Com a crescente animosidade dos oficiais, a situação do imperador, segundo o historiador que foi testemunha dos fatos, era a seguinte:

Vê-se por isto que, já tendo perdido o trono, por causa da abolição, o afeto das duas classes que mais o haviam apoiado sempre, a lavoura e o comércio,

⁵⁵⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 455-456.

⁵⁵⁹ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 463.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 462-463.

estava a ver derivar o terceiro elemento conservador, constituído pelas classes armadas, que era o seu mais seguro alicerce, em virtude do descontentamento delas.

Ficava sozinho, exposto aos manejos e às increpações dos seus adversários, explorados por inimigos e indiferentes.⁵⁶¹

Apesar desse quadro, para Braz do Amaral, nem o monarca cogitava uma mudança na forma de governo, razão pela qual possivelmente não teria tomado nenhuma medida severa contra os oficiais, especialmente Deodoro da Fonseca. O caráter e a bondade do imperador salientadas pelo historiador o impediam de punir um general que havia prestado serviços de guerra. Suas características bondosas e caridosas, de homem amado e respeitado, contrastavam com os acontecimentos, a proclamação da República e o desterro:

Quando se cotejam as suas qualidades e as aparências de afeto manifestadas pelos brasileiros, com o abandono e a indiferença com que toda a gente de uma grande cidade deixou levar para um exílio, de onde não devia voltar, de noite, cercado de soldados, preso e isolado de todos, como um criminoso comum, que se vai conduzir ao suplício, o velho imperador, a quem essa gente aplaudiria com entusiasmo, se não estivesse nas mãos de **inimigos poderosos**, não se pode deixar de reconhecer como tinha razão o grande desprezador dos homens, que dizia haver sido tudo na vida e ter compreendido que nada valia.

Raras foram as pessoas que se dirigiram ao Paço, onde o conservaram cercado de guardas durante dois dias, e delas nem todas puderam, sequer, realizar esta visita de respeito ou gratidão, porque a prudência ciosa do governo provisório o proibiu, separando dos seus concidadãos o monarca deposto, o que, aliás, era medida indispensável a seus interesses.

Entretanto, grandes aplausos acompanharam o general Deodoro, quando veio, à frente dos revoltosos, em passeio militar pelo centro da cidade.

Tem havido entre todos os povos, em circunstâncias análogas, semelhantes reviravoltas, mas o que se deu aqui, excede, no gênero, o que de mais contrário à delicadeza se tem visto em outros lugares e revela como se acha **embotado o sentimento público**.⁵⁶²

Os grifos destacam expressões que merecem atenção nesse discurso que apresenta uma visão geral acerca da proclamação da República. A referência aos “inimigos poderosos” mostra como enxergava, na década de 1920, os militares e civis envolvidos na tomada do poder das “mãos do imperador” e chefiados por Deodoro da Fonseca, razão pela qual “a gente de uma grande cidade” teria permitido o seu exílio e não o aplaudira em sua partida. Esse comportamento coletivo revelou para o historiador o quanto o “sentimento público” estava desgastado ou o quanto o povo era insensível. A cena da partida de D. Pedro II descrita por

⁵⁶¹ Ibid., p. 460.

⁵⁶² AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 457. Grifos nossos.

Braz do Amaral reforça o tom utilizado no fragmento acima e em outras passagens do seu texto. Enfatiza a dificuldade para embarcar de um homem idoso que já não gozava de saúde e não contava com o apoio dos brasileiros. Na transferência de uma embarcação para a outra foi da seguinte forma que narrou o episódio:

Embarcada a família condenada ao desterro, em uma lancha do Arsenal de Guerra, começaram os seus tripulantes a procurar entre os navios ancorados o cruzador *Parnahyba*, tarefa difícil, porque a noite era escuríssima e o *Parnahyba* não tinha sinal que o distinguísse.

Encontrado o navio, foi arriada uma escada, tornando-se muito embaraçosa e arriscada a passagem do monarca destronado da lancha para o seu novo depósito.

A idade, as emoções, a moléstia, a fraqueza do organismo recusavam-lhe às pernas o vigor necessário para os movimentos violentos, que precisava fazer. Por muito tempo o balanço que o mar imprimia à lancha, a colocação da tolda desta e o peso do corpo alquebrado, impediram a passagem do ex-imperante entre os costados das duas embarcações, inutilizando os esforços tentados repetidas vezes.

A princesa Isabel, vendo aquela situação angustiosa, gritava ao tenente-coronel Mallet que segurasse o imperador e não o deixasse resvalar e cair nas ondas.

Já começava a clarear a aurora, quando toda a família se achou na tolda do *Parahyba*. [...]

Na noite desse dia, 17 de novembro de 1889, foi que o transportaram do *Parahyba* para o vapor *Alagôas*, a fim de que este conduzisse para o exílio o brasileiro mais ilustrado, mais amigo do seu país e mais distinto dos que o têm governado.⁵⁶³

A imagem da senilidade do imperador combina nessa narrativa com o fim do Império e a ascensão de um regime, cujos arbítrios dos presidentes, as frequentes suspensões das garantias constitucionais, as constantes sedições e o enfraquecimento do prestígio dos militares, contrastavam, para Braz do Amaral, com a paz nos tempos da monarquia. Ao comparar os poucos anos de República com o longo reinado de Pedro II, o historiador assegurou, “Durante o império tinha gozado este país de longa e profunda paz, e, após a República, poucos anos temos atravessado com ela.”⁵⁶⁴ A alegoria da República criada por Braz do Amaral remete a um organismo doente: “E, à semelhança dos organismos que já vêm ao mundo vítimas de afecções congênicas, tem sido a existência da República flagelada por sofrimentos que equivalem a moléstias pertinazes, vergonhosas e crônicas.”⁵⁶⁵

Ao se perguntar, porém, sobre a legitimidade do novo regime, em comparação ao Império, o historiador elaborou o raciocínio seguinte,

⁵⁶³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 480. Grifos no original.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 475.

⁵⁶⁵ *Ibid.*, p. 476.

Não importa saber se era mais ou menos legítimo do que a monarquia por direito divino, que até aí havia dominado.

Desde que nunca foi conhecido o instrumento em virtude do qual Deus conferiu às monarquias o direito de governar os povos e desde que, por tanto tempo, aceitamos sem maior exame tal absurdo, também não investiguemos muito sobre as origens do novo poder.

Basta compreender que ele vinha da força, como a monarquia, e, do mesmo modo, que esta invocava a divindade para que a tolerassem ele invocou a Nação.

A autoridade do marechal Deodoro era absoluta, e o que se admite desde os romanos chamar uma ditadura.

O ditador, com um grupo de homens escolhidos por ele, constituiu o governo provisório.

E assim foi governada a nação brasileira!⁵⁶⁶

Como já mencionado, o novo poder foi obra da força armada, para o historiador baiano, e não teve participação do povo, que, só posteriormente, se manifestou através da Câmara Municipal aderindo à República. Embora tenha sugerido que o povo não havia se sensibilizado com o desterro do imperador e de sua família, ressaltou que não foi protagonista nesse processo, ponto reforçado por uma narrativa circunscrita aos feitos dos militares. Os vencedores, buscando preencher esse vazio, “um semblante de parentesco ou aproximação com o povo”, segundo o historiador, promoveram uma reunião e por meio de oradores concitaram as pessoas a se manifestar na Câmara.⁵⁶⁷ Em sua perspectiva, os militares eram a ponte entre a República e o povo.

A ideia de revolução que se tem buscado retomar aqui parece apresentar uma variante em relação aos fatos da República. O discurso de Braz do Amaral aponta neste caso para o descrédito com a forma como ela foi proclamada, por uma conspiração que resultou numa sedição militar que derrubou a monarquia. Ressaltou que, sendo os “vencedores”, os homens que instituíram a República não deveriam ser chamados de “revoltosos”. Aparentemente óbvio, esse aspecto de seu texto mereceu destaque porque permite voltar às questões acerca dos sujeitos da revolução, dos vencedores e vencidos sob a ótica de Braz do Amaral. É notável a mudança na maneira como enxergou o protagonismo dos militares. Ao narrar, em circunstâncias diferentes, outras revoltas e sedições anteriores à República destacava a importância do elemento militar. Ao tratar desse acontecimento, no entanto, chega a afirmar que a República era viciada em sua origem e sugere que a mudança faria mais sentido se a revolução fosse feita por vias populares:

⁵⁶⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 473.

⁵⁶⁷ *Ibid.*, p. 471.

A conspiração militar e a execução deste dia constituíram o vício de origem da República.

Se ela tivesse vindo do povo, pela evolução, produzindo leis transformadoras, como tinham feito os abolicionistas, ou pela revolução, compreende-se que teria sido regular a grande mudança política, visto que no povo reside a soberania, pelo que só a ele compete escolher como deve ser governado.

Assim como foi, porém, não.⁵⁶⁸

A ausência das camadas populares nas revoltas narradas por Braz do Amaral não tem relação, necessariamente, com a falta de participação das pessoas comuns nos acontecimentos políticos, mas com a própria narrativa dele que se concentra nos feitos dos generais e dos soldados, na batalha em si. Quando reconheceu o envolvimento dos sujeitos comuns em alguns episódios, fez referência a cenas de tumulto e considerou a manipulação dos grupos dominantes. Ao fazê-lo, revelou a sua incapacidade, como integrante dessa camada social, em considerar a autonomia e a legitimidade dos movimentos populares. No que diz respeito ao movimento da República, entretanto, a ideia de que o povo não havia participado era comum entre seus contemporâneos, inclusive, entre alguns republicanos.

Um dos propagandistas da República, Aristides Lobo, avaliou a participação popular no episódio da proclamação ao afirmar enfaticamente que o povo, ao invés de protagonizar os acontecimentos, havia assistido a tudo “bestializado”. Essa expressão rendeu o título do livro que José Murilo de Carvalho publicou sobre o assunto.⁵⁶⁹ Fato, segundo este autor, confessado como o “pecado original do novo regime”. Esse argumento, entre outros que assinalavam a inexistência do “povo” no Brasil, numa perspectiva de pessoas ativas e conscientes, corrobora o de Braz do Amaral citado acima sobre o “vício de origem da República”.⁵⁷⁰

Os propagandistas mais radicais, a exemplo de Silva Jardim e Lopes Trovão, por outro lado, acreditavam que a implantação da República era a oportunidade do povo participar da cena política, inspirados na tradição da Revolução Francesa de 1789. Nessa perspectiva, o novo regime ampliaria a expectativa dos excluídos do sistema anterior.⁵⁷¹ As opiniões divergentes não alteram o fato de que as camadas populares possuem seu histórico de lutas e, no caso específico da República, a sua participação se ampliou após a proclamação, sobretudo

⁵⁶⁸ CARVALHO, op. cit., p. 474.

⁵⁶⁹ CARVALHO, op. cit., p. 9, p. 66-69 e p. 140.

⁵⁷⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 474.

⁵⁷¹ CARVALHO, op. cit., p. 11-12.

no período de florescimento do jacobinismo.⁵⁷² Ademais, a história mostra que mesmo quando o povo não participava ativamente das esferas políticas oficiais, expressava em seu cotidiano formas específicas de participação política, no âmbito da religião, da assistência mútua ou das festas.⁵⁷³

A propósito do desenvolvimento do jacobinismo, entre 1893 e 1897, entre civis e militares de orientação nacionalista que temiam, em diferentes proporções, a restauração monárquica, Braz do Amaral não tratou nos discursos analisados. Ele não citou o movimento, nem fez referência a possíveis focos ou representantes na Bahia, mesmo quando aludiu à repercussão da Revolta da Armada no estado, não sendo possível concluir se foi uma opção de Braz do Amaral ou se os jacobinos não tiveram espaço em virtude do forte sentimento monárquico que, sugerem os textos, pairava naquela sociedade. Essa hipótese reforçaria, entretanto, a versão segundo a qual o movimento republicano não teve força na Bahia, pela falta de propaganda, pela memória dos tempos da regência e pela ausência das classes populares na proclamação. Essa é a interpretação do historiador em questão. Mesmo anos depois, em 1943, ao elaborar outro discurso de cunho biográfico sobre J. J. Seabra, que sofreu oposição dos jacobinos, afirmou que o político se envolveu em um dos movimentos contra a autoridade de Floriano Peixoto, mas não aprofundou esse ponto, passando por ele sem explicações. O auxílio dado por Seabra ao governo de Prudente de Moraes, por meio de uma moção de apoio na Câmara à ordem de fechamento das escolas militares que se sublevaram, tornou Seabra alvo dos jacobinos, que eram florianistas e criticavam duramente o governo. Questionavam a autoridade de “um Seabra” para falar de indisciplina quando havia se aliado a militares para depor o governo “constituído e patriótico” de Floriano Peixoto.⁵⁷⁴

Após o incidente de 5 de novembro de 1897, ocasião em que Prudente de Moraes recepcionaria dois batalhões que chegavam de Canudos, mas que ficou marcado por um golpe que deveria atingir o presidente e acabou matando o ministro da Guerra, provocando revolta na população, Seabra falou ao povo da janela da Câmara dos Deputados, pedindo calma e apoio para a consolidação da República, ao que acrescentava que o jacobinismo teria fim.⁵⁷⁵ Nada disso apareceu na narrativa de Braz do Amaral que, no texto de 1943, reforçou argumentos antigos, ao assegurar que a mudança de governo se fez de uma maneira que não

⁵⁷² Ibid., p. 70.

⁵⁷³ Ibid., ver capítulo V.

⁵⁷⁴ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: editora brasiliense, 1986, p. 56-57.

⁵⁷⁵ Ibid., p. 61-62.

agradou a todos, nem pareceu melhor, nem foi da forma como se devia esperar, pela ascensão popular, e ao recordar os tempos de paz do Império:

Aqui, nós havíamos tido uma época agitada no tempo da Regência, mas depois o país tinha atravessado um período longo de paz e de ordem assim como de um progresso lento, mas seguro.

Logo após a proclamação da República surgiram as pretensões, as ambições e as lutas, esboçando-se ao mesmo tempo o vício da autocracia dos americanos latinos, um pouco análogo ao das crianças gulosas, que tanto mal tem feito, não somente à vida, como à dignidade dessas nações.⁵⁷⁶

As camadas populares não estavam em pleno acordo com as vantagens da mudança de regime político. No momento em que foi derrubada, a monarquia gozava de certa popularidade, muito em função dos festejos da abolição. As populações negras, de modo geral, não apoiaram a proclamação da República e se manifestaram contrárias, através da Guarda Negra, organizada pelo intelectual José do Patrocínio, que incorporou os “capoeiras”, perseguidos no novo regime. Alguns embates ocorreram entre os propagandistas e integrantes da Guarda.⁵⁷⁷ Braz do Amaral referiu-se à guarda formada por “libertos da servidão” que visava a “defesa do trono” ao combater o partido republicano nascente. Organização que, para ele, nunca havia aparecido realmente.⁵⁷⁸

A sua visão de que o Partido Republicano não estava organizado no país é um ponto de interseção de todos os discursos de Braz do Amaral. Não havia propaganda suficiente para divulgar a ideia, explicar ao povo, atrair aderentes, nem conhecimento da causa por parte dos que tomaram a frente do novo regime. Alguns que a abraçaram nem eram, de fato, republicanos. Foi o caso, destacado por Braz do Amaral, de Ruy Barbosa, que era dissidente do partido liberal. As medidas adotadas pelos que tomaram o poder não resultavam de consultas feitas aos republicanos, o que levou o historiador a considerar que “como agremiação política, os republicanos estavam mais atrasados do que os inconfidentes mineiros de 1793, os baianos de 1798 e os pernambucanos de 1817, que já tinham os seus símbolos e ideias acerca do que teriam de realizar.”⁵⁷⁹

⁵⁷⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 92.

⁵⁷⁷ Sobre a “simpatia” dos negros pela monarquia, José Murilo de Carvalho cita o descontentamento e as críticas à República do romancista Lima Barreto, ver CARVALHO, op. cit., p. 29-30.

⁵⁷⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927, p. 458.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 474.

Ele não era o único a destacar a desorganização do Partido Republicano. Lideranças do movimento observavam essas dificuldades. O propagandista Campos Sales viu na “falta de coesão” do Partido na capital o “principal obstáculo ao desenvolvimento da ideia republicana”.⁵⁸⁰ O atraso dos republicanos que Braz do Amaral faz enxergar se resumia na ausência de uma propaganda ampla, com símbolos definidos e um público alvo. Atribuiu o infortúnio da República à falta de base no povo. Não se preocupou, porém, em aprofundar, nos escritos sobre a República, questões que estavam na ordem do dia, como a abolição da escravidão e o modo como os egressos da escravidão lidaram ou enfrentaram essas mudanças. Esse é mais um dos elementos que demonstram a ambiguidade do significado atribuído ao novo regime pelo historiador.

⁵⁸⁰ CARVALHO, op. cit., p. 13.

6 DO SUBSOLO AO TERRITÓRIO DA POLÍTICA

6.1 UM HISTORIADOR NO SUBSOLO DA CAPITAL BAIANA

A produção de Braz do Amaral também abrange assuntos ligados à Arqueologia e à Geografia da Bahia, que respondem a questões levantadas no âmbito da História e atendem às demandas do Instituto Histórico. É o que acontece com o estudo de galerias subterrâneas que aparece com alguma frequência entre os textos assinados pelo historiador e lançados nas revistas do IGHB. Destaca-se “assinados” porque nesse caso trata-se dos relatórios sobre as pesquisas feitas em parceria com Innocência Munõz de Araújo Góes de alguns subterrâneos existentes em Salvador e que, pelas hipóteses levantadas pelo estudioso baiano, teriam surgido ao longo do século XVIII e do XIX. São galerias subterrâneas, cuja finalidade Braz do Amaral tentava desvendar, buscando possíveis vestígios humanos que o ajudassem com a escrita da história da Bahia. Essas “explorações” ou “excursões” foram realizadas entre 1897 e 1898 e atendiam às demandas da referida Instituição, embora em um desses relatórios, Innocência Munõz afirmasse que coube a ele e a Braz do Amaral, os dois sócios da casa, iniciar a campanha que naquele tempo o IGHB passava a dirigir sob sua responsabilidade e competência.⁵⁸¹ Reúnem nessas pesquisas conhecimentos da Arqueologia, da Geografia e da História.

Em uma memória apresentada ao Instituto em sessão de 21 de março de 1897, Braz do Amaral dirigia-se ao presidente para prestar contas, com os colegas Drs. Reis Magalhães e Munhoz Góes, da incumbência que lhes foi dada no fim do ano anterior. Era o retorno da exploração feita no esconderijo de uma casa à rua do Castanheda, na capital baiana. Ressaltou que ouvira falar na infância da existência daquela casa e recordou que o seu pai teria ouvido dizer que Sabino Vieira possuía um subterrâneo ou esconderijo na casa dele. Duas lendas eram conhecidas sobre o lugar, segundo Braz do Amaral: uma dizia ter sido um quartel-general no começo do século XIX e a outra dizia ter pertencido a Sabino Vieira, onde ele teria assassinado a mulher.⁵⁸²

⁵⁸¹ GOES, Inocência.; AMARAL, Braz do. Relatório apresentado ao IGHB sobre o subterrâneo existente na encosta da montanha, ao Taboão, pelos sócios Drs. Braz do Amaral e Inocência Góes. *Revista trimestral do IGHB*. Ano V, n. 17, setembro de 1898, p. 343.

⁵⁸² AMARAL, Braz do. Exploração do esconderijo de uma casa à rua do Castanheda. In: _____. *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 190. APEB, Biblioteca.

A exploração foi iniciada pelo forro, em um prédio que teria pertencido à irmã de Sabino Vieira, a freira do convento da Lapa, Madre Maria José Barata. Ao descrever a planta da casa, os seus cômodos, referiu-se ao processo de acusação de Sabino Vieira pela morte de sua mulher, aos autos e aos depoimentos de testemunhas. Braz do Amaral, em nome da comissão, apresentou algumas hipóteses acerca da construção e dos usos daqueles cômodos. Entre as conclusões apresentadas por Braz do Amaral, mas provavelmente também pelos que com ele participaram da exploração, destacam-se: a confirmação da existência de um esconderijo, que só pôde ser acessado pelo forro e disfarçado nas paredes divisórias dos quartos, na casa 126, da rua do Castanheda, distrito de Sant’Anna; a hipótese de que a obra havia sido feita “muito tempo depois” da sua construção, em meados do século XIX, não sendo possível fixar a data exata; a probabilidade de que tivesse sido habitado temporariamente, em razão dos vestígios encontrados, da sujeira no revestimento; a inexistência de “objeto de uso, risco ou inscrição alguma”, que talvez pudesse ser localizado após desentulhar a área.⁵⁸³

Ao final de suas conclusões, Braz do Amaral lançou hipóteses para a história do líder do movimento que ficou conhecido como Sabinada: arriscou-se na confirmação de que naquele prédio residiu Sabino Vieira, em 1836, e que ali se deu o drama conjugal que resultou na morte de sua esposa, ao que acrescentou: “o fato de ter pertencido ela a pessoas de sua família, e talvez ao próprio Sabino, deve indicar que mais do que qualquer outro estava ele no caso de fazer uma obra daquela natureza.” Época que, para Braz do Amaral, já deveria estar comprometido com o “movimento revolucionário que o desejo de independência das províncias durante a menoridade do segundo imperador produzia no ânimo dos liberais exaltados”, embora já não habitasse aquele lugar, conclusão que o historiador baiano diz ter chegado por meio de um documento do Arquivo Público que fixava sua habitação numa casa às Portas do Carmo, onde efetuaram a busca e apreensão de papéis, livros, móveis, etc. Pelas suas conjecturas, após esses acontecimentos, provavelmente, o “futuro chefe da Sabinada” se retirou daquele local, mudando-se de residência.⁵⁸⁴

Ainda em suas considerações, afirmou Braz do Amaral, em nome da comissão da qual estava fazendo parte, “pelo respeito ao IGHB e a ela própria”, que não poderia se arriscar em outras conclusões, para não correr o risco de “inventar” história, razão pela qual se limitaria à descrição do que encontrou. O historiador baiano defendia a necessidade de “estudos mais

⁵⁸³ AMARAL, Braz do. Exploração do esconderijo de uma casa à rua do Castanheda. In: *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, 196. APEB, Biblioteca.

⁵⁸⁴ Ibid., 196-197.

completos”, com a descoberta de “documentos seguros” que pudessem revelar mais coisas sobre a referida casa e “o seu uso nas nossas agitações do período da independência ou nas da regência que se seguiu ao primeiro império”.⁵⁸⁵

O trecho revela a importância atribuída por Braz do Amaral às explorações subterrâneas, verdadeiros empreendimentos arqueológicos, para a composição da história da Bahia, algo que ele próprio ressaltou em uma das suas exposições. Esse relatório, inclusive, era precedido por uma remissão direta, na forma de tópico, à “Arqueologia”, levando a crer que o historiador estava de fato buscando atender às demandas do Instituto, conforme os seus estatutos que em seu primeiro artigo, parágrafo primeiro, chamava a atenção para a importância dos documentos históricos relacionados à Geografia, à História, à Arqueologia, à Etnografia e às Línguas dos indígenas para o Brasil e para a Bahia, embora não constasse, de forma expressa, entre os objetivos da instituição, explorar os subterrâneos do estado.⁵⁸⁶ Fato que se explica se for levada em conta ou tomada como verdadeira a afirmação de Innocência Góes, já referida, sobre a campanha que ele e Braz do Amaral iniciaram em torno desse tipo de trabalho.

Em outra comunicação apresentada ao IGHB, de 20 de março de 1898, Braz do Amaral dirigiu-se novamente ao presidente informando que iam tratar, ele e Innocência Góes, da “excursão” feita no subsolo de uma das encostas da Bahia para investigar os fins para os quais foram construídas aquelas galerias. As fontes orais informavam-no sobre a existência de um subterrâneo, construído no século XVII, que partia do Seminário de Santa Thereza, antigo convento dos Therezios. As versões da época referiam-se a tentativas anteriores de explorar o subterrâneo do seminário. Assim, teriam lembrado do cônego Barroso, que não foi longe pelas obstruções e pelo estado de saúde delicado; de um italiano que acreditava que a galeria subterrânea dos Therezios se comunicava com outro convento e deveria ter “grandes riquezas ocultas”, mas, antes de terminar a tarefa, contraiu uma “febre perniciosa ou típica” que o levou a morte. Outra versão afirmaria que esse subterrâneo se ligaria à “casa do Trem”, no lago dos Aflitos.⁵⁸⁷

Em sua narrativa, o historiador baiano descreveu o local percorrido demonstrando que era um lugar sem iluminação, desprovido de ar puro e tomado por lama:

⁵⁸⁵ AMARAL, Braz do. Exploração do esconderijo de uma casa à rua do Castanheda. In: *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, 197. APEB, Biblioteca.

⁵⁸⁶ ESTATUTOS do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista trimestral do IGHB, Ano I, Vol. I, n. 1, setembro de 1894. In: *Revista do IGHB*. Edição fac-similar, Salvador, 1998, n. 1 e 2, p. 37.

⁵⁸⁷ AMARAL, Braz do. Exploração do Subterrâneo do Seminário da Bahia. op. cit., p. 181.

O poço, respiradouro ou claraboia, pode caber como coube mal a quatro homens em pé, o que constitui já um grande alívio, porque ali pelo menos se respira ar mais ou menos puro, gozo de que estávamos privados há cerca de uma hora, pois não merece o nome de ar respirável o que nos entrava pelos pulmões na galeria quente e úmida que tínhamos atravessado com uma lanterna e uma vela.⁵⁸⁸

Braz do Amaral disse ter sido acometido por uma “depressão nervosa”, enfermidade que atingiu a seus colegas também, que manifestaram sintomas diferentes, em função do trabalho fatigante. As descrições feitas do trajeto da exploração, como se verifica acima, e a queixa dos problemas de saúde acarretados levam a questionar se a motivação de Braz do Amaral e de seus colegas por um trabalho desse tipo seria somente pelo desejo de contribuir com a história da Bahia ou envolvia o gosto pessoal por aventuras e, quem sabe até, o incentivo do governo. Os relatórios, no entanto, referem-se somente à questão histórica não sendo possível esclarecer sobre as outras dúvidas.

Nas conclusões sobre essa galeria subterrânea, Braz do Amaral observou que não parecia ter sido feita somente para condução de água, como aqueduto, mas não se poderia afirmar com certeza para que fim aquele caminho havia sido aberto, embora tivesse uma hipótese: “É preciso notar, sem querer tirar daí consequências aventurosas, que não só os Therezios tinham muitas riquezas cujo destino é desconhecido, como que foram nos tempos da independência muito aferrados ao domínio lusitano”. O historiador não deixou de lado o que acreditava ser o compromisso com seu ofício ao acrescentar adiante, “[...] mas como a história não se escreve com a imaginação e meras presunções, não nos atrevemos a arriscar proposições que os fatos daqui a tempos poderão destruir.”⁵⁸⁹ Nesse discurso pressupõe a existência de uma história verdadeira, que não fosse destruída por “fatos” futuros, razão pela qual não parecia interessante para o historiador fazer suposições baseadas na imaginação. A citação reforça o lugar de escrita e fala de Braz do Amaral, como historiador do fim do século XIX, influenciado pelo cientificismo. Uma vez que também não descobriu inscrição ou desenho de qualquer espécie, o que não significava dizer para o historiador que esses “elementos de grande valor histórico” não existissem ali, acabou contentando-se em comunicar que buscavam, ele e sua equipe, os subsídios para os que quisessem continuar os estudos com melhores elementos.

⁵⁸⁸ AMARAL, Braz do. Exploração do Subterrâneo do Seminário da Bahia. In: *Discursos e Conferências*. Porto, Typographia Econômica, 1921, p. 185. APEB, Biblioteca.

⁵⁸⁹ *Ibid.*, p. 187.

O relatório de setembro de 1898, apresentado ao IGHB sobre o subterrâneo existente na encosta da montanha, ao Taboão, foi escrito por Innocência Góes, apesar de também assinado por Braz do Amaral, que junto com o colega se aventurou na pesquisa. O relator reafirmou as dificuldades desse tipo de estudo, ao destacar a falta de crédito dado pelos colegas, o desinteresse do povo pelas coisas do passado, pela “vida nacional”, a exploração penosa em subterrâneos antigos. Ressalvou a impossibilidade de apresentar algo infalível como a lei da física, mas capaz de orientar os trabalhos futuros por conter as informações “mais úteis” sobre o assunto.⁵⁹⁰ Buscava-se desvendar aspectos da vida dos jesuítas. A parte secreta da vida jesuítica prendia-se, segundo o relator, à construção dos subterrâneos, “essas galerias sombrias e povoadas de lendas, que ligavam, em todas as partes por onde passaram os filhos diletos da ordem, os seus Conventos, as suas Missões, as casas de seu patrimônio, às vezes imensamente distantes umas das outras”.⁵⁹¹

Innocência Góes referiu-se no relatório à crença alimentada desde o tempo da colonização pelo povo da Bahia, segundo a qual, havia subterrâneos que ligavam misteriosamente o antigo Colégio dos Jesuítas com outros templos da capital e até com casas particulares. Para o relator, alimentavam o credo de que lá estavam escondidos os tesouros da Ordem. Rumor disseminado ao longo do tempo, pelo que coube ao “Instituto Histórico da Bahia a missão de, mais de um século após a expulsão dos obreiros dessas extraordinárias vias subterrâneas, esclarecer finalmente e fazer desvanecer o grande mundo lendário que em torno desse assunto se formara lentamente”.⁵⁹²

Conforme relatam, as passagens secretas serviam como “esconderijos, para rápido transporte ou fuga, em caso de perigo, ou abastecimento dos conventos em tempo de guerra, ou para ocultar tesouros”.⁵⁹³ Com a notícia de que no Taboão existia um subterrâneo em uma casa edificada na encosta da montanha, redirecionaram pesquisas para lá, buscando verificar, entre outras coisas, se esse subterrâneo se ligava ao da catedral. Ao chegar na casa, dispondo da informação de que outras explorações teriam sido feitas ali, já penetraram no subsolo com algumas orientações. Não parecia ser, segundo o relator, como o Convento dos Therezios, um aqueduto. Na falta de descobertas notáveis, os pesquisadores se questionaram sobre a real finalidade das obras subterrâneas: “Seriam essas galerias feitas unicamente para procurar o

⁵⁹⁰ GOES, Inocência.; AMARAL, Braz do. Relatório apresentado ao IGHB sobre o subterrâneo existente na encosta da montanha, ao Taboão, pelos sócios Drs. Braz do Amaral e Inocência Góes. *Revista trimestral do IGHB*. Ano V, n. 17, setembro de 1898, p. 340.

⁵⁹¹ Ibid., p. 341.

⁵⁹² Ibid., p. 342.

⁵⁹³ Ibid., p. 344.

veio d'água na rocha viva da montanha, ou teriam o fim misterioso que em geral se empresta à essa espécie de obra subterrânea?” No caso do subsolo do Taboão, interrogaram a razão pela qual teriam suspenso obra tão adiantada, seria “impossibilidade completa de levar além as galerias, pela natureza do terreno, ou teriam sido surpreendidos pelas cartas régias de 19 de janeiro e de 3 de setembro de 1759, que os bania de Portugal e de suas possessões?”⁵⁹⁴

A resposta a essas perguntas, de fato, ajudaria a reconstituir a história dos jesuítas na Bahia, mas para esta tese importa entender a prática de “exploração” dos subsolos de Salvador por parte de Braz do Amaral e dos seus colegas. Sem dúvidas, essas iniciativas remetem ao seu compromisso com a história da Bahia, na medida em que os indícios que buscava encontrar serviriam como matéria para a sua escrita, e à vinculação ao Instituto Geográfico e Histórico cujo nome alude ao interesse da instituição pela geografia e pela história. Se a maioria dos seus discursos históricos se pauta em documentos escritos e oficiais, uma visão marcada pelo seu século, o XIX, a busca de vestígios no subsolo não só amplia a perspectiva de escrita da história, como também a de documento ou fonte, ainda que o limite para isso seja a busca pelo objeto antigo, a inscrição em paredes, ou seja, o risco de fazer uma história fantasiosa, como ressaltou em um trecho transcrito acima. Cabe, portanto, refletir sobre outra dimensão dos escritos de Braz do Amaral que não aparece claramente nesses textos citados, a política, analisando os trabalhos nos quais a relação entre a produção histórica e o envolvimento político estão mais presentes.

Além do interesse pelo estudo das galerias subterrâneas, Braz do Amaral preocupou-se com questões da geografia do país e da Bahia, de modo que chegou a participar de congressos na área. Do subsolo de Salvador, cujos estudos foram realizados no final do século XIX, o historiador voltou o olhar, nas primeiras décadas do século XX, para o espaço geográfico da Bahia, encontrando na política terreno fértil. Em setembro de 1916, escreveu sobre a importância de tais encontros. Na época, apelava em nome da comissão organizadora do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, através da imprensa, por um recenseamento nacional que em sua visão era muito necessário. Tratava-se de um pedido por “descrições dos municípios” que foi atendido com a apresentação de vinte e duas memórias. O historiador explicou a importância de eventos como o que estava sendo realizado, entre 7 e 15 de setembro, na cidade de Salvador, presidido pelo engenheiro Theodoro Sampaio:

⁵⁹⁴ GOES, Inocêncio.; AMARAL, Braz do. Relatório apresentado ao IGHB sobre o subterrâneo existente na encosta da montanha, ao Taboão, pelos sócios Drs. Braz do Amaral e Inocêncio Góes. *Revista trimestral do IGHB*. Ano V, n. 17, setembro de 1898, p. 349. As duas citações estão na mesma página.

Seria de muita importância que deles (dos congressos) partisse a solicitação para que o Governo Federal, congregando os estados, com o subsídio de todos eles, levantasse uma carta geral do país, **dirimindo as divergências sobre limites, ou adotando uma fórmula que as expusesse sem parcialidade**, mas, na qual carta, além da vantagem de cada um saber tudo ou quase tudo o que é seu, fosse feito o relevo do solo, seguindo-se uma nomenclatura regular, expurgando certos erros evidentes, evitando as repetições de nomes e a multiplicidade deles e indicando uma **geografia política sobre dados oficiais e seguros**.⁵⁹⁵

A ideia de Braz do Amaral, sugerida pelo título do texto, era discutir o que poderia ser extraído em termos de “ideias práticas” de um congresso de geografia que pudesse ser de “utilidade geral imediata”. O fragmento acima explica qual seria a serventia para Braz do Amaral desse tipo de evento: ajudar na resolução dos problemas de fronteira de cada estado, de modo imparcial, indicar uma geografia política baseada em dados “oficiais e seguros”, além do estudo de sua paisagem, do seu relevo. A necessidade de percorrer as fronteiras, como fez em 1914 com o general e governador de Sergipe, Siqueira de Menezes, em torno da Bahia e de Sergipe, ajudaria, portanto, na confecção de uma carta geral do país para o conhecimento do seu território, como também para conhecimento do seu “povo”, sobre o qual a falta de informação causava vergonha:

De tudo isto se depreende que aí está ignorado, bronco, à toa e embrutecido em nossa pátria o que nos extasia, visto nas dos outros!
Foi por estas ponderações, para principiar, fosse por onde fosse, partindo do mais simples para o mais complexo, que eu me lembrei de promover descrições dos municípios, a fim de que se vá rompendo, pouco a pouco, este véu de obscuridade que envolve o que temos de bom e digno de atenção.⁵⁹⁶

A descrição constituiu-se em um exercício de escrita da história para Braz do Amaral, cuja relevância o historiador demonstrou em outros textos nos quais também a praticou, não se limitando a ressaltar a sua importância. Sugestivo é o título do livro *Cartas e descrições*, no qual reuniu relatos de viagens feitas para a Europa, entre 1912 e 1913, e pelo interior do Brasil, em 1919. No primeiro caso, narrou, por exemplo, o passo a passo da viagem de Nápoles a Pompeia. Fez comparações com sua terra natal, descreveu a paisagem, a dinâmica urbana, o modo de vida das pessoas. No segundo, narrou com muito mais propriedade o percurso do Rio de Janeiro à Bahia pelo rio São Francisco. Foi, para ele, uma oportunidade de

⁵⁹⁵ AMARAL, Braz do. Duas ideias práticas que podem resultar de uma reunião científica – Se dos congressos de Geografia do Brasil pode sair alguma coisa de utilidade geral imediata. In: _____. *Recordações históricas...* p. 288. Grifos nossos.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 289.

conhecer as terras baianas, a vegetação, as populações que habitavam as cidadezinhas do interior, comparar as condições materiais e os hábitos de cada uma delas e refletir sobre o lugar relegado à Bahia na política nacional, principalmente em relação às políticas de incentivo e auxílio do governo federal.⁵⁹⁷ Descrever para Braz do Amaral era dar a conhecer.

O conhecimento por parte dos baianos do território que Braz do Amaral dizia ser deles por direito foi reivindicado pelo historiador em contextos diferentes. Ao que tudo indica, o seu envolvimento com as questões de fronteira da Bahia se iniciou muito antes da solução encontrada no governo Seabra. Braz do Amaral explicou que, partindo para Europa, em 1905, recebeu do governador José Marcellino de Souza, a “incumbência de procurar nos arquivos portugueses provas suficientes para defesa do território da Bahia que o governo do Espírito Santo dizia pertencer-lhe do rio Mucury para o Sul”. Para a realização dessa tarefa, “da qual teve apenas a remuneração de conservar os seus vencimentos integrais como professor do Ginásio Estadual”, teria recebido de Junqueira Ayres a nota dos documentos necessários.⁵⁹⁸ Recomendado para o ministro brasileiro em Lisboa, Alberto Fialho, ao qual levou uma carta, diz ter estudado a questão no “precioso” arquivo de Marinha e Ultramar da cidade e ter marcado vários documentos, não sendo possível trazer as cópias para o Brasil por falta de autorização e dinheiro. Somente sete anos depois, por ordem de J. J. Seabra, isso seria feito.⁵⁹⁹

Em 1911, por ocasião da aprovação da lei que mandava levantar a carta geográfica do estado, Braz do Amaral advertiu o governo quanto à necessidade de se resolver questões de fronteira que a Bahia possuía com seus vizinhos, assim como reafirmou que o povo deveria conhecer o que lhe pertencia, como forma de evitar protestos e desperdício financeiro em função dos erros que essa demarcação poderia ter. Pela sua ótica, os limites não deveriam ser traçados pelos engenheiros de forma arbitrária. Diante da indefinição dessas fronteiras, observava a impossibilidade de levantar a carta com segurança em relação aos extremos do território, uma vez que quanto ao centro não haveria problema. O Espírito Santo havia manifestado o interesse de tratar da questão chegando a enviar dois emissários à Bahia.⁶⁰⁰

Braz do Amaral ressaltou o perigo de traçar os limites das zonas em litígio, sem estudo das pendências, das terras desconhecidas, que não foram habitadas ou exploradas,

⁵⁹⁷ AMARAL, Braz do. Do Rio à Bahia pelo interior do Brasil – 500 léguas pelos nossos sertões; Pompeia. In: _____. *Cartas e Descrições*. Porto: Tipografia econômica, 1924. APEB, Biblioteca.

⁵⁹⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Espírito Santo. V. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 5.

⁵⁹⁹ Ibid., p. 6-7.

⁶⁰⁰ AMARAL, Braz do. Sobre os limites da Bahia e a Carta Geográfica. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 209-210.

direcionando suas palavras ao governo, ao recorrer a um fato do Império no qual a falta de cuidado por parte das autoridades prejudicou, sob seu ponto de vista, a província. Portanto, sem o estudo das “razões jurídicas das pendências, de havê-las discutido, de haver feito reconhecer os seus direitos” não seria possível, para o historiador, mandar traçar as linhas das fronteiras.⁶⁰¹ Braz do Amaral tornar-se-ia o responsável por esse estudo meses depois. Pelo decreto de 12 de agosto de 1912, assinado pelo governador J. J. Seabra e pelo secretário do estado Arlindo Coelho Fragoso, foi nomeado para investigar e estudar as questões de limites da Bahia. Referido no decreto como “lente de História Universal e do Brasil do Ginásio da Bahia”, ficou encarregado de realizar pesquisas em arquivos brasileiros e portugueses, especialmente no Ultramarino e no da Torre do Tombo, e de reunir documentos para garantir, por meio da “prova documental”, os direitos territoriais do estado. O apoio jurídico seria dado por Eduardo Godinho Espínola, nomeado pelo decreto de 13 de agosto de 1912 para estudar e apresentar parecer, “em suas relações jurídicas”, sobre as mesmas questões.⁶⁰²

É possível inferir que ao se manifestar na imprensa, por ocasião da sanção da lei que levantava a questão da carta geográfica do estado, Braz do Amaral já estivesse se inscrevendo como aquele que gostaria de participar da resolução do problema. No ano seguinte, em 1913, apresentava ao governo baiano o resultado de suas pesquisas, sobretudo em relação ao estado de Sergipe, haja vista o atraso de meses para explanar sobre a questão com o Espírito Santo, estado para o qual viajou mais de uma vez. Atendendo a uma solicitação do governo, organizou e fez publicar em dois volumes os *Limites do estado da Bahia*, com Sergipe e Espírito Santo, entre 1916 e 1917. Esses livros reúnem decretos, telegramas, cartas, pareceres e discursos da Câmara Federal que surgiram no processo de disputa por territórios entre os estados. Não são todos os textos de Braz do Amaral, alguns de deputados, governadores, senadores e advogados, mas o protagonismo foi do historiador que não somente organizou o material como esteve no centro do debate. A imprensa reconheceu, anos depois, a sua importância nas mediações, sobretudo, com relação ao estado de Sergipe que evitaram uma “possível luta armada”. Em 1919, assinaria os “tratados e convênios que fixaram as divisórias na Bahia com os Estados de Goiás, Piauí, e Minas Gerais”.⁶⁰³ Sobre o seu empenho para

⁶⁰¹ AMARAL, Braz do. Sobre os limites da Bahia e a Carta Geográfica. In: _____. *Recordações históricas...*, p. 211.

⁶⁰² “Braz do Amaral”. *Jornal do Comércio*. 13 de fevereiro de 1949. AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Sergipe. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916. APEB, Setor biblioteca

⁶⁰³ “Faleceu, ontem, o prof. Braz do Amaral: Figura de mestre no trato da História baiana – Consternação geral”. *Diário de Notícias*. 3 de fevereiro de 1949. ALB, Pasta Braz do Amaral.

solucionar os problemas decorrentes da indefinição territorial, bem como, sobre a sua relação com os governos de Seabra versará o próximo tópico.

6.2 POLÍTICA DO ESPAÇO: QUESTÕES DE LIMITES DA BAHIA

Por meio de uma carta enviada ao Governo do Estado, em 1913, como comissário da Bahia na resolução dos conflitos de fronteira, Braz do Amaral pedia autorização para se apresentar ao presidente da comissão de arbitragem à qual Minas Gerais e Espírito Santo buscavam submeter as queixas e resolver as questões de limites. No processo de litígio com o estado de Sergipe, tomou conhecimento das intenções desses dois outros estados de levar ao Congresso as suas reivindicações. O historiador consultava o governo se não seria conveniente enviar um protesto à comissão de arbitragem para garantir os direitos da Bahia. Ao justificar para o governador a sua preocupação, explicou: “Eu não sou jurista e por isto apresento timidamente esta consulta, pois só tenho no pensamento o interesse do estado e as boas consequências para a Bahia da administração fecunda de V. Exa.”⁶⁰⁴ Essa fala é esclarecedora de dois aspectos que fundamentam a prática historiográfica de Braz do Amaral: o compromisso com uma História da Bahia, que colocava o estado no centro de suas preocupações, e com o governo de J. J. Seabra.

O compromisso que dizia ter com a Bahia, nesse campo, revelou-se no empenho em fazer pesquisas e reconstituir a história de formação e desenvolvimento de cada localidade alvo dos debates, reunindo as provas que julgava necessárias para garantir a vitória do seu estado. Estava certo de que a Bahia poderia levar aos tribunais as suas reivindicações, “fundada no direito”, sobre o que dizia a ela pertencer “legitimamente”. Ao tratar da questão com Sergipe, apoiou-se no parecer do Conselho Ultramarino de 9 de fevereiro de 1695 e referiu-se ao “exame minucioso dos documentos do século XVIII”. Ao se reportar às questões com o Espírito Santo, aludiu a documentos oficiais do judiciário, cartas de doação, alvará de venda da capitania, entre outros. Documentos que estavam sob o domínio do governo português, considerado a “única autoridade no assunto”. Com eles, julgava possível estabelecer “imparcialmente a verdade”.⁶⁰⁵

⁶⁰⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Sergipe. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 114.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 90.

A questão com Sergipe, que o jurista Eduardo Espínola entendia não ser mais complicada do que as outras com os estados de Pernambuco e Espírito Santo, envolvia a reivindicação por parte daquele estado de territórios que os representantes da Bahia alegavam ser dela. Discutia-se a natureza da linha que devia ligar a cabeceira do Xingó e a cabeceira do rio Real. A bancada de Sergipe propunha no Congresso Federal que a demarcação de uma linha reta unindo as nascentes referidas fosse o definitivo limite de Sergipe com a Bahia, mas não possuindo, segundo Braz do Amaral, “título suficiente e jurídico” para impor tal reta no lado oeste. Em 13 de novembro de 1913, o deputado Moreira Guimarães defendeu em sessão na Câmara dos deputados a rediscussão dos limites dos estados alegando que não seria possível pôr em prática a federação, com a divisão territorial do Império. Utilizava em seus argumentos uma fala do presidente e marechal Hermes da Fonseca sobre a desproporcionalidade da divisão. O líder da bancada de Sergipe retomava uma questão que para Braz do Amaral e para Eduardo Espínola estava resolvida há anos com a vantagem indevida de Sergipe sobre alguns territórios da Bahia.⁶⁰⁶

Quanto ao Espírito Santo, a disputa se dava em torno da posse sobre a chamada Vila de S. Matheus. Conforme Braz do Amaral, na Guerra da Independência, em que a sede do governo baiano estava ocupada pelo general Madeira de Mello, a câmara da Vila de S. Matheus, da capitania de Porto Seguro, aderira à Independência, ao tempo em que pessoas do Espírito Santo aproveitavam para ocupá-la. O “governo provisório e nacional” da Bahia reclamou perante o governo do Espírito Santo, que se dirigiu ao do Rio de Janeiro e expôs a dúvida sobre a legitimidade da jurisdição da Bahia sobre S. Matheus, tendo como resultado o Aviso de 10 de abril de 1823. O ministro que assinou esse documento deixando a Bahia desprovida do que era legitimamente seu, segundo Braz do Amaral, foi José Bonifácio de Andrada e Silva, o mesmo que a Bahia elegeria como representante em circunstâncias especiais. No período republicano, na administração de Luiz Vianna, verificada a importância das areias monazíticas, com a descoberta de suas jazidas, a questão foi retomada após a invasão de pessoas do Espírito Santo. O governador da Bahia teria mandado para o local um destacamento de polícia do estado, que seria retirado em outro governo, após reclamações do Espírito Santo. Na administração de José Marcellino de Souza a questão seria retomada e o governo da Bahia convidaria o do Espírito Santo para discutir o assunto.⁶⁰⁷

⁶⁰⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Sergipe*. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 19-20.

⁶⁰⁷ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Espírito Santo*. V. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 3-4.

Em ambos os relatórios, Braz do Amaral usou diversas vezes o argumento histórico da colonização, além do jurídico, para assegurar os direitos da Bahia. Desse modo, quando fez referência à divisa com Pernambuco, garantiu que a Bahia já havia conquistado toda zona do São Francisco, completando: “Não há dúvida que foi a Bahia quem conquistou, pacificou e colonizou, estabeleceu justiça e polícia em toda zona do São Francisco até as paragens da lagoa de Pernaguá no Piauí [...]”.⁶⁰⁸ Com relação a Sergipe, também falou do direito da Bahia sobre as terras que “conquistou, colonizou e tem exercido jurisdição”, além de ter uma população que obedecia às suas leis, reconhecia o seu governo e não poderia ser transferida de domínio como se fossem animais.⁶⁰⁹ Sobre S. Matheus afirmou que a vila era desde os tempos coloniais parte da capitania de Porto Seguro, terra que havia sido “colonizada, organizada administrativamente, cultivada, povoada e pacificada por baianos, sob a direção de autoridades baianas”.⁶¹⁰

A história da formação desses lugares foi reconstituída como recurso de defesa, mas não somente pelo historiador baiano. Os deputados de Sergipe também lançavam mão da história. O deputado Moreira Guimarães iniciou a sessão em que se discutiu o assunto fazendo referência a um discurso do governador de Sergipe, de 1861, mostrando que a questão dos limites era antiga e reclamava a atenção dos poderes públicos do país. Citou todos que ressaltaram, geralmente nos relatórios das assembleias legislativas, a necessidade de rever a matéria. Assim ocorreu com o general Siqueira de Menezes, governador de Sergipe à época, quando tratou do assunto em discurso de 17 de setembro de 1913: “‘É uma justa aspiração do povo sergipano ver terminada amigavelmente essa velha questão que, para o futuro, poderá assumir proporções mais graves, pois afeta interesses respeitáveis de ambos os Estados limítrofes.’” Relembrou, ainda, um caso de assassinato, em que Seabra pedia o criminoso ao governador do estado vizinho, ao que ele respondeu: “Não é a primeira vez que surgem conflitos de jurisdição entre este e o Estado da Bahia; ora de natureza exclusivamente fiscal, ora quanto ao crime, como no caso vertente. Urge, pois, tomar-se uma providência ou entrar-se em um acordo, que ponha termo a estas questões [...]”.⁶¹¹

Moreira Guimarães recorria aos argumentos do livro *História de Sergipe* (1884), de Felisbello Freire, no qual o historiador lamentava que os deputados desse estado ainda não

⁶⁰⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Sergipe. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 8.

⁶⁰⁹ Ibid., p. 98.

⁶¹⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Espírito Santo. V. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 44.

⁶¹¹ AMARAL, op. cit., V. 1, p. 31 e p. 33, respectivamente.

tivessem feito da busca pela “integridade territorial” uma causa de esforço patriótico. O trabalho do historiador, que compunha a bancada sergipana e dispunha de considerável crédito entre os colegas, era uma das principais fontes daqueles sergipanos: “A bancada de Sergipe é pequena, não há dúvida; mas, se ela é pequena do ponto de vista numérico, a verdade é que, no seio dela, há um parlamentar excelso que é um historiador emérito e emérito economista, Felisbello Freire...”. Moreira Guimarães, atento ao trabalho do colega, resolveu apelar ao patriotismo dos estados reivindicando a solução para as questões consideradas de grande interesse nacional, uma vez que baianos e sergipanos eram brasileiros: “Não há aqui uma questão regional. Não me estou colocando no ponto de vista estreito de um regionalismo que nós, de Sergipe, não compreendemos”.⁶¹²

A resistência da bancada da Bahia ao projeto que julgava inconstitucional, respaldada na defesa elaborada por Braz do Amaral que viajou a Portugal em busca de documentos que favorecessem o estado, configurava, como sugerem as palavras de Moreira Guimarães, um regionalismo não compreendido. De fato, a carta citada acima de Braz do Amaral ao governador da Bahia é direta quanto ao seu suposto interesse em defender os direitos do estado. Como já foi discutido, em outros discursos, sobretudo dos anos de 1920, também estava presente a reivindicação do espaço perdido pelo estado no cenário nacional, pelo seu protagonismo em momentos políticos decisivos do país e pelos documentos pertencentes aos seus arquivos. Quando tratou da Guerra do Paraguai, pôs em dúvida se valeu a pena o sofrimento da Bahia ao buscar defender a nação. Esses elementos indicam o interesse do historiador baiano em pensar o nacional a partir da província e, mais do que isso, em defender o que dizia ser do seu estado, fosse no âmbito do território, dos arquivos ou da história. Nesse sentido, a sua obra apresenta uma marca regional, na medida em que pensa o Brasil, a partir da Bahia em decadência.

Ao tratar da emergência de um “novo regionalismo” na década de 1920, de uma “formação discursiva nacional-popular”, em contraposição ao regionalismo do final do século XIX e começo do XX, inscrito na “formação discursiva naturalista”, Durval Muniz de Albuquerque Júnior constata o surgimento de uma nova consciência de espaço entre os intelectuais que se sentem distantes do centro do poder, no plano econômico, político e cultural. O autor define um “intelectual regionalista” como “aquele que se sente longe do centro irradiador de poder e de cultura. Ele faz da denúncia dessa distância, dessa carência de

⁶¹² AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Sergipe*. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 47 e p. 61, respectivamente.

poder, dessa vitimização, o motivo de seu discurso.”⁶¹³ Não chega a ser o “motivo do seu discurso” as reclamações feitas por Braz do Amaral sobre a perda de espaço do estado frente aos do Sul, bem como sobre o desinteresse do poder público federal pelos problemas da Bahia, tampouco se constitui o centro da sua preocupação a região mais ampla que passou a ser chamada de Nordeste, surgida, para Durval Muniz, como “reação às estratégias de nacionalização”, mas ao reivindicar o seu protagonismo na vida política nacional, os seus limites territoriais com base em documentos oficiais, acaba atraindo o olhar para si como intelectual que se diz defensor dos seus direitos. Na perspectiva desse autor, o intelectual regional seria um “representante do Nordeste”, filho dos grupos dominantes que, geralmente, se formava em Recife na Faculdade de Direito ou no Seminário de Olinda. Centros de aglutinação intelectual, discutiam-se nessas instituições temas políticos e econômicos de interesse de mais de uma província. Em 1924, com a fundação do Centro Regionalista do Nordeste, buscou-se criar uma unidade para a região, com a tentativa de acabar com os particularismos provinciais e construir uma “comunhão regional”.⁶¹⁴

Não há indícios de que Braz do Amaral tenha participado desse projeto, ao menos não aparece nas fontes consultadas nenhuma referência à sua adesão a ele. Não apresenta em sua narrativa imagens de um passado do que se convencionou chamar de região nordeste. Também não escreveu uma memória da sua família, sequer ela figurava entre as detentoras de poder e prestígio, ou de qualquer outra. Nesse sentido, não buscou organizar uma “memória regional” a partir de uma “memória pessoal”, como fez Wanderley Pinho, por exemplo, ao contar a história da Bahia com base na trajetória do seu avô. Braz do Amaral narra a Bahia protagonista de acontecimentos políticos, esquecida pelo governo federal, proprietária de um território com fronteiras fixas, documentadas, o que leva à definição da região também no plano do discurso. Comporta-se como o intelectual que busca servir ao estado e diz reivindicar os seus direitos. Entretanto, apesar de tomar esse espaço como centro do país, o seu ponto de referência, não é possível afirmar que o historiador baiano tenha sido um precursor ou um representante do regionalismo na Bahia, por falta de uma memória familiar, saudosista, uma imagem de um passado exuberante ao qual seria interessante voltar. O seu olhar para o passado é “factual”, sobre quem fez e o que fez deixando lições para a história. É um olhar para aquilo que poderia servir como “prova” dos direitos da Bahia em seu tempo presente.

⁶¹³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. Recife, FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999, p. 50.

⁶¹⁴ Ibid., p. 67 e p. 71-73.

O chamado “regionalismo” manifestou-se muito antes da disputa por territórios entre a Bahia e seus vizinhos e se apresentava numa oposição entre o “Norte” e o “Sul”. O discurso regionalista surgiu na segunda metade do século XIX, no processo de construção da nação e de centralização política do Império, fator de emergência do regionalismo em diferentes pontos do país. A princípio, divulgava-se uma visão naturalista, que julgava as diferenças entre as províncias como reflexo da natureza, do meio e da raça.⁶¹⁵ A literatura deu vazão a sentimentos regionalistas. Conforme Durval Muniz de Albuquerque, procurava-se “[...] afirmar a brasilidade por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de tipos e personagens; por paisagens sociais e históricas de cada área do país, reduzindo a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas.”⁶¹⁶

Na introdução, de 1876, do romance *O Cabeleira*, do cearense Franklin Távora, o regionalismo se manifesta. O romancista escrevia a um amigo, após chegar ao Rio de Janeiro vindo de Pernambuco. A ele anunciava uma série de “composições literárias, para não dizer estudos históricos”, com *O Cabeleira*, que dizia pertencer a Pernambuco, embora com a intenção de fazer figurar “todo o Norte” naqueles escritos, para mostrar a “rica mina das tradições e crônicas das nossas províncias setentrionais”. O romancista dizia esperar pela crítica pernambucana, ao que entendia ser um romance histórico, e ressaltava o caráter regional das letras: “As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra.” E prosseguia explicando a razão: “A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro.”⁶¹⁷

A despeito das riquezas da região, da natureza exuberante, da história permeada de “feitos heroicos” e dos filhos que figuravam nas letras pátrias, poucos se empenhavam, segundo o autor, em construir o “edifício literário dessa parte do império”. A escassez de arquitetos para tal tarefa se fazia notar especialmente no gênero romance, campo no qual, para o escritor, poderia ser bem-sucedida a região. Assim demonstravam os talentos da história, a exemplo de J. F. Lisboa, Abreu e Lima, Vieira da Silva, Muniz Tavares que poderiam competir com Varnhagen e outros, da filologia e da poesia. Apesar disso, o Sul, para o romancista, ainda liderava no quesito romance, com um elenco notável, do qual fazia parte Machado de Assis. O dever dos escritores do Norte seria, nessa visão, lutar para torná-lo

⁶¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., p. 41.

⁶¹⁶ Ibid., p. 52-53.

⁶¹⁷ Para as duas citações cf. TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 8ª ed. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 13.

conhecido, demarcar o seu espaço no cenário nacional. Franklin Távora justificava essa necessidade, rejeitando um sentimento de rivalidade entre as regiões, mas ressaltando que havia diferenças entre elas:

Não vai nisto, meu amigo, um baixo sentimento de rivalidade que não aninho em meu coração brasileiro. Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política.⁶¹⁸

Não foi com essa oposição que Machado de Assis avaliou o que denominou “literatura brasileira”, três anos antes, em 1873. O “instinto de nacionalidade” foi considerado, pelo romancista, o “primeiro traço” da literatura de seu tempo.⁶¹⁹ A vida brasileira e a natureza americana, as “cores do país”, eram, sob seu ponto de vista, matéria para todas as formas literárias e serviam para dar “fisionomia própria ao pensamento nacional”, criando uma literatura mais independente. Machado de Assis considera errônea a opinião “que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura.” O romancista, ao sugerir a dimensão universal dos escritos literários, arrematou: “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam.”⁶²⁰ A literatura padecia, em sua visão, de uma “crítica doutrinária” que discutisse esses pontos.

Machado de Assis observa que o romance era a forma literária mais apreciada no Brasil, na falta de livros de filosofia, de linguística, de crítica histórica, de “alta política” e outros. Os romancistas observavam a natureza e os costumes, descreviam-nos, o que, para ele, sem outras qualidades teria “mediano efeito”. Além disso, manifestavam “amor às coisas da pátria”. Do ponto de vista moral, eram bons. Não se contaminaram com a escola francesa lida no país. O escritor valoriza o fato de que os romances brasileiros olhavam para dentro do país. Caracteriza-os da seguinte forma:

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do

⁶¹⁸ Ibid., p. 14-15.

⁶¹⁹ ASSIS, Machado de. *Literatura Brasileira – Instinto de Nacionalidade*. In: _____. *Crítica Literária*. Obras completas. São Paulo: W. M. Jackson Inc. editores, 1959, p. 129.

⁶²⁰ Ibid., p. 134 e p. 135.

país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência europeia, trazem já uma feição mista e ademanos diferentes.⁶²¹

A desconfiança em relação às influências estrangeiras no romance brasileiro reapareceu no texto de Franklin Távora como elemento de diferenciação entre a produção do Norte e a do Sul, como se esse ponto fosse decisivo para o desenvolvimento de uma literatura verdadeiramente nacional. Era uma literatura, como observou Durval Muniz de Albuquerque Júnior, preocupada em fazer a descrição fiel do meio. Nesse período, surgiu o “narrador oligárquico” que conta a história da sua província e dos grupos dominantes, cujo regionalismo, segundo o autor, “após a Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais sob o disfarce do nacionalismo”. Vê-se com o texto de Machado de Assis a atenção ao “instinto de nacionalidade”, e como desdobramento do regionalismo, manifestar-se na literatura muito antes das declarações da bancada de Sergipe na Câmara.

No campo da política, por volta de 1916, a bancada de Sergipe, apoiada nos argumentos do historiador Felisbello Freire, apelava ao patriotismo dos brasileiros e fazia referência a uma causa que acreditava ser de interesse nacional. Os deputados reclamavam a integridade territorial do estado usando como argumento a consciência do todo nacional. A história contada por Felisbello Freire, reconhecido historiador de Sergipe, esbarrava, entretanto, no relatório do outro historiador estimado pela bancada baiana, Braz do Amaral, que não se referia ao interesse nacional, mas ao interesse da Bahia. Antonio Muniz chegou a interromper a fala do representante sergipano para questionar se ele conhecia o trabalho do “eminente historiador e geógrafo”. Otávio Mangabeira, ao entrar no debate, também ressaltou a importância desse trabalho de pesquisa sobre o caso, cujos documentos reunidos serviriam para demonstrar a legitimidade da causa baiana.⁶²² O acalorado debate na Câmara opôs as duas bancadas, sendo a da Bahia representada por deputados como os citados, além de outros, a exemplo de Pedro Lago e Raphael Pinheiro.

Braz do Amaral ao escrever um memorial ao governador da Bahia sobre as questões levantadas pelos sergipanos, afirmou que elas estavam “em descanso” até o tempo da Independência, enquanto “emanara a lei do soberano”. Após esse período, a controvérsia voltou a ser levantada, segundo o historiador, em virtude da inconformidade dos vizinhos com as fronteiras que lhes haviam sido traçadas pelo poder competente e do “esmorecimento da

⁶²¹ Ibid., p. 137.

⁶²² AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Sergipe*. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 24 e p. 50

autoridade pública da Bahia”.⁶²³ O argumento desdobrou-se na concordância em relação a providências enérgicas que teriam de ser tomadas pelo governo. Em suas investidas, Braz do Amaral mostrava que estava tendo a postura que o governo esperava dele. Havia sido incisivo ao falar por exemplo que a divisória deveria ser “imediatamente fixada, ajustada e demarcada para evitar situações anormais e influências de ocasião”. Em telegrama, de 28 de novembro de 1913, ao governador da Bahia, com a informação de que o chefe da bancada sergipana não tinha poderes do governador do seu estado, usou o seguinte tom: “Sergipanos ontem conheceram nossas forças; mostrei parte [...]”. Em outro telegrama ao mesmo governador comunicando a sua conferência com o senador Ruy Barbosa, reclamava: “Necessário recorrer Supremo Tribunal abrangendo reivindicação território Saguim Coité atitude perturbadora vizinhos. [...] Convém povos manifestação expulsar intrusos. Delegado regional respeitar integridade leis autoridades dentro linha estado. [...]”⁶²⁴ O historiador manifestou satisfação no telegrama onde contava a opinião de Ruy Barbosa e de Alexandre Souza, “Ruy aprovou calor protesto. [...]”⁶²⁵

Na negociação com a bancada de Sergipe, em cujo seio Braz do Amaral disse ter constatado uma divisão acerca da conveniência do projeto entre Felisbello Freire e Dias Barros contra Moreira Guimarães e Joviniano de Carvalho, tomou a decisão, conforme comunicação feita a Seabra por carta de 2 de dezembro de 1913, de dar prazo para que as coisas se resolvessem “amigavelmente”, revelando uma postura notadamente ofensiva.⁶²⁶ O espaço dado a Braz do Amaral e a expectativa depositada em sua capacidade de solucionar o problema, motivo de constante agradecimento por parte do historiador, indicam a relação de aproximação e de confiança estabelecida com Seabra, condição que era alimentada pelo contínuo esforço de Braz do Amaral em fazer com que o governador tivesse conhecimento de tudo o que se passava, haja vista os constantes telegramas e as diversas cartas enviadas explicando os detalhes da negociação ou pedindo autorização para tocá-la. Resultado disso foi o telegrama de Seabra a Siqueira de Menezes noticiando ter dado plenos poderes a Braz do Amaral para se entender com ele sobre a questão.

O governador de Sergipe, sob acusações de que forças policiais sergipanas ocupavam territórios da Bahia, respondeu em tom belicoso: “Modere-se e mande o Dr. Braz do Amaral ou outro homem menos impetuoso do que V. Exa. e menos arruaceiro do que seus

⁶²³ Ibid., p. 87 e p. 92.

⁶²⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Sergipe*. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 109. APEB, Biblioteca.

⁶²⁵ Ibid., p. 110.

⁶²⁶ Ibid., p. 114-118.

informantes; [...] Há muito espero seu representante em lugar dele acabo receber seus arrogantes telegramas aliás não me metem medo.” Sobre as queixas de invasão do estado vizinho, assegurava que “Sergipe pobre e fraco como é não ameaça nem pode ameaçar ninguém; ele quando muito será vítima de quem pela violência quer reduzir-lhe o minguado território. Todas estas inverdades visam justificar intervenção armada por parte V. Ex^a. contra pobre Sergipe.”⁶²⁷ No que diz respeito às acusações de ameaças e uso da força contra a população baiana que ocupava aqueles territórios, explicava-se marcando a diferença do seu governo com o de Seabra:

Antes mais direi rebatendo repetidas expressões violências empregadas V. Exa. que meu governo surgiu unicamente vontade meus patrícios e não violência, por isso meus processos diferem algum tanto dos V. Exa. que surgiu em bombardeio. Está V. Exa. repetir violências, violências com quem até aqui tudo tem feito não praticá-las.⁶²⁸

A resposta de Seabra foi comedida e irônica, ao comunicar que arquivaria o telegrama “para futuro conhecimento dos que pretenderem fazer a história dos tempos que correm.”⁶²⁹ Ao comissário do governo da Bahia, Braz do Amaral, enviou instruções, em 15 de janeiro de 1914 que consistiam no que o historiador já dizia estar fazendo, “provar” com os documentos o direito da Bahia, convidar e acompanhar o governador de Sergipe na visita à zona pertencente a esse estado, entender-se com autoridades baianas, firmar com governo de Sergipe acordo que julgar acertado em benefício dos interesses do seu estado e retornar diante da impossibilidade de negociação.⁶³⁰ Embora Seabra tenha se contido na resposta ao telegrama do governador de Sergipe, uma carta de caráter confidencial dando informações minuciosas e esclarecimentos sobre a sua comissão, de Braz do Amaral, em 1º de fevereiro de 1915, fazia referência às reais intenções do governador da Bahia, ao alertar Seabra para o fato de que “se tivesse vindo para a fronteira a força que por aí constou viria sob o comando de um major, é provável que o *Presidente de Sergipe* tivesse seguido para lá com todo o *batalhão policial e solicitasse a intervenção federal*.”⁶³¹

O comissário baiano tomou para si a responsabilidade e o êxito de ter evitado um conflito de fronteira de grandes proporções: “Se a minha vinda outro resultado não produzir, pelo menos evitou ela a conflagração da fronteira e temerosas complicações, pois, em

⁶²⁷ Ibid., p. 122 e p. 120, respectivamente.

⁶²⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Sergipe*. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 121-122. APEB, Biblioteca.

⁶²⁹ Ibid., p. 123.

⁶³⁰ Ibid., p. 126.

⁶³¹ Ibid., p. 132. Grifos no original.

qualquer hipótese, tanto a luta armada, como a intervenção federal, estão agora inteiramente fora do possível.”⁶³² Na visita fatigante feita à fronteira ao lado de Siqueira de Menezes foi recebido, como relatou, com demonstrações de consideração e respeito, como se aquelas populações, observou, estivessem diante do próprio Seabra. A comissão, considerada por ele mesmo “espinhosa”, a que foi incumbido o permitiu tomar conhecimento dos problemas decorrentes da divisão territorial da Bahia com seus estados vizinhos e cobrar dos administradores um olhar mais cuidadoso em relação aos limites. Chegou a propor ao governo de Sergipe o levantamento de uma planta da região fronteira e usou a prática de pesquisa e reunião de documentos para defender a Bahia. Documentou todo o processo e reuniu em relatório ao governador da Bahia. A forma como sua visão da ciência ajudou no trabalho em torno dos limites revelou-se em circunstâncias nas quais refletiu sobre ele e se dirigiu ao governador de Sergipe:

Considerando que um trabalho científico regularmente feito é a melhor base para uma obra harmônica, imparcial e justa, como é pensamento tanto de V. Exa. como meu, pois só temos o interesse de acertar e de prestar um bom serviço aos dois estados e considerando, por outro lado, que os vindouros só terão que reconhecer a retidão do nosso procedimento, tanto mais certamente quanto mais evidentemente ficar provado que nos servimos de todos os elementos para fazer um juízo bom e são [...] ⁶³³

O fragmento reforça a ideia de que Braz do Amaral pôs a história, a sua prática como historiador e o seu método de trabalho a serviço do Estado. Também aí o rigor documental era, em sua visão, imprescindível. Esses argumentos ainda foram apresentados nos relatórios sobre a questão com o Espírito Santo. O historiador dizia ter grande número de documentos para provar que todo o distrito ao norte do rio Doce sempre foi de direito da Bahia e que se cansava em apontá-los. De fato, a quantidade de documentos anexados ao livro é volumosa. Em contrapartida, afirma que o Espírito Santo só poderia invocar documentos que não geravam direitos, a exemplo do referido aviso de José Bonifácio e da alegação de abandono do território pelas autoridades superiores da Bahia. Quanto ao aviso de José Bonifácio, que dava direito sobre a vila de S. Matheus à província que estivesse mais próxima dela até que a Assembleia Geral do Brasil determinasse os limites oficiais, assegurou não possuir base jurídica, nem moral, porque o poder executivo teria se baseado numa razão ocasional para fazê-lo. Braz do Amaral justifica a impossibilidade do estado de administrar as vilas mais

⁶³² Ibid., p. 133.

⁶³³ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia- Bahia e Sergipe*. V. 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 180. APEB, Biblioteca.

distantes com a situação de guerra na qual se encontrava a Bahia, além de ressaltar que o próprio governo do Espírito Santo sabia que S. Matheus não lhe pertencia.⁶³⁴

O historiador, entretanto, alertou sobre alterações de documentos por parte do Espírito Santo para assegurar a “imoralidade” da tentativa desse estado de “despojar” a Bahia do seu território. Referia-se à alteração do livro *Breve Notícia Estatística*, de um tal Francisco Alberto Rubim, oferecida ao IGHB, como se fosse o original, e publicada na revista da instituição “a fim de correr mundo e fazer fé”, acreditando-se que ninguém o cotejaria com o original. Garantiu, porém, tê-lo encontrado no Arquivo Público Nacional, no Rio de Janeiro, e ter notado a diferença em relação a passagens que havia guardado na memória.⁶³⁵ Cobrava da Bahia uma mudança de atitude que não desse espaço para aventuras: “[...] é indispensável ir, desde já, capitalizando e autenticando no *Arquivo* os papéis que estão marcados e a que me refiro neste Memorial, trabalho longo, que não levará menos de 4 a 6 meses.” Quanto aos selecionados por ele em Portugal, provavelmente na visita de 1905, assegurou que voltaria em breve a Lisboa para tirar as suas certidões e de outros que fossem descobertos, ao tempo em que estudasse as outras questões de fronteiras.⁶³⁶ Braz do Amaral alimentaria com essas pesquisas os arquivos nacionais, sobretudo, os da Bahia. Chegou a trazer cartas autenticadas do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa para o Arquivo Público da Bahia e o Arquivo da Biblioteca Nacional.

Braz do Amaral considerava nobre a missão que a ele tinha sido confiada pelo governo. Buscava com isso “integralizar” o território da Bahia, coisa que dizia ter conseguido o Brasil graças a Rio Branco. Para o historiador, se Seabra alcançasse esse feito, prestaria “honesto, grande e nobre serviço” ao estado. Serviços que ele avaliava estar realizando, mesmo com todas as dificuldades encontradas, fossem elas do campo da política ou da natureza da pesquisa mesmo, haja vista que, conforme relatou, muitos documentos não haviam sido localizados. A aproximação com J. J. Seabra e a relação de confiança mútua que pareciam nutrir um pelo outro, como demonstram os telegramas e as cartas trocadas, autorizam afirmar com segurança as vinculações entre a história que construiu e o projeto político do seabrismo, ao menos na fase à qual nos referimos.

⁶³⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Espírito Santo. V. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 45-46. APEB, Biblioteca.

⁶³⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Limites do estado da Bahia*- Bahia e Espírito Santo. V. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 50-51. APEB, Biblioteca.

⁶³⁶ *Ibid.*, p. 55.

6.3 NO SOLO DA POLÍTICA: RELAÇÃO COM J. J. SEABRA

A escolha de Braz do Amaral pode ser explicada por essa aproximação com o então governador e com o seu governo, período no qual, conforme Silvia Noronha Sarmiento, foi fortalecido o discurso de prometer à Bahia o lugar que era dela “por direito”⁶³⁷, o que, sem dúvidas, perpassava pela demarcação do território. Muito provavelmente foi em troca de apoio político que Seabra designou Braz do Amaral para essa tarefa, além de reconhecer os seus trabalhos no âmbito da pesquisa em arquivos. Junte-se a isso o fato, referido acima, de que o historiador mostrava interesse pelas questões de fronteira da Bahia ressaltando a necessidade de estudá-las para a posterior confecção da carta geográfica do estado.

Braz do Amaral e Seabra se conheceram na Faculdade de Medicina durante um exame de “Retórica”. O primeiro, estudante, seguiu alguns dos passos do segundo, o examinador. Conforme o próprio Braz do Amaral, Seabra, após ter sido aprovado em concurso, seguiu para o Rio de Janeiro para “solicitar justiça ao imperador”, com receio de que seus colegas fossem favorecidos por questões políticas, algo que disse ter feito dez anos depois.⁶³⁸ Elemento revelador da boa relação nutrida entre os dois está na homenagem prestada por Braz do Amaral a Seabra na circunstância da sua morte. Não seria outra a razão da indicação do nome do historiador baiano, ou da sua disposição. Para perceber a importância desse ponto, é interessante considerar a observação de Silvia Sarmiento sobre a memória negativa, “quase unânime”, construída em torno do político, algo que ela explicou pela rivalidade estabelecida com “o grande herói baiano e brasileiro do período: o senador, ministro e deputado Ruy Barbosa (1849-1923)”.⁶³⁹

O discurso de Braz do Amaral sobre Seabra foi elogioso, destacou a liderança do político no parlamento brasileiro, às vezes “mordaz e irônico”, outras, “cavalheiro de salão, fino e educado”. Salientou a sua política enérgica, como “lutador de tempera forte”, a sua linha democrática na condição de professor de direito, um democrata, cujo governo possuía características “populistas”, citando como exemplo, de forma positiva, o modo como lidou

⁶³⁷ SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia*: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Prefácio de Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Edufba, 2011, p. 60.

⁶³⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 91.

⁶³⁹ SARMENTO, op. cit., p. 18.

com uma manifestação popular contra a carestia.⁶⁴⁰ Refere-se a um insulto que o estado sofreu e que ele foi chamado por Seabra para resolver o assunto: “Fui nessa hora encarregado de enfrentar a situação, para o que contava com os elementos que tinha trazido havia pouco do arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa e outros do nosso próprio Arquivo da Bahia que tinha separado.”⁶⁴¹

Relatou, ainda, a resistência que Seabra opôs ao desmembramento da Bahia no tempo do governo Epitácio Pessoa e a sua convocação da Europa para dirigir uma campanha que desagradou ao presidente. Essas referências feitas pelo próprio historiador mostram o grau de aproximação com o político. Outro aspecto que merece atenção é a sua aprovação à política de remodelação de Salvador realizada por Seabra, com o auxílio do engenheiro Arlindo Fragoso, desde quando tomou posse, em 1912. Nesse discurso em sua homenagem, pôs em destaque as reformas feitas na capital baiana, a melhoria das condições higiênicas e assegurou: “Dentre as suas reedificações nenhuma tem o valor histórico da reedificação do palácio do governo, atualmente chamado Rio Branco, por ser este o nosso monumento dos bons e dos maus dias. [...] Em todo o topo daquela colina as pedras falam.”⁶⁴²

No que diz respeito à polêmica que envolveu a demolição da igreja da Sé, fruto da reforma urbana iniciada no governo de Seabra, nada explicou, apesar de ter feito referência ao “valor histórico” da reedificação do palácio do governo. O caso da demolição da Igreja da Sé é o mais emblemático da ofensiva do projeto urbanístico do governo Seabra. Ao que parece, Braz do Amaral figurava, à época, entre os que se mantiveram vacilantes frente às investidas do governador, opondo-se a homens como Wanderley Pinho, um reconhecido opositor desse projeto, que discursou e se manifestou por textos. Entretanto, o próprio Braz do Amaral lançou protesto contra o caso específico, como se verifica no texto “A Sé da Bahia”, de 1928, publicado na revista do IGHB.⁶⁴³ Este historiador analisou a geografia da região na qual se localizava a Sé para arrematar que a destruição de “toda a Sé” seria inútil.⁶⁴⁴ Talvez resida nesta expressão um indicativo de que concordava com parte da destruição da igreja, embora tenha feito uso de termos como “tradição”, “conservação” e “história”.

⁶⁴⁰ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 93-94 e p. 99.

⁶⁴¹ Ibid., p. 97-98.

⁶⁴² AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 97.

⁶⁴³ PINHO, Wanderley de Araújo. “A igreja da Sé”. *RIGHB*. Salvador, n. 51, 1925, p. 81-91. AMARAL, Braz Hermenegildo do. “A Sé da Bahia”. *RIGHB*. Salvador, n. 54, 1928, p. 460-468.

⁶⁴⁴ AMARAL, Braz Hermenegildo do. “A Sé da Bahia”. *RIGHB*. Salvador, n. 54, 1928, p. 462.

A demolição ocorreu efetivamente em 1933, no governo de Juracy Magalhães, de quem Seabra era opositor. Aos dois, disse Braz do Amaral ter servido na mesma causa, sobre a qual nada falou, impossibilitando a confirmação de que foi na “causa” da demolição.⁶⁴⁵ A postura “crítica” da década de 1920 pode ser percebida como uma estratégia que remete à questão da vinculação política dele com o seabrismo, que, segundo Silvia Noronha Sarmento, declinou em 1923. As eleições de 1924 e 1927 mostraram que Braz do Amaral esteve em conflito com Seabra. No final do ano de 1923, o seu nome apareceu entre os membros do Conselho Geral do Partido Republicano Democrata, em reuniões feitas para indicar o candidato ao governo do estado que substituiria o então chefe do partido. Dessa forma, participou da Convenção do Partido para o lançamento de Francisco Marques de Góes Calmon à sucessão governamental.⁶⁴⁶ Nesse processo Braz do Amaral teve papel ativo demonstrando a relação de confiança que mantinha com Seabra. Foi o responsável, segundo os jornais da época, por articular o nome de Góes Calmon, da Concentração Republicana da Bahia (CRB), como candidato à sucessão. Conforme o brasileiro Eul-Soo Pang, “Em circunstâncias normais o Governador Seabra teria escolhido o Senador federal Moniz Sodré para seu sucessor[...]. Porém em 1923, com um presidente vingativo no poder, o PRD não podia se arriscar a qualquer movimento que acelerasse seu declínio.”⁶⁴⁷ A solução encontrada por Braz do Amaral, diante da falta de concordância por parte da hierarquia do partido, foi a escolha de um nome satisfatório para o PRD e a CRB, que serviria de “elemento de ligação”, de acordo com a solicitação de Seabra, indicando com isso desfrutar de uma possível abertura com a CRB.

O órgão do Partido Republicano Democrata, o jornal *O Democrata*, anunciou a escolha do candidato em setembro de 1923. Na matéria, “a propósito da sucessão governamental”, tratou da indicação por parte de J. J. Seabra, “num dos seus largos gestos de alta compreensão política”, do nome de Francisco Marques Góes Calmon, para sucedê-lo no governo do estado. Dando prova, segundo o jornal, à Bahia e ao país de que era capaz de sacrificar os seus interesses pessoais, ligados ao “partido poderoso”. “Nobre gesto” que foi seguido de apoio e

⁶⁴⁵ AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5 de fevereiro de 1943, p. 98.

⁶⁴⁶ “Partido Republicano Democrata – Reunião da Comissão Executiva”. *O Democrata*. 29 de setembro de 1923. Ano IX, n. 1976, p. 1.; “O PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRATA, reunido em Convenção, lança a candidatura do dr. Góes Calmon à sucessão governamental do Estado”. *O Democrata*. 16 de outubro de 1923. Ano IX, n. 1989, p. 1. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

⁶⁴⁷ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias: a Bahia na primeira república brasileira (1889-1943)*. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 168. Sobre o convite feito a Góes Calmon por Braz do Amaral, ver “Das profecias da traição, às suas confirmações finais – o prognóstico da traição.” *A Tarde*, 4 de dezembro de 1923, ano 12, n. 4760, p. 1. BPEB/CMB

manifestações de solidariedade à candidatura de Góes Calmon. Referiu-se ao Partido Republicano Democrata como aquele cujos ideais políticos são os da “alma baiana, em suas aspirações de tranquilidade e engrandecimento econômico”.⁶⁴⁸ Em seguida, cobrou dos “concentristas”, representados na imprensa pelo jornal *A Tarde*, uma definição em relação ao processo de sucessão. Alertava para o objetivo desse jornal de impedir a “marcha vitoriosa” da candidatura que estavam apoiando.⁶⁴⁹ A indicação do banqueiro e advogado como candidato ao governo foi uma estratégia de Seabra que se antecipou aos acontecimentos e a outra possível escolha da oposição, ao tempo em que afastava da Bahia a possibilidade de uma intervenção federal, afinal o nome sugerido era o do irmão de Miguel Calmon, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Seabra acreditava que apoiando Góes Calmon poderia salvar o seabrismo, em declínio desde a eleição de Arthur Bernardes à presidência. Diante da surpresa, a oposição demorou sete meses para se decidir.⁶⁵⁰

Durante assembleia, após votação e apuração dos 130 votos para Góes Calmon, segundo *O Democrata*, Braz do Amaral pediu a palavra e apresentou uma “moção de solidariedade” ao governador, na qual salientou “dois grandes serviços prestados à Bahia” naquele ano: “O primeiro, o restabelecimento do nosso crédito financeiro, com a transação para a unificação da dívida interna do Estado; o outro foi a forma porque s. exa. procurou resolver o grande problema da sucessão governamental do estado.” Afirmou que Seabra, em nome da Bahia, abandonou os interesses do seu Partido, buscando um candidato “neutro”, que foi aceito por “todas as classes” da sociedade baiana, segundo o jornal. Após aprovação da moção, em 15 de outubro de 1923, Braz do Amaral foi ainda encarregado com os correligionários de informar os resultados da assembleia ao governador e a Góes Calmon.⁶⁵¹

Em uma comissão que se dirigiu ao candidato ao governo, comunicou Braz do Amaral a sua eleição por unanimidade de votos na convenção do Partido, para o próximo quadriênio de 1924 a 1928. No discurso a Calmon, segundo o jornal *O Democrata*, afirmou Braz do Amaral: “O atual governador do estado deixará na história de sua administração um verdadeiro traço de luz, pelo modo por que, com muita coragem e desassombro, havia defendido a autonomia da Bahia, a sua Constituição, as suas leis, a sua dignidade.” Ainda

⁶⁴⁸ “A propósito da sucessão governamental”. *O Democrata*. 20 de setembro de 1923. Ano IX, n. 1968, p. 1. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

⁶⁴⁹ “Cartas na mesa e jogo franco...” *O Democrata*. 29 de setembro de 1923. Ano IX, n. 1976, p. 1. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

⁶⁵⁰ SAMPAIO, op. cit., p. 174-175.

⁶⁵¹ “O PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRATA, reunido em Convenção, lança a candidatura do dr. Góes Calmon à sucessão governamental do Estado”. *O Democrata*. 16 de outubro de 1923. Ano IX, n. 1989, p. 2. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

segundo a matéria, lembrou os anos de 1831, 1832 e 1833 nos quais a Bahia levantou o princípio da federação das províncias, ideia que, para ele, ainda no fim do Império era considerada pelo Partido Liberal um meio para salvação do país. Por fim, Braz do Amaral continuou pedindo que Góes Calmon fizesse pela Bahia com o mesmo “interesse e carinho” que fez pela sua família e sua casa, “modelo de gosto artístico, de beleza, de conforto e prosperidade”. Na ocasião, Góes Calmon, que aceitou o encargo, apelava pela conciliação de todas as correntes políticas em prol do progresso do estado.⁶⁵²

De outro ângulo, a Concentração Republicana da Bahia se viu na situação de combater o governo, sem, no entanto, fazer o mesmo com o candidato que ele apresentou. A oposição acabou lançando um manifesto apresentando oficialmente Góes Calmon como candidato da CRB ao governo do estado. Governo e oposição passaram a concentrar forças em torno da vitória de um único candidato, mas buscando a derrocada um do outro, na visão de Consuelo Novais Sampaio. Essa situação, no entanto, duraria pouco, porque Seabra recuou ao retirar o seu apoio à candidatura que havia lançado.⁶⁵³

A partir de janeiro de 1924, o nome de Braz do Amaral começou a desaparecer das assinaturas e comissões executivas do Partido Republicano Democrata, ao tempo em que, em fevereiro de 1924, após as eleições, o jornal se referia ao “calmonismo mistificador”. Era o anúncio do rompimento de Seabra com Góes Calmon, de modo que ainda em novembro de 1923 havia retirado o seu apoio ao candidato e se dedicado a Moniz Sodré, causando uma rejeição por parte da facção anti-moniz do PRD, que migrou para a CRB. De fato, o político pelo *Diário Oficial*, de 27 de novembro de 1923, explicou a sua posição com o discurso “À Bahia”, do dia anterior, no qual declarou o rompimento com a candidatura de Góes Calmon. Iniciou seu discurso justificando a indicação do nome de Góes Calmon para sua sucessão no executivo estadual, como “[...] uma demonstração inequívoca do meu desprendimento a interesses pessoais e dos meus sentimentos de concórdia [...]”.⁶⁵⁴

Referiu-se, entretanto, à leitura de uma carta, de 23 de novembro de 1923, publicada no dia seguinte, no jornal *O Tempo*, dirigida ao senador federal Moniz Sodré por Medeiros Netto, da oposição, na qual assegurava a declaração feita por Góes Calmon, por intermédio do seu irmão Ministro da Agricultura, a Arthur Bernardes, de “solidariedade política”, cuja

⁶⁵² “O PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRATA, reunido em Convenção, lança a candidatura do dr. Góes Calmon à sucessão governamental do Estado”. *O Democrata*. 16 de outubro de 1923. Ano IX, n. 1989, p. 2. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

⁶⁵³ SAMPAIO, op. cit., p. 178-179.

⁶⁵⁴ “À Bahia”. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. 27 de novembro de 1923. Ano IX, n. 20, p. 609. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

vitória liquidaria para Calmon completamente o seabrismo, segundo a carta de Medeiros Netto. Seabra dizia ter enviado telegrama ao presidente relatando o ocorrido e pedindo confirmação do revelado pela dita carta. Sem confirmar recebimento de resposta alguma, demonstrou indignação e questionou a denominação de “seabrismo”, usada segundo ele provavelmente em sentido pejorativo:

Ninguém sabe na Bahia o que aprouve ao mais graduado Magistrado da República denominar de – *seabrismo*.

Há, sim, na Bahia, um partido político, com a denominação de – *Democrata*, fundado há doze anos, e cujos membros escolheram, mal é certo, a um cidadão, cujo nome obscuro é – Seabra – para dirigi-los, com lealdade, altivez e honra, nas lutas políticas.⁶⁵⁵

Prosseguiu ao retomar a sugestão de “liquidação completa do seabrismo” e ao questionar do que se tratava:

Pois que o façam, se poderem, porém em luta leal, franca, e nunca pela traição e pela astúcia. [...]

Se *seabrismo* – é o Seabra, indivíduo, pessoa, cidadão, já alquebrado no físico, mas, mercê de Deus, viril na alma, podem liquidá-lo. Contudo, só o farão lutando, e jamais conseguindo que ele concorra, por inércia ou covardia, para o seu suicídio político.⁶⁵⁶

Negava, como “seabrismo-cidadão” que preferia “a luta ao suicídio”, a continuação do apoio à candidatura de Góes Calmon. Sendo o seabrismo a coletividade, o Partido Democrata convocava a Comissão Executiva para deliberar sobre o caso.

O jornal *A Tarde*, dirigido por Simões Filho e assumido porta-voz da Concentração Republicana, transcreveu a resposta de Arthur Bernardes ao telegrama enviado por Seabra, no qual se desculpou ao dizer que ele compreenderia as razões que o levavam a “não descer às intrigas locais em efervescência na Bahia”. O jornal alegava que Seabra nem havia esperado a resposta do presidente e divulgava pelo *Diário Oficial* uma proclamação retirando o apoio à candidatura de Calmon, atitude que para a redação não causava surpresa, dado o seu feitio chegado a “rompantes”.⁶⁵⁷ Desde então o periódico publicou várias matérias de crítica e desmoralização à figura de Seabra, que passa a ser referido pelas alcunhas “peixe roncador”, o “sr. Dois Jotas”. Para a redação, o abandono por parte desse político da candidatura de Góes

⁶⁵⁵ “À Bahia”. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. 27 de novembro de 1923. Ano IX, n. 20, p. 610. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

⁶⁵⁶ “À Bahia”. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. 27 de novembro de 1923. Ano IX, n. 20, p. 611. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

⁶⁵⁷ “Como era esperado, o sr. Seabra abandonou a candidatura Calmon – O sr. presidente da República despreza o repto do governador”. *A Tarde*, 27 de novembro de 1923, Ano 12, n. 4754, p. 1. BPEB/CMB

Calmon era algo esperado. Tudo não passava de um pretexto, já que nunca havia dado valor à palavra de Medeiros Netto. Seabra era visto como um mentiroso, um traidor, que havia traído, entre outros, Epiácio Pessoa.⁶⁵⁸

Em outra matéria, o jornal criticava o uso de um órgão do governo, da administração pública, o “Diário Oficial”, como veículo das “paparrotadas seabreiras”. Recorria a comentários de representantes da política baiana para reafirmar o descrédito do político. Dessa forma, transcreveu uma fala de Otávio Mangabeira dizendo que esperava a “traição” de Seabra para mais tarde, mas que, diante da sua precipitação, ainda seria possível “salvar a Bahia do seu despotismo”.⁶⁵⁹ Chegaram a publicar um discurso de Góes Calmon, que se mostrava surpreso com a atitude de Seabra e confiante da decisão das forças eleitorais do estado, explicando como tudo havia acontecido até culminar na sua candidatura.⁶⁶⁰ A partir de então a redação passa a anunciar o isolamento político com a perda de apoio de grande parte dos membros do partido e a derrota do seu opositor. A matéria “A sinagoga sem fieis - ... e o sr. Seabra saiu como entrou: ‘solus, totus et unus’” é bem esclarecedora de como os redatores viam o momento político de Seabra.⁶⁶¹

O início do ano de 1924 foi marcado pela apresentação de propostas nos jornais que representavam as chapas opositoras. A *Tarde* explicava que as forças eleitorais congregadas em torno da candidatura de Francisco Marques de Góes Calmon ao governo do estado, que apoiou a política do governo Arthur Bernardes, organizaram uma chapa para as eleições federais. Entre os critérios para a escolha das candidaturas estavam: “o dos serviços já prestados, à coletividade, o da capacidade evidente para bem prestá-los, o da eficiência eleitoral, o das circunstâncias decorrentes da atualidade ou do momento que presida ao cenário político”. Esses seriam os critérios sob os quais Braz do Amaral se candidataria, uma vez que não comporia a chapa adversária ligada ao seu amigo. Além de Pedro Francisco Rodrigues do Lago para senador, Otávio Mangabeira entre os candidatos a deputado federal do primeiro distrito, João Mangabeira e José Wanderley de Araújo Pinho como candidatos do

⁶⁵⁸ “A Concentração Republicana mantém a candidatura Calmon – fim de mascarada”. *A Tarde*, 28 de novembro de 1923, Ano 12, n. 4755, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁵⁹ “O senador Frederico Costa mantém-se com a candidatura Calmon – Outros senadores tomarão a mesma atitude. – O deputado Clementino Fraga também repele a capadoçagem do “seabrismo-cidadão”. – Uma entrevista do deputado O. Mangabeira.” *A Tarde*, 29 de novembro de 1923, ano 12, n. 4756, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁶⁰ “O sr. Góes Calmon apela da felonía do sr. Seabra para a Bahia”, *A Tarde*, 30 de novembro de 1923, Ano 12, n. 4757, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁶¹ “Chefe deposto”, *A Tarde*, 1º de dezembro de 1923, ano 12, n. 4758, p. 1. BPEB/CMB

segundo, Braz do Amaral aparecia como candidato a deputado federal do terceiro distrito, ao lado, entre outros, de Ernesto Simões Filho.⁶⁶²

Em contrapartida, o jornal fazia críticas ao esforço de Seabra e dos seus aliados para lançar uma “chapinha” de última hora, “A chapinha do seabrismo-munizismo esticou muito, à última hora...”, da qual faziam parte, entre outros, Lauro Lopes, João Pacheco, no primeiro distrito; Arlindo Fragoso e Wenceslau Guimarães, no segundo distrito, J. J. Seabra Filho, Raul Alves, Torquato Moreira, no terceiro distrito; Xavier Marques e Aloysio de Carvalho, no quarto distrito.⁶⁶³ As duas chapas foram descritas pelo *A Tarde*, que apresentava as diferentes condições da disputa e questionava a honestidade dos métodos dos adversários:

De sorte que entre as duas chapas havia esta desigualdade: uma, a dos coligados, completa, vendo-se os *leaders* da Concentração na conjuntura de DIVIDIREM por seis os votos dos correligionários, que elegeriam os deputados do primeiro distrito; a outra chapa, a do seabrismo, levada aos últimos remates da parcimônia política, - dois candidatos apenas, a MULTIPLICAREM entre si todos os votos dos seus sequazes.⁶⁶⁴

Em janeiro de 1924, o jornal *O Democrata* havia apresentado ao eleitorado baiano os candidatos pelo Partido Republicano Democrata à Câmara Federal, mas Braz do Amaral estava sendo lançado pela Concentração Republicana da Bahia, pela qual se elegeu, em 1924, tendo se aliado a Góes Calmon até o seu último mandato.⁶⁶⁵

Em 1927, foi fundado o Partido Republicano da Bahia (PRB) agregando Calmons, Mangabeiras e ex-seabristas. Nesse período, entre 1926 e 1927, o jornal *O Democrata* não noticia praticamente nada sobre as eleições federais e estaduais, concentrando-se somente no quadro municipal, o que demonstrava o quase desaparecimento do Partido Republicano Democrata nas disputas federais. O jornal *A Tarde* teve comportamento contrário, deu ampla repercussão ao pleito de 24 de fevereiro de 1927. Ao tratar da reunião da comissão do PRB, cuja mesa foi presidida por Góes Calmon, para organização da chapa federal, explica que na escolha dos candidatos prevaleceu o critério da renovação do mandato dos membros da bancada, com algumas modificações. Miguel Calmon disputava as eleições para senador,

⁶⁶² “Ao eleitorado do estado”; “Notas políticas – A oligarquia, nos estertores, arranhou uma chapinha quase incompleta”. *A Tarde*. 29 de janeiro de 1924. Ano 12, n. 4.806, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁶³ “Ao eleitorado do estado”; “Notas políticas – A oligarquia, nos estertores, arranhou uma chapinha quase incompleta”. *A Tarde*. 29 de janeiro de 1924. Ano 12, n. 4.806, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁶⁴ “O pleito de ontem na capital e o seu resultado – O governo, disputando apenas o terço, lança mão de todos os recursos, contra os adversários vitoriosos”. *A Tarde*. 18 de fevereiro de 1924. Ano 12, n. 4.823, p. 1. BPEB/CMB (Grifos no original)

⁶⁶⁵ “Ao corpo eleitora do estado”. *O Democrata*. 31 de janeiro de 1924. Ano XII, n. 2053, p. 1. BPEB, Setor de periódicos e jornais.

Otávio Mangabeira e alguns outros foram substituídos. Wanderley Pinho candidatou-se novamente pelo segundo distrito. Braz do Amaral também se manteve como candidato pelo terceiro distrito, ao lado, entre outros, de Simões Filho.⁶⁶⁶

Pela cobertura da campanha feita pelo *A Tarde* percebe-se uma participação tímida de Braz do Amaral, talvez nula. No terceiro distrito, pelo qual se candidatava, o jornal noticia a “excursão política” de Simões Filho pelo interior do estado. Referiu-se à boa recepção, festiva, em cidades como Rio de Contas e Cachoeira de alguns candidatos pelo Partido Republicano, mas o nome de Braz do Amaral não aparece entre os citados. Da mesma forma, candidatos do primeiro distrito, a exemplo de Theodoro Sampaio e Alfredo Ruy Barbosa se mobilizavam em visitas a lugares como o Centro Operário. O jornal divulga, ainda, propagandas de candidatos a deputado federal pedindo e agradecendo o apoio dos baianos.⁶⁶⁷ O silêncio em torno do nome de Braz do Amaral permite algumas interpretações: sugere a pequena articulação do candidato na campanha ou até mesmo o pouco espaço dado pelo jornal. O resultado das urnas, no entanto, demonstraria a relativa força de Braz do Amaral em algumas cidades, pelo menos naquelas em que se elegeu como deputado mais votado.

Em todos os distritos, a apuração mostrava a vitória de Miguel Calmon sobre Seabra. No terceiro distrito, que abrangia cidades como Inhambupe, Bonfim, Mundo Novo, Coité, Jacobina, entre outras, Calmon estava à frente do seu concorrente na maioria delas, com a exceção de Jacobina. Interessante observar que nas cidades em que Braz do Amaral ficou na frente, Seabra não foi o mais votado. Em uma matéria de dois dias após o pleito, Braz do Amaral apareceu como o mais votado em municípios como Coité, Coração de Maria, Orobó, Feira de Santana (com mais de 1400 votos). Em Mundo Novo, Abadia, era o segundo mais votado. Em Santo Antônio de Queimadas e Entre Rios, apareceu em terceiro. Pelos dados levantados no jornal, estava em quinto lugar, com 5.679 votos, atrás de Simões Filho, Fiel Fontes, Salomão Dantas e Ramiro Berbet e à frente de, entre outros, Altamirando Requião e Medeiros Netto. Após apuração de outros municípios, a sua classificação ficou melhor, de modo que, no mês de março, de acordo com a apuração, Braz do Amaral estava em terceiro

⁶⁶⁶ “Cousas da política – A chapa federal do Partido Republicano da Bahia”. *A Tarde*. 5 de fevereiro de 1927. Ano 15, n. 5.733, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁶⁷ “Cousas da política”. *A Tarde*. 15 de fevereiro de 1927. Ano 15, n. 5.741, p. 1.; “Dr. Simões Filho”. *A Tarde*. 23 de fevereiro de 1927. Ano 15, n. 5.748, p. 1. BPEB/CMB

lugar, com 13.959 votos, atrás somente de Fiel Fontes e Simões Filho, momento no qual, no segundo distrito, Wanderley Pinho já contava com mais de vinte três mil votos.⁶⁶⁸

Diante dos resultados parciais, o jornal avaliava, no dia seguinte, a realização do pleito ocorrido, segundo dizia, em plena ordem, mas com a abstenção que não era esperada. Exaltava a vitória nunca antes vista de um partido governista como era o caso do Partido Republicano, mesmo sem repetir as “fraudes das eleições” anteriores de outros governos. Sobre as informações do pleito no interior ressaltava as “grandes votações” obtidas por Vital Soares e João Mangabeira no segundo distrito. Quanto ao terceiro distrito, informava que havia o indicativo da vitória do Partido e destacava a força de Medeiros Netto, materializada na soma de votos e pelos resultados de pleitos anteriores.⁶⁶⁹ Dias depois divulgaria os números finais que demonstraram que os mais votados naquela região foram Fiel Fontes, Simões Filho e Braz do Amaral.

A *Tarde* que era dirigido pelo integrante do Partido Republicano, Simões Filho, e se colocava como porta-voz dele e da sociedade baiana, apostava em seus candidatos. Difundia a ideia segundo a qual aquela chapa oferecida pelo governo, ao “eleitorado culto da capital”, recomendava-se por si mesma. A qualidade dos candidatos causava para a redação a agitação do eleitorado, que se movia em função deles. Chegou a exaltar o crescente interesse pela candidatura de homens como Theodoro Sampaio, “o brilhante intelectual que tanto recomenda a Bahia”.⁶⁷⁰ Braz do Amaral não foi citado diretamente, exceto quando trataram da intermediação feita entre Seabra e Góes Calmon ou então como mais um candidato, entre os outros, pela chapa que apoiavam. A posição do jornal e as duras críticas dirigidas a Seabra sugerem o lado a que Braz do Amaral se aliara. Recebeu o seu apoio, assim como toda a chapa lançada pela CRB, em 1924, e pelo PRB, em 1927. A sua reeleição demonstrava a continuidade da sua política ao lado dos Calmons e dos Mangabeira. Portanto, a década de 1920 foi marcada por esse relativo afastamento de Braz do Amaral em relação a Seabra e a seu partido, o que talvez explique o teor do seu texto contra a demolição da igreja da Sé, em 1928. O discurso de 1943, por ocasião da morte do político, entretanto, indicou que a admiração que nutria por ele ultrapassava as questões políticas.

⁶⁶⁸ “O pleito baiano – novos resultados que afirmam a pujança do Partido Republicano”. *A Tarde*. 26 de fevereiro de 1927. Ano 15, n. 5.749, p. 1 e p. 2.; “O pleito de 24 de fevereiro”. *A Tarde*. 4 de março de 1927. BPEB/CMB

⁶⁶⁹ “A eloquência das urnas livres – num pleito disputado, que honra a nossa cultura política, o Partido Republicano da Bahia obtém assinalável triunfo”. *A Tarde*. 25 de fevereiro de 1927. Ano 15, n. 5.749, p. 1. BPEB/CMB

⁶⁷⁰ “Na antevéspera do pleito”. *A Tarde*. 22 de fevereiro de 1927. Ano 15, n. 5.747, p. 1. BPEB/CMB

Braz do Amaral como tantos outros intelectuais e historiadores baianos completaram a sua formação com a carreira política, ainda que no caso dele de maneira discreta. A aproximação com políticos tradicionais, como foi o caso de J. J. Seabra, favoreceu a produção de trabalhos que integram a sua obra historiográfica, a exemplo dos estudos sobre os limites territoriais da Bahia que o conduziram a pesquisas em arquivos de Portugal e do Brasil. Ao tempo em que buscava documentos para resolver as questões de interesse do estado, encontrava material suficiente para tantos outros trabalhos que escreveu, organizou e publicou. Em outro sentido, colocou o seu ofício de historiador a serviço do estado, mais precisamente das demandas dos governos de Seabra. Esse duplo sentido aponta a relação que marcou a obra de Braz do Amaral entre a história e o poder institucional, fossem das instituições históricas ou da política partidária. Na década de 1920, enquanto fazia críticas à República, participava de uma campanha política marcada por contradições. Ainda há muito o que se investigar sobre a atuação de Braz do Amaral na condição de deputado federal, mas recuperar a sua trajetória no processo de campanha, mediante a imprensa, foi importante para observar a que grupo de pessoas se aliou e para flagrar as contradições da sua posição em relação à liderança com a qual manteve vínculos cordiais por muito tempo, J. J. Seabra.

Como os discursos dos anos de 1920 indicam, Braz do Amaral mostrava-se preocupado com as causas da Bahia. Ainda não se sabe como ele usou o espaço da Câmara Federal para defender o estado e se isso foi feito. Até agora foi possível observar como lançou mão da história para empreender essa tarefa. Do “subsolo”, dos estudos sobre arqueologia e geografia, ao “terreno da política”, em que firmou alianças que favoreceram as pesquisas de documentos, observou-se o historiador dizendo salvaguardar o que acreditava ser de direito da Bahia. Essa intenção perpassava pela defesa do estado por meio da escrita de sua história.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consistiu em objetivo desta tese investigar o tipo de história produzido por Braz Hermenegildo do Amaral. O longo tempo de vida, de 1861 a 1949, e a vasta produção historiográfica publicada em jornais, revistas e livros cobraram um recorte do período em que mais textos e discursos produziu, de maneira que foram indicados como marcos temporais o ano do primeiro e do último trabalho aqui analisados. Embora com formação médica, a predominância dos textos e discursos com preocupações do campo da história salienta a verve de historiador de Braz do Amaral, produzindo a imagem de um homem mais ligado à história e à política do que propriamente à medicina. O espaço conquistado em instituições que agregavam a intelectualidade baiana e brasileira permitiu direcionar o olhar para o lugar de onde se posicionava, condição que influenciou a sua prática e escrita da história.

A obra de Braz do Amaral revelou-se marcada por dois elementos que ajudaram a atingir o objetivo inicial desta tese: a sua concepção de história e o envolvimento com instituições e grupos políticos no estado. Os dois componentes implicaram os temas selecionados, a cronologia adotada, a narrativa produzida, os documentos coletados e a abordagem sobre eles feita pelo historiador. O produto desse cruzamento foi a instituição de um modo de escrita da história, reproduzido por ele próprio ao longo do tempo, que se consolidou entre os seus contemporâneos e somente deixou de predominar com o surgimento da produção acadêmica na Bahia.

Homem nascido no século XIX, momento em que as bases da ciência histórica foram lançadas, atravessou épocas de profundas transformações no país, mas não implementou mudanças substanciais no modo como pensou e escreveu a história ao longo do tempo. As escolhas feitas pelo historiador apontaram a importância dos institutos históricos para a sua produção. Não desenvolveu uma reflexão teórico-metodológica sobre a história, nem trabalhou com sistemas conceituais. A sua concepção de história revela a sua ideia de sociedade. As opções temáticas são sugestivas. Prevaecem os objetos da história política, principalmente, os relacionados às revoltas do final do século XVIII e começo do XX constituidoras da “nacionalidade brasileira”. Apesar de ter se aventurado de forma ligeira em uma variedade de temas coadjuvantes, foi o político que deu o tom da sua obra e marcou a sua cronologia, seja quando discorreu sobre o descobrimento e a colonização, na ocasião em que avaliou a abolição da escravidão, quando produziu relatórios sobre os limites do estado com

seus vizinhos, escreveu esboços biográficos de homens ditos “ilustres” ou no tempo em que analisou as guerras cujo protagonismo da Bahia destacava. Não por acaso, tornou-se conhecido e bastante citado pela leitura da independência do Brasil na Bahia e da proclamação da República.

A noção de documento explicitada em diversos textos de Braz do Amaral é outro aspecto que demonstra a sua concepção de história. Os documentos, notadamente escritos e oriundos de instâncias oficiais do poder, são tomados pelo historiador como garantia para o estabelecimento da verdade histórica. Servem como prova dos acontecimentos. O recurso constante aos documentos faz o historiador recheiar os seus textos com notas de rodapé nas quais, geralmente, transcreve-os revelando a intenção de deixá-los “falar” em seu lugar. O historiador não mostra preocupação em questionar suas origens, as intenções que envolveram a produção, a conservação ou, muitas vezes, a mutilação. Não os interpela.

Por outro lado, o seu texto escapava ao controle que ele próprio impunha pelos documentos quando apresentava informações desprovidas de qualquer suporte documental, nos momentos em que narrava, por exemplo, como se tivesse sido testemunha ocular do episódio. Em alguns desses casos, de fato o foi, embora muitas vezes tenha tentado se esquivar para não emitir opinião de forma mais direta e objetiva. Essa postura acabava evidenciando as contradições do seu pensamento e da sua posição diante da questão. As críticas feitas à República, que se acentuaram nos textos da década de 1920, e a imagem positiva de D. Pedro II, por exemplo, contradiziam a sua participação no movimento pela proclamação que, aliás, aparece de forma tímida. A narrativa descritiva, em ritmo acelerado e baseada na sucessão de acontecimentos remete, muitas vezes, às manchetes de jornal. A lógica implícita no seu encadeamento é a da causa e consequência, por meio da qual explicava os fenômenos históricos.

Essa conduta diante do acontecimento, com a exposição dos documentos capazes de provar a sua veracidade e com uma narrativa aparentemente sem posicionamentos, está relacionada a outros elementos pressupostos na obra de Braz do Amaral: a objetividade e a imparcialidade. A história assume, em sua perspectiva, o papel de juíza do passado, ao julgar com distanciamento temporal, rigor e frieza, como se não fosse feita por historiadores, embora acreditasse ser a imparcialidade uma “qualidade eminente do historiador”. Por vezes, assegura estar apreciando os fatos com a imparcialidade necessária ao ofício. É traído, contudo, pelo seu próprio esforço de reconstituição do passado, pelas alianças políticas que influenciaram a sua prática, as escolhas temáticas, os documentos selecionados e a forma da

sua narrativa, que acentuam a subjetividade e a parcialidade nos seus textos, algo inseparável de qualquer produção historiográfica.

Outra consequência da visão sobre os documentos foi a valorização dos arquivos como repositórios da verdade. Nesse sentido, serviu-se da imprensa para reivindicar a devolução de “tesouros” pertencentes aos arquivos da Bahia. Reconheceu, por exemplo, como “diamante na mina” as cartas de Luís dos Santos Vilhena encontradas na Biblioteca Nacional e convertidas em volumes publicados, aos quais juntou comentários e outros documentos estabelecendo alguns contrapontos ou reafirmando as informações dadas por Vilhena. Foi com a ajuda de documentos que também reeditou as *Memórias Políticas e Históricas*, de Inácio Accioly. Esses livros originários do trabalho em arquivos formaram uma espécie de filtro historiográfico pelo qual passaram os historiadores interessados em estudar aqueles temas, revelando a importância da obra de Braz do Amaral para a historiografia brasileira. Os seus textos fazem constantemente referência aos arquivos que visitou, no Brasil e em Portugal, nos quais coletou a substância da sua história. Era esse o sentido das ditas pesquisas, coletar dados e reunir documentos comprobatórios.

Com tal objetivo viajou a Portugal, por solicitação do governo de J. J. Seabra, para localizar as provas dos direitos territoriais da Bahia. Levantou uma série de documentos buscando recuperar o processo de formação e o desenvolvimento de cada capitania. Engajou-se no litígio com Sergipe, Espírito Santo e demais estados, dispondo de uma ferramenta contra a qual acreditava que não devia haver dúvida, o documento. Os relatórios apresentados a Seabra, em dois volumes, sobre as questões de fronteira, não deixam dúvidas quanto à confiança depositada pelo governo nos trabalhos de Braz do Amaral, na condição de historiador, alguém capaz de usar a sua pena em defesa da Bahia. A história colocava-se nitidamente a serviço do Estado. Essa é a outra face desenhada por Braz do Amaral em seus escritos: a tentativa de fazer justiça à Bahia, aos seus direitos territoriais, ao seu protagonismo político, ao seu povo. A aliança com J. J. Seabra, ainda que complexa na década de 1920, interveio na prática e na escrita da história.

Além das relações políticas, os institutos históricos, as associações e grupos literários também influenciaram na produção historiográfica de Braz do Amaral. A vinculação ao IGHB, por exemplo, foi decisiva para a definição de muitas das práticas e das escolhas feitas pelo historiador. A instituição constituía-se em um importante foco irradiador do discurso histórico, um termômetro da produção historiográfica na Bahia. Comprometida com a elaboração e a preservação de uma memória para o estado, a instituição pressupunha em seus

estatutos a coleta e reunião de documentos e objetos representativos da sua história, assim como estimulava o estudo da geografia da Bahia. Tecer comentários elogiosos sobre os “homens ilustres”, aos quais Braz do Amaral se dedicou durante todo tempo em que exerceu a função de orador oficial, constituía atribuição prevista no regimento da casa. Era uma forma de manter a coesão dos letrados que a integravam.

Foi no espaço destinado por instituições como o IGHB, a ALB, o IHGB que Braz do Amaral, da mesma forma que tantos outros “homens de letras”, divulgou as ideias que se reproduziriam em jornais ou na forma de livros. O volume de textos publicados nas revistas do Instituto Histórico da Bahia mostra a intensa atividade de Braz do Amaral, algo que se manifestou de forma mais comedida na Academia de Letras, por exemplo. A publicação em revistas que circulavam em outros estados, como a *Estudos Brasileiros* ou as do Instituto Histórico Brasileiro, sinalizou que não estava preso ao cerco regional baiano, circulava pelos espaços que agregavam intelectuais de todo o Brasil. Sempre colocando, entretanto, a Bahia no centro das suas preocupações e reivindicações.

Ao final deste exame, conclui-se que a história escrita por Braz do Amaral delineou-se no cruzamento de três influências: a concepção de história, as instituições das quais fez parte e as relações políticas estabelecidas. O tipo de história que produziu serviu para a configuração de um modo de escrita compartilhado entre seus contemporâneos com algumas variações. Modo de fazer história que seria superado a partir do surgimento do espaço acadêmico de produção, paralelamente às revisões ocorridas no campo da ciência da história, com o surgimento de novos problemas, métodos e fontes. Os limites da historiografia de Braz do Amaral foram considerados em sua historicidade, com as marcas do seu tempo e da cultura historiográfica da qual fez parte.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE BRAZ DO AMARAL

- _____. *Limites do estado da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916-1917. 2 v. il. (BPEB)
- _____. *Recordações históricas*. Salvador: Tipografia Econômica, 1921. 335 p. il. (IGHB/BPEB)
- _____. *Discursos e conferências*. Porto: Tipografia Econômica, 1921, 280 p. il. (IGHB/BPEB)
- _____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. J. J. Seabra governador da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921, 138 p. (IGHB)
- _____. *Assuntos de atualidade sobre finanças da Bahia e festas do centenário*. Bahia: [s. n.], 1922. 73 p. (IGHB/BPEB)
- _____. *A província da Bahia nas lutas da independência*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922. 15 p. (BPEB)
- _____. *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do estado, 1923. 379 p. (IGHB/BPEB)
- _____. *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. 107 p. (BPEB/IGHB-2ª edição)
- _____. *Cartas e descrições*. Porto: Tip. Econômica, 1924. 75 p. (IGHB)
- _____. *A conspiração republicana da Bahia de 1798*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. 70 p. (BPEB)
- _____. *Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. 38 p. (IGHB/BPEB)
- _____. *Fatos da vida do Brasil*. Bahia: Tipografia Naval, 1941. 264 p. (IGHB/BPEB)
- _____. *Os Pan-Americanos: estudo das origens e vida política dos países americanos*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, 162 p. il. (IGHB/BPEB)
- _____. *História da Independência na Bahia*. 2 ed. Bahia: Prefeitura do Município de Salvador, 1957. (BPEB)

OBRAS COMENTADAS POR BRAZ DO AMARAL

- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo*: oferece e dedica a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Lisboa 1802. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1935. 90 p. (BPEB)
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Volume I, II e III. Salvador: Editora Itapuã, 1969.
- CERQUEIRA E SILVA, Inácio Accioli de. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Anotadas por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, 6 v. il. (IGHB/BPEB)

REVISTAS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

CALMON, Pedro. Um general da Independência Sul Americana. *RIGHB*. Salvador, v. 79, p. 65-71, 1933.

Cursos sobre historiadores baianos. *RIGHB*, n. 87, 1978, p. 163-280.

ESTATUTOS do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista trimestral do IGHB, Ano I, Vol. I, n. 1, setembro de 1894. In: *RIGHB*. Edição fac-similar, Salvador, 1998, n. 1 e 2.

PINHO, José Wanderley de Araújo. *RIGHB*. Salvador, v. 64, p. 199-220, 1938.

SOUZA, Bernardino José de. Joana Angélica. *RIGHB*. Salvador, v. 48, p. 419-453, il. 1923.

_____. Notícia biográfica de Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. *RIGHB*, Salvador, v. 47, p. 1-16, il. 1921-1922.

DISCURSOS DE BRAZ DO AMARAL NO IGHB

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Discurso. *RIGHB*. Salvador, Ano 2, v. 2, n. 3, 1895, p. 95-101.

_____. Discurso. *RIGHB*. Salvador, Ano 3, vol. 3, n. 7, 1896, p. 98-102.

_____. Discurso do orador oficial do Instituto. *RIGHB*. Salvador, Ano 3, v. 3, n. 8, 1896, p. 229-257.

_____. Discurso do Dr. Braz do Amaral. *RIGHB*. Ano 3, vol. 3, n. 9, 1896, p. 395-399.

_____. Discurso do Dr. Braz do Amaral. *RIGHB*. Ano 3, vol. 3, n. 9, 1896, p. 406-417.

_____. Discurso do orador oficial do IGHB. *RIGHB*. Salvador, Ano 4, vol. 4, n. 12, 1897, p. 271-288.

_____. Explorações no município do Prado (Memória lida no IGHB por Braz do Amaral, na sessão de 11.04.1897). *RIGHB*. Salvador, Ano 5, v. 5, n. 15, 1898, p. 3-25.

AMARAL, Braz Hermenegildo do.; GOES, Inocência. Exploração do subterrâneo do semiárido da Bahia. *RIGHB*, Salvador Ano 5, v. 5, n.15, 1898, p. 27-39.

_____. Discurso. *RIGHB*. Salvador, Ano 5, v. 5, n. 16, 1898, p. 177-202.

AMARAL, Braz Hermenegildo do.; GOES, Inocência. Relatório sobre o subterrâneo existente na encosta da montanha. *RIGHB*. Salvador, Ano 5, v. 5, n.17, 1898, p. 339-350.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Exploração do esconderijo de uma casa a rua do Castanheda. *RIGHB*. Salvador, Ano 6, v. 6, n. 19, 1899, p. 3-10.

_____. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 27, 1901-1903, p. 123-163.

_____. Inocência Munoz. *RIGHB*. Salvador, n. 28, 1901-1903, p. 3-8.

_____. A antiga capela dos Jesuítas na Bahia. *RIGHB*. Salvador, n. 28, 1901-1903, p. 47-55.

_____. Memória histórica. *RIGHB*. Salvador, n. 29, 1901-1903, p. 3-68.

- _____. Memória histórica sobre a Proclamação da República na Bahia. *RIGHB*. Salvador, n. 30, 1904, p. 3-52.
- _____. Bahia e Espírito Santo. *RIGHB*. Salvador, n. 31, 1905-1906, p. 59-91.
- _____. Bahia e Espírito Santo. *RIGHB*. Salvador, n. 31, 1907, p. 83-91.
- _____. A constituição do Império. *RIGHB*. Salvador, n. 33, 1907-1908, p. 3-33.
- _____. 1808-1823. *RIGHB*. Salvador, n. 34, 1907, p. 9-15.
- _____. O centenário do ensino médico no Brasil. *RIGHB*. Salvador, n. 34, 1907, p. 47-51.
- _____. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 34, 1907, p. 51-72.
- _____. Limites entre Bahia e Espírito Santo. *RIGHB*. Salvador, n. 35, 1909, p. 77-115.
- _____. Memorial. *RIGHB*. Salvador, n. 37-39, 1911-1913, p. 147-191.
- _____. Castelo da Torre de Garcia D'Ávila. *RIGHB*. Salvador, n. 41, 1915, p. 87-88.
- _____. Discurso. *RIGHB*. Salvador, n. 42, 1916, p. 173-180.
- _____. A cemiterada. *RIGHB*. Salvador, n. 43, 1917, p. 87-92.
- _____. Colonização na Bahia. *RIGHB*. Salvador, n. 43, 1917, p. 93-98.
- _____. Motim de carne sem osso e farinha sem caroço ou sedição dos chilenos ou ainda das pedras. *RIGHB*. Salvador, n. 43, 1917, p. 109-114.
- _____. Sessão solene comemorativa do Centenário da Revolução Pernambucana de 1917. *RIGHB*. Salvador, n. 43, 1917, p. 232-299.
- _____. Revolta dos Farrapos. *RIGHB*. Salvador, n. 44, 1918, p. 3-55.
- _____. A Conspiração Republicana da Bahia de 1798. *RIGHB*. Salvador, n. 52, 1926, p. 113-179.
- _____. Em torno do hospício da Palma. *RIGHB*. Salvador, n. 52, 1926, p. 395-405.
- _____. Esclarecimento sobre o modo como se preparou a independência. *RIGHB*. Salvador, n. 54, 1928, p. 85-144.
- _____. A Sé na Bahia. *RIGHB*. Salvador, n. 54, 1928, p. 460-468.
- _____. A maioria. *RIGHB*. Salvador, n. 62, 1936, p. 257-286.
- _____. A revolução de 1837. *RIGHB*. Salvador, n. 64, 1938, p. 154-174.
- _____. Rememorações históricas. Fundação da Bahia. *RIGHB*. Salvador, n. 66, 1939, p. 69-72.
- _____. Discurso pronunciado no Ginásio da Bahia, 11 de setembro de 1939. *RIGHB*. Salvador, n. 66, 1940, p. 407-417.
- _____. Discurso na homenagem especial prestada pelo IGHB ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande benfeitor em sessão de 5/2/1943. *RIGHB*. Salvador, n. 69, 1943, p. 90-101.

DISCURSOS SOBRE BRAZ DO AMARAL

AMORIM, Deolindo. Braz do Amaral e sua Obra. *Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia*. Salvador, n. 75, 1948-1949, p. 129-137.

Homenagem à memória do prof. Braz do Amaral. *Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia*. Salvador, n. 77, 1952, p. 48-49.

DISCURSOS DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Luís Vilhena: comunicação feita à Academia de Letras da Bahia, em 24 de outubro de 1917. *RALB*. Salvador, v. 1, n. 1, p. 16-21, agosto de 1930.

_____. Academia de Letras da Bahia: memória histórica. *RALB*. Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, agosto de 1930.

_____. Cartas de Paris. *RALB*. Salvador, v. 2, n. 2/3, p. 56-61, junho/dezembro de 1931.

_____. Discurso na solenidade da inauguração de seu retrato no Ginásio da Bahia. *RALB*. Salvador, v. 9, p. 11-18, 1949.

_____. Cartas às senhoras baianas. *Rev. da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, v. 13, p. 258-260, 1952.

JORNAIS – BPEB/CMB, ALB

A Tarde (1923; 1924; 1926; 1927; out. de 1938; nov. de 1948 e 1949)

Diário de Notícias (5 a 20 de mai. de 1904; fev. de 1949)

Jornal do Comércio (fev. de 1949)

Jornal O Democrata (1923; 1924; 1926; 1927)

Diário Oficial do Estado da Bahia (nov. de 1923)

CENTRO DE MEMÓRIA DA BAHIA/FPC

Carta de Eduardo Cárdenas a Otávio Mangabeira. OM 300/ cp 1941.12. 23.

Carta de Afrânio Coutinho a Otávio Mangabeira. OM 412/ cp 1945.10. 06.

JUDICIÁRIO/ TRIBUNAL DE JUSTIÇA – APEB

Certidão de Óbito de Braz Hermenegildo do Amaral, Subdistrito de Sant'Ana, registro n. 3027, Salvador, Série inventário, Caixa 2777, f. 132;

Escritura de celebração e contrato, Salvador, c. 34, l. 1593, 20p., 30.03.1896;

Escritura de cessão de débito, Salvador, c. 160, l. 1181, 8v9, 31.03.1909;

Escritura de compra e venda, Cartório 171, livro 1211, 23/05/1911;

Escritura de doação, Cartório 176, Livro 1223, 10.02.1912, p. 50/50v;

Inventário de Brasilina Maria. Tribunal Superior de Justiça. Estante 6, Caixa 2292, Maço 2792, 1938, f. 24, doc. 11;

Inventário de Maria Thereza Belchior do Amaral. Tribunal de apelação e revista. Série inventário, Estante 1, Caixa 24, Maço 25, 1895-1916, folha 32, doc. 8;

Processo cível, Ação de despejo, 1915, Estante 241, Caixa 471, doc. 36;

Processo cível, Ação de despejo, 1941, Estante 153, Caixa 196, doc. 33;

Testamento de Braz do Amaral. Série testamento. Estante 8, Caixa 3254, 1949, f. 6, doc. 7.

DOCUMENTOS AVULSOS DO ACERVO PESSOAL DE JOÃO CANNA BRASIL (APJCB)

AMARAL, Braz do. As festas do centenário com a asfixia da imprensa, s/d., p. 17 e p. 21.

_____. Aspiraões liberais no Brasil. In: *Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926)*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926.

_____. O imperador e a proclamação da República. *RIHGB*, tomo 98, vol. 152, Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1927.

_____. Os Jesuítas na Bahia. *Estudos Brasileiros*. Ano III, v. 5, n. 13 e 14, jul./ago. e set./out., Rio de Janeiro, 1940.

Atas de 19 e 27 de junho de 1913. In: *RIHGB*. Tomo Especial – Consagrado ao primeiro congresso de história nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1915, p. 6 e 8.

Ata da sessão de 11 de julho de 1913. In: *RIHGB*. Tomo Especial – Consagrado ao primeiro congresso de história nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1915.

Atas de 14 de agosto, 6 e 28 de setembro de 1913. In: *RIHGB*. Tomo Especial – Consagrado ao primeiro congresso de história nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1915.

Carta de concessão de título dada por D. Pedro II ao pai de Braz Hermenegildo do Amaral. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 29 de novembro de 1866.

Discurso proferido pelo Dr. Braz do Amaral, em 18 de dezembro de 1886, no ato de colação de grau dos doutorandos em medicina na Faculdade da Bahia. 5pgs datilografadas com anotações feitas à mão.

COLETÂNEA DE DISCURSOS DE WANDERLEY PINHO

PINHO, José Wanderley de Araújo. “A igreja da Sé”. *RIGHB*. Salvador, n. 51, 1925, p. 81-91.

_____. *Coletânea de textos históricos*. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. Recife, FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. *Estudos Avançados* 18 (50), 2004.
- ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História. *Crítica Marxista*. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 15, 2002.
- ASSIS, Machado de. Literatura Brasileira – Instinto de Nacionalidade. In: _____. *Crítica Literária*. Obras completas. São Paulo: W. M. Jackson Inc. editores, 1959.
- AZEVEDO, Thales. *As ciências sociais na Bahia: notas para sua história*. Salvador: Universidade da Bahia, Instituto de Ciências Sociais, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Tradução de José Augusto Drummond. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 10, n. 19, 1977.
- CAIRO, Vivaldo. *Ponte da Memória*. 2ª ed. 1ª tiragem. Salvador/BA. 1966.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Portugal, Lisboa: Teorema, 1987.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Tradução de Antônio Ruas. São Paulo: Edições melhoramentos, s/d.
- CARR, E. Hallet Carr. O historiador e seus fatos. In: _____. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 42-65.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.
- CAVALCANTI, ZÉLIA. O Processo de Independência na Bahia. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, s/d.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Estado Federal*. Série princípios. São Paulo: editora ática, 1986.

DOSSE, François. A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX. In: _____. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 11-38.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. Tradução de Dora Rocha. *Estudos históricos*. CPDOC/FGV, 2000 – 25.

FERRO, Marc. Prefácio. In: _____. *A história vigiada*. Tradução Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOOK, Sidney. *O herói na história*. Tradução de Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 119-143.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Editora Renascença S. A., 1946.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão...[et. al.]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santa: UEFS Editora, 2012.

_____. *Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209_ARQUIVO_BrazdoAmaral,o_historiadordaBahia_TextoXXVIISimp.ANPUH.pdf. Acesso em: 01 de dezembro de 2013.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. O limiar biográfico. In: _____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. A Bahia intelectual (1900-1930). *UNIVERSITAS – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 12/13, maio/dezembro 1972.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold von Ranke (1795-1886). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador, Univ. Federal da Bahia, Núcleo de Publicações, 1974.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

_____. Introdução. In: *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MESQUITA, Daniel. *Descobrimentos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2010.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita da História na Bahia. In: OLIVEIRA, Ana Maria carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. (Orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 93-118.

ODÁLIA, Nilo. (Org.). *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen a Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias: a Bahia na primeira república brasileira (1889-1943)*. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINHO, José Wanderley de Araújo. Coletânea de textos históricos. Apresentação de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Artes Gráficas, 1990.

_____. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

PLEKHANOV, Guiorgui. O papel do indivíduo na História. In: _____. *A Concepção Materialista da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política de Brasil: colônia e império*. 16ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: editora brasiliense, 1986.

RANKE, Leopold von, 1795-1886. *Leopold von Ranke: história*. Sérgio Buarque de Holanda (Org.); Tradução de Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979.

RANKE, Leopoldo von. O conceito de história universal (1831). Tradução Sérgio da Mata. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1970.

RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira: 1798*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1ª reimpressão, 2010.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. *Revista de História* 156, 1º semestre de 2007, p. 107-128.

_____. Catequese e povos indígenas na Bahia colonial. In: _____ (Org.). *Os índios na história da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Prefácio de Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Edufba, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. Historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das últimas décadas. In: *História: questões & Debates*, Curitiba: Editora da UFPR, n. 50, 2009.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. Historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 85-105.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

_____. *História da Bahia*. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Sedição intentada na Bahia em 1798*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 8ª ed. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1998.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, Cláudio. *Prosadores e poetas na Bahia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

VIANA FILHO, Luiz. A verdade na biografia. In: _____. *A vida de Ruy Barbosa*. Prefácio Paulo Brossard. Salvador: Assembleia Legislativa do estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia.

_____. *Centenário de Wanderley Pinho*. Bahia: centro gráfico Senado Federal, 1990.

VIANA, Larissa. A mestiçagem como problema de investigação: algumas considerações. In: _____. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. São Paulo: Editora Unicamp.

VON MARTIUS. Karl Friedrich Ph. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. 219, abril-junho de 1953, p. 187-205.

XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre... [et al]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.